

Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia da
Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade

Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial
Serviço de Aconselhamento Psicológico

I JORNADA
PLANTÃO PSICOLÓGICO EM
ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

29 de Setembro de 2006

SUMÁRIO

MESA REDONDA: EXPERIÊNCIAS DE PLANTÃO PSICOLÓGICO E FORMAÇÃO DO ALUNO EM FOCO	P.1
MESA-REDONDA: SUPERVISÃO E PLANTÃO ANAIS DE TRABALHOS COMPLETOS	P.14
O PLANTÃO PSICOLÓGICO COM OS “ <i>MENINOS DE L.A.</i> ”: O <i>HIP HOP</i> COMO INTERLOCUTOR DE SUAS TRAJETÓRIAS	P.23
PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO MODALIDADE DE PRÁTICA NA CLÍNICA COMUNITÁRIA TERCEIRA MARGEM	P.29
PLANTÃO PSICOLÓGICO MODALIDADE DE PRÁTICA INTERVENTIVA EM SITUAÇÃO DE CRISE	P.36
PLANTÃO PSICOLÓGICO EM GRUPO: PRIVILEGIANDO A PLURALIDADE	P.48
PLANTÃO PSICOEDUCATIVO NA CRECHE E NA ESCOLA: UM OLHAR PARA A SOLICITUDE NUMA PRÁTICA DIALÓGICA	P.58
SUPERVISÃO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: UMA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO DO IPUSP	P.65
ATENÇÃO PSICOLÓGICA EM DISTRITO POLICIAL: AÇÃO ÉTICA E POLÍTICA	P.74
CARTOGRAFIA COMO AÇÃO CLÍNICA EM INTERVENÇÃO SOCIAL	P.88
A EXPERIÊNCIA DE PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CURSINHO DA POLI: ALGUMAS REFLEXÕES	P.101
PLANTÃO PSICOLÓGICO E TRANSFORMAÇÃO: A AÇÃO FOCAL SOBRE O CARÁTER ARBITRÁRIO DA PROJEÇÃO ENTRE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E METODOLOGIA INTERVENTIVA: PRÁXIS CLÍNICA DE UM LABORATÓRIO UNIVERSITÁRIO COMO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO	P.107
PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA PRÁTICA QUE SE CONSOLIDA	P.117
SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO À POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO: FAZENDO DIFERENÇA PELA CONSTÂNCIA	P.129
PLANTÃO PSICOLÓGICO NO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO “XI DE AGOSTO”	P.139
PLANTÃO PSICOLÓGICO – PP DELEGACIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CIDADE DE SANTOS	P.146
PLANTÃO PSICOLÓGICO – CAMINHOS POSSÍVEIS	P.156
PROJETO PRIMEIRA ATENÇÃO: RE-INVENTANDO O PLANTÃO PSICOLÓGICO NA FEBEM/SP	P.163
O LÉXICO DO PLANTÃO PSICOLÓGICO – EXERCÍCIO DO DIZER E CRIAÇÃO DE SENTIDO	P.170
ATENÇÃO PSICOLÓGICA: DE PLANTÃO A ACOMPANHAMENTO NA FEBEM/SP	P.180
ANAIS DE RESUMOS DE PÔSTERES	P.183
“ <i>PRÁ TROCAR UMA IDÉIA</i> ”: A EXPERIÊNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO JUNTO AOS JOVENS DO PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA, (L.A. FEBEM-SP)	P.203
PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO MODALIDADE DE PRÁTICA	P.205

NA CLÍNICA COMUNITÁRIA TERCEIRA MARGEM PLANTÃO PSICOLÓGICO MODALIDADE DE PRÁTICA INTERVENTIVA EM SITUAÇÃO DE CRISE	P.206
PLANTÃO PSICOLÓGICO EM GRUPO: PRIVILEGIANDO A PLURALIDADE	P.208
PLANTÃO PSICOEDUCATIVO NA CRECHE E NA ESCOLA: UM OLHAR PARA A SOLICITUDE NUMA PRÁTICA DIALÓGICA	P.209
SUPERVISÃO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: UMA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO DO IPUSP	P.210
PLANTÃO PSICOLÓGICO EM DISTRITO POLICIAL	P.212
PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE CARTOGRAFIA CLÍNICA: NARRATIVAS DE UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA EM UMA INSTITUIÇÃO PARA ADOLESCENTES INFRATORES	P.213
A EXPERIÊNCIA DE PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CURSINHO DA POLI: ALGUMAS REFLEXÕES	P.214
PLANTÃO PSICOLÓGICO E TRANSFORMAÇÃO: A AÇÃO FOCAL SOBRE O CARÁTER ARBITRÁRIO DA PROJEÇÃO	P.215
ENTRE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E METODOLOGIA INTERVENTIVA: PRÁXIS CLÍNICA DE UM LABORATÓRIO UNIVERSITÁRIO COMO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO	P.217
PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA PRÁTICA QUE SE CONSOLIDA	P.219
SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO À POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO: FAZENDO DIFERENÇA PELA CONSTÂNCIA	P.220
PLANTÃO PSICOLÓGICO NO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO "XI DE AGOSTO"	P.221
PLANTÃO PSICOLÓGICO – PP DELEGACIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CIDADE DE SANTOS	P.222
PLANTÃO PSICOLÓGICO – CAMINHOS POSSÍVEIS	P.223
PROJETO PRIMEIRA ATENÇÃO: RE-INVENTANDO O PLANTÃO PSICOLÓGICO NA FEBEM/SP	P.224
PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA COMPREENSÃO POSSÍVEL	P.226
ATENÇÃO PSICOLÓGICA: DE PLANTÃO A ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL PARA ADOLESCENTES INTERNOS NA FEBEM/SP	P.227
PLANTÃO PSICOEDUCATIVO PARA EDUCADORES ESTUDO EM UMA CRECHE NA PERIFERIA DA CIDADE DE SÃO PAULO	P.228
CONSOLIDAÇÃO DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA CLÍNICA ESCOLA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	P.229
PLANTÃO PSICOLÓGICO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DA PUC-CAMPINAS	P.230

ÍNDICE DE AUTORES

Albiero, Débora Gaino	p.149
Almeida, Cilene de	p.231
Almeida, Fernando Milton de	p.183, p.229
Almeida, Izabel	p.51, p.208, p.211
Alves, Helio	p.159, p.225
Alves, Vera Lucia Pereira	p.233
Andrade, Renata Capeli S.	p.61, p.212
Antoniali Maria Amélia Sette	p.233
Antonini, Lucas	p.149, p.224
Aun, Heloísa Antonelli	p.91, p.173, p.216, p.227
Aveiro, Aline Garcia	p.173, p.227
Baggio, Júlia	p.149
Baioni, Rafael.	p7
Ballalai, Rodrigo Clemente	p.26, p.132, p.206, p.222
Bastides, Ana Carolina	p.104, p.217
Bonaldo, Mariana Portugal	p.233
Braga, Tatiana Benevides Magalhães	p.39, p.209
Bruno, Rosangela Rodrigues Alves	p.226
Carvalho, Lucas S. de	p.230
Cherix, Kátia	p.104, p.217
Chieffi, Paula	p.32, p.208
Cipriano, Fernando Luiz	p.166
Coelho, Ronaldo Lopes	p.173, p.227
Coelho, Thais Fernanda	p.233
Cury, Maria Elisa Gisbert	p.233
Degen, Christine Luise	p.166, p.226
Eisenlohr, Maria Gertrudes Vasconcellos	p.208, p.230
Faria, Nicole dos Reis	p.233
Foloni, Renata Febráio	p.132, p.222
Furigo, Regina C. P. Lourenço	p.26, p.110, p.132, p.206, p.218, p.222, p.232
Gazott, Vanessa Montoya	p.233
Gea, Marcela Rezende	p.173, p.227
Gomes, Ana Paula B.	p.226
Gonçalves, João Vitor	p.149
Henriques, Juliana Maria Nogueira	p.77, p.215
Jr, Walter Cautella.	p.39, p.173, p.209, p.227
Khoury, Marjorie	p. 149, p.224
Kovács, Maria Julia	p. 23
Magalhães, Mylene Misa Arias Abreu	p.233
Marques, Mônica Trevizani	p.232
Martins, Edilamar da Glória	p.232
Morato, Henriette Tognetti Penha	p.77, p.91, p.120, p.142, p.149, p.173, p.183, p.196, p.215, p.216, p.220, p.223, p.224, p.227, p.229, p.230
Mosqueira, Sáshenka Meza	p.77, p.196, p.215, p.230
Mozena, Helen	p.233
Nader, André Ricardo	p.104, p.217
Neves, Maria Fernanda Marcondes de Moura	p.225

Noguchi, Natália Felix C.	p.32, p.196, p.208, p.230
Nunes, André Prado	p.4, p.120, p.149, p.220, p.224
Oliveira, Alessandra Manieri de	p.226
Oliveira, Matheus Machado	p.183, p.229
Oliveira, Rodrigo Giannangelo de	p.17, p.142, p.223
Ormrod, Thomaz	p.132, p.222
Pereira, Cássia Gimenes	p.13, p.142, p.223
Pineda, Dailza	p.173, p.227
Ribeiro, Marley da Silva Costa S.	p.226
Rocha, Maria Cristina	p.51, p.211
Sampedro, Karina Menossi	p.110, p.132, p.218, p.222
Saraiva, Luís Fernando de Oliveira	p.32, p.51, p.208, p.211
Scatambulo, Felipe Evaristo	p.104, p.217
Silvares, Fernanda Ferreira de Mattos	p.208
Souza, André Meller Ordonez de	p.104, p.217
Souza, Bárbara Nanci de	p.104, p.217
Stuque, Rebata	p.233
Szymanski, Heloisa	p.61, p.212, p.231
Tavares, Talita Arruda	p.173, p.227
Tiussi, Carolina Cardoso	p.173, p.227
Toniette, Marcelo Augusto	p.68, p.213
Tsuji, Kátia Miyuki	p.142, p.223
Ventura, Viviane	p.149, p.224
Vieira, Elisa	p.173, p.227
Yehia, Gohara Yvette	p.77, p.215
Zanelato, Luciana Silva	p.132, p.222
Zanfolim, Mara Regina	p.226

ANAIS DE MESAS-REDONDA

MESA REDONDA: EXPERIÊNCIAS DE PLANTÃO PSICOLÓGICO E FORMAÇÃO DO ALUNO EM FOCO

Palestrante: André Prado Nunes¹

Boa tarde senhores e senhoras. Meu nome é André Prado Nunes e sou psicólogo, professor universitário e membro do LEFE. Primeiramente gostaria de começar agradecendo a presença de cada um de vocês em nome dos integrantes do LEFE e do SAP-IPUSP. Depois gostaria de agradecer imensamente a prof^a Dr^a Henriette Morato, minha amiga, ex-orientadora e coordenadora do supracitado laboratório pela confiança e oportunidade ofertadas para que eu possa abrir essa primeira jornada de Plantão Psicológico em Aconselhamento Psicológico.

É muito gratificante constatar que, a partir do convite realizado, os interesses singulares de cada um tenham possibilitado e constituição desse espaço coletivo de discussão e reflexão. É pertinente destacar que a abertura desta jornada representa também a conclusão de uma proposta realizada durante a minha defesa pública de dissertação de mestrado, em maio deste ano. Nessa ocasião, a banca constituída pelas prof^{as} aqui presentes, Dra. Maria Luísa Sandoval Schmidt e Dr^a Gohara Yvette Yehia, efetuou a proposta de um evento que divulgasse o que vem sendo discutido, trabalhado e pesquisado no campo de AP dentro do Instituto de Psicologia. Isso porque, muitas vezes, submersos em nossos cotidianos, não conseguíamos estar a par do que outros colegas e grupos estavam fazendo. A possibilidade de criar um espaço de apresentação daquilo que se faz e de reflexão sobre este cotidiano, seria extremamente enriquecedor para a prática e formação de cada um. Essa jornada então é o espaço que, propondo uma ruptura de nossas atividades cotidianas, oferece a oportunidade de se refletir sobre esse mesmo cotidiano, a partir de uma abertura para conhecer o que outros profissionais vem fazendo e pensando no campo de Aconselhamento Psicológico, via pôsteres neste evento. Tal proposta, inicialmente dirigida à prof^a Henriette e a mim, foi prontamente abrigada pelos integrantes do laboratório e do serviço que se propuseram a construir conosco essa jornada, legitimando, dessa forma, a necessidade de um momento de compartilhar experiências e produzir reflexões. Nesse sentido, legitimação

¹ Membro do LEFE-IPUSP. Mestre em Psicologia Escolar e da Aprendizagem pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Camilo Castelo Branco. Endereço eletrônico: andrepn@usp.br.

maior não poderia haver do que contar com a participação de vocês frente a esse convite para uma jornada.

Podemos, então, começar esta caminhada nesta tarde de sexta-feira pelo próprio título: Plantão Psicológico em Aconselhamento Psicológico (AP). Fizemos questão de frisar essa conexão, inserindo Plantão dentro do campo de Aconselhamento Psicológico. E essa compreensão já marca diferenças entre nós, embora, ao menos para mim, unanimidade e consenso não seja o horizonte almejado. Eu gostaria de, ao invés de cair na tentação de realizar um exercício de convencimento, poder clarear e delimitar melhor essa diferenciação de compreender Plantão Psicológico em Aconselhamento Psicológico para vocês.

Primeiramente, não podemos ceder à tentação de achar que quando utilizamos o termo PLANTÃO PSICOLÓGICO estamos todos nos referindo a mesma prática com pequenas ou mínimas diferenças de atuação e contexto. Sob esse guarda-chuva, residem as mais diversas práticas com diferenças gritantes e, não raro opostas, de visão de mundo e de homem, aspectos implícitos e balizadores da atuação profissional.

O que parece unir essas práticas é o apelo que o termo “Plantão Psicológico” realizou como promessa de prática mais “atenada” às necessidades sociais e das comunidades do que outras práticas consideradas mais elitistas ou centradas somente em seus interesses particulares de pesquisa. Mas, na esteira da promessa desse apelo, que demandava uma “urgência” por respostas na prática, foram mantidos modelos de triagem, psicoterapia breve e psicodiagnóstico tradicionais, com algumas mudanças ínfimas que não chegaram a ser mudanças paradigmáticas. Contudo, a demanda desse apelo além da “urgência” por atuações mais socializantes, pedia também uma reflexão mais profunda do contexto de quais seriam essas “novas” necessidades sociais e comunitárias e quais as possibilidades de inserção do psicólogo nelas.

Aliás, é dentro do próprio termo “novo” que seguirei a segunda reflexão sobre Plantão Psicológico em Aconselhamento Psicológico. Para isso é necessário que desvinculemos alguns significados já cristalizados do termo AP. Um deles, e o principal a meu ver, é vinculá-lo somente e unicamente aos saberes construídos por Carl Rogers. Talvez daí advenha a dificuldade de alguns em situarem-se no campo de Aconselhamento Psicológico quando estão fazendo Plantão Psicológico. *“Peraí! Mas eu não compartilho das atitudes básicas”* ou *“Eu não concordo com a concepção de tendência auto-realizadora ou noção de self”*. E pronto! Partindo dessas afirmações, eu não faço nem pertencço mais ao campo de Aconselhamento Psicológico.

Mas podemos compreender o campo de Aconselhamento de um outro modo possível, num resgate historicizante de suas constituições e re-constituições. Sim, porque, anteriormente a Rogers, o Aconselhamento Psicológico já era uma prática efetiva em contextos educacionais, industriais ou empresariais, distinta da orientação profissional. Ou seja, já era uma via sendo construída, que não pela do laboratório ou do consultório, modelos ainda vigentes. Uma das principais contribuições de Rogers foi trabalhar dentro desse campo de modo clínico, ou seja, ele buscou consolidar o Aconselhamento não somente como uma técnica a serviço do psicólogo, mas um campo fecundo para teorizações e conhecimentos, a partir da ação de se inclinar para auscultar aquele que pede uma intervenção ou ajuda.

Nesse caminhar, não podemos deixar de registrar como foi a constituição desse campo em território nacional. E as presenças dos professores Oswaldo de Barros Santos e Rachel Rosenberg são marcos iniciais e fundantes de um modo de se pensar e fazer Aconselhamento que, principalmente na figura de Rachel, se pautou pela atitude criativa e ousada. Criação para buscar na realidade das comunidades e organizações nacionais, o eixo orientador de diversas modalidades de prática, tendo em Rogers mais uma plataforma para o pensar do que um modelo a ser seguido. Ousadia para bancar não somente essa criação perante os conhecimentos já instituídos, mas também conflitos intra e extra muros da universidade, buscando o compromisso ético dessa instituição para com a comunidade que a legitima como lugar de construção saber.

Nesse sentido, o Plantão Psicológico, constituído pioneiramente no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP-IPUSP), foi uma construção coletiva criativa e ousada para, ao mesmo tempo, abrir-se à comunidade de outro modo que não pela psicoterapia e lidar com precariedades e instabilidades das instituições públicas de ensino. Isso no final dos anos 80 e início dos 90. E desde então, por entre momentos de perda de sentido, de fixação de modelos, de rupturas criativas e dolorosas, pode-se considerar que essas marcas que constituíram o campo de AP, atravessam o Plantão Psicológico: para além do consultório e do laboratório, é campo clínico de formação e pesquisa, espaço de criação e ousadia, comprometido com as demandas da comunidade e com a rigorosidade científica.

Estou falando da possibilidade de pertencer. Sim, porque resgato o passado ao olhar para frente e me deparar com as possibilidades futuras que se abrem. E por esse mesmo resgate, sou impulsionado para frente, para escolhas. “É preciso voltar?” Relembro sempre Rachel pela tocante narrativa de Henriette. Não! Não é. Nada “tem que”, mas a gente se esquece disso, pois a sensação de liberdade é antes uma sensação de vertigem e queda-livre.

É quase de uma insustentável leveza. E a gente volta e nada está como antes. Mas, ainda assim, posso me reconhecer naquilo que está diferente. A ruptura pode delimitar mais claramente para o pensamento do pertencimento que me constitui. É a possibilidade de reconhecimento em uma trajetória, em uma jornada: esta jornada de hoje!

Finalizando, penso que o modo como se fez esta apresentação torne pertinente o título da Jornada e possa reiterar o convite para nos apropriarmos deste espaço de hoje como possibilidade de, vinculando-nos a uma tradição, marcar nosso pertencer, mais notadamente agora, também pela diferença.

Bibliografia

NUNES, A. P. *Entre aprendizagem significativa metodologia interventiva: cartografia de um laboratório universitário como Aconselhamento Psicológico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2006.

Palestrante: Rafael Baioni

Plantão Psicológico e formação do aluno: um relato de experiência²

Quero, antes de tudo, agradecer o convite do LEFE (Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial) e do SAP (Serviço de Aconselhamento Psicológico – PSA-IPUSP), e precisar o meu lugar nesta mesa, que é o de quem vai contar um pouco sobre sua experiência com plantão psicológico enquanto aluno de graduação, por meio do SAP e das disciplinas a ele ligadas.

Quero também, fazer duas ressalvas: primeiro que não pretendo ser um representante dos meus colegas de graduação, os quais, tenho certeza, que teriam muitas contribuições importantes, e, segundo, que não posso falar sobre minha experiência de formação no SAP dissociada da minha experiência de formação como um todo, tanto na Universidade quanto fora dela.

Por isso, meu relato começa num passado não muito recente, enquanto eu ainda prestava o vestibular e morava em Assis, interior de São Paulo.

Lembro-me que, desde aquela época, eu tinha uma dúvida. Eu duvidava do ofício dos psicólogos. Acho que sempre duvidei. Talvez por isso tenha sido tão importante para eu tornar-me um deles.

² O presente texto constitui uma transcrição da fala preparada para a Mesa Redonda “Experiências de Plantão Psicológico e formação do aluno em foco” apresentada na I JORNADA Plantão Psicológico em Aconselhamento, realizada no dia 29 de setembro de 2006. Optamos por apresentar, agora, o texto da fala em sua forma original, com sua coloquialidade e redundância enfática, tendo em vista a natureza da fala, isto é, o relato de uma experiência.

Nunca me pareceu natural sentar na frente de um desconhecido e ouvir daquilo que há de mais pessoal. Eu me perguntava, ainda em Assis, como os psicólogos podiam reclamar para si o conhecimento sobre a mente humana.

Por outro lado, quando entrei aqui, e descobri que a Psicologia não é um monstruoso e coeso corpo de conhecimento – graças a deus; a princípio, fiquei desapontado, como o filho que espera a surra que não veio. Depois, fiquei perdido, como muitos, entre todas essas psicologias.

O trabalho dos psicólogos, agora no plural, continuou me causando estranheza. Continuei duvidando deles, inclusive do trabalho de plantão que tive a oportunidade de experienciar no SAP. Contudo, é preciso ter cuidado com o sentido que essas palavras, dúvida e estranheza, podem adquirir. Por isso adianto que o tom da minha fala, que obviamente não é o do elogio, também não é o do escárnio, mas sim, pretendo o da crítica, no sentido forte do termo.

A experiência que tive no plantão não foi algo simples, algo que eu possa, numa tacada, bem-dizer ou negar. E até agora ainda me vejo diante daquelas pessoas e me pergunto, “o que foi que fizemos”?

Lembro-me de, nas primeiras aulas da Maria Luisa Sandoval Schmidt, nos primeiros textos, serem trazidos conceitos como *encontro* e *empatia*, e pensar “isso é óbvio”, tomado como eu estava por uma exigência de rigor formal do pensamento no qual, para mim, esses conceitos não se encaixavam. Pareciam ter surgido do nada, ou melhor, da cabeça de algum cientista norte-americano que, como só eles são capazes, insiste em reinventar a roda.

Outra coisa foi o meu encontro com as pessoas no plantão, quando a empatia se fez tão necessária, e o significado que essas palavras tomaram a partir daí. Em supervisão, foi a despeito da minha intenção e contra meu orgulho, que descobri o quanto eu nada compreendia a respeito de um encontro empático.

Mas isso não se deu de uma hora para outra, nem foi gritante. Foi lento e silencioso por detrás do turbilhão de questões que me surgiam, na minha avidez por um conhecimento técnico que, eu acreditava, me permitiria o encontro e a empatia. Lenta e silenciosamente isso me foi surgindo, como se aos poucos me viesse à lembrança daquela dúvida e daquela estranheza. “*Afinal, o que é isso que os psicólogos fazem?*”

Eu me sentei frente a um desconhecido e ouvi daquilo que há de mais pessoal, por exemplo, a dor, e não foi natural.

O natural a que me refiro, não é o natural que se opõe à cultura, mas sim o natural que se opõe ao artificial. Natural e artificial como dois momentos da cultura, um, o natural,

em que a cultura é tida como dada e outro, o artificial, em que a cultura é tida como construída, embora em ambos os momentos a cultura não seja de todo dada nem de todo construída. Dizendo de outro modo, e já adiantando onde pretendo chegar, encontrar o outro na modernidade, tem algo de essencialmente artificial, como só a existência da psicologia, às vezes, pode fazer acontecer. Não que o encontro só ocorra dentro dos âmbitos da psicologia, o que quase nunca é verdade. O que quero dizer é que na modernidade o natural não é o encontro, é a evitação do choque.

Para isso, recorro a Walter Benjamin, um dos primeiros autores que lemos quando fiz o curso de Atendimento Psicológico I. Quero destacar um trecho do texto *Sobre alguns temas em Baudelaire*, onde podemos encontrar de forma brilhante esse diagnóstico da modernidade.

Benjamin considerava Paris a cidade que por excelência guardava as contradições da modernidade no século XIX, e vê em *Baudelaire* e sua poesia uma tentativa de resistência aos problemas trazidos pela modernidade.

Comentando um poema intitulado “*A uma Passante*”, encontrei em Benjamin a essência daquilo que quero compartilhar do que foi minha experiência no plantão.

Lerei o poema. Contudo, para compreendê-lo antes é necessário ter em mente o que era a figura do *flâneur* na Paris daquela época.

Em primeiro lugar, vejamos o que Benjamin busca em “*Situação da Classe Operária na Inglaterra*” de Engels, a respeito de sua descrição de uma cidade grande, no caso, Londres:

O próprio tumulto das ruas tem algo de repugnante, algo que revolta a natureza humana. Essas centenas de milhares de todas as classes e posições, que se empurram umas às outras, não são todos seres humanos com as mesmas qualidades e aptidões, e com o mesmo interesse em serem felizes?... E, no entanto, passam correndo uns pelos outros, como se não tivessem absolutamente nada em comum, nada a ver uns com os outros; e, no entanto, o único acordo tácito entre eles é o de que cada um conserve o lado da calçada à sua direita, para que ambas as correntes da multidão, de sentidos opostos, não se detenham mutuamente; e, no entanto, não ocorre a ninguém conceder ao outro um olhar sequer. Essa indiferença brutal, esse isolamento insensível de cada indivíduo em seus interesses privados, avultam tanto mais repugnantes e ofensivos quanto mais estes indivíduos se comprimem num exíguo espaço (p.114-5).

Benjamin diz que em Engels a multidão suscita uma reação moral, dando a sua crítica um tom antiquado que constitui, por vezes, o encanto de suas descrições. E que talvez ele nunca tenha se confrontado com a tentação de se perder numa torrente humana.

Já em Baudelaire, segundo ele, a massa é de tal forma intrínseca que ele nem a descreve, ela é como um pressuposto em sua narrativa.

E, ao invés da reação de Engels, Baudelaire, simpatizante da figura do *flâneur*, tenta emprestar uma alma a esta multidão. O *flâneur* é aquele que flana, que passeia sem direção certa, e que se sente nas passagens e nas galerias da Paris do século XIX como o burguês se sente entre quatro paredes.

Bem, o poema que lerei se chama, como eu disse, *A uma passante*, e basicamente se trata do encontro do *flâneur* com uma mulher que estava, obviamente, passando. Notem, principalmente, ao final, a maneira como ele descreve a natureza desse encontro, as expectativas e as questões que ele traz ao poeta.

O poema é o seguinte:

*“A rua em torno era um frenético alarido.
Toda de luto, alta e sutil, dor majestosa,
Uma mulher passou, com sua mão suntuosa
Erguendo e sacudindo a barra do vestido.*

*Pernas de estátua, era-lhe a imagem nobre e fina.
Qual bizarro basbaque, afoito eu lhe bebia
No olhar, céu lívido onde aflora a ventania,
A doçura que envolve e o prazer que assassina.*

*Que luz... e a noite após! Efêmera beldade
Cujos olhos me fazem nascer outra vez,
Não mais hei de te ver senão na eternidade?*

*Longe daqui! tarde demais! nunca talvez!
Pois de ti já me fui, de mim tu já fugiste,
Tu que eu teria amado, ó tu que bem o viste!”*

Benjamim vai dizer:

Envolta no véu de viúva, misteriosa em seu ar taciturno ao ser arrastada pela multidão, uma desconhecida cruza o olhar do poeta. O que o soneto nos dá a entender é captado em uma frase: a visão que fascina o habitante da cidade grande – longe de ele ter na multidão apenas uma rival, apenas um elemento hostil -, lhe é trazida pela própria multidão. O encanto desse habitante na metrópole é um amor não tanto a primeira quanto à última vista. É uma despedida para sempre, que coincide, no poema, com o momento do fascínio. Assim, o soneto apresenta a imagem de um choque, quase mesmo a de uma catástrofe. Porém, capturando o sujeito, ela atingiu também o âmago de seu sentimento (p.118)

Será que analogia é clara? No caso do poeta há algo do erótico, mas no nosso caso o que está em jogo é a empatia frente ao sofrimento. Não passamos a vida toda a evitar entrar em contato, evitar o choque, com o sofrimento dos outros? Quando muito os familiares ou os amigos íntimos se ouvem a respeito do sofrimento. Mas a nossa clínica não está cheia de exemplos sobre como as pessoas, mesmo as mais próximas, não se ouvem?

Aí entra então a psicologia, um profissional que é pago para ouvir. Tinha tudo para dar errado, não é? Mas talvez não tenha dado – agora digo como um elogio – porque um encontro, ainda que artificial, aponta sempre para a possibilidade negada de todos os outros encontros.

E qual seria a especificidade do plantão em comparação com as outras clínicas?

Bem, a resposta é, de certo modo, simples. É no plantão que esse sentimento de estar frente a uma multidão se afigura mais forte.

O atendimento individual sempre tem algo de *rendez-vous*, de encontro romântico. Mas como dizem, sempre tem um que ama mais. E esse que ama mais é o terapeuta. É como se terapeuta e cliente fizessem um pacto, de que ali, dentro daquelas quatro paredes, uma, duas, três, quatro vezes por semana, durante tantos minutos, não haverá barbárie, você falará e eu te escutarei. Mas isso ao preço do sacrifício do terapeuta, ou seja, ao preço de barbárie. Não estou dizendo que a relação cuidador-cuidado não deve ser assimétrica. Isso seria desconsiderar as diferenças entre os sujeitos, e entre diferentes momentos de um mesmo sujeito. Isto é, às vezes você está bem e às vezes não está. Há um momento para ouvir e há um momento para falar.

Permitam-me um exagero na divagação. Querer que a relação cuidador-cuidado seja simétrica é um absurdo conceitual, que só seria possível através de uma fetichização extrema do cuidado. Se ao invés de terapeuta e cliente fossem duas pessoas, ambas terapeutas e clientes uma da outra, e o mesmo tanto que uma falasse a outra também falaria, em igual medida; o cuidado, assim mais fetichizado não poderia, seria contado pelo seu valor de troca e não pelo seu valor de uso, recorrendo a Marx. Mas não estamos tão absurdamente longe dessa fetichização absurda do cuidado. A prova disso é que cobramos por nossos serviços, ou seja, pode-se pagar pelo cuidado.

Talvez por isso haja tantos psicólogos que aceitam trabalhar como voluntários, talvez seja uma forma do cuidado resistir a sua transformação em mercadoria.

É aí que o plantão se apresenta em seu potencial de crítica, por um lado, e de velamento, por outro, em comparação com o atendimento individual. Porque, no plantão, a

figura premente da multidão à espera de cuidado como de comida nos obriga a ver que a fetichização do cuidado teve conseqüências em parte distintas para as diferentes classes sociais.

Para ilustrar, eu lembrei de uma história que a Maria Luisa Schmidt contou numa das supervisões dos atendimentos que fizemos, semestre passado, das agentes comunitárias de saúde, do Programa da Saúde da Família. Ela contou, que em alguns lugares isolados do norte do Brasil, o sistema de saúde nem sempre era aceito de bom grado, pois as mulheres cuidadoras dessas comunidades se ressentiam da perda do seu papel. E que havia o perigo de, com a intromissão do sistema de saúde, essas mulheres pudessem deixar de passar adiante seus conhecimentos a respeito desses cuidados de saúde, como por exemplo, quais as ervas curativas, as técnicas de parto e etc. Daí lembramos da experiência canadense, país que já teve o melhor sistema público de saúde do mundo, e que sua população carente, com a desmontagem desse sistema, viu-se desamparada, sem nenhuma espécie de cultura medicinal rudimentar, como o chá da vovó e etc., enquanto quem pôde pagar pelo sistema de saúde particular não foi tão prejudicado.

Qual a relação disso com a fetichização do cuidado? Bem, é que para cada problema criado pela modernidade, há uma resposta amenizadora que privilegia a classe dominante. E o caso do cuidado não é diferente. A analogia que fiz acima, sobre a multidão precisar do cuidado como de comida, não foi brincadeira. Na modernidade substituiu-se de tal forma a cultura popular pela cultura de massa que mesmo algo essencial, que antes era fruto *natural* das relações humanas, tornou-se objeto de consumo, e por vezes, de luxo.

Entretanto, se o plantão tem a potencialidade crítica de nos atentar para isso, por outro lado, ele pode servir de acobertamento da violência dessa desigualdade, quando serve de válvula de escape, quando à multidão de necessitados se dá apenas a atenção e o cuidado necessários à manutenção da desigualdade.

Agora, a meu ver, o plantão tem uma potencialidade de resistência, que eu deixei por último na minha consideração com a esperança de soar otimista. Essa potencialidade, eu vejo presente na equipe do SAP, à qual cabe aqui um elogio que eu não faria à psicanálise, que é a potencialidade de remeter as pessoas a seu próprio grupo, não apenas a si mesmas, para que elas encontrem nas suas relações *naturais*, isto é, fora da *artificialidade* da clínica psicológica, o cuidado que ainda reside e ainda resiste a ser transformado em migalhas pelos pés apressados da modernidade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. *In: Obras escolhidas v.III*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1989.

Palestrante: Cássia Gimenes Pereira

Quando fui convidada para participar desta mesa, pensei muito sobre qual seria a melhor maneira de falar sobre a importância da minha experiência no Serviço de Plantão Psicológico à Polícia Militar de São Paulo, para a minha formação. Concluí, então, que o melhor era contar um pouco desta experiência.

Antes de começar acho muito importante dizer que não participo sozinha deste projeto; estão comigo a Kátia (plantonista), o Rodrigo (supervisor), além da Larissa (plantonista) que esteve presente no início. A presença deles foi muito importante para a realização do projeto e para que esta experiência fosse possível.

Nosso objetivo inicial, ao chegarmos à 3ª Companhia do 16º Batalhão da PM, era a cartografia, ou seja, entender se havia e qual era a demanda daquela instituição por um serviço psicológico. Esse momento inicial já foi marcado por uma grande dificuldade: éramos, na época, três meninas chegando a uma instituição extremamente rígida e fortemente hierárquica. Não sabíamos com quem falar, como falar, onde ficar; não identificávamos ao certo qual era o nosso lugar físico/espacial nem o lugar da nossa atuação.

Depois de certo tempo a cozinha se configurou como nosso espaço físico e a partir daí conseguimos uma maior aproximação com os policiais, o que nos trouxe uma das tarefas mais importantes de todo esse processo: tentar desconstruir a imagem bastante forte que eles tinham da Psicologia como algo avaliativo e punitivo. Isso porque o contato que estes profissionais têm com psicólogos se dá através de avaliações cujos resultados surgem para eles como uma forma de castigo. Por exemplo, após uma ocorrência onde haja disparo de tiros por parte de um policial, este é obrigado a passar por uma avaliação psicológica e é afastado de seu trabalho nas ruas por um mês. Outro exemplo citado por eles são as avaliações psicológicas às quais os aspirantes a oficiais são submetidos antes de entrar na Academia. O psicólogo se configura para estes profissionais, então, como aquele que tem o “poder” de decidir, através de métodos que eles não compreendem, se estes podem ou não exercer sua profissão. Foi preciso que iniciássemos uma desconstrução desta concepção como única forma de ação da Psicologia, para que pudéssemos ter a chance de apresentar uma outra forma de atuação do psicólogo.

Assim, a cozinha se configurou como um espaço de conversas que acabaram por nos mostrar a existência de uma necessidade de escuta por parte dos profissionais daquela instituição; chegamos a ouvir de uma policial que eles precisavam muito de alguém que os escutasse, pois eles não tinham essa possibilidade nem mesmo com os psicólogos da PM. A partir do momento em que compreendemos esta demanda decidimos implantar o serviço de Plantão Psicológico; este momento não é tão específico, pois algumas vezes durante a cartografia nos vimos em situação de plantão e mesmo quando este já havia sido implantado, o movimento cartográfico se mostrou necessário muitas vezes. Com a implantação do Serviço, tivemos mais um desafio: aprender a lidar com as nossas expectativas. Esperávamos ansiosamente pelo que costumávamos chamar em supervisão de “atendimentos clássicos”, que consistia em “atender” um único policial que tivesse nos procurado com um pedido, uma queixa, mas isso raramente acontecia. Porém aos poucos fomos percebendo que aquelas “conversas de cozinha”, que não eram encaradas por eles, e no início nem por nós, como atendimentos, não eram conversas quaisquer; nos deparamos ali com um outro tipo de encontro, um “outro tipo de atendimento”, no qual, apesar de não haver um pedido claro por uma atenção psicológica, havia a possibilidade dos policiais falarem dos assuntos que quisessem, e serem escutados.

No ano seguinte, devido aos horários das nossas disciplinas de graduação, houve uma mudança no horário do estágio que deixou de acontecer no começo da manhã e passou a ocorrer no fim da tarde. Esta mudança de horário nos possibilitou entrar em contato com um outro momento do cotidiano da instituição; era o horário da mudança de turno e o movimento de policiais na Companhia era bem maior. Além disso, naquele horário a cozinha já estava fechada, ou seja, não tínhamos mais o “nosso espaço”. Onde ficaríamos agora? Tivemos que novamente encarar certo mal-estar gerado por esse não saber onde ficar, como se colocar. Depois de alguns dias lá e de várias discussões em supervisão, concluimos que o que nos faltava não era um lugar, mas sim uma postura clínica. Precisávamos nos reconhecer e nos autorizar como plantonistas, o que faria com que o espaço físico se tornasse menos importante e possibilitaria que fizéssemos nosso trabalho.

Passamos, então, a circular pela Companhia, agora conscientes de que o lugar que procurávamos dependia muito mais de nós do que da instituição, e “conversas” voltaram a acontecer, agora em banquinhos, corredores. Acho que o mais marcante deste momento do serviço foi o fato de que os policiais passaram a nomear e a solicitar estas conversas como atendimentos: estávamos fazendo os tão aguardados “atendimentos clássicos”. Pensamos

que a mudança de horário, o tempo que estávamos lá, e a nossa mudança de postura possibilitaram que isso acontecesse.

A partir daí começamos a discutir e refletir mais ainda em supervisão acerca destes atendimentos, e de como aquelas experiências foram se mostrando essenciais para a nossa compreensão de Plantão e para a nossa formação como psicólogas.

Um destes atendimentos foi para mim uma experiência de plantão tão marcante que decidi contá-lo aqui para ilustrar esta prática. Certa vez uma policial grávida veio até mim perguntando se era normal que maridos passassem a tratar com frieza suas esposas quando elas engravidavam. Começamos a conversar e aos poucos ela foi me contando sua história: contou de sua adolescência, de seu primeiro relacionamento, sua primeira gravidez, até chegar ao relacionamento e na gravidez atual. Durante a conversa, ela foi se colocando na própria história e pôde admitir para si mesma que se sentia muito sozinha, muito assustada, que desejava ter o marido por perto e que era isso que a incomodava naquele momento. Mais do que uma resposta ela se permitiu encontrar ali um espaço para entrar em contato com todas estas emoções que a faziam sofrer, mas que ela não se permitia sentir. No final do encontro ela se levantou, sorriu e me agradeceu. Pude encarar, talvez pela primeira vez com tranquilidade, que aquele encontro se fechou ali e que a policial tinha encontrado um espaço onde ela pôde falar, se ouvir e se implicar no próprio sofrimento, e que talvez isso fosse o que ela precisava naquele momento.

Bem, acho que o que busquei mostrar com esta fala é como esta prática e todos os desafios que ela nos trouxe, foram extremamente importantes, na medida em que me colocaram em contato com situações, esperadas ou não, que fizeram com que eu pensasse e fosse construindo a teoria e a minha prática através delas. A possibilidade de vivenciar aquilo que eu lia na teoria e encarar outras situações com as quais eu não tinha tido nenhum contato teórico ou prático mostrou-se extremamente enriquecedor e fundamental para a minha formação.

MESA-REDONDA: SUPERVISÃO E PLANTÃO

Palestrante: Rodrigo Giannangelo de Oliveira

No começo, há um desejo

Quase sempre que digo a alguém que trabalho no LEFE, preciso explicar: o LEFE é o Laboratório de estudos e prática em psicologia fenomenológica existencial da Universidade de São Paulo.

Invariavelmente, recebo de volta: “Nunca ouvi falar...”

No LEFE?

“Não. Em psicologia fe-no-me-no-ló-gi-ca-e-xis-ten-ci-al.”

E as pessoas têm motivos para ficar surpresas. Primeiro, não faz tanto tempo que se decidiu dar corpo a esta perspectiva. Depois, fenomenologia existencial nem é psicologia; é filosofia. E, logo de cara, portanto, surge uma questão: porque psicólogos recorrem a uma Filosofia? Não confiariam na ciência de que dispõem? Cultivariam algum tipo de crença fundacionista, segundo a qual a Filosofia, anciã, poderia prover-lhes um solo fundamental inquestionável para o estabelecimento da imatura Psicologia? Ou seriam meros fetichistas, pretendendo apenas tornar seu trabalho mais “elegante”?

Faço questão de dizer: creio que a Psicologia muito tem a aprender com a Filosofia. Em especial, com a fenomenologia existencial.

Em primeiro lugar, conforme aponta Safranski (2000), na biografia intitulada “Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal”, Martin Heidegger, durante toda sua obra e sua vida, expressou a compreensão de que, enquanto pensamento, a Filosofia não se inicia por si mesma, como ato original de criação do pensamento. Para o filósofo alemão, o pensar é sempre evocado por um humor, ou seja, por uma disposição afetiva. É o afeto, em sua acepção latina (*affetare* = ir atrás, acompanhar, fazer o movimento em busca de) que chama à cena a capacidade humana do pensamento. Ao encontro desta compreensão, sugere Rubem Alves que “*o pensamento é a ponte que o corpo constrói a fim de chegar ao objeto do seu desejo*” (2002). Assim, “*(...) conhecimentos que não são nascidos do desejo são como uma maravilhosa cozinha na casa de um homem que sofre de anorexia. (...) o fogão nunca será aceso*” (*idem*). Sem ter sido afetado, o corpo não deseja; sem desejo, não põe em funcionamento sua “*máquina de pensar*”.

Há, na origem de toda empreitada acadêmica, uma mobilização francamente afetiva. Nossos estudos e seus produtos – artigos, teses, pôsteres e afins – são passos de uma busca à qual fomos convocados afetivamente. São mostras dos vestígios já colhidos de algo que nos interroga, e sobre o que, curiosos, nos dispomos a debruçar. O que mobiliza a pesquisa não é seu método, muito menos suas respostas: é a interrogação.

Descobre-se daí que estudar Filosofia ou Psicologia não significa meramente assimilar teses e sistemas de pensamento (as “*escolas*”). Aprender Filosofia é aprender a filosofar, da mesma forma que aprender Psicologia deveria ser aprender a “*Psicologar*”, ou seja, trilhar o caminho da busca pela resposta a uma interrogação estritamente pessoal. Todos os “*grandes*” fizeram isso, e talvez também por isso foram grandes.

Nas palavras de Luis Cláudio Figueiredo (1994), a intenção “*não é a de expor o pensamento de Heidegger para que psicólogos e psicanalistas adotem suas concepções acerca do humano (...) para destas concepções derivarem um modo e um método de trabalho*” (p. 43). A idéia é que algumas das investigações heideggerianas possam “fecundar nossas práticas e enriquecer nossa capacidade de *pensar* não tanto *sobre* elas como, e principalmente, *a partir delas*” (p. 44).

Neste momento me ocorre uma citação de Paul Ricoeur, feita há alguns anos por um professor do mestrado: “*O homem precisa de amor. Mais que de amor, o homem precisa de justiça. Mais que de justiça, o homem precisa de sentido*”. O mais importante ao homem é esta pertinência sem a qual algo simplesmente deixa de valer a pena.

Em outras palavras, tudo que disse até agora se resume nisto: somos nervos expostos do mundo. O mundo inteiro se sente através de nossa humanidade. Irremediavelmente sensíveis, faltantes, desejosos, porosos, é assim que nos sabemos, – vale lembrar – sempre no-mundo.

A essa altura, alguns dentre os generosos espectadores talvez já estejam se perguntando se eu ao menos tive curiosidade de ler o nome da mesa de que participaria, pois posso parecer falar ao acaso.

Pois li: Supervisão e Plantão.

Supervisão e Plantão enquanto compreensão

Creio que, tanto o plantão psicológico, tal como os colegas disseram até agora, quanto a supervisão, são atos de busca por compreensão. E, dentro da perspectiva em que trabalhamos no LEFE, a compreensão de que se fala, e que é um importante fator de mudança na clínica, é sempre uma compreensão muito mais analógica ou descritiva do que explicativa ou demonstrativa. Assim, não apenas é indissociável da relação / experiência específica em que surgiu, mas, na medida em que retoma esta experiência, sublinha também a historicidade humana, mais que suas capacidades intelectuais, analíticas ou abstrativas. É *poiésis*, convite à compreensão no exercício de nossa liberdade. Assim, é uma compreensão que surge da própria afetabilidade do humano, enquanto ser-lançado no mundo. Em outros termos, falo aqui de uma clínica como “*abertura compreensiva*”: “*abertura*”, porque prevê o exercício de uma disponibilidade, e “*compreensiva*” porque parte, não de pré-concepções, mas do vigor mesmo da experiência presente, tomada como “*acontecimento*”.

Pode-se dizer que os projetos de prática psicológica em instituição do LEFE levam adiante esta perspectiva. No início de um trabalho em instituição, parte-se de um pedido,

que explicita concretamente um mal-estar. Como dito em mesa anterior, um exemplo de pedido foi a tal “*avaliação do nível de estresse*” de um determinado contingente policial militar. Contudo, enquanto apelo que se dirige, o pedido costuma velar o imaterial que ainda não pode ser expresso. Assim, pede um trabalho compreensivo em busca da “*demanda*”, processo que costumamos chamar de cartografia. O clínico é aquele que se propõe a percorrer os espaços do outro, não apenas fisicamente, mas acompanhando-o “*especialmente em seus esforços para dar sentido a suas condutas e aos acontecimentos que tecem sua história*” (LÉVY, 2001).

Em “*A Narrativa Silenciada*”, a psicanalista Irene Cardoso sugere que a perda deste sentido histórico no tecer da história de vida caracteriza o modo de ser contemporâneo. Segundo ela, o sujeito contemporâneo, do ponto de vista simbólico, é um ‘afastado de si’, um ente eternizado no presente, sem passado e sem futuro, que ignora a gênese de sua psique, embora não ignore os efeitos dela sobre sua vida presente. Ou seja, o sujeito contemporâneo vivencia seus sintomas como “*corpos estranhos*” dentro dele, presenças que o obrigam a atos, pensamentos e comportamentos dos quais ele se recusa a reconhecer-se agente. A retomada da narrativa silenciada seria uma reconstrução histórica do percurso da vida, percurso este que, para alguns, adquiriu o aspecto de sobredeterminação.

Deste modo, o método da clínica é a narrativa, entendida, *grosso modo*, como a descrição da vida tal como ela tem se apresentado para o sujeito. Em outras palavras, é a revelação de sua história, movida pelo sentido, e a partir de sua perspectiva / ponto de vista.

Nesta dinâmica, opera-se sutilmente a tematização / explicitação da dimensão da experiência que cotidianamente em nossas vidas permanece implícita ou tácita. O tácito é a compreensão original (não necessariamente no sentido de precedência ou anterioridade), permitida pela afetação - de que já falamos - que dá ao sujeito uma noção de si mesmo e do mundo.

Neste ponto chegamos a uma outra questão. Não seria a supervisão a possibilidade do terapeuta reconhecer o tácito implicado na situação clínica, através da sua própria narrativa e, portanto, da sua dimensão historial? O trabalho do supervisor, nesse sentido, seria, então, “ajudar” o clínico a reconhecer quem ele mesmo já é a partir daquilo que ele já fez. Dito de outra maneira, a supervisão resgata a historicidade do clínico, permitindo que ele narre seu percurso, suas impressões, suas afetações, seus sustos e suas desconfianças, em busca de um sentido que ele possa desvelar e acolher.

Ora, de fato, o cuidado com o clínico não podia se dar de outra forma a não ser pela elaboração de sua experiência. Quando dissemos que a prática psicológica em instituição

implica o trabalho de acompanhar os atores sociais, percorrendo as nuances institucionais em que os sentidos se produzem e se desfazem, também foi dito que é o clínico, em sua humanidade, que se lança a esta tarefa, e não suas técnicas, métodos e teorias, embora ele as possa ter. É em seu caráter afetável e histórico que comparece, sem anteparos. Assim, a supervisão se revela como atenção e cuidado ao tácito implicado na situação clínica, às tatuagens que as experiências vão imprimindo na pele daquele que se lança ao exercício da tal “*abertura compreensiva*” de que falamos há pouco. Exercício, sim, porque o fato de sermos psicólogos ou estagiários de psicologia, independentemente do tempo de formação (da “*experiência*”, no sentido que o mercado utiliza), não garante que a disponibilidade aconteça, nem no plantão, e nem na supervisão. Aliás, este também é um dos motivos do cuidado: poder perceber e dizer não apenas as intervenções que nos foram possíveis, mas também, e talvez principalmente, aquelas que não nos permitimos; as situações que nos enredaram, tolhendo-nos a possibilidade de trânsito pela experiência; os nós que nos paralisaram; os afetos que ressoaram em nossos próprios pontos cegos.

Mas agora talvez convenha lembrar o nome desta mesa-redonda: supervisão e plantão. Se, no nome da Jornada, “Plantão psicológico em aconselhamento psicológico”, a preposição “*em*” já insinua que o plantão psicológico aqui será compreendido como uma modalidade da prática psicológica inscrita no campo do aconselhamento, o nome desta mesa nada esclarece a respeito da relação entre os termos “plantão” e “supervisão”. Mais que isso, creio que deixa esta relação como desafio.

Em busca de um sentido para este desafio, retomemos o que já foi exposto a respeito da relação clínica. O homem (ou o *ser-aí*) se mostra como um ser da ordem da afetabilidade, ou seja, ao homem o mundo não é indiferente. As situações em que o homem se encontra lhe dispõe dessa ou daquela maneira, fazem-no vibrar nessa ou naquela afinação. A partir deste modo como se encontra no mundo, ao homem já é possível uma compreensão tácita de sua situação e do próprio mundo, compreensão distinta e anterior à reflexão intelectual. E tal compreensão tácita já pode ser comunicada, dita. Esta é a forma como o trabalho de Gendlin (1978/1979) descreve estes “*existenciais*” heideggerianos, entendidos como a forma como o estar-no-mundo humano se mostra.

Ora, enquanto condição ontológica, ou seja, contingente ao existir, o modo de ser humano, que permeia a presença daquele que atende, tanto quanto a presença daquele que é atendido, não distingue o plantão psicológico da supervisão.

Talvez seja importante colocar que os aspectos mais formais do plantão psicológico, quais sejam, o fato de que geralmente as pessoas procuram atendimento sem necessidade de

marcar hora, ou o fato de não saberem por quem serão atendidas, não o configuram definitivamente. Da mesma forma, a supervisão não pode ser configurada como o encontro periódico (semanal, quinzenal) de um ou mais terapeutas com um outro, denominado “supervisor”, com o objetivo de tratar determinados “casos” atendidos. Tais aspectos só têm pertinência enquanto facilitam a relação de “abertura compreensiva ao que emerge”, ou seja, enquanto atenção e cuidado.

Por esse motivo, não sendo dependentes de um procedimento formal, mas estando baseados em uma atitude clínica, pode-se dizer que o plantão e a supervisão não são técnicas. Ainda há pouco recorri à *poiesis*, à fala criativa poética, como fundamento da clínica na perspectiva que abordamos. Neste ponto, podemos dizer que se trata de uma *téchne*, palavra que os antigos gregos utilizavam para se referir tanto à manufatura quanto à arte, ou seja, tanto ao artesão quanto ao artista, e que implicava um saber fazer no qual o desvelamento, e, portanto, o conhecimento, se dava como um deixar-acontecer, sem desafios nem provocações à natureza. O sentido de “técnica” consagrado pela modernidade, por outro lado, se configura como um meio para atingir um fim determinado, e assim, se coloca como fechamento à multiplicidade de possibilidades de manifestação do real. Certamente, não foi por acaso que Heidegger (1995) expressou a compreensão de que, em nosso tempo, “*Já não se pensa*” (p. 31).

Uma outra possibilidade de compreensão de que o plantão e a supervisão não se distinguem enquanto cuidado pode ser ilustrada pelo fato de que, em diversos projetos de prática psicológica em instituição do LEFE, já foi efetivada a função de “*supervisor de campo*”, ou seja, de um supervisor clínico disponível no local e no momento em que o plantão psicológico se dá, para escuta do que emerge no plantonista. Ou seja, sequer as já citadas “*formalidades*” se mantêm diferentes em todas as situações em que plantão e supervisão já tiveram lugar. Um supervisor de campo poderia ser compreendido como um plantonista a serviço dos plantonistas, e, quem sabe até, os plantonistas poderiam ser compreendidos como supervisores; supervisores da existência dos atores institucionais.

Da mesma forma, podemos recorrer, a título de ilustração, da experiência de “*supervisão da supervisão*”, em que os supervisores de projetos do LEFE se reúnem com a coordenadora do Laboratório e têm, ali, um espaço para reflexão das suas próprias afetações provocadas pelas supervisões. E talvez a própria coordenadora do laboratório, supervisora dos supervisores, pudesse encontrar pertinência em um espaço de “*supervisão da supervisão de supervisão*”!

Supervisão e Plantão em suas especificidades

A guisa de finalização da tentativa de dar conta do desafio desta mesa-redonda, após explicitar as semelhanças entre supervisão e plantão psicológico, enquanto modalidades da prática psicológica nas quais comparece uma atitude clínica, tomada como abertura compreensiva ao que emerge na relação, duas questões me parecem oferecer reflexões importantes em termos das vicissitudes e especificidades de cada modalidade: primeiramente, uma alteração de foco da atenção, na medida em que, na supervisão, não é possível desconsiderar que as afetações do supervisor dizem respeito a um atendimento clínico realizado por outro terapeuta e envolvem também, portanto, a responsabilidade clínica frente a este cliente, que está em atendimento, e, no entanto, não comparece à supervisão; em segundo lugar, se no plantão, como ademais em qualquer atendimento clínico, a demanda é extremamente variável, e pode comportar desde o alívio de um sofrimento, a busca por uma escuta aceitadora, a cura de algum sintoma desagradável, na supervisão busca-se, preponderantemente, formação profissional.

Espero que estas poucas reflexões possam ter, de alguma maneira, contribuído com a intenção deste encontro. Agradeço a todos a oportunidade e a atenção.

Referências Bibliográficas

ALVES, R. *A Arte de Produzir Fome*. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, Sinapse, 02/06/2002.

CARDOSO, I. A Narrativa Silenciada. In: *Utopia e Mal-estar na Cultura: perspectivas psicanalíticas*. São Paulo, Hucitec, ps. 169 – 192, 1997.

FIGUEIREDO, L. C. *Escutar, Recordar, Dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo: Educ / Escuta, 1994.

GENDLIN, E. T. Befindlichkeit: Heidegger and the Philosophy of Psychology. In: *Review of Existential Psychology and Psychiatry*, 16 (1-3), p. 43 – 71. 1978 / 1979.

HEIDEGGER, M. *Sobre o Humanismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.

LÉVY, A. *Ciências Clínicas e Organizações Sociais*. Belo Horizonte, Autêntica / FUMEC, 2001.

SAFRANSKI, R. *Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo, Geração Editorial, 2000.

Palestrante: Maria Julia Kovács³

O que significa supervisão, seria uma visão superior? Uma visão ampliada? Neste texto apontaremos os vários sentidos desta prática psicológica, um instrumento importante na formação do aluno de Psicologia.

Os alunos do Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP relatam a primeira experiência de atendimento como muito instigante e provocadora. A situação do plantão psicológico, vivida como desafio, traz o colorido pessoal desta experiência, que para muitos se constitui como aprendizagem significativa, deixando marcas importantes na vida e profissional daqueles que se formam em Psicologia.

A supervisão se relaciona com aprendizagem significativa, aprendizagem que combina discussão teórica, da prática psicológica e o desenvolvimento pessoal. É uma aprendizagem que busca a compreensão e o sentido da experiência vivida, neste caso o atendimento psicológico. Envolve então aspectos cognitivos e afetivos.

Supervisão como apoio psicológico é diferente da supervisão técnica, uma vez que trabalha fundamentalmente o próprio terapeuta ou facilitador. É uma perspectiva muito interessante para ser realizada com profissionais de saúde e educação. A ênfase é colocada na compreensão da relação dos profissionais com aqueles de quem cuida.

Favorece e promove a suspensão do ritmo do cotidiano. Interrompe-se o ritmo dos atendimentos, daquilo que é habitual, para lançar um olhar e abrir as várias possibilidades de compreensão do que aconteceu na relação psicólogo cliente. Numa atmosfera acolhedora podem examinar com detalhes e profundidade o que aconteceu na relação de cuidados.

A supervisão de apoio psicológico é um dos espaços de elaboração da experiência vivida. Possibilita a articulação de novos sentidos. É a constante revisão do que foi praticado no atendimento, na narrativa de cada caso, que já apresenta a ótica daquele que atendeu. À medida que o aluno ou psicólogo vai relatando o caso vai agregando os sentidos apresentados pelo grupo, incluindo o supervisor. A ênfase neste caso não é na crítica do processo de atendimento e sim no aperfeiçoamento do estagiário ou profissional.

Se no atendimento o caso em questão é visto por certo ponto de vista, na supervisão este mesmo caso pode ser visto sob vários ângulos, ampliando a possibilidade de sua compreensão. A supervisão em grupo amplia este espectro por ser um lugar de troca, de partilhamento, de intercâmbio de experiências, realizando-se uma construção coletiva.

³ Professora Associada do Instituto de Psicologia da USP. Docente e supervisora das disciplinas do Serviço de Aconselhamento Psicológico.

Supervisão tem um lugar privilegiado na formação do psicólogo. É privilegiado porque permite, em grupos pequenos, uma abordagem individual dos alunos. É a possibilidade de um questionamento e um repensar contínuo da prática. A compreensão do fazer realiza-se à medida que se processa o relato da situação vivida no atendimento.

Esta forma de pensar a formação do aluno é um elemento fundamental na constituição da subjetividade, no contexto da formação do profissional. É o espaço de ensino/aprendizagem de ser terapeuta, é um ensaio de atendimento em local protegido. A experiência pode ser contada, revivida, ressignificada, com vários olhares potencializados pela força do trabalho em grupo.

Supervisão é vista como um lugar privilegiado de cuidados. O psicólogo é instrumento de seu próprio trabalho que precisa ser afinado e sintonizado como um instrumento musical. Tem a sua própria tonalidade, e o afinamento é realizado a partir desta qualidade. É a possibilidade de articulação da experiência interior e a relação com aquele que é cuidado. É a aprendizagem a partir de si mesmo na relação com o supervisor.

O espaço protegido e a atmosfera acolhedora facilitam a compreensão dos eventuais pontos cegos. Permite reflexões sobre as vivências pessoais no atendimento a clientes, oferece espaço de compreensão sobre questões pessoais, sem se transformar em espaço psicoterapêutico, mas com certeza espaço terapêutico.

O grande desafio que se apresenta para o supervisor é permitir que o jovem terapeuta experimente as suas potencialidades. Não forçar, deixar que ele exerça a sua singularidade, ao mesmo tempo em que aperfeiçoa a sua escuta para não entrar em processos de condução de seu cliente ou cair nas malhas da sedução. O supervisor tem como tarefa permitir que o estagiário realize os seus ensaios. A escuta cuidadosa do relato, das dúvidas e questões pode fazer com que o medo não tolha a criatividade emergente.

Na proposta do Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP privilegia-se o espaço para a narrativa, a maneira própria e singular do aluno ou jovem profissional de ver o caso. Há um destaque para a experiência de cada um, garantia do espaço da subjetividade, a construção da sua compreensão da situação. As descobertas que se fazem neste espaço de aprendizagem são construídas individualmente e pelo grupo.

Bibliografia

MAHFOUD, M. A vivência de um desafio: plantão psicológico. *In*: ROSENBERG, R. (org.) *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo, EPU, 1987.

MORATO, H. Serviço de aconselhamento psicológico do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: aprendizagem significativa em ação. *In: MORATO, H. (Org.) Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios.* São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. p. 27-43.

MORATO, H. & SCHMIDT, M. L. Aprendizagem significativa e experiência em grupo em instituição acadêmica. *In: MORATO, H. (Org.) Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios.* São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. p. 115- 128.

ROGERS, C.R. *Um jeito de ser.* São Paulo, EPU, 1983

ROSENBERG, R.L. *Aconselhamento centrado no cliente.* São Paulo, EPU, 1987.

ANAIS DE TRABALHOS COMPLETOS

O PLANTÃO PSICOLÓGICO COM OS “MENINOS DE L.A.”: O HIP HOP COMO INTERLOCUTOR DE SUAS TRAJETÓRIAS

Rodrigo Clemente Ballalai⁴

Regina C. P. Lourenço Furigo⁵

RESUMO

Através da experiência do projeto de Plantão Psicológico junto ao Programa de Liberdade Assistida (L.A./FEBEM-Bauru-SP) viabilizou-se uma atenção psicológica espontânea para os jovens inseridos nessa medida sócio-educativa. A Liberdade Assistida coloca-se como uma das alternativas para a abordagem jurídico-social de adolescentes com prática do ato infracional, levando-se em conta a capacidade do adolescente, as circunstâncias e a gravidade da infração, casos de ato infracional menos graves, como medida inicial, além de servir aos casos de egressos das medidas de internação e de semiliberdade, como etapa conclusiva do processo sócio-educativo. Muito embora o Programa L.A./FEBEM vise o atendimento integral das necessidades dos adolescentes, as crises e as demandas psíquicas emergenciais se sobrepõem, haja visto o contexto sócio-econômico e familiar que os jovens estão inseridos. Acenando os elevados índices de reincidências na drogadicção, criminalidade e os acentuados casos de psicopatologias encontrados. A proposta de Plantão Psicológico viabiliza um serviço de atendimento emergencial para as demandas emocionais imediatas desses jovens, sem a necessidade de agendamentos, destinado para quem a ele recorrer espontaneamente, em busca de ajuda para problemas de natureza emocional. A partir dos atendimentos realizados aproximamo-nos da realidade sócio-cultural desses jovens, evidenciando diversos elementos estéticos, simbólicos, uma linguagem peculiar, um entendimento de coletividade e seu agrupamento permeado por uma cultura particular, advinda principalmente das periferias de nossa cidade. Seus dramas pessoais, seus espaços de lazer, suas trajetórias na criminalidade e nas dependências químicas, bem como seus enfrentamentos e superações, eram invariavelmente ilustrados analogamente pelas canções dos *rappers*, principalmente dos grupos brasileiros de RAP. Observou-se a abertura de um espaço continente para tais demandas emocionais, prontamente atendidas e, sobretudo desvinculadas dos trâmites judiciais, conferindo assim um encontro de respeito e sigilo. Conclui-se a necessidade premente da atenção pormenorizada a estes jovens, bem como o entendimento das variadas expressões da cultura *hip hop* que contornam suas ações e subjetividades, possibilitando um espaço de livre expressão, uma escuta legítima e o acolhimento ágil desses sujeitos e suas dores.

*“Rato de rua
Irrequieta criatura
Tribo em frenética proliferação
Lúbrico, libidinoso transeunte
Boca de estômago
Atrás do seu quinhão*

*Vão aos magotes
A dar com um pau
Levando o terror
Do parking ao living*

4 Colaborador do Plantão Psicológico da Universidade do Sagrado Coração.

5 Supervisora do projeto de Plantão Psicológico da Universidade do Sagrado Coração.

*Do shopping center ao léu
Do cano de esgoto
Pro topo do arranha-céu*

*Rato de rua
Aborígene do lodo
Fuça gelada
Couraça de sabão
Quase risonho
Profanador de tumba
Sobrevivente
À chacina e à lei do cão*

*Saqueador da metrópole
Tenaz roedor
De toda esperança
Estuporador da ilusão
Ó meu semelhante
Filho de Deus, meu irmão.”
(Ode aos ratos, Chico Buarque, 2001).*

O Rap/embolada do compositor Chico Buarque acima transcrita, ilustra com seu peculiar brilhantismo, a trajetória sinuosa que muitos jovens brasileiros encerram em seu cotidiano, demarcados pela sua condição de excluídos às benesses da sociedade de consumo, bem como sua evidente vulnerabilidade social, não sendo, portanto desmedida a aproximação metafórica que a canção apresenta entre a população “marginal” e os lúbricos ratos de rua.

O acirramento das conjunturas sociais precárias impõe o chamado para novas práticas que atendam tais realidades sociais, buscando uma atuação efetiva e compromissada em sua transformação.

Rosa (2002, p.2) nos atenta para a quebra dos contratos sociais no mundo moderno, ocasionando para a grande parcela da população, o desamparo social, ou seja, a falta de recursos institucionais organizadores da vida (saúde, trabalho, educação, moradia, segurança, etc.), e a violência simbólica, “*que perpetua e submete os sujeitos ao discurso social dominante, promovendo sua adesão aos fundamentos da organização social que lhes atribui lugares marginais. Adesão seguida de conformismo e/ou irrupções de violência*”.

Contudo, a referida autora apresenta que as vicissitudes de uma escuta clínica permitem refletir “*sobre alguns dos efeitos subjetivos e intersubjetivos da pobreza extrema e da exclusão social*” (ROSA, 2002, p.2).

Como possibilidade de intervenção, a psicologia clínica propõe-se subverter os espaços ancorados nos discursos hegemônicos de indiferença e omissão frente a tal realidade vigente.

Vaisberg (2001) destaca que o psicólogo clínico na sua atuação profissional é o profissional com a formação que melhor se adapta à proposta de novas formas de atendimento ao sofrimento humano, enquanto saber humano.

Apoiado no entendimento de uma psicologia clínica comprometida socialmente, a proposta de uma atenção psicológica aos jovens do programa de Liberdade Assistida (L.A./FEBEM-SP), efetiva-se devido à necessidade de um trabalho psicológico com seus meninos e meninas, sinalizada pelas monitoras do programa. Bem como, por sentimo-nos desafiados com a possibilidade de levarmos o projeto de Plantão Psicológico desenvolvido com bons resultados na Clínica-Escola de Psicologia da USC (Universidade do Sagrado Coração), mais próximo de uma realidade sócio-cultural instigante e desconhecida *a priori*.

Com os atendimentos objetivou-se oportunizar um espaço de intervenção psicológica individualizada e pontual, garantindo-se um encontro sigiloso, desvinculado dos trâmites judiciais. A partir da procura espontânea pelo atendimento, buscou-se trazer o jovem de volta a níveis suportáveis de angústia, possibilitando se possível, a dissolução de seu conflito emergencial e tirá-lo momentaneamente da crise.

A Liberdade Assistida encontra-se como uma das alternativas para a abordagem jurídico-social de adolescentes com prática de ato infracional, levando-se em conta a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração (casos de ato infracional menos graves, como medida inicial) além de servir aos casos de egressos das medidas de internação e de semiliberdade, como etapa conclusiva do processo sócio-educativo (PEREIRA; MESTRINER, 1999).

Muito embora o Programa L.A./FEBEM vise o atendimento integral das necessidades dos adolescentes, compactuando com as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crises e as demandas psíquicas emergenciais se sobrepõem, haja visto a vulnerabilidade do contexto sócio-econômico e familiar que os jovens estão inseridos. Acenando os elevados índices de reincidências na drogadicção, criminalidade e os acentuados casos de psicopatologias encontrados.

O Plantão Psicológico viabilizou aos jovens do programa, como as seus familiares, um serviço de atendimento emergencial para as demandas emocionais imediatas desses jovens, sem a necessidade de agendamentos, destinado para quem a ele recorrer espontaneamente, em busca de ajuda para problemas de natureza emocional (CURY, 1999).

As educadoras sociais, dentro de seus atendimentos periódicos com os adolescentes, orientam e apresentam os horários disponibilizados pelo plantonista para o contato.

Realizou-se o atendimento em sala separada das educadoras, acolhendo-os imediatamente em seus momentos de crise, trabalhando-se a problemática que desencadeia tal crise, intervindo em caráter de urgência.

A partir dos atendimentos realizados, o Plantão Psicológico aproximou-se da realidade sócio-cultural desses jovens, evidenciando diversos elementos estéticos, simbólicos, uma linguagem peculiar, um entendimento de coletividade e seu agrupamento permeado por uma cultura particular, advinda principalmente das periferias de nossa cidade.

Seus dramas pessoais, seus espaços de lazer, suas trajetórias na criminalidade e nas dependências químicas, bem como seus enfrentamentos e superações, eram invariavelmente ilustrados analogamente pelas canções dos *rappers*, principalmente dos grupos brasileiros de RAP.

Para Scandiucci (2005, p. 4):

[...] essas manifestações artísticas e culturais da periferia viriam no sentido de denunciar e agir frente a esse sofrimento, vivido na escravidão e presente até hoje em condições semelhantes (no que diz respeito às condições materiais, ao preconceito sofrido devido às origens étnica e social etc.).

Assim, a apropriação de uma linguagem “*hip hop*” e suas variadas expressões, foram fundamentais para viabilizar o contato mais efetivo e verdadeiro entre o plantonista e seu cliente, como também ofereceu um valioso repertório simbólico para o aprofundamento desse encontro.

Entretanto, a pormenorização dos seus elementos culturais, a configuração psíquica de tais elementos, os processos identificatórios e diversas outras indagações concernentes ao universo *Hip Hop*, são dados indicativos para posteriores trabalhos investigativos.

Ao Plantão Psicológico, pode-se observar que os entraves institucionais e a falta de tradição de uma atuação psicoprofilática oferecida aos jovens cumpridores da medida ao longo de sua passagem por todos os outros programas sócio-educativos, dificultaram a adesão de uma forma bem mais significativa do que fora esperado.

Contudo, percebeu-se a abertura de um espaço continente para demandas emocionais dos adolescentes, prontamente atendidas e principalmente desvinculadas dos trâmites judiciais, conferindo assim um encontro de respeito e sigilo.

Cury (1999, p. 123) apresenta a propriedade de iniciativa e desafios permanentes como característica de uma atuação de Plantão Psicológico: “*A cada novo plantão aprendemos um pouco mais sobre as aflições de nossa comunidade e perdemos o medo de*

enfrentar nossas próprias angústias, ao tentarmos entrar em contato com o mundo do outro a partir de sua urgência”.

De maneira não sistematizada, coletaram-se depoimentos tanto das educadoras como dos jovens, apontando a pertinência do espaço de Plantão Psicológico. Entendeu-se, como Bartz (1997, p.25), que tal intervenção desempenhou algumas funções básicas:

- Terapêutica:** enquanto propiciador de cuidados;
- Preventiva:** na medida em que pode evitar a cronicidade de uma dificuldade circunstancial;
- Preparatória:** enquanto sensibilização no caso de tratamentos posteriores.

Longe de ser conclusivo este trabalho é uma tentativa de possibilitar a área de cuidados psicológicos aos meninos e meninas do programa de Liberdade Assistida. Foi proposta a idéia de Plantão Psicológico como:

forma de se poder ter uma visão mais ampla do escopo das necessidades dos jovens, familiares e equipe desta unidade, favorecendo num primeiro momento a possibilidade de escuta e esclarecimento da demanda e a possibilidade de contato e expressão dos sentimentos presentes (KOVACS, M.J. et al, 2001).

Ou seja, buscando a aproximação desses meninos “*de lá*”, do longínquo fosso aberto na estrutura social brasileira, onde os “*tenazes saqueadores das metrópoles*” puderam encontrar um espaço reassegurador de sua condição de semelhante, de irmão, ou de “*mano*”.

Referências Bibliográficas

BARTZ, S. S. Plantão Psicológico: atendimento criativo à demanda de emergência. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 1, n. 3, jan./jun., p. 21-34, 1997.

CURY, V. E. Plantão Psicológico em Clínica - Escola. In: MAHFOUD, M. (Org.). *Plantão Psicológico: novos horizontes*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 1999, v. 1, p. 120-135.

KOVÁCS, M. J.; KOBAYASHI, C.; SANTOS, A.B.B. ; AVANCINI, D. Implantação de um serviço de plantão psicológico numa unidade de cuidados paliativos. *Boletim de psicologia*, São Paulo, v. 51, n. 114, p. 1-22, 2001.

PEREIRA, I.; MESTRINER, M.L. (Coord.). *Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade: medidas de inclusão social voltados a adolescentes autores de ato infracional*. São Paulo: IEE/PUC-SP e Febem-SP, 1999.

ROSA, M.D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura*, n.2, p.1-13, 2002.

SCANDIUCCI, G. *Juventude negro-descendente e a cultura hip hop na periferia de São Paulo*: possibilidades de desenvolvimento humano sob a ótica da psicologia analítica. 2005. 140 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VAISBERG, T. M. J. A. *A função social da psicologia clínica na contemporaneidade*. Conferência de abertura do I Congresso de Psicologia Clínica, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001.

PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO MODALIDADE DE PRÁTICA NA CLÍNICA COMUNITÁRIA TERCEIRA MARGEM

Luís Fernando de Oliveira Saraiva⁶

Natália Felix C. Noguchi⁷

Paula Chieffi⁸

RESUMO

A Clínica Comunitária Terceira Margem foi constituída em 2003, por um grupo de psicólogos, com o objetivo de possibilitar o acesso a serviços de Psicologia à população vinda de diferentes regiões, que enfrenta dificuldades para pagar preços convencionais de psicoterapia e encontra nas clínicas-escola e serviços públicos longas filas de espera. Desde então, vem procurando criar serviços a partir da percepção de demandas, respeitando a diversidade de abordagens teóricas em Psicologia, e ser um espaço de formação e crescimento profissional a psicólogos (via articulação entre teoria, prática e produção de conhecimento). Em 2005, foi criado o Plantão Psicológico da Terceira Margem, serviço cuja proposta é atender o cliente no momento de sua urgência, com a visão de que a potência dessa modalidade de atendimento consiste em que, clareada a demanda, um encaminhamento mais apropriado pode ser discutido entre psicólogo e cliente, na escolha do caminho a seguir. Acreditamos que o atendimento em Plantão Psicológico – devido sua abertura ao inusitado e às singularidades – tenta romper com certos funcionamentos individualizantes e totalizantes, por procurar criar encontros que gerem desconstruções de modos adoecidos de ser e de estar no mundo, a partir do encontro com olhares outros - olhares que indagam o que não está indagado, possibilitando as descobertas de outros em nós, afirmando devires. O Plantão Psicológico faz parte de um importante compromisso da Terceira Margem: a (re)invenção de saberes e fazeres clínicos, a partir de um espaço de acolhimento que possibilita à pessoa olhar para si mesma de maneiras outras, permitindo-lhe novas experimentações. Traz consigo abertura, atenção à singularidade, democratização, experimentação de novas modalidades de atendimento, “deselitização” da Psicologia, aprimoramento pessoal e profissional do psicólogo, além de possibilitar uma postura crítica e questionadora dos saberes tradicionais.

A Clínica Comunitária Terceira Margem⁹

O nome Clínica Comunitária, ainda pouco trabalhado na literatura, e com distinções ainda a serem feitas com relação à Clínica Social, faz referência, no conjunto de práticas cotidianas, a um grupo de profissionais reunidos em prol de promover atendimento a baixo custo ou gratuito a uma população de baixa renda. Traz consigo a idéia de produção de conhecimento, formação, espaço de troca e aprendizado. Clínicas assim vêm sendo fundadas em todo Brasil, tendo como característica o foco em uma determinada opção teórica, visão de homem e de mundo, na qual os profissionais buscam aprimoramento.

6 Psicólogo formado pelo Instituto de Psicologia da USP, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: luisfos@uol.com.br.

7 Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: nataliafcnoguchi@hotmail.com.

8 Mestranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: paulachieffi@yahoo.com.

9 Clínica Comunitária Terceira Margem. Rua Harmonia, 1088, Vila Madalena. Telefone 3672-8531. Endereço eletrônico: terceiramargem@grupos.com.br.

A Clínica Comunitária Terceira Margem constituiu-se em 2003, por iniciativa de psicólogos recém-formados pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, unidos pela vontade de atuar na área social a partir da especificidade da psicologia. A prática que aglutinava interesses e perspectivas era a psicoterapia.

Nesse momento, a clínica tinha dois focos principais: dar continuidade à formação acadêmica em um formato não tradicional – a busca por aprimoramentos e especializações em grandes institutos e/ou o ingresso no mestrado – e o ideal de expansão do acesso das pessoas aos serviços de psicologia. Através de grupo de estudos, jornadas e elaboração de projetos, sempre atentos às necessidades de reavaliar e questionar sua atuação e seus regulamentos, a idéia era proporcionar o melhor atendimento ao cliente que à clínica chegava, além da formação dos profissionais, vinculando prática, supervisão e grupos de estudos como um tripé fundamental – seguindo a idéia da universidade. Contávamos, então, com 16 psicólogos recém-formados e supervisores vinculados ao projeto.

A clínica oferecia, então, psicoterapia à população (crianças, adolescentes, adultos e idosos), sob preços acessíveis, respeitando as possibilidades de pagamento de cada paciente. Pretendia-se atingir uma camada da população que enfrentava dificuldades para pagar a psicoterapia nos preços mais convencionais, e que encontra nas clínicas-escola e postos de saúde longas filas de espera – maciçamente, população de baixa renda. Acreditava-se que, com isso, poderíamos “*deselitizar*” a psicoterapia; buscávamos uma prática mais democrática.

Com o início do trabalho, notamos que a população que chegava à Terceira Margem, que contava apenas com divulgação informal, era não só de população de baixa renda, mas também de vizinhos da clínica e de estudantes e/ou jovens no momento de se tornarem independentes, na busca por um atendimento que pudesse ser custeado com seu próprio dinheiro.

Percebemos que o caráter comunitário não estava pautado no fator financeiro, mas no próprio funcionamento do grupo de terapeutas envolvidos na clínica. Isso se dava a partir da experimentação de modalidades psicoterápicas bem como do investimento na formação clínica e na possibilidade de atendimento oferecida aos clientes a partir desta experiência. É nesse momento que a Clínica se abre para psicólogos formados em diferentes universidades, o que contribuiu para ampliação das possibilidades de projetos e pensamentos.

Desde o princípio, o grupo funciona em regime de auto-gestão, em que todas as decisões e tarefas são rodiziadas – o que produz constante discussão e reformulação. Uma das peculiaridades da Terceira Margem com relação a outras clínicas é que seus

profissionais estudam diferentes linhas teóricas – para estar ligado ao trabalho, não é necessário ser vinculado à determinada vertente da psicologia - o que promove, a partir de olhares diversos, debates enriquecedores em torno de questões relacionadas à prática clínica, tais como: primeira entrevista, triagem, supervisão, plantão psicológico.

Nossos objetivos continuam a ser:

- Possibilitar o acesso a serviços de Psicologia à população vinda de diferentes regiões, que enfrenta dificuldades para pagar preços convencionais de psicoterapia e encontra nas clínicas-escola e serviços públicos longas filas de espera;
- Criar serviços a partir da percepção de demandas; respeitar a diversidade de abordagens teóricas em Psicologia, criando um espaço democrático de discussão;
- Ser espaço de formação e crescimento profissional a psicólogos (via articulação entre teoria, prática e produção de conhecimento).

Por conta do funcionamento em auto-gestão e de uma postura crítica frente à prática da Clínica, a Terceira Margem se abre a reformulações constantes. Sendo assim, atualmente contamos com dez psicólogos vinculados e disponibilizamos duas modalidades de atendimento: plantão psicológico para aqueles que procuram a Terceira Margem e atendimento psicoterápico aos clientes que demandam este tipo de cuidado no plantão. No momento, a forma de entrada dos clientes na clínica, bem como a supervisão dos atendimentos está em reformulação. Isso nos obriga a exercitar o pensamento clínico e criar dispositivos que atendam às atuais possibilidades e objetivos da clínica.

O Plantão na Terceira Margem

Até meados de 2005, a Terceira Margem tinha uma organização que seguia a seguinte rotina: o cliente interessado entrava em contato com a Clínica, por telefone, e era colocado em uma lista de espera, até ser encaminhado a um terapeuta disponível no momento. Este processo chegava a durar meses, o que comprometia a adesão dos clientes a um possível tratamento por se distanciar do momento de sua crise. Com o excesso de pessoas, a lista de espera começou a crescer vertiginosamente e passamos a refletir sobre o acolhimento que proporcionávamos aos clientes que nos procuravam num momento específico de fragilidade.

A partir da percepção desta demanda que a clínica não poderia atender em psicoterapia e de uma longa discussão acerca de atendimento em plantão, convocamos, como é de praxe no grupo, um evento em que especialistas no tema – profissionais que

criaram serviços desse tipo em diferentes lugares como hospital psiquiátrico, clínica-escola, cursinho pré-vestibular e centro de aprimoramento – contaram sobre suas experiências, apontando dificuldades e contribuindo para a discussão de como seria o Plantão nesta Clínica. Aliou-se a isso o desejo de experimentarmos outras modalidades clínicas e as diferentes experiências presentes no grupo como o atendimento em plantão no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) e no Laboratório de Estudos e Prática Fenomenológica Existencial (LEFE) – ambos do Instituto de Psicologia da USP –, o acolhimento de clientes da clínica da PUC de São Paulo em triagem e o pronto-atendimento em uma clínica pública de Brasília que trabalha com profissionais de psicologia, medicina e assistência social. Criamos, então, no segundo semestre de 2005, o plantão da Clínica Comunitária Terceira Margem.

Até o fim de 2006, o serviço contava com uma equipe de cinco psicólogos disponíveis toda segunda-feira, com entrada de clientes das 17 às 19h, para atender prontamente aqueles que o procuravam. Sobre seu funcionamento, relataremos com alguns detalhes a seguir.

Ferramentas para nossas ações

Conforme já mencionado acima, o cliente, então, tem dois modos de procurar a Terceira Margem: comparecer ao plantão, às segundas-feiras, para pronto-atendimento ou falar conosco ao telefone, para esclarecer eventuais dúvidas. O plantão, nesse caso, não é gratuito, pois não se trata de um serviço público nem assistencial – e sim uma modalidade de prática em uma clínica que se pretende comunitária, dependendo dos atendimentos para sua manutenção. Assim, temos observado que esta modalidade de atendimento, da forma como vem sendo desenvolvida na Terceira Margem, possibilita a criação de uma outra referência de serviço, também diferenciada por não se tratar de algo gratuito, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso de diferentes camadas da população a ele. A visão de Clínica Comunitária, presente desde a criação da mesma permanece “*deselitizando*” o acesso a serviços de psicologia e proporcionando, aos profissionais envolvidos, a experimentação em diferentes modalidades de atendimento.

Temos, ainda, algumas peculiaridades presentes no serviço, a serem pontuadas. Os atendimentos podem ser realizados por um ou dois profissionais de psicologia, como forma de ampliar olhares e, assim, romper com a necessidade de vínculo único a partir de uma relação dual. Há também uma preocupação, da nossa parte, com o cuidado ao cuidador. Sabemos que a situação de plantão é de extrema exposição de vulnerabilidade, dada à

abertura ao outro que se faz necessária. A possibilidade de atender em dupla coloca o grupo em sintonia desde a entrada do cliente, explicita as limitações existentes na relação psicólogo-cliente e cuida destas.

Nesse sentido ainda, o plantonista conta com uma Co-visão no momento do Plantão: acolhimento e cuidado dos terapeutas, com a criação de um território marcado por uma rede de solidariedade. Antes da entrada na sala, discutimos como os plantonistas estão naquele momento, suas disponibilidades, dificuldades e definimos quem vai para o atendimento. Na saída, acolhemos suas angústias, atentos não só ao relato de quem é o cliente que se apresentou, mas também à experiência do plantonista.

Como um cuidado posterior – e, não por isso, menos importante – há a supervisão, com a presença de profissional experiente em clínica e plantão, para discutir particularidades de cada caso, bem como nortear a atitude clínica, além de cuidar dos movimentos do grupo e da experiência coletiva e de cada terapeuta.

Com todo esse aparato, que acolhe não só o cliente, mas o psicólogo e permite que este se desenvolva pessoal e profissionalmente, é possível uma atitude crítica a cada passo do serviço. Faz-se necessário, portanto, pontuar que, em 2007, o Plantão se encontra em fase de reestruturação, com a formação de uma nova equipe, análise de demanda e criação de estratégias que facilitem o acesso de pessoas a este tipo de serviço.

Algumas de nossas concepções – norteadores para nosso trabalho

No desenvolvimento deste trabalho nos deparamos constantemente com o desafio de desconstruir a idéia de ajuda psicológica para as pessoas que procuram a clínica, colocando em questão explicações psicologizantes. Queremos que se torne possível indagá-las, fortalecendo e pondo em movimento os saberes daqueles que nos procuram. Essa desconstrução possibilita a abertura de um outro campo de diálogo para o cuidado de si, transformando condições adoecidas/patologizadas, na mesma medida em que se criam novos possíveis.

Como Canguilhem (2002), entendemos que a doença diz respeito à limitação de um ser humano a uma única condição, invariável. O doente é doente por só admitir uma norma. Essa norma acaba se propondo como um modo possível de eliminar diferenças, considerando-se que normalizar assume um sentido de impor uma exigência a uma existência que possui um caráter diversificado.

Transformar essas condições adoecidas e, assim, promover saúde significa potencializar a capacidade das pessoas serem normativas em quaisquer situações ou

ambientes. Normativo no sentido da capacidade de estabelecer novos padrões de vida, da capacidade de se adaptar a qualquer ambiente, isto é, o sujeito poder ter condições de impor suas próprias normas, ao invés de submeter-se a normas externas. O que caracteriza a saúde, então, é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e se instituir normas novas em situações novas. Saúde, portanto, é a possibilidade de nos mantermos criativos, capazes de (re)inventarmos-nos em todas as situações imagináveis.

Acreditamos que o atendimento em Plantão Psicológico – devido sua abertura ao inusitado e às singularidades – tenta romper com certos funcionamentos individualizantes e totalizantes, por procurar criar encontros que gerem desconstruções de modos adoecidos de ser e de estar no mundo, a partir do encontro com olhares outros, olhares que indagam o que não está indagado, possibilitando as descobertas de outros em nós, afirmando devires.

O Plantão Psicológico faz parte de um importante compromisso da Terceira Margem: a (re)invenção de saberes e fazeres clínicos. Procurando constantemente poder nos questionar sobre os efeitos dos modelos hegemônicos de clínica naquilo que nos propomos a fazer. Cruz (1997) resume bem alguns destes efeitos. As práticas hegemônicas fazem calar aquilo que é preciso fazer falar; naturalizam o sofrimento psíquico, expropriando do sujeito a possibilidade de produzir saberes sobre si e sobre suas condições de existência – saberes que podem operar importantes mudanças; tamponam angústias, que poderiam movimentar mudanças: *“o sintoma poderia ser pensado como um sinal de crise num território existencial que se cristalizou e que está em vias de se desmanchar”*. O tamponamento da angústia produzida nesse processo reconduz os sujeitos ao mesmo, à identidade, à *“normalidade”*. (p.47)

Essas práticas, ainda, individualizam e privatizam o sofrimento, fazendo com que, segundo a autora, este tipo de clínica se constitua como *“um poderoso dispositivo de controle social, na medida em que se constitui como um dos agentes do modo de produção de subjetividade hegemônico que é o modo indivíduo de ser gente”* (p.47).

A partir destas concepções, o Plantão da Terceira Margem se constitui como um espaço de acolhimento à experiência do cliente, procurando facilitar-lhe uma visão mais clara de si mesmo e de sua perspectiva ante a problemática que vive e gera um pedido de ajuda, isto é, a clarificação de demanda (MAHFOUD, 1987). Desta maneira, o atendimento em Plantão é uma tentativa de desvendar quais sofrimentos estão-se falando, quais sofrimentos mobilizam a procura por um serviço de psicologia.

Um espaço de acolhimento. Acolher significa dar crédito, oferecer escuta a alguém. O acolhimento significa interagir, se relacionar, co-produzir, admitir diferentes maneiras de viver. Acolher é, desta forma, ir contra aquilo que produziu desamparo, refletindo as produções que trouxeram as pessoas até o Plantão; é permitir à pessoa olhar para si mesma de maneiras outras, permitindo-lhe novas experimentações. A partir disso, um encaminhamento mais apropriado pode ser discutido entre psicólogo e cliente, potencializando a escolha deste no caminho a seguir.

Sendo assim, acreditamos que a prática de Plantão Psicológico vem de encontro à idéia que temos de clínica comunitária: abertura, atenção à singularidade, democratização, experimentação de novas modalidades de atendimento, “deselitização” da Psicologia, aprimoramento pessoal e profissional do psicólogo, além da postura crítica e questionadora dos saberes tradicionais.

Referências Bibliográficas

CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CRUZ, M. A. S. A clínica e seus efeitos na subjetividade. *Subjetividades Contemporâneas*, ano 1, vol.1, pp. 43-49. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1997.

MAHFOUD, M. A vivência de um desafio: plantão psicológico. *In: ROSENBERG, R.L. (org) Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987. p.75-83.

PLANTÃO PSICOLÓGICO MODALIDADE DE PRÁTICA INTERVENTIVA EM SITUAÇÃO DE CRISE

Tatiana Benevides Magalhães Braga¹⁰

Walter Cautella Jr.¹¹

RESUMO

Visando a inclusão social do divergente pelo resgate de sua cidadania, a atenção psicológica em hospital psiquiátrico de curta permanência se mostra pertinente em momento agudo de crise: a internação ocorre numa situação emergencial e não passível de trânsito, impossibilitando o cuidado de si mesmo. Delineando-se por vivências inóspitas da existência, o momento de crise também pode contemplar a ressignificação da experiência, pela tecitura de modos mais pertinentes de habitar o mundo. Neste entrecruzamento, entre sofrimento pelo esvaziamento de sentido e possibilidades geradoras de novos trajetos existenciais, é preciso contemplar as demandas emergentes na crise, em um curto período. O plantão psicológico acolhe e atende à busca por ajuda psicológica no momento mesmo da emergência da situação de dificuldade, propiciando a narrativa daquele que a vive e ampliando as possibilidades de compreensão e tecitura dos significados e sentidos entrelaçados nesta situação existencial. Os usuários do plantão psicológico aos pacientes e às famílias podem dele utilizar-se de acordo com sua conveniência. A disponibilidade do plantonista busca compor um espaço de ampliação do diálogo do usuário consigo mesmo e com o mundo, de modo a desenvolver novas compreensões e modos mais pertinentes de se colocar frente a seu contexto de vida, que permitam transitar pelas vivências desalojantes. Esta modalidade é privilegiada na proposta do serviço de psicologia não apenas por contemplar a situação crítica, abundante no contexto hospitalar, mas ainda por constituir um espaço privilegiado para a elucidação da demanda e seu encaminhamento. Assim, esse espaço transcende o aspecto terapêutico e pode servir como porta de entrada a outras modalidades de atendimento, auxiliando a constituição de uma rede de apoio em saúde, tanto internamente quanto externamente à instituição hospitalar. O espaço proporcionado pelo serviço, tanto em sua liberdade de participação quanto na facilidade de seu acesso, favorece ainda o exercício da autonomia, muitas vezes solapada no contexto institucional. Na disponibilização de informações e recursos para uma relação de ajuda efetiva num contexto de precariedade na saúde mental, atua no exercício do cuidado de si mesmo também em uma dimensão ética e política.

Plantão Psicológico em Hospital de curta permanência

O plantão psicológico em hospital psiquiátrico de curta permanência, presentemente apresentado, vem sendo desenvolvido desde 1992, sendo o primeiro Serviço de Plantão Psicológico em hospital psiquiátrico do Brasil. O plantão psicológico no contexto da internação psiquiátrica de curta permanência se configura por oferecer atendimento psicológico no momento mesmo da emergência de uma situação de dificuldade ou crise, abundantes no contexto hospitalar, em curto período de tempo, mediante a formulação do pedido de ajuda pelo usuário. É, portanto, uma modalidade interventiva pertinente e

10 Psicóloga da Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, Mestre em Psicologia pela USP, Doutoranda em Psicologia na USP, Supervisora do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial do Instituto de Psicologia da USP.

11 Psicólogo, Diretor de Serviços Multidisciplinares da Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, Mestre em Psicologia pela USP, Especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar pelo Conselho Regional de Psicologia, Supervisor do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial do Instituto de Psicologia da USP.

alinhada à internação de curta permanência e à situação de crise, favorecendo e intensificando as possibilidades de cuidado de si durante o período de internação.

A organização dos serviços de plantão psicológico aos diferentes usuários foi realizada a partir de uma cartografia (MORATO, 1999; MAIRESSE e FONSECA, 2002), verificando e considerando a acessibilidade de cada serviço àqueles que seriam atendidos. Os internos, familiares e funcionários são informados dos dias e horários de disponibilidade do psicólogo no hospital. Um aspecto importante concernente à organização do serviço é a realização de sua maior divulgação possível, de modo a orientar o usuário. Esta divulgação é realizada de acordo com as brechas e espaços pertinentes ao próprio contexto da instituição, favorecendo o acesso às informações pela integração destas aos espaços e atividades cotidianas, conforme será abordado em relação a cada serviço separadamente. Outro aspecto a ser considerado é a facilidade de acesso ao serviço, tanto pela ausência de burocracia para solicitar atendimento quanto pela localização física do atendimento, sempre próximo aos locais já usualmente freqüentados pelos usuários. Deste modo, o psicólogo encontra-se, em cada plantão, nas próprias alas de internação, próximos à sala de espera e áreas de visita ou aos locais de circulação de funcionários, ou seja, em locais que facilitam o acesso do usuário ao psicólogo.

Estes dois aspectos devem ser ressaltados em razão do próprio contexto institucional em que o plantão psicológico é oferecido. Sendo uma instituição fechada e que tende à organização repetitiva de suas atividades, a possibilidade do oferecimento de um serviço não hierarquizado e de freqüência livre, diferentemente de outros serviços existentes na instituição, se efetiva pela facilidade concreta de seu acesso. Neste contexto, a proposta de plantão psicológico, tornando possível a procura espontânea do usuário, a partir da identificação de um mal-estar, o qual este deseje expressar, trabalha no sentido do exercício da livre escolha e do cuidado de si mesmo, abrindo espaço para a escuta das subjetividades no contexto institucional.

A partir do pedido formulado pelo usuário, o atendimento em plantão psicológico terá como horizonte o esclarecimento de uma demanda. Nesta perspectiva, é na relação terapêutica, enquanto espaço de solicitude, testemunho da experiência, circulação da palavra e elaboração do vivido, que se poderá circunscrever as vivências, nomear os afetos, clarear o contexto existencial, possibilitando a elaboração dos próprios projetos e necessidades. É nesta direção que se torna possível o clareamento de uma demanda, enquanto possibilidade e sentido para levar adiante a própria existência, construindo os modos do cuidado de si. Assim, por um lado o plantão psicológico se constitui como um espaço de resgate e

construção de uma auto-referência, no sentido da possibilidade de apropriação e invenção dos próprios referenciais e da própria subjetividade na orientação de si, e, por outro, serve à aproximação entre usuário e psicólogo, desconstruindo e questionando o distanciamento instituído pelo lugar do especialista (BRAGA e CAUTELLA, 2006). Neste sentido, orienta-se pela atenção e promoção de outras formas possíveis de subjetivação (FOUCAULT, 1995).

Desta forma, o plantão psicológico tanto favorece a narrativa experiencial do usuário, por meio da solicitude do psicólogo no momento do emergir das vivências, quanto seu encaminhamento, enquanto modo de dirigir a si mesmo e o próprio cuidado, dentro das especificidades de cada encontro. Especificidades que excedem, muitas vezes, a alçada do psicólogo, e podem incluir serviços existentes no próprio hospital, tais como terapia ocupacional, serviço social, oficinas e cursos, serviço médico, entre outros. Nessa perspectiva, a proposta do plantão psicológico apresenta-se como modalidade de prática clínica pertinente à intervenção em situação de crise, pois amplia as possibilidades de compreensão e tecitura dos significados e sentidos entrelaçados neste contexto e configura-se como espaço privilegiado para o exercício do próprio cuidado, na elucidação da demanda e em seu encaminhamento específico.

Plantão Psicológico a pacientes: solicitude na emergência da queixa

No plantão psicológico aos internos, o próprio contato com o psicólogo, no setor e em outros espaços terapêuticos, e o acesso a quadros com as atividades do hospital em cada setor, possibilitam uma divulgação direta do serviço. Além disso, há uma divulgação indireta, por pessoas internadas há mais tempo e outros funcionários, geralmente da equipe de enfermagem, e a divulgação realizada no Grupo de Acolhimento, do serviço de Terapia Ocupacional, pelo qual os internos recentes são informados das várias atividades e horários da instituição. O usuário tem acesso direto ao serviço por sua solicitação pessoal ao próprio psicólogo, já que este se encontra, nestas ocasiões, nas próprias alas de internação.

Um outro aspecto deve ser considerado no tocante ao plantão psicológico ao interno no contexto psiquiátrico: tendo a instituição, muitas vezes, o foco no sofrimento como “*doença mental*”, é usual a prática de administração de medicação extra (além da usualmente tomada pelo interno) em situações de emergência de sentimentos de angústia e desamparo. O plantão psicológico, ao possibilitar um espaço de escuta pertinente ao cuidado nestas situações, propicia uma outra forma possível de compreender e lidar com o sofrimento, questionando e reorientando, no decorrer de sua própria prática, esta reificação

do sofrimento como “doença” e abrindo a possibilidade de outras compreensões possíveis, constituídas a partir da própria experiência subjetiva do usuário.

Estes aspectos se ilustram, por exemplo, no atendimento de uma interna que será denominada Edna, neste relato. Edna possuía um histórico de algumas internações, ocasionadas por atitudes de irritação e agressão à família, insônia e grande ansiedade. Ela acreditava que o que se passava consigo “*estava na cabeça*” e apenas a medicação, enquanto recurso externo, e os profissionais de saúde, enquanto donos de um saber técnico sobre ela, poderiam “*curá-la*”. Assim, no desenrolar de suas crises de ansiedade durante os primeiros dias da internação, buscava a equipe de enfermagem do hospital, solicitando que “os doutores” procedessem de modo a “*tirar*” sua ansiedade.

A partir da ocorrência deste episódio durante o plantão psicológico, foi possível a Edna solicitar ajuda por meio de outra via possível: um espaço de escuta e acolhimento. Neste espaço, foi possível perguntar sobre as vivências e a atitude de Edna. Deste modo, Edna pôde relatar sua percepção de si mesma, em que se apresentava um sentimento de impossibilidade e impotência, relacionado às vivências de descontrole de crises anteriores e a inúmeros episódios em que se viu e se sentiu incapaz. Foi possível, então, apontar-lhe o quanto estas vivências a constituíam e perguntar se sua atitude, ao depositar todas as suas expectativas em alguém que a “*curasse*”, não seria um “*esquecimento*” de si mesma que não lhe possibilitava abarcar os próprios afetos. Edna, ao final do atendimento, percebeu então que, embora ainda estivesse angustiada, sentia-se mais aliviada.

Deste modo, Edna passou a procurar o plantão psicológico nos momentos em que se sentia angustiada. Este momento pôde se caracterizar então, como uma vivência da possibilidade de estar junto aos próprios sentimentos, na medida em que havia um acesso a um espaço de acolhimento, sem a necessidade de uma assepsia. A princípio, Edna perguntava e falava de si pedindo que o psicólogo lhe explicasse seus sentimentos. A partir dos questionamentos e da possibilidade de apontar seus sentimentos a partir de sua própria fala, Edna foi, gradualmente, conseguindo perguntar não mais ao psicólogo, mas a si mesma o que sentia. Ela relatava, também, os momentos de emergência dos afetos como momentos favorecedores de seus questionamentos, já que por sua intensidade, conseguia percebê-los mais proximamente. Edna buscou com frequência o Plantão durante as duas primeiras semanas de internação, comparecendo neste espaço cinco vezes, além de seu

comparecimento no Grupo de Atenção Psicológica¹² (modalidade de atendimento que ocorre duas vezes por semana).

Em um terceiro momento, participou apenas do Grupo de Atenção Psicológica, que freqüentou durante todo o período de sua internação. Seu olhar, porém, voltou-se à reflexão acerca de sua percepção e relação com outros (tomava, muitas vezes, pessoas de sua família como potenciais realizadoras ou impedidoras de acontecimentos em sua própria vida, estabelecendo relações de dependência). Reapropriando-se de sua responsabilidade sobre si, Edna passou a resgatar seus recursos negados (lembrou-se que criara os irmãos na ocasião da morte dos pais, que já trabalhara, etc.), e a buscar caminhos pelos quais pudesse revalorizar a si mesma. Assim, durante suas licenças, matriculou-se na escola (Edna havia parado os estudos na terceira série), e procurava outras formas de cuidado de si (conseguiu inserir-se numa atividade de um centro de convivência público e marcar consultas médicas no posto de saúde próximo a sua residência).

Deste modo, o plantão psicológico buscou constituir uma relação clínica que, revelando-se como referência, permitiu que o próprio usuário transfigurasse uma vivência de si marcada pela negatividade e uma vivência do mundo unicamente como desalojante. A experiência de uma solicitude e reflexão imediata, tal como ocorre no plantão psicológico, favoreceu o trânsito pelo momento de crise, abrindo a possibilidade de novas percepções pela vivência de outros modos de relação consigo e com o mundo, no resgate da importância da própria palavra, na reflexão sobre a própria história e sobre os próprios afetos, na possibilidade de compartilhamento e de apropriação dos espaços. Ao atuar na intensidade própria da emergência da situação de crise, o plantão também favorece a articulação das múltiplas dimensões – afetiva, cognitiva, social – em que a experiência é vivida. É a partir da percepção do próprio enredamento, vivido nas situações concretas de vida, que a transfiguração das percepções de si e do mundo se faz possível.

Por meio desta modalidade interventiva, permitiu-se que a própria experiência de acolhimento, questionamento e escuta no momento de emergência do desamparo lançasse as bases para um novo modo de perceber a si mesmo. Esta reconfiguração de si possibilitou, posteriormente, a construção de vias e projetos que permitissem orientar novos rumos existenciais. Nesta empreitada, ressalta-se a solicitude do profissional plantonista: por meio desta, pode-se estabelecer um espaço que privilegie o diálogo do usuário consigo mesmo e com o mundo, de maneira que possibilite a transfiguração do imediato em mediável pela

12 Braga e Cautella (2006).

palavra, resgatando novos sentidos para o existir e constituindo respostas mais habilidosas frente àquilo que se apresenta na relação do sujeito com o mundo.

Ao viabilizar a voz àquele que sofre, permitindo legitimar e transitar pelos afetos presentes na emergência da crise, o plantão psicológico trabalha também no sentido do resgate da cidadania. Como afirma Arendt (2001), diante daquilo que é visto e escutado com outros, até mesmo *“as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura”* até que sejam transformadas de modo *“a se tornarem adequadas à aparição pública”* (p.59,60), pois é esta esfera que permite a constituição de si e do mundo, pelo compartilhamento com outros, vinculando o que é sentido e percebido à ação humana no mundo e resgatando a dignidade, isto é, o direito de voz e pertença, da experiência daquele que fala.

Plantão Psicológico aos familiares: cuidando das inter-relações no contexto de crise

A divulgação do plantão psicológico aos familiares é realizada, também, de várias formas. Há um aviso em quadro na sala de espera do hospital, constando dias e horários de atendimento, bem como pôsteres que ilustram o trabalho do Serviço de Psicologia no hospital, incluindo o plantão psicológico a familiares. Além disso, é entregue, na ocasião da internação, um folheto ilustrativo dos serviços do hospital, no qual constam horários e dias do plantão psicológico à família. O serviço é, também, divulgado aos próprios internos, que podem relatá-lo a seus familiares, e por meio do atendimento médico, em que a equipe médica também relata esta possibilidade às famílias atendidas. Ao disponibilizar, pela cartografia, dias e horários acessíveis, o plantão psicológico às famílias leva em consideração os dias de atendimento médico e do serviço social, bem como o horário de visita dos familiares aos pacientes, buscando concentrar-se nestes períodos. Esta organização é fundamental para permitir a frequência das famílias, já que muitas delas são de baixa renda e têm moradia distante do hospital. Desta forma, não podem voltar ao hospital com assiduidade e é necessário o aproveitamento do tempo já disponibilizado no cuidado ao familiar.

O plantão psicológico familiar visa abrir espaços de escuta clínica para que a família expresse seu mal estar, tanto no tocante à vivência desagregadora na dinâmica familiar, concomitante à situação de crise, quanto em relação a outras dificuldades vividas, e possa reorientar seu trânsito, rearticulando-se de modo mais pertinente. Além disso, pode servir, algumas vezes, como espaço de atendimento da família e do paciente em conjunto,

resgatando as possibilidades de diálogo – fala e escuta – no contexto familiar. A frequência é livre e a decisão em relação ao modo de ocorrência do atendimento é sempre da própria família, havendo situações em que são atendidos vários membros de uma mesma família em conjunto, em que alguns membros da família são atendidos separadamente, em que o interno é atendido em conjunto com sua família e também situações em que outras pessoas da rede de relações do interno (amigos, vizinhos, entre outros) são atendidas no plantão, em conjunto ou não com a família.

Há, ainda, uma variabilidade de solicitações e questões que a família expressa no plantão. Muitas vezes, há uma correlação da família ao atendimento médico, e esta procura saber, pela voz do especialista, “*como o interno está*”. Há também situações em que a família tende a perceber o interno como depositário das fragilidades e sofrimentos presentes em toda a sua dinâmica de relações. Outras vezes, a família comparece pelo pedido do próprio interno, dispondo-se a discutir a dinâmica de relações que é percebida como influenciadora do sofrimento de todos, ou expressa uma solicitação própria frente a uma situação de dificuldade.

Frente a estas solicitações, o espaço de plantão é, fundamentalmente, um espaço de escuta, questionamento e reflexão da experiência, buscando clarear as questões, percursos e contextos existenciais daqueles que o procuram. Deste modo, é preciso compreender a prática clínica psicológica em um campo que “*não se restringe a pensar a subjetividade reduzida à interioridade do indivíduo e à clínica como prática intersubjetiva*” (FERREIRA NETO, 2004), mas como uma prática que estabelece um campo de construção e desconstrução de subjetividades, no entrecruzamento de discursos e práticas hegemônicas e submetidas, reconhecidas e desconhecidas, legitimadas e refutadas, que fomentam os processos de subjetivação. A clínica, compreendida amplamente e procurando abarcar a multiplicidade fenomenal da experiência, deve atentar para estas múltiplas faces de conflitos, resistências, versões e subversões, transformação e criação, que muitas vezes se apresentam de maneira entrecruzada e ambígua, frente aos discursos e modos de subjetivação dominantes, buscando questionar e refletir acerca das inter-relações e da genealogia das experiências presentes.

Para ilustrar algumas questões abordadas no plantão familiar, será citado brevemente um atendimento. A família de Lúcia, composta pela filha, Jéssica, de 14 anos, e os pais, João e Iara, por volta de 60-70 anos, procurou o Plantão Psicológico por conta própria, buscando entender melhor o que acontecia com a interna, que há três meses não se alimentava ou tomava banho por si mesma. Estavam muito preocupados, por ser a primeira internação dela

e nunca a terem visto no estado em que se encontrava. Ao relatarem as atitudes da própria paciente e a convivência familiar, porém, começaram a reconhecer inúmeros aspectos vividos com sofrimento por toda a família: havia muitas discussões entre João e Iara, por problemas do cotidiano, como o que deveria ser cozinhado no almoço ou o que faria no final de semana; a referência aos sentimentos ou aos modos de ocorrência das relações familiares era vista como sinal de fragilidade, sendo um assunto pouco abordado, a própria Lúcia já havia dito anteriormente sentir-se “*sufocada*” no ambiente familiar, o que não foi considerado muito importante, já que todos concordavam ser um ambiente “*difícil*”, Jéssica dizia sentir-se sobrecarregada, pois ela tinha de preocupar-se com os avós e a mãe enquanto as amigas de escola brincavam.

Ao relatar as questões vividas no ambiente familiar, foi possível o reconhecimento de uma dificuldade de escuta, que remetia a aspectos do casamento de João e Iara: Iara passou a relatar inúmeros acontecimentos nos quais se sentiu incomodada na relação com João, e que nunca houvera falado a este. Discutiram então sobre a época em que casaram e as dificuldades de diálogo advindas desde suas famílias, bem como dificuldades financeiras muitas vezes vividas como desesperadoras e colocadas em primeiro plano ao longo da história de vida familiar. Ao mesmo tempo, outros aspectos desta falta de escuta eram apontados por Jéssica, que passou a relatar inúmeras atitudes de sua mãe e sua tia que a sufocavam, inclusive sua preocupação quando viu a tia guardar uma faca no guarda-roupa, chamando a atenção de suas avós para outras atitudes que “*contavam*” sofrimentos e dificuldades de compreensão vividas pela família. Reconsiderando as atitudes das filhas, João e Iara puderam reconhecer inúmeros aspectos geradores da crise vivida por Lúcia e, para além desta crise, uma série de atitudes das duas filhas que “*falavam*” de uma extrema dificuldade de abordar sua afetividade, não apenas por parte de Iara, mas no contexto familiar vivido por todos. Iara simboliza esta situação quando afirma “*Acho que em casa está todo mundo meio maluco, por que ninguém se ouve, mas todo mundo quer falar*”.

Nesta situação, pode-se perceber um entrecruzamento de dimensões, que permeiam não apenas as relações entre diversos membros da família e entre cada um consigo mesmo, mas também aspectos sociais que se relacionam e influenciam as vivências abordadas pela família. Questões relacionadas ao atual cenário de desamparo econômico e social de grande parte da população (VAISBERG, 2003; MORATO, 1999), à desvalorização cultural das questões do sensível e da subjetividade em uma sociedade marcada pela racionalidade instrumental e pela eficácia (ARENDDT, 2001; BAUMAN, 2001; MORIN, 1985), à ausência, precariedade e crescentes dificuldades de muitas instituições em contribuir no seu âmbito de

ação à promoção de bem-estar (VAISBERG, 2003), se presentificam na situação familiar abordada. Assim, a família de Lúcia, constituída em meio a inúmeras dificuldades financeiras e a escassos momentos de encontro e diálogo entre seus membros, sem acesso a informações sobre serviços terapêuticos públicos e com inúmeras dificuldades de relacionamento e enfrentamento das situações cotidianas, chega ao plantão em um momento de crise que, se vivido por Lúcia de modo paralisante, não se restringe a ela, e expressa a ausência de direcionamentos e pertinências em meio à inospitalidade das situações concretas e simbólicas de vida.

Neste sentido, a atenção psicológica no momento de crise, ao considerar a família, amplia as possibilidades de compreensão e transformação da experiência, ressignificando e refletindo sobre as subjetividades constituídas na historicidade das relações humanas. Por outro lado, deve contemplar as possibilidades e dificuldades vividas no próprio contexto familiar, cuja realidade concreta, muitas vezes, é plena de condições de vida economicamente precárias e social, subjetiva e politicamente desfavoráveis. Neste aspecto, o Plantão Psicológico possibilita ainda o acesso concreto aos atendimentos internos e externos ao hospital, tanto no tocante à orientação sobre especialidades e localidades dos atendimentos disponíveis na rede pública de saúde e disponibilização de documentação quando esta é exigida (atestado de atendimento, encaminhamentos, entre outros), quanto no tocante às possibilidades de atendimento no próprio hospital, encaminhamento para orientação em questões médicas e de assistência social.

Assim, a partir de uma concepção fenomenológica existencial da crise e de uma concepção cartográfica da investigação clínica em instituições, desenvolveu-se o Plantão Psicológico a Familiares como uma modalidade interventiva em que convergem diversas interfaces dos aspectos concretos e simbólicos de vida, que devem ser considerados e problematizados em sua complexidade, tendo como horizonte uma intervenção pertinente e cuidadosa.

Considerações finais

O plantão psicológico pôde construir uma intervenção que, a partir da própria práxis, estabelece referenciais para uma atuação clínica contextualizada, promotora do questionamento das relações e vivências humanas enquanto matéria prima para suas transformações. Desta forma, ocorre o entrelaçamento entre cuidador e cliente, em uma relação que busca tanto captar sua experiência – que, a partir disto, pode compreendê-la e rerepresentá-la investida de novo sentido – como possibilitar a própria afetabilidade do

psicólogo, na abertura para as múltiplas significações do contexto e para a indagação a partir dos quais novas reflexões podem ser tecidas, abordando o fazer clínico também como prática de pesquisa na re-invenção cotidiana de significados, falas, sentidos e práticas dos atores sociais e institucionais.

Outra questão a ser considerada em relação ao Plantão Psicológico, tanto aos pacientes quanto à família, relaciona-se à escassez e dificuldade de acesso da população a um atendimento psicológico. É bastante comum, no contexto dos atendimentos em saúde pública, a ausência de atendimento psicológico por inexistência de serviços próximos à residência do usuário, por ausência de informações acerca dos serviços disponíveis e por ausência de encaminhamento e esclarecimentos a respeito do atendimento psicológico à população. Grande parcela da população possui acesso apenas ao atendimento médico e ao tratamento medicamentoso, sem possibilidades ou com grandes restrições a uma relação de ajuda efetiva, havendo até mesmo situações, em bairros periféricos onde o atendimento em saúde é precário, em que o usuário de saúde mental tem acesso apenas a um clínico geral, que repete a receita médica fornecida pelo psiquiatra no momento da alta hospitalar.

Aliadas a esta situação, encontram-se outras condições de precariedade econômica e social, dificultando ainda mais o acesso da população a uma relação de ajuda efetiva e muitas vezes reificando um discurso exclusivamente biológico em torno do sofrimento psíquico. Assim, a abertura possibilitada pelo Plantão Psicológico possibilita resgatar a questão da clínica psicológica na atualidade, que contempla a “*produção social e cultural de novas formas de padecimento*” (VAISBERG, 2003, p.95), considerando os “mais diversos modos de sofrimento humano, que vão desde variadas situações de doença física até radicais condições de precariedade social.” (ibid., p. 96). Opera também como uma rede de encaminhamentos e apoio em saúde já que muitas vezes a população não possui conhecimento de sua demanda e informações sobre serviços disponíveis, além de dificuldades como carência de recursos públicos e precariedade financeira da família. Nesta práxis, atua-se, ainda na promoção de cidadania da população, atentando para as possibilidades de acesso concreto a direitos e condições mínimas de vida. Neste sentido, podemos considerar inúmeros meios pelos quais ocorre uma objetificação de grande parcela da nossa população, através da dificuldade de acesso a recursos de saúde, educação, seguridade social, etc. Desse modo, atentar para a cidadania é também possibilitar este acesso a uma população cuja realidade sócio-econômica precária já e em si mesma excludente.

Considerar a subjetividade a partir dos múltiplos aspectos e contextos nos quais é engendrada permite a constituição de ações contextualizadas que acompanham as falas, os gestos, as relações, as conexões e entrecruzamentos no bojo dos quais emerge a busca por auxílio psicológico. Assim, uma abordagem ampliada e investigativa da clínica e a flexibilidade possibilitada pelo plantão psicológico, enquanto modalidade interventiva, permite, através de suas práticas e reflexões, a apreensão e compreensão de um modo de ação que é capaz de, mantendo sua consistência, reconfigurar-se para contemplar a solicitação das demandas em suas especificidades e na abertura de possibilidades para questionamentos e transformações dos contextos e ações humanos.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. *A Condição Humana*. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

BRAGA, T.B.M. e CAUTELLA, W. *Plantão Psicológico: atenção e cuidado acolhendo o momento de crise*. Painel apresentado em CRP/06 - I Fórum Regional em Saúde Mental, São Paulo, Brasil, 2006.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CAUTELLA, W. e BRAGA, T.B.M. Grupo de Atenção Psicológica: mosaico de interfaces político-ético-clínicas. Disponível em:
<http://www.hospitaleiras.org/Objects/Pagina.asp?ID=186>. Acessado em: 22/03/2007

FERREIRA NETO, J. L. *A formação do Psicólogo: clínica, social e mercado* São Paulo: Escuta Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2004.

FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho: O sujeito e o poder. *In: RABINOW & DREYFUS. Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MAIRESSE, D. e FONSECA T. M. G., *Dizer, escutar, escrever: redes de tradução impressas na arte de cartografar*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 111-116, jul./dez. 2002.

MORATO, H.T.P. Aconselhamento Psicológico: uma passagem para a transdisciplinaridade. *In: MORATO, H.T.P. Aconselhamento Psicológico: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985 6ed.

VAISBERG, T. M. J. A. *Ser e fazer: interpretação e intervenção na clínica winnicottiana*. São Paulo: IPUSP, 2003, vol.14, no.1, p.95-128.

PLANTÃO PSICOLÓGICO EM GRUPO: PRIVILEGIANDO A PLURALIDADE

Izabel Almeida¹³

Luis Fernando de Oliveira Saraiva¹⁴

Maria Cristina Rocha¹⁵

RESUMO

O Plantão Psicológico em Grupo foi desenvolvido como projeto-piloto no Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP. O atendimento oferecido pelo Plantão se constitui como um espaço de acolhimento ao cliente no momento de sua busca por atendimento psicológico, de forma a proporcionar um encontro que facilite a compreensão das experiências desse momento de vida gerador do pedido de ajuda. A contextualização das questões colocadas pelo cliente e suas relações com o passado (como se cuidou até agora), o presente (como está se cuidando) e o futuro (como projeta seu cuidado) promovem a abertura de olhares, o estranhamento do conhecido e uma aproximação cuidadosa com o estranho, promovendo o questionamento de modos adocidados de ser e de estar no mundo, na mesma medida em que se criam novas experimentações e novas possibilidades de vida. A utilização do dispositivo grupal no atendimento em Plantão adquire um caráter de ampliação dos espaços coletivos de acolhimento e de trocas; uma contestação à redução da experiência subjetiva aos modos de existência individualista. Apostando no potencial terapêutico do convívio entre as diferenças, procuramos construir um espaço de interlocução nos grupos, entendendo que isso pode promover rupturas em concepções cristalizadas, descortinando, ainda, potencialidades e recursos para lidar com as situações emblemáticas da existência. O potencial terapêutico dos integrantes do grupo é ferramenta essencial no atendimento. Desenvolvendo um encontro solidário, procuramos, a partir da experiência do outro, que todos pudessem reconhecer-se. Este encontro com o outro indaga o que não está indagado, produz novas conexões, possibilita descobertas de outros em nós, afirma devires. A abertura ao inusitado, às singularidades e à pluralidade torna o atendimento em grupo privilegiado para fazer emergir a experiência do múltiplo, do vir a ser, permitindo a ruptura de modos de funcionamento individualizantes e totalizantes.

Foi em 1969, nos bancos do jardim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que nasceu o Plantão Psicológico, hoje alojado no Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia. Dois professores – Rachel Rosenberg e Oswaldo de Barros –, corajosa e sensivelmente perceberam a necessidade de compartilhar experiências de alguns alunos e a disponibilidade de escuta dos formandos em Psicologia, uniram essas forças e criaram o Plantão.

Durante esses 38 anos de existência, o Plantão passou por várias mudanças na constituição de sua equipe, no espaço físico que ocupa, na área geográfica que atende. Discussões teóricas, questionamentos e o contato com limites e possibilidades fazem parte

13 Psicóloga da Casa de Acolhida Pinheiros, formada pelo Instituto de Psicologia da USP. Endereço eletrônico: zizalmeida@hotmail.com

14 Psicólogo formado pelo Instituto de Psicologia da USP, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: luisfos@uol.com.br

15 Psicóloga do Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP, mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Endereço eletrônico: crisr@usp.br

do cotidiano de trabalho dos plantonistas, professores e psicólogos que o colocam em prática. É esse constante movimento que dá o tom de sua plasticidade e que tem permitido que várias outras instituições se inspirem no Plantão Psicológico do SAP para criar propostas de atendimento psicológico por todo o Brasil.

O atendimento oferecido pelo Plantão, como o concebemos, se constitui como espaço de acolhimento ao cliente no momento de sua busca por atendimento psicológico, de forma a proporcionar um encontro que facilite a compreensão das experiências desse momento de vida gerador do pedido de ajuda. A contextualização de como foram sendo produzidas as questões colocadas pelo cliente e suas relações com o passado (como se cuidou até agora), o presente (como está se cuidando) e o futuro (como projeta seu cuidado) promovem a abertura de olhares, o estranhamento do conhecido e uma aproximação cuidadosa com o estranho, promovendo o questionamento de modos de ser e de estar no mundo, na mesma medida em que se criam novas experimentações e novas possibilidades de vida. O encontro pode ter a duração de uma sessão ou um pouco mais. Não há um limite rígido, mas, geralmente, não ultrapassa três sessões. Finda quando o cliente reconhece um caminho que lhe parece o mais apropriado para si mesmo, nesse momento. Pode ficar satisfeito com o plantão ou querer iniciar uma psicoterapia ou encaminhar outras atividades que lhe pareçam terapêuticas.

Esse processo se dá numa relação em que as duas pessoas envolvidas, naquele momento, - cliente e plantonista – se debruçam sobre as questões que impulsionaram a procura por atendimento psicológico e buscam a compreensão e a contextualização do vivido como dor, sofrimento, confusão. É como se estabelecesse um conselho,

que nos remete a consilium, que significa com/unidade, com/reunião. Esta significação é importante, pois supõe a ação de duas ou mais pessoas voltadas para a consideração de algo. É a própria noção de um conselho: várias pessoas reunidas para examinar com atenção, olhar com respeito, para deliberar com prudência e justiça. (SCHMIDT, 1987).

Esse debruçar-se conjunto provoca olhares e escutas inéditos, confirma percepções, inaugura espaços de acolhimento interno, desarruma ordenamentos enrijecidos, repetitivos. Nesse processo, promove-se uma abertura para o novo, como ressignificação de experiências. São novos olhares, novos espaços, novas escutas que permitem que algo seja compreendido e projetado como seu cuidado futuro. Futuro que se confunde com passado e presente, pois na medida em que uma experiência é recontada, revivida, se atualiza, se

presentifica e se projeta. O tempo aqui colocado – presente, passado e futuro – é o tempo da vivência e não o tempo cronológico.

Com a promoção desse conselho, onde os diferentes são vividos como tal – o terapeuta pergunta, questiona, estranha –, ainda que o caminho privilegiado seja o do cliente, outras visões são bem-vindas. Foi a partir dessa compreensão de encontro entre psicólogo e cliente que surgiu a idéia de realizarmos plantão em grupo. A idéia era experimentar uma potencialização dessa diversidade, intensificando sua presença.

O trabalho grupal não é novidade para a Abordagem Centrada na Pessoa – referencial teórico que ancora o Serviço de Aconselhamento Psicológico. Grupos de Encontros são uma tradição, sendo tema de vários livros. No entanto, a experiência de plantão oferecida, especificamente para grupos, não é muito explorada. A plasticidade do plantão permite que o atendimento seja realizado com mais de uma pessoa, ao mesmo tempo: casais, grupos de colegas, acompanhantes/parentes de quem procura atendimento. Em todos esses casos, temos uma demanda/foco: a relação do casal, uma vivência de pessoas que se agruparam por interesse ou amizade, a preocupação com alguém que não parece bem, psicologicamente.

Nossa proposta foi oferecer plantão para grupos de pessoas que procuram atendimento psicológico no SAP. Pessoas que não necessariamente se conheciam e que poderiam trazer demandas diversas. O que uniria essas pessoas seria a disposição para estar em grupo num atendimento de plantão psicológico, expondo para outras pessoas, além dos terapeutas, as vivências que os mobilizaram a procurar ajuda.

Num trabalho como este, é exigido do terapeuta um envolvimento outro, com mais atenção, pois além de aguçar sua escuta para as questões trazidas por cada membro do grupo é preciso estar atento ao movimento do próprio grupo, isto é, atento àquilo que o grupo dispara, podendo abrir passagem para movimentos capazes de operar transmutações de valores, de saberes, alterando os processos de subjetivação produtores de sofrimento (BARROS, 1994). Dessa maneira, optamos por trabalhar com dupla de terapeutas.

Cabe ao terapeuta, ainda, potencializar as possibilidades de livre expressão e de escuta terapêutica, criando um clima empático, onde seja possível aproximar-se da experiência do outro, perceber a ressonância em si mesmo e expressar sua compreensão. Para tanto, ele deve procurar estar aberto às diferenças, às particularidades expressivas, capaz de aceitar incondicionalmente o que surge na convivência grupal. A Consideração Incondicional, é bom que se diga, diz respeito à aceitação do cliente como está sendo naquele momento, e não a suas opiniões, atos ou valores (ROGERS, 1986). Isso não implica

em que o terapeuta não experimente sentimentos como irritação ou confusão. É preciso que esteja atento para como está sendo mobilizado e leve isso ao grupo, de maneira congruente, quando puder produzir um efeito terapêutico.

Essas atitudes são importantes para que se crie um clima empático e os membros do grupo também possam exercitar sua congruência e sua consideração positiva incondicional.

A realização de um grupo que consegue promover essas atitudes abre espaço para a sintonia e a liberdade de expressão de cada um e do grupo como um todo. Diz-nos FONSECA (2007):

Assim, um dos aspectos mais interessantes a considerar é a experiência da pessoa individual ao sentir e viver as configurações de respostas à expressividade das questões de sua atualidade existencial no contexto da realidade grupal. Respostas que podem emergir de participantes individuais, ou configurarem-se coletivamente a partir da expressividade responsiva de uma multiplicidade de participantes. Respostas freqüentemente sintônicas de um modo incomum, em sua particularidade, sutileza, ou múltipla articulação pontual, com relação a aspectos distintos da atualidade existencial do participante que se expressa. São respostas que brotam das ressonâncias existenciais vivas e vividas que a própria presença e expressividade da pessoa engendram efetivamente nos demais com quem ela pontualmente interage num momento da vivência grupal.

É essa experiência de grupo empático, enriquecido pelas peculiaridades de cada um (diversidade), acolhendo a pluralidade a partir das individualidades e enfatizando o espaço coletivo como terapêutico que procuramos criar no Serviço de Aconselhamento Psicológico, oferecendo o plantão em grupo.

Vejamos como isso ocorreu.

Os Encontros

No segundo semestre de 2005, apresentamos ao SAP uma proposta inicial para um projeto de cultura e extensão, a ser financiado pelo fundo de Cultura e Extensão da USP, no qual desenvolveríamos o plantão em grupo. Foi-nos sugerido realizarmos um piloto do projeto para melhor compreendermos dimensões, alcances e limitações em um trabalho como este e, assim, elaborarmos o projeto de acordo com nossas descobertas. Desta maneira, no mês de novembro, realizamos o projeto-piloto junto ao SAP.

Oferecemos atendimento em grupo em dois dias de Plantão, já que apenas no segundo dia um número mínimo de pessoas se interessou por essa opção. Havíamos estabelecido um número mínimo de três participantes. Da mesma forma que o atendimento individual, o Plantão em grupo não possuiu duração pré-definida, sendo seus

desdobramentos construídos junto e a partir do grupo (como retornos, encaminhamentos e/ou seu encerramento).

Seu Antônio, Débora, Carlos¹⁶, uma dupla de estagiários e a busca de um tema em comum: o que os mobilizou a procurar o atendimento psicológico. Nossa preocupação: não acirrar o sentimento de falta, de que aquilo que o outro traria não diria respeito aos demais. Como, a partir da experiência do outro, todos poderiam reconhecer-se?

Seu Antônio, sentado fora da roda do grupo, disse que todos deveriam saber como estavam “*judiando*” dele: sua mulher se separou dele sem que ele soubesse e roubou sua certidão de casamento, com a qual roubava sua aposentadoria; faltavam-lhe dois dedos em uma das mãos, que, segundo ele, poderiam ter sido cortados enquanto ele dormia, ou comidos por ele mesmo, ou cortados no trabalho com a cana... Débora não olhava para Seu Antônio, permanecendo de cabeça baixa, muitas vezes rindo e sacudindo a cabeça, como se não acreditasse na narrativa. Carlos, aflito, preocupava-se em descobrir a veracidade dos fatos e acionar recursos como delegacia, advogados, assistência social. Nós dissemos a eles que além de pensarmos em verdadeiro ou falso, poderíamos pensar também que Seu Antônio nos contava de um sofrimento frente a um mundo opressor, um sofrimento que a gente poderia perceber, com seu relato aparentemente confuso e desconexo.

Seu Antônio passou a chorar, dizendo ser muito sofrido falar e as pessoas não acreditarem nele, rirem dele, muitas vezes falando e ninguém o ouvindo. Débora, muito séria, disse que isso também acontecia com ela, que muitas vezes estava cercada de amigos e mesmo assim se sentia sozinha, sem ter com quem contar, em quem confiar, o que era uma sensação horrível. Antes de Seu Antônio voltar a falar, Débora o convidou a sentar-se na roda, “*mais perto, junto com a gente*”. E os três passaram a relatar e discutir momentos em que se sentiam menosprezados por outras pessoas e vezes nas quais se sentiam egoístas, em situações nas quais não viam a solidariedade como possível, sentindo-se mal com isso também.

Ao final, Seu Antônio afirmou que não gostaria de ter sido atendido individualmente, pois, assim, somente uma pessoa poderia ajudá-lo. Em grupo havia quatro pessoas ouvindo-o e podendo pensar, junto com ele, sobre seus problemas. Ressaltou que também estava ali para ouvir, não apenas para falar, que ouvindo os demais falando sobre outros problemas, também pensava nos seus e aprendia.

16 Os nomes utilizados são fictícios.

Débora contou ter procurado o atendimento devido a transtornos alimentares: às vezes, permanecia longos períodos sem se alimentar para, em seguida, comer compulsivamente. Ainda, contou já ter sofrido do que chamava de “*paranóias de amputação*” (*sic*): acordava de madrugada desesperada, achando que tinha “*câncer nos ossos*” (*sic*) e era necessário ver as radiografias de seu corpo para que acreditasse que estava completa. Débora já havia feito terapia e considerava-se melhor deste estado: relatou que, na semana anterior, havia batido o joelho e não procurara atendimento médico, sabendo que estava bem. Acrescentou que, pensando sobre o que discutimos neste encontro, vendo as angústias de Seu Antônio e seus dedos amputados, ela pôde pensar em seus medos e no que pôde fazer diante disso em sua vida.

Carlos mostrou-se participativo e interessado nas narrativas dos demais participantes, envolvendo-se, fazendo perguntas e dando opiniões. Sem relatar diretamente o que o havia mobilizado a procurar atendimento, acreditávamos que já o havia abordado durante a discussão. Somente no momento que estávamos prestes a encerrar o atendimento que Carlos pediu para falar de sua problemática. Ele sentia dores no corpo, cansaço e desânimo constantemente e gostaria de saber se estes teriam origem psicológica. Débora disse a Carlos que um atendimento psicológico tratava-se de um processo de descoberta e de conhecimento, que não havia uma resposta pronta. Dissemos que poderíamos todos pensar sobre isso; ainda, sendo ou não de origem psicológica, aquele também era um espaço de cuidado, que não impedia a busca por outros tipos de cuidado que se fizessem necessários. Diante da insistência de Carlos, Débora sugeriu que marcássemos um retorno, para que pudéssemos continuar refletindo suas questões. Combinamos, então, de nos vermos na semana seguinte.

Com estas cenas, pensemos alguns acontecimentos. Desde o começo queríamos que Seu Antônio permanecesse no grupo, já que nossa proposta é apostar no potencial terapêutico do convívio entre as diferenças. Mas, àquele momento, as diferenças eram tamanhas que impossibilitavam qualquer reconhecimento naquilo que Seu Antônio falava. Relutávamos em tirá-lo da sala para ser atendido individualmente, mas não encontrávamos estratégias que possibilitassem sua permanência.

Sentíamos que o que Seu Antônio falava era de uma profundidade e sabedoria sem tamanho, em sua “*loucura*”, ele falou sobre aquilo que unia os presentes no grupo: a solidão, o desamparo, a busca mal-sucedida por ajuda, o sofrimento... Tentamos, por diversas vezes, traduzir estes temas trazidos por ele, mas, aparentemente, sem sucesso, até que Débora se reconheceu na fala de Seu Antônio. Este foi um momento muito bonito do grupo, de emoção

para todos ali presentes. A partir de então, foi possível pensar/refletir/examinar/questionar modos de ser repetitivos e produtores de sofrimento, o que possibilitou a exploração e até mesmo a criação de caminhos alternativos, a serem examinados com cuidado. Esse movimento já constitui uma nova experiência e revela uma ampliação de espaços, olhares e sentidos do vivido.

Entretanto, de tão preocupados que ficamos com as situações trazidas por Seu Antônio, sentimos que não procuramos fazer com que o grupo se debruçasse também nas questões trazidas por Carlos, que acabou permanecendo apenas em segundo plano. Para o retorno, tínhamos a intenção de estarmos mais atentos a ele, tornando possível que ele falasse mais sobre aquilo que o fizera procurar o atendimento.

Na semana seguinte, Seu Antônio e Carlos retornaram para o atendimento. Acreditamos que, para Débora, a experiência do primeiro encontro – único, no caso – possa ter sido suficiente, naquele momento.

No segundo encontro, Seu Antônio e Carlos contaram como se sentiram em relação ao atendimento anterior. Carlos falou mais sobre suas dores no corpo e desânimo no trabalho e na vida; afirmou ter gostado de participar de um grupo, mas que ele não ajudava na resolução de sua problemática. Acreditava na necessidade de procurar outro tipo de ajuda – médica, por exemplo. Disse que seria importante um terceiro encontro, quando ele avaliaria suas necessidades de ajuda e possibilidades de encaminhamento. Não retornou na semana seguinte, conforme tínhamos combinado.

O que podemos pensar sobre as ausências de Débora e Carlos? (Re)ver-se e, diante de tal contato, eleger um caminho para si que não incluiu a continuidade na participação neste grupo foi o que escolheram. Será que pudemos compreendê-los suficientemente? Será que eles puderam experienciar essa compreensão? Ou será que se sentiram esclarecidos em relação à sua procura?

Seu Antônio, emocionado, disse que os encontros foram as primeiras vezes, em muito tempo, que se sentiu olhado e ouvido. Completou afirmando: “*mesmo sem saber, estão me curando só de estarem me ouvindo*” (*sic*). Pensando em ampliar suas possibilidades de troca e de convivência, sugerimos, no terceiro encontro, que ele procurasse o Cecco – Centro de Convivência e Cooperativa, um equipamento de saúde mental da prefeitura de São Paulo – mais próximo de sua residência e combinamos de lhe entregar o endereço com um encaminhamento.

Algumas idéias borbulhando

Optar pelo plantão em grupo, tanto no oferecimento, quanto na escolha por este tipo de atendimento, foi uma grande aposta. Trata-se de uma tentativa de ampliação dos espaços coletivos de acolhimento e de trocas. Trata-se de uma contestação à redução da experiência subjetiva aos modos de existência privatista, que naturalizam e individualizam o sofrimento psíquico, expropriando do sujeito a possibilidade de produzir saberes sobre si e sobre suas condições de existência que tamponam angústias, angústias estas que poderiam movimentar mudanças (CRUZ, 1997).

Acreditamos que este tipo de atendimento – devido a sua abertura ao inusitado e às singularidades – tenta romper com certos funcionamentos individualizantes e totalizantes, por procurar criar um encontro que gere questionamentos, dúvidas, escuta atenta, estranhamentos, novas possibilidades de ser e estar no mundo, a partir do encontro com olhares outros, olhares que estranham, indagando o que não está indagado, possibilitando as descobertas de outros em nós, afirmando devires.

Entendendo o grupo como uma possibilidade de criação de um território marcado por uma escuta solidária, horizontalizada, onde diferentes modos de existência são possíveis, buscamos potencializar o reconhecimento e o estranhamento, a contaminação mútua por aquilo que era vivido pelo outro, favorecendo um “*flagrar-se*”, ampliando repertórios e compreensões coletivamente, a partir e junto ao outro.

A convivência de diferentes pessoas desnuda conceitos e possibilita outramentos, podendo, dessa forma, promover rupturas em concepções cristalizadas, recuperando-se, ainda, potencialidades e recursos para lidar com as situações emblemáticas da existência.

O espaço terapêutico é privilegiado para fazer emergir a experiência do múltiplo, do vir a ser, isto é, o modo como se percebe o estar no mundo. Desta maneira, podemos pensar o atendimento como uma possibilidade para o cliente olhar para si, intensificado pelo acolhimento do outro. É nesta abertura de deixar penetrar sua vida pela dos outros, percebendo e respondendo a suas dificuldades, que podemos, todos, cuidar de ser. Enquanto terapeutas e integrantes do grupo, estamos todos ali para fazer ressoar, a partir de nós, a urgência/emergência trazida pelo cliente, aquilo que está presente e o incomoda. O cliente, por si próprio e a partir de olhares estrangeiros, se (re)organiza, significando e re-significando suas escolhas, resgatando sua implicação sobre si mesmo.

Notícias posteriores

Alguns meses após a realização do Plantão em Grupo, recebemos um bilhete de Seu Antônio. Ele nos procurou no SAP e, como não estávamos, deixou recado com uma das psicólogas: veio nos agradecer, contar que estava bem e mandava abraços.

Em contato com o Cecco por nós sugerido, soubemos que Seu Antônio era freqüentador assíduo: participava de todas as oficinas oferecidas, principalmente as de dança. Uma das assistentes sociais visitou sua casa e averiguou que sua esposa realmente o havia abandonado e o deixado sem nenhum pertence; Seu Antônio residia com os irmãos, que praticamente o ignoravam, negando-lhe, muitas vezes, até comida. Soubemos da intenção que um trabalho fosse desenvolvido junto desta família. Ainda: Seu Antônio, que tanto andava pelas ruas da cidade, passou a treinar corrida e conseguiu patrocínio! Sua meta era participar na São Silvestre/2007; o patrocínio foi conquistado com a ajuda deste Cecco, que também o encaminhou para um centro de alfabetização de adultos e o auxiliou a providenciar seus documentos pessoais, como carteira de trabalho e R.G. Em retribuição a atenção e ajuda compartilhada, Seu Antônio se tornou responsável pela horta mantida pelo Cecco, podendo ensinar aos demais usuários como cuidar de uma horta. Seu Antônio pôde encontrar um lugar menos sofrido no mundo, um lugar onde suas potencialidades foram ressaltadas. Para finalizar, fomos informados que Seu Antônio sempre relatava a experiência do Plantão em Grupo afirmando que foi o momento em que se tornou um cidadão!

Em 2006, Carlos procurou, novamente, atendimento no Plantão Psicológico do SAP. Relatou não ter se identificado com o atendimento em grupo, mas desejou retornar para experimentar um atendimento individual.

O projeto foi elaborado e, após ter sido aprovado pela Comissão de Cultura e Extensão do Instituto de Psicologia, foi encaminhando à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Após cerca de seis meses de espera, recebemos a notícia de que o projeto apenas seria financiado se aprovado pela Comissão de Ética do IPUSP. Devido a demora, não teríamos mais possibilidades de executá-lo naquele espaço. O plantão em grupo foi levado para outras instituições, por ser considerado uma modalidade de atendimento psicológico inovadora, na qual devemos apostar, a fim de ser mais bem investigada e aprimorada.

Referências Bibliográficas

BARROS, R. D. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1994.

CRUZ, M. A. S. *A clínica e seus efeitos na subjetividade*. Subjetividades Contemporâneas, ano 1, vol.1, pp. 43-49. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1997.

FONSECA, A. H. Grupo e Empatia. Disponível em:
<http://www.geocities.com/eksistencia/empatiaegrupo.html>. Acessado em: 21/02/07.

ROGERS, C. A política das profissões de ajuda. *In: Sobre o Poder Pessoal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p.19.

SCHMIDT, M. L. S. – Abertura. *In: ROSENBERG, R. L. - Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa*. São Paulo: EPU, 1987.

PLANTÃO PSICOEDUCATIVO NA CRECHE E NA ESCOLA: UM OLHAR PARA A SOLICITUDE NUMA PRÁTICA DIALÓGICA

Renata Capeli S.Andrade

Heloisa Szymanski¹⁷

RESUMO

O presente trabalho é um projeto de mestrado em desenvolvimento que tem como objetivo principal conhecer como se desvela a solicitude (preocupação/ cuidado) no cotidiano da vida escolar de educadores de uma creche e de uma escola municipal localizadas na periferia de São Paulo. Um outro objetivo deste projeto é verificar a possibilidade do plantão psicoeducativo, oferecido a estes educadores, fazer parte da formação continuada dos profissionais. O plantão psicoeducativo, que será o lócus deste trabalho é uma modalidade de intervenção reiniciada na creche e implantada na escola. Surgiu como uma vertente das práticas psicoeducativas desenvolvidas e pesquisadas pelo Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Comunidade e Família (ECOFAM) liderado pela Prof^a. Dr^a. Heloisa Szymanski. A origem do plantão psicoeducativo é o serviço de plantão psicológico e sua especificidade é o olhar para os educadores, a quem a tarefa socializadora está a cargo. Os referenciais que orientam o trabalho são: a ontologia existencial de Martin Heidegger – para a compreensão da solicitude; a prática dialógica de Paulo Freire – para o entendimento do plantão como espaço do diálogo e do encontro entre homens para uma reflexão; o método fenomenológico – para a escuta no plantão. Os primeiros resultados mostram que a preocupação dos educadores se revela no aprender ou não de seus alunos, nos rumos de sua profissão (como aumento de salário e de jornada de trabalho) com também nas relações mantidas com o sindicato da categoria e sua representatividade junto aos poderes executivo e legislativo do município.

Introdução

O trabalho que aqui apresentamos é um projeto de mestrado em Educação – Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem como foco o olhar para os educadores de uma creche e de uma escola municipal da periferia da cidade de São Paulo participantes dos estudos do Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Comunidade e Família (ECOFAM), liderado pela Prof^a. Dr^a. Heloísa Szymanski.

A intenção de trabalhar com os educadores partiu da experiência na educação da autora. Durante sua atuação surgiram questões a respeito de como se dá o trabalho dos professores e demais funcionários e sobre a forma de acolhimento de todas as ansiedades e dúvidas vividas no cotidiano escolar. Zibetti (2004) diz que se faz necessário olharmos para a pessoa do professor e não apenas para suas funções burocráticas e pedagógicas, precisamos ajudá-lo a minimizar as angústias que enfrenta em seu cotidiano escolar e a enfrentar as cobranças que lhe são impostas.

17 Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Programa De Estudos Pós-Graduados Em Educação – Psicologia Da Educação. Endereço eletrônico: rcapeli@uol.com.br; hszymanski@pucsp.com.br .

Nosso objetivo principal é conhecer como se desvela a solicitude (preocupação/cuidado) no cotidiano da vida escolar de educadores da creche e da escola municipal que são atendidos no plantão psicoeducativo. Um outro objetivo deste projeto é o de investigar a possibilidade da proposta do plantão psicoeducativo ser um recurso auxiliar no processo de formação continuada dos educadores.

O plantão psicoeducativo é uma novidade na prática da psicologia da educação derivada da experiência de plantão psicológico iniciado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Embora seja derivado desta experiência, apresenta algumas especificidades: ser um espaço de reflexão sobre a prática educativa, um serviço de apoio para educadores e famílias inserido em uma instituição educacional (creche e escola).

Pretendemos compreender o plantão psicoeducativo como uma prática de auxílio ao professor em seu trabalho educativo, numa perspectiva dialógica sob o olhar da solicitude (preocupação/cuidado) heideggeriana.

Para isso usamos como referenciais a ontologia existencial de Martin Heidegger – para a compreensão do cuidado; a prática dialógica de Paulo Freire – para o entendimento do plantão psicoeducativo como espaço do diálogo e do encontro entre homens para uma reflexão; o método fenomenológico – para o desenvolvimento da pesquisa e análise dos atendimentos no plantão.

A partir destes referenciais pretendemos ampliar a compreensão da figura do professor, mais do que um transmissor de conhecimentos, o educador é um ser-com-os-outros com uma trajetória social e profissional sob seu cuidado e responsabilidade.

Solicitude – Cuidado e Plantão Psicoeducativo

O homem toma para si a responsabilidade de tudo que está ao seu redor e, sob seus cuidado/preocupação as pessoas e as coisas irão permanecer, mesmo quando afastá-los de seus olhos. O cuidar de si, manifesta-se ao homem quando este se dá conta que ser é sua responsabilidade. Quando isso ocorre o homem toma o ser sob seus cuidados e, é cuidando do ser que o sentido de ser do homem se revela. Podemos dizer que o caminho do homem, o ser deste, é expresso como um modo de cuidar das possibilidades de cuidar da vida. Cuidando de si o homem cuida dos outros homens e das coisas mundanas e confirma seu modo de ser no mundo, ser-com-os-outros.

A solicitude – cuidado/preocupação pode ser vivida como “*ser por um outro, contra um outro, sem os outros, o passar ao lado de um outro, o não sentir-se tocado pelos outros*” (HEIDEGGER, 2002, p. 172). Estas são formas, segundo Heidegger, deficientes de

preocupação, mas que são freqüentes no viver cotidiano, assim como o substituir o outro em suas ocupações. A preocupação também pode ser vivida como um cuidado que possibilita ao outro assumir seus próprios caminhos e cuidar de si, esta preocupação se configura como autêntica, própria.

Segundo Heidegger (2002), ser-com-os-outros é a facticidade do homem então a educação precisa ser vista como um fenômeno onde nos defrontamos com os outros. É essa facticidade que permite o educar, lhe dá oportunidade de se construir no existir cotidiano. Enquanto cuidamos do que está ao nosso redor a educação acontece. Ela é uma possibilidade de sermos-uns-com-os-outros cuidando.

Não há homem desligado do mundo, como vimos, o homem é fundamentalmente ser-com-os-outros-no-mundo e, sua consciência é sempre direcionada para esta condição, mas absorvido em suas tarefas diárias não pára para refletir e organizar seus pensamentos e ações. É na necessidade de haver uma pausa para organizar os pensamentos e as ações que insere-se o plantão psicoeducativo.

Para Szymanski (2002) o plantão psicoeducativo pode ser entendido como um espaço de reflexão e criação, nele pode-se criar novas formas de percepção da realidade vivida e desvelar outras possibilidades de cuidado. A reflexividade é uma ferramenta que auxilia na busca da construção de uma horizontalidade que possibilita pensar o homem em sua relação com o mundo. Portanto o plantão abre-se como um lugar de diálogo, reflexão e também de cuidado. Práticas estas que, necessariamente, precisam que a relação homem-homem seja vista e compreendida em si, em sua horizontalidade. (SZYMANSKI, 2004a).

O diálogo, segundo Freire (2005), é o encontro entre os homens que permite a reflexão sobre a ação sem anulação de uma das partes perante a outra. É a possibilidade de transformação e criação dos participantes. O plantão é constituído por esta reflexão; ele não representa um banco de práticas educativas a serem despejadas no educador, pois o plantonista está lá para cuidar do cuidado que a pessoa que o procurou oferece a si e aos outros. (SZYMANSKI, 2004b).

Com esta reflexão podemos abrir espaço para o que Freire chamou na Educação de *emancipação do ser humano*. Permite-se que ele escolha entre caminhar na alienação e submissão que o existir inautêntico promove ou buscar sua emancipação e tornar sua atuação mais autêntica.

Método

Baseando-se no referencial fenomenológico a pesquisa parte dos atendimentos no plantão psicoeducativo realizados pela pesquisadora. Desta forma parte-se do que se revela em cada atendimento e na experiência de cada educador.

O método fenomenológico não objetiva a busca de igualdades entre os objetos, tem como seu objetivo compreender como as coisas são (HEIDEGGER, 2002). Não se coloca a priori o que vai o que se quer revelar, vai-se ao encontro do fenômeno (o que se revela em si mesmo). Assim o método é o caminho trilhado até o fenômeno, despojado de concepções prévias e deixando em suspenso afirmações implicadas na experiência.

Ales Bello define o método fenomenológico como analítico,

que significa que não se parte dos princípios sumos derivando deles as conseqüências, mas parte-se sempre do que se vê, buscando compreender e descrever o dado (...), nesse sentido podemos dizer que há uma escola fenomenológica, a qual aceita esta maneira de "ir ao centro das coisas", não partindo de idéias pré-concebidas, já feitas. (Ales Bello, 2004, p. 73.)

Ao se pesquisar o fenômeno, utiliza-se a descrição ou discurso, que é para Merleau-Ponty (1973) a prova da existência do sujeito, é uma forma do sujeito colocar sua experiência rigorosamente como ela está acontecendo.

O método exige uma descrição do fenômeno, para que se desvele o sentido. A descrição faz com que atentemos para o fenômeno clareando o ser no modo em que revela. (HEIDEGGER, 2002)

O que se pretende nos encontros de plantão é, através do diálogo e da reflexão, analisar as possibilidades de ser que cada profissional carrega em seu existir para assim poder desvelar o fenômeno que objetivamos. Como se desvela o cuidado em sua função de educador, em sua tarefa socializadora e, como este cuidar se modaliza nas relações que estabelece.

Para que isso possa acontecer é preciso que se estabeleça um momento de suspensão de todas as concepções existentes, uma redução fenomenológica, para assim "*...deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo*" (HEIDEGGER, 2002, p. 65).

A redução fenomenológica é "*a resolução não de suprimir, mas de colocar em suspenso, e como que fora de ação, todas as afirmações espontâneas nas quais vivo, não para negá-las, e sim para compreendê-las e explicitá-las*" (MERLEAU-PONTY, 1973, p. 30). Essa postura propicia o reconhecimento do outro e também do próprio plantonista-pesquisador e, favorece uma escuta compreensiva que busca o sentido.

A compreensão se dá pela reflexividade que, no processo de pesquisa, se constitui através da devolução contínua de informações ao usuário/participante. Os encontros de devolução dos dados, para informar os resultados da análise aos participantes, são cuidadosamente planejados de forma a propiciar uma condição favorável de comunicação aos participantes. Esse modo de agir acabou por inspirar a elaboração de novos procedimentos de intervenção indicando um movimento de influência da pesquisa na intervenção.

Procedimentos

Faz parte do método deste projeto o modo da pesquisa-intervenção, que consiste em uma participação ativa, na realidade, cronologicamente simultânea à pesquisa (SZYMANSKI e CURY, 2005). Utilizando este modo de pesquisa nos opomos às descobertas acidentais, às construções soltas no ar, à admissão de conceitos aparentemente verificados (HEIDEGGER, 2002).

Essa modalidade de pesquisa exige do pesquisador uma adaptação do procedimento de entrevista para a situação do plantão que considere os usuários/participantes da pesquisa como foco de cuidado, como co-construtores de significado e não como objeto/sujeitos da pesquisa. (SZYMANSKI e CURY, 2005).

Seguindo estas orientações, serão realizados, no total, 60 plantões, na forma de entrevistas reflexivas individuais. A entrevista reflexiva pode auxiliar na construção de horizontalidade entre entrevistado e entrevistador, permitindo que o momento da entrevista se constitua num momento de construção de novos significados e conhecimentos. A reflexividade além de ser uma ferramenta para a horizontalidade, também tem o sentido de refletir a fala do entrevistado, o entrevistador expressa o que compreendeu e submete ao próprio entrevistado. Esse movimento permite que se garanta a fidedignidade e, acaba por abrir um outro momento reflexivo para o entrevistado, no qual ele volta à questão discutida e articulada anteriormente, agora a partir de uma outra narrativa, a narrativa do pesquisador (SZYMANSKI, 2004a).

Para a análise dos dados usaremos a análise compreensiva que significa pensar sobre o sentido, para além do que temos “*consciência*”. A compreensão, diferente dos instrumentos interpretativos, tem um caráter descritivo, de síntese das informações recebidas sem o uso de avaliações. (SZYMANSKI, 2004b).

Resultados preliminares e algumas considerações

O projeto está em fase inicial, sendo que algumas entrevistas de plantões já foram realizadas.

Os primeiros plantões realizados nos mostram que educadores e direções (creche e EMEF) vêm o plantão psicoeducativo como um espaço interessante de existir no ambiente escolar.

As questões trazidas nestes plantões apontam que o relacionamento intra-equipe aparece como um fator gerador de tensão entre os educadores. Questões salariais e a respeito de carga horária de trabalho, assim como suas implicações sobre a qualidade do ensino promovido, também aparecem como pontos de tensão.

Os educadores inicialmente procuram o plantão em busca de respostas para as questões que os atormentam naquele momento e, através da escuta oferecida refletem suas falas. Desta forma, passam a discutir a respeito de novas possibilidades que se abrem ali.

O plantão psicoeducativo não quer se constituir como um local de transmissão de práticas educativas “*mais adequadas*”, nem como um espaço de solução de problemas. Como tem em sua base a prática dialógica e a reflexividade caminha na contramão desta idéia. Ele não promove resultados tangíveis, mas permite ao educador, que o procura, por em suspenso seus pensamentos rotineiros, suas idéias, para que possa desprender-se deles e abrir-se para uma nova percepção da realidade vivida e para outras formas de enfrentamento desta vivência.

Pensamos que o plantão, constituindo-se desta maneira, possa ser um recurso auxiliar para os professores na prática docente junto aos alunos e frente às questões vividas no ambiente de trabalho enfim, daquilo que está sob seu cuidado/preocupação.

Referências Bibliográficas

ALES BELLO, A. *Fenomenologia e Ciências Humanas*. Bauru: Edusc, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia S. Cavalcanti, Petrópolis: Vozes, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. *Ciências do homem e fenomenologia*. Tradução de S. T. Muchail, São Paulo: Saraiva, 1973.

SZYMANSKI, H. e CURY, V. E. A pesquisa intervenção em psicologia da educação e clínica: pesquisa e prática psicológica. *Estudos de Psicologia*, Natal, 2005.

SZYMANSKY, H. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, H (org); ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R.C.A.R. *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Série Pesquisa em Educação, v. 4. Brasília: Plano Editora. 2002.

SZYMANSKI, H. (org). *A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva*. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Líber Livro Editora, 2004a.

SZYMANSKI, H. Plantão psicoeducativo: novas perspectivas para a prática e pesquisa em psicologia da educação. *Psicologia da Educação: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação/ PUC-SP*, São Paulo, n. 19, 2ºsem, p. 169-182, 2004b.

ZIBETTI, M.L.T. A angústia no ofício do professor: angústia docente. *Psicologia Escolar e Educacional/ Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 219-225, 2004.

SUPERVISÃO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: UMA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO DO IPUSP

Marcelo Augusto Toniette¹⁸

RESUMO

A proposta é relatar alguns elementos significativos da experiência na prática da supervisão em Aconselhamento Psicológico, a partir do no Plantão Psicológico do Serviço de Aconselhamento Psicológico – SAP –, da Universidade de São Paulo. A experiência englobou: participação nas reuniões semanais da equipe de profissionais do SAP; acompanhamento das aulas teóricas nas disciplinas de Aconselhamento Psicológico I e II; colaboração no Plantão Psicológico, no atendimento e na supervisão de alunos; e colaboração na supervisão de Aconselhamento Psicológico em grupo. Nessa experiência ficou marcado o comprometimento da equipe do Aconselhamento Psicológico – AP – na formação de profissionais enquanto agentes de transformação social, a partir da experiência vivida na realidade do plantão psicológico, do atendimento comunitário, das oficinas de criatividade, de uma população carente de cuidados, em um contexto social em que a saúde pública se revela precária em todos os sentidos. No tocante à formação de profissionais é valorizada a proposta da aprendizagem significativa que, de acordo com Rogers, “provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe ou nas suas atitudes e na sua personalidade. Nessa perspectiva, a supervisão em AP se propõe a contribuir para a formação da pessoa, sendo um espaço em que se privilegia a articulação entre a teoria, a prática, e o desenvolvimento pessoal, considerando-o parte do trabalho que realiza. O plantão psicológico se constitui em um espaço de escuta no mesmo momento que se procura a ajuda, propiciando a elaboração da experiência da pessoa a partir do sofrimento psíquico vivido, e a possibilidade de ajuda. A perspectiva de valorização do humano, do profissional cuidador de se autorizar a *estar junto* com a pessoa, por meio do acolhimento e da escuta ativa, favorecem de forma significativa para que aquele que está sendo cuidado conheça e compreenda os significados da sua experiência e encontre de possibilidades

Palavras-chave: plantão psicológico, aconselhamento psicológico, supervisão.

Proponho-me relatar alguns elementos significativos da experiência em supervisão de aconselhamento no plantão psicológico do Serviço de Aconselhamento Psicológico – SAP – da Universidade de São Paulo. A experiência englobou: participação nas reuniões de equipe técnica e docente; nas aulas teóricas na disciplina de *Aconselhamento Psicológico I e II*; em plantão psicológico; em supervisão no plantão psicológico, e em supervisão em grupo.

A minha afinidade com a proposta do aconselhamento psicológico me acompanha desde quando trabalhei, entre os anos de 1998 e 2000, como supervisor de apoio psicológico em campo, no Projeto Esporte-Talento – PET –, pela equipe de Psicologia, sob coordenação da Profa. Dra. Henriette Tognetti P. Morato. O PET consistia em um projeto sócio-educativo voltado para crianças e adolescentes, e que era desenvolvido no Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo – CEPEUSP –, com apoio do Instituto Ayrton

¹⁸ Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do IPUSP. Endereço eletrônico: matoniette@uol.com.br.

Senna/AUDI, tendo como proposta promover o exercício da cidadania por meio da prática esportiva.

A minha entrada no SAP se deu como requisito do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE –, na modalidade de estágio supervisionado, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Luisa Sandoval Schmidt (Malu). O estágio foi realizado em dois semestres letivos, sendo que foi possível, após esse período, dar prosseguimento na colaboração das atividades do SAP.

A escolha por fazer o estágio no SAP teve como base o meu interesse na formação profissional de alunos e a minha experiência anterior no PET enquanto supervisor. Após o consentimento da Profa. Malu, coordenadora do SAP, ingressei no SAP com a proposta de que a minha participação se desse na perspectiva de um estágio participativo e colaborativo.

A equipe de profissionais proporcionou acolhimento e disponibilidade para o desenvolvimento desta experiência. A minha intenção inicial era de uma vivência e aprendizado de como se dava a ensino, a prática e a formação de profissionais por meio do plantão psicológico, assim como conhecer o serviço na sua singularidade na oferta de serviço à população. Porém, a partir do diálogo com a equipe técnica, dentro de uma proposta de estágio participativo e colaborativo, ficou acordado que eu participaria das reuniões semanais da equipe e também colaboraria em alguns dias de plantão psicológico. A experiência tornou-se ainda mais significativa pela possibilidade de participação enquanto co-supervisor em um grupo de supervisão de estagiários-conselheiros e, em outro momento, enquanto supervisor em duas turmas, uma em Aconselhamento Psicológico II, e outra em Aconselhamento Psicológico I.

Inicialmente a atividade de supervisão foi exercida na qualidade de co-supervisor em uma turma de *Aconselhamento Psicológico II* e, no semestre seguinte, em uma turma de *Aconselhamento Psicológico I*. Interessante foi poder ter passado por essa vivência com uma turma de *AP II* e *AP I*, nessa seqüência, onde pude ter contato com uma turma já familiarizada com a proposta do AP, e com outra turma que estava iniciava o contato com o AP. Dentre estas particularidades dos alunos de AP I com relação ao aconselhamento psicológico foi o impacto e o sentimento de medo expresso por diversos alunos, seja verbalmente, seja nas atitudes de protelar a experiência de ir para o primeiro plantão. Nesse caso em particular, o cuidado e o acolhimento por parte da supervisão foram fundamentais para fornecer subsídios para que o estagiário-conselheiro pudesse lançar-se na experiência.

No tocante à supervisão do AP é privilegiado o enfoque da Abordagem Centrada na Pessoa e da Fenomenologia, destacando a proposta da *aprendizagem significativa*. De acordo com Rogers (2001), a *aprendizagem significativa* é aquela que:

provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe ou nas suas atitudes e na sua personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimentos, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência. (p.322)

Nessa perspectiva, a supervisão em AP se propõe a contribuir para a formação da pessoa, sendo um espaço em que se privilegia a articulação entre a teoria, a prática, e o desenvolvimento pessoal, considerando-o parte do trabalho que realiza (BACCCHI, 1999). A supervisão torna-se um espaço possível e privilegiado de aprendizagem a partir do resgate e compreensão do outro, por meio da experiência vivida pelo próprio aluno, potencializando uma formação profissional habilitada para o trabalho nos mais diferentes setores sociais (MORATO, 1999).

Cabe aqui uma observação que a supervisão acontece em dois momentos: no *plantão psicológico*; e fora do plantão, na forma de *grupos*. A *supervisão no plantão psicológico* acontece no momento em que o estagiário-conselheiro está em plena atividade, sendo que geralmente a supervisão acontece após o atendimento de um cliente. Todavia, de acordo com a demanda do cliente ou com a necessidade do estagiário-conselheiro, essa supervisão pode ser dada antes, ou mesmo durante o atendimento. Já a *supervisão em grupo*, acontece em outro dia, fora do plantão, consistindo em uma suspensão do cotidiano e no voltar-se para a percepção de si, articulando a teoria com a prática. Na supervisão em grupo, os estagiários-conselheiros expõem as suas experiências no plantão e, de uma forma coletiva, é focado aquilo que se apreendeu dessa experiência, contribuindo para dar contornos e sentidos para aquilo que foi vivido.

O plantão psicológico é, por excelência, um convite à experiência para uma nova possibilidade de *cuidado* e de *atenção*, em um lugar de fronteira, marcado por momentos de “*transição e transformações fundamentais que se entrelaçam e continuam a entrelaçar-se com várias outras histórias de realizações de pessoas e grupos*” (MORATO, 1999, p.29). Tomando emprestada a idéia fornecida em uma conversa informal com a Profª. Henriette Morato, o plantão psicológico pode ser compreendido enquanto uma “*planta grande*”, uma árvore, que oferece ao viajante seus frutos para aliviar a sede e a fome, e sua sombra para que descanse, se recomponha, e retome a sua jornada. Debaixo da fronde desta árvore o

viajante pode lançar olhares sobre os passos dados, ressignificar e construir novos sentidos *por onde e para onde* deseja ou possa retomar a sua caminhada.

A supervisão, seja no plantão psicológico, seja em grupo, volta-se para facilitar ao *estagiário-conselheiro que desenvolva uma escuta ativa que possibilite o cuidado e a atenção àquele que procura ajuda*. A priori isso parece simples, mas, na prática, o contato com o cliente a partir desta proposta gera um estado de estranhamento onde o encantamento e a intimidação coexistem. A premissa do *estar-junto*, elemento importante para o estabelecimento do encontro, remete o estagiário-conselheiro à sua própria experiência pessoal e à sua experiência de cuidar do outro. Nesse encontro não basta entrar na personagem do “terapeuta”, mas torna imprescindível ao estagiário-conselheiro a sua presença enquanto pessoa.

Na experiência em supervisão momentos tênues e momentos densos fizeram parte tanto da experiência dos estagiários-conselheiros com seus clientes, quanto do meu contato enquanto supervisor com os estagiários-conselheiros. Foi gratificante acompanhar o estagiário-conselheiro no processo de apropriação da sua experiência, dando sentidos para o fazer dentro do plantão; e que o *encontro* não era algo tão distante assim como imaginava. Isto se dava graças ao permitir-se lançar na relação ou, conforme me referi anteriormente, se autorizar e se apropriar da idéia do *estar-junto* com a pessoa, em uma relação dialógica, e não hierarquizada.

Nas supervisões era constante a reflexão sobre diversos temas inerentes a prática do aconselhamento. Um dos temas recorrentes na supervisão era sobre a diferença entre *plantão psicológico e triagem*. O *plantão psicológico* consiste em espaço de escuta no mesmo momento que se procura a ajuda, propiciando a elaboração da experiência da pessoa a partir do sofrimento psíquico vivido. Distancia-se, portanto, da idéia da *triagem* que pressuporia na adequação da clientela aos dispositivos de prestação de serviço da instituição (SCHMIDT, 1999). A idéia sempre retomada ao longo das supervisões era a do plantão enquanto espaço para o *esclarecimento da demanda* do cliente, sendo os desdobramentos mais diversos a partir desse esclarecimento, sem seguir critérios rígidos, mas sempre de acordo com aquilo que o cliente busca.

Na supervisão, o esclarecimento da idéia da peculiaridade do plantão psicológico, e da sua incompatibilidade com o modelo de triagem trazido pelos estagiários-conselheiros, abriu espaço para a reflexão da tendência daqueles que se propõe a serem *cuidadores*, em aderir a uma perspectiva teórica, ou mesmo de postura terapêutica rígida, sem experimentar outras possibilidades de ajuda. Em supervisão, procurava-se sensibilizar os estagiários-

conselheiros para que se desfamiliarizassem dos seus referenciais, e experimentassem a familiarização com a nova proposta de cuidado e atenção.

Utilizo aqui o conceito de *desfamiliarização* visto que não acredito na idéia de *desconstrução*. Por (des)familiarização creio valorizar a experiência pregressa do estagiário-conselheiro. Desse modo, a sensibilização para a experiência, o convite, era dado no sentido de que os estagiários-conselheiros se permitissem mergulhar em uma nova experiência, diferente dos referenciais até então vivenciados. Nesse sentido, ao longo do estágio, a idéia do plantão psicológico ia ganhando forma, distinguindo-se da idéia pregressa de triagem, e reforçando a proposta do acolhimento com a escuta ativa voltada para o cuidado e para a atenção.

Nesta perspectiva de (des)familiarização também se trabalhava a tendência do estagiário-conselheiro tinha de chegar à supervisão com um diagnóstico psicopatológico fechado sobre a pessoa atendida, ou se referir à pessoa a partir desta psicopatologia, até mesmo em enquadrar a pessoa em algum modelo teórico. Ao longo da supervisão, até mesmo pela proposta da Abordagem Centrada na Pessoa e da Fenomenologia, a pessoa é o foco principal em sua experiência vivida, não se negando o sofrimento apresentado, mas auxiliando a pessoa a compreender significados e sentidos deste sofrer, e encontrar alternativas que favoreçam o bem-estar.

Outro tema levado para a supervisão foi sobre os limites institucionais e sobre o desejo do cliente continuar, ou não, em atendimento. Sempre de acordo com a disponibilidade e anuência da pessoa atendida, no plantão psicológico existe a possibilidade de o atendimento se encerrar em um único encontro, mas, dada a flexibilidade da proposta, o aconselhamento em plantão psicológico pode se desdobrar em outros encontros. Essa flexibilidade da proposta do aconselhamento favorece a pessoa a sair do lugar do paciente e reafirmar-se enquanto pessoa na apropriação de si. Deste modo, o plantão se caracteriza por um lugar de passagem, sendo a sua proposta principal ser uma possibilidade de experiência, tendo como o foco o esclarecimento da demanda da pessoa que procura ajuda.

Na experiência enquanto supervisor, tive a oportunidade de retomar as minhas próprias vivências, as facilidades e dificuldades enfrentadas ao longo da minha formação profissional e ao longo da atividade profissional focada na clínica psicológica. A partir deste contato com a minha própria experiência, a forma que encontrei de facilitar aos estagiários-conselheiros darem novos sentidos às suas experiências na supervisão era o potencializar o contato consigo, o contato com a forma com que reagia diante do caso da pessoa atendida. Era comum auxiliar o estagiário-conselheiro a se autorizar e a experimentar expressar os

próprios sentimentos e emoções diante da pessoa atendida. O intuito disto era de justamente chamar o estagiário-conselheiro, em um primeiro momento, para aquilo que experienciou no atendimento; em um segundo momento, depois de dar contornos para o primeiro, eram lançados olhares teóricos sobre sua vivência, sendo privilegiando a experiência do estagiário-conselheiro. Deste modo, a proposta não era a de formatar a experiência, mas vinha ao auxílio na construção de novos sentidos.

Uma particularidade que julgo ser fundamental e que existe na experiência do aconselhamento psicológico é justamente o ter contato com a singularidade e com o universo narrado da pessoa e permitir que a relação seja construída a partir desse contato em uma perspectiva dialógica. Isso possibilita para que a via de acesso seja da pessoa-para-a-pessoa e não na rigidez do modelo terapeuta-para-a-pessoa, onde a idéia de *terapeuta* pode ser aquele que detém o saber e, portanto, do poder de decidir o destino do outro; e a idéia de *paciente* pode ser compreendida enquanto aquele que cabe a paciência e, portanto, passivo dos ditames do terapeuta, em uma relação hierarquizada.

A postura cuidadora proporcionada a partir de uma escuta ativa e atenta também favoreceu para que o estagiário-conselheiro não confundisse o plantão psicológico com o estar-de-corpo-presente no atendimento, mas estar presente com o corpo-mente-espírito favorecendo o contexto para o encontro. O atendimento em aconselhamento psicológico deixa de ser algo que fica restrito à teoria, para ser uma possibilidade de criação, de arte, utilizando a teoria apenas para potencializar os sentidos na atenção e no cuidado da pessoa. Nesta modalidade de atendimento deixa-se de olhar para o outro enquanto um algo passivo e alheio, enquanto um conjunto de psicopatologias e complexos, para acolher e cuidar deste outro enquanto pessoa singular, parte de um contexto social complexo, que clama por ajuda e alívio para o seu sofrer ou estar neste mundo em relação.

A experiência em participar do aconselhamento psicológico tornou-se significativa, seja no plantão psicológico, seja supervisionando os estagiários, em um cuidado imediato – no plantão psicológico –, em cuidado mais aprofundado – nas supervisões em grupo –, seja u próprio experimentando o *fazer* a partir do atendimento da população no plantão psicológico. Essa vivência possibilitou a reflexão sobre a formação do profissional de psicologia, principalmente aquele que se propõe cuidador, além de reconhecer a importância da proposta do plantão psicológico em oferecer a devida atenção a uma população carente de uma escuta profissional atenta, em uma perspectiva humanista e dialógica, que não a classifica por número de prontuário ou pela queixa apresentada.

No âmbito da equipe de profissionais do SAP, ficou evidenciada a aflição vivida no cotidiano marcada pelo desejo de atender a toda a demanda da população que procura o serviço que conta com uma equipe reduzida de profissionais para dar suporte ao número elevado de estagiários-conselheiros. Deste modo, não basta o aumento do número de estagiários-conselheiros – que já é crescente – no plantão psicológico para atender a toda a clientela, pois não seria possível fornecer supervisão a todos com o atual número de profissionais na equipe. Atualmente os grupos de supervisão são formados por mais de 10 alunos.

A questão da demanda da população foi parcialmente resolvida a partir da implementação da regionalização dos serviços oferecidos pelo SAP, restringindo às regiões próximas à USP. A decisão pela regionalização foi difícil para a equipe que trabalha a partir da idéia do plantão psicológico enquanto um espaço aberto a toda a população, independente da sua origem. Mesmo com a regionalização, atualmente a equipe carece de mais profissionais para continuar a dar prosseguimento às suas atividades com qualidade e maestria.

Algumas considerações finais

A partir da minha experiência rapidamente relatada neste artigo, pude apreender que favorecer a *arte do encontro* é a premissa para que se torne possível o aconselhamento psicológico. A partir de uma escuta atenta e de uma atitude cuidadora, supervisor e estagiário-conselheiro favorecem um espaço privilegiado e profícuo para o contato com o atendimento realizado, possibilitando lançar novos sentidos e significados a partir da experiência vivida.

Mais especificamente na experiência de supervisão em aconselhamento psicológico ficou-me evidenciada a presença marcante da perspectiva da aprendizagem significativa nas atividades desenvolvidas, privilegiando a teoria, a prática e o desenvolvimento pessoal, na formação do psicólogo-conselheiro.

A equipe de profissionais do SAP proporcionou acolhimento e disponibilidade para no compartilhar a proposta do trabalho e o dia-a-dia do serviço no atendimento à população. Nesta experiência ficou evidenciado o comprometimento da equipe do aconselhamento psicológico na formação de profissionais enquanto agentes de transformação social, a partir da experiência vivida na realidade do SAP, seja no plantão psicológico, no atendimento de curto prazo, no atendimento comunitário, ou nas oficinas de criatividade; no atendimento de

uma população carente de cuidados, em um contexto social em que a saúde pública se revela precária em todos os sentidos.

As marcas deixadas pela experiência no cotidiano do SAP, na participação e colaboração no cotidiano, nos encontros, nas reflexões, nos desencontros, nas invenções, nos redirecionamentos, nas transformações, nos percalços, e no comprometimento com o cuidado e a atenção do humano, favoreceram para que novos sentidos e novos contornos fossem dados a minha experiência profissional, no olhar para o humano, e naquilo que acredito ser meta da psicologia ao comprometimento com a saúde de pessoas, em um enfoque humano, privilegiando a pessoa que se queixa, e o significado que essa queixa representa na expressão da sua singularidade. A perspectiva de valorização do humano, do profissional cuidador de se autorizar a *estar junto* com a pessoa, por meio do acolhimento e da escuta ativa, favorecem de forma significativa para que aquele que está sendo cuidado conheça e compreenda os significados da sua experiência e encontre de possibilidades do ser-no-mundo-em-relação. Sentidos e contornos continuam sendo dados a essa experiência...

Referências Bibliográficas

BACCHI, C. C. Supervisão de apoio psicológico: espaço intersubjetivo de formação e captação de profissionais de saúde e educação. *In: MORATO, H. T. P. (org.). Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios.* São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. Cap.12, p.205-217.

MORATO, H. T. P. Serviço de aconselhamento psicológico do IPUSP: aprendizagem significativa em ação. *In: MORATO, H. T. P., org. Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios.* São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. Cap.1, p.27-43.

ROGERS, C. *Tornar-se pessoa.* [*On becoming a person*] Tradução de Manuel José do Carmo Ferreira e Alvar Lamparelli. 5ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001. 489p.

SCHMIDT, M. L. S. Aconselhamento psicológico e instituição: algumas considerações sobre o serviço de aconselhamento psicológico do IPUSP. *In: MORATO, H. T. P. (org.). Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios.* São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. Cap.4, p.90-104.

ATENÇÃO PSICOLÓGICA EM DISTRITO POLICIAL: AÇÃO ÉTICA E POLÍTICA

Sáshenka Meza Mosqueira

Gohara Yvette Yehia

Juliana Maria Nogueira Henriques

Henriette Tognetti Penha Morato

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a implementação de um serviço de atenção psicológica, após compreensão de demanda, no marco de uma prática clínica social sob perspectiva Fenomenológica Existencial, em uma Delegacia de Polícia Civil da Zona Oeste de São Paulo. Desenvolvido nos moldes de um Projeto de Extensão Universitária o trabalho recebe respaldo de convênio assinado entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e a Universidade de São Paulo, representada pelo LEFE. Via atitude clínica, iniciamos o trabalho de *cartografia em instituição*, em fevereiro de 2005, acompanhando o fazer cotidiano da instituição e de seus atores sociais, possibilitando que o acesso às demandas próprias ocorresse em situações que permitissem responder atentamente às necessidades de quem se encontra envolvido no trabalho. Podendo dar-lhe voz, abre-se a expressão para busca de cuidado e sentido de ser naquilo em que está envolvido. Após seis meses de trabalho cartográfico, e de acordo com a demanda percebida por meio deste, delineou-se a proposta de implantação de um serviço de atenção psicológica para os policiais e para a comunidade atendida pelo 51º Distrito Policial. O Plantão Psicológico enquanto serviço de atenção e cuidado visa auxiliar quem o procura na elaboração de sua própria demanda, momentânea ou não, como sujeito social em situação de crise e/ou sofrimento devido a diversos fatores não restritos a sua atividade profissional. Enquanto sujeito social, o policial é atravessado por situações vividas na articulação entre subjetividade e coletividade, constituintes de um modo de subjetivação em co-existência numa determinada organização social. Em longo prazo dirige-se à possibilidade de humanização dos serviços prestados por servidores de segurança pública à comunidade demandante do distrito policial para serviço público com qualidade. Nessa medida, este projeto engaja-se na perspectiva de serviços à comunidade prestados pela universidade, voltados para órgãos públicos prestadores de serviço à população bem como à formação de futuros profissionais de Psicologia, mais comprometidos com a sua realidade social.

A historicidade de um projeto

No quadro social atual de desamparo e sofrimento humanos, próprios do mundo moderno que reduz o espaço para a subjetividade no espaço público de instituições e organizações, é coerente que a universidade fosse chamada a realizar intervenção psicológica em instituições de Segurança Pública. Assim, em 2001, iniciou-se a primeira fase de um projeto de extensão em uma delegacia de polícia, atendendo a uma reivindicação do Conselho de Segurança da Comunidade da zona oeste da cidade de São Paulo (CONSEG), para a promoção de humanização e cidadania nos serviços públicos de segurança. Respondendo a este pedido o Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LEFE/IPUSP) propôs a implantação de um serviço de Plantão Psicológico em um Distrito

Policial da Cidade de São Paulo. Este projeto visava contemplar urgências e emergências psicológicas, oriundas tanto dos servidores públicos (delegados, escrivães, investigadores) quanto dos usuários desse serviço policial. Na consecução dessa tarefa, encontrava-se o desafio de uma outra proposta de prática psicológica, dada a experiência de uma intervenção conjunta de psicólogos e policiais nas situações emergentes no cotidiano de um plantão policial.

Impôs-se a necessidade de abandono de concepções tradicionais de clínica e teoria psicológicas, para a construção de práticas emergentes mais afinadas ao contexto e realidade sócio-institucional. Para dar conta dos fenômenos descortinados, uma proposta de psicologia social clínica com referencial fenomenológico existencial surgiu como uma possibilidade de compreensão e atuação dos profissionais de Psicologia que participavam dessa experiência, dando-lhes mobilidade de ação para questionar a responsabilidade social do psicólogo.

Os *resultados* obtidos durante a realização desta primeira etapa do projeto foram:

- Percepção de sentimentos ambíguos quanto à nossa presença na delegacia: por um lado, alívio frente à possibilidade de não estarem sozinhos ao lidar com a comunidade, nos casos graves como estupro, seqüestro; em casos considerados “não policiais” ou casos ainda não configurados como crimes (brigas, ameaças, discussão); por outro, medo dos policiais em relação aos psicólogos, como se estes fossem uma ameaça que pudesse explicitar a problemática dos atores institucionais e da própria instituição.
- Frases como: “*Eu, quando entrei na polícia, era para ser mocinho... mas, a linha muito tênue entre nós e os bandidos... muitas vezes me leva a não saber quem sou...*”, ou ainda “*A comunidade chama a gente de violento... Bandido chega aqui exigindo seus direitos... E eu??... Não tenho direito?? Nem o de ser tratado com respeito? ... Antes tinham respeito... e na hora de um tiroteio, a população sai correndo, foge, e o violento aqui esquece tudo ... família, filhos... sai babando com a arma na mão... vai lá enfrentar o mala E depois, ainda somos tratados como bandidos... pois não tratamos eles com carinho Mas ninguém vê como somos tratados pelos malas... tirando da gente, ameaçando...Você não sabe o que é matar, mesmo que seja um mala??... A cena do cérebro no chão... no asfalto.. não é bonita... Tem a sensação... aquela coisa cognitiva que entra dentro...A coisa tem cheiro, barulho... e sabendo que foi você que fez aquilo ... Eu tirei tudo dele... e quando digo tudo, é tudo mesmo... o que ele poderia ser, o que ele é e o que ele foi... Não existe pior punição maior que esta... Sou eu quem vai sonhar uns quatro meses com esta cena, acordar durante a noite... Não sei porque eles ainda nos investiga... para punir Como se ainda precisasse de mais”, revelavam o desamparo, fragilidade e solidão, clara e fortemente mostrados*

por esses profissionais como modos de expressão do seu sofrimento e o início de confiança no trabalho da Psicologia.

- *Perspectiva de colaboração em situações de mediação junto com delegados e investigadores para a colheita de depoimentos de vítimas, possibilitando discussão de modos de atendimento, visando uma transferência de metodologia de acolhimento de sofrimento e crise por parte do policial para com a comunidade atendida.*

O projeto contribuiu para redimensionar estágios de graduação, acentuando o papel do psicólogo como agente multiplicador social. É na direção de atenção psicológica ao sujeito social no seu cotidiano de vida que compreendemos o sentido do nosso trabalho numa perspectiva fenomenológica existencial e da Psicologia Social Clínica como apresentada por Palmade:

Se a relação com o trabalho é cada vez menos um lugar de apoio identitário e de consolidação do laço social; se a família ocupa cada vez menos o lugar de apoio na constituição do eu; se a vida relacional em torno do habitat não é mais portadora de um sentimento de afiliação ou de integração social; se pela mediação do habitat, não podemos encontrar nosso lugar, um lugar no mundo, então, como podemos encontrar nosso lugar, um lugar no mundo, então como prefigurar o futuro? Se a casa não cumpre mais seu papel, porque ela perdeu o valor onírico das casas da infância e das casas do futuro, onde poderemos buscar a fonte para situar entre os homens, para abrigar o tempo, habitar o tempo, viver, pensar, sonhar, morar? (PALMADE, 2001, p.120)

Em outubro de 2004, aprovado o projeto pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, foram realizados novos contatos com a instituição, devido à mudança do Delegado Titular do DP, reiterando a solicitação de 2001. Revelou-se, novamente, a face perversa da realidade contemporânea, cuja estruturação social estimula formas malogradas de subjetivação, mostrando os modos de habitar o mundo do homem na atualidade. Retomar junto aos atores institucionais o pedido realizado há dois anos tornava necessária sua revisão para contemplar possíveis atualizações. As chefias haviam mudado, porém a disposição para saber o que a universidade poderia lhes oferecer vigorava. O delegado titular e as chefias de escrivães e investigadores consideravam importante o atendimento para alguns policiais a quem se referiam, ironicamente, “*código 13*” ou “*loucos*”, como se somente esses pudessem ser alvo de cuidados psicológicos. Com interesse e seriedade, ainda referiram-se à necessidade, percebida em serviço, de contar com apoio psicológico para a comunidade de usuários da delegacia, com queixas que fogem à alçada policial. Rotular pessoas, policiais e

comunidade, necessitando atendimento, revela a intenção de atribuir a outros a necessidade de cuidados por sofrimento. Ao mesmo tempo, tal forma de referência denuncia a visão estereotipada que caberia, apenas, ao profissional de psicologia compreender quem sofre, bem como estereotipa a população que sofre, para assim se afastarem dela e não se perceberem também sofrentes¹⁹.

A compreensão fundante

A tendência a ridicularizar situações, em que se torna visível a fragilidade própria do ser humano, denuncia a hostilidade com que são recebidas as manifestações de sofrimento vindas de policiais ou da própria comunidade que procura a delegacia. Tais situações voltam o olhar ao modo de organização da vida contemporânea, que favorece a constituição de indivíduos²⁰, reduzindo as possibilidades de transformação no social, a partir do aparecimento de sujeitos que, ao manifestar sofrimento, questionam cotidianamente a estagnação imposta pelo estabelecido.

O homem contemporâneo pode adaptar-se, optando por calar aquilo que o toca e inquieta no contexto de seu existir-em-situação. Privilegia a excelência e a eficácia ao considerar problemas ou situações em sua frieza, reduzindo possibilidades de reflexão acerca do agir social. Reitera perversos modos de relação entre grupos sociais, escondendo-se na aparente igualdade aos membros do grupo ao qual pertence, idealizando-o. A implícita perversidade dessas relações estaria na violência contra o sujeito, pois repudia espaços para a reflexão subjetiva, ao mesmo tempo em que estimula a violência contra aqueles que não pertencem ao grupo, promovendo uma forma de massificação entre homens, pela qual qualquer alteridade é uma ameaça que precisa ser extirpada.

Contudo, um outro modo de olhar vem despontando nas últimas décadas, abrindo possibilidades para que a Psicologia se posicione como ciência através de intervenções que produzem investigações e teorizações. Recorrendo à Fenomenologia Existencial, a compreensão faz parte da humanidade do homem, expressando-se por interpretações calcadas no mundo, onde o outro está presente, sendo fonte de aprendizagem. Abre a questão de que constituímos a história ao mesmo tempo em que somos por ela também constituídos. No campo de atuação da Psicologia Social Clínica, o cliente é um sujeito

19 Do grego *pathos*, significando aquele que *sente, experiência, tolera sem oferecer resistência, é afetado*, dizendo da condição provocativa dos sentimentos, que coloca os homens diante de um questionamento constante a respeito de sua existência.

20 A partir de Enriquez (1997) e Arendt (1991), compreende-se indivíduo como aquele que se adapta ao meio social, assimilando modos de ser e fazer nele presentes sem questionamento; por sua vez, sujeito diz daquele que reflete e faz surgir o novo em seu modo de ser-no-mundo-com-outros, ou seja, é singular e coletivo misturadamente.

social, histórico e cultural; desse modo, é a complexidade e a multireferência que vigora, podendo oferecer uma compreensão de homem não mais fragmentada, mas real e solidária (VIEIRA FILHO, 1997).

É nesse contexto que a prática de plantão psicológico impõe-se como elemento facilitador do processo de compreensão dos fenômenos de subjetividade e intersubjetividade. É a experiência que implica em transformação *mestiça*, por contrariar, muitas vezes, uma norma social básica, pareando-se, assim, à constituição do conhecimento cuja base é *passar pela experiência*, apontando uma aprendizagem em trânsito, em travessia, afeita a multiplicidades e imprevistos inoportunos. Diz respeito à experiência de contato com o mundo, deixando-se ser tocado por ele; na atividade de supervisão, tal pode ser vivido pelo estagiário como aprendizagem significativa, transmutando-se do lugar da *explicação sobre* para o lugar do *aprender com* ou *aprender entre*. É no estar entre outros, na práxis da vida, que o domínio do saber se mostra inteiramente outro: não há respostas exatas ou verdadeiras que aliviem o angustiante incômodo perante a alteridade apresentada a cada encontro como acontecimento.

Aconselhar, do latim *conciliare*, remete-se a *consilium*; diz de *com/unidade*, *com/reunião*: ação de duas ou mais pessoas voltadas para a consideração de algo, com atenção e olhar respeitoso e cuidadoso, para deliberar com prudência e justiça. É a função do conselheiro: dispor-se no modo do acolhimento ao *pedido*²¹, que permite explorar, com o outro, não apenas a chamada *queixa*²², agora re-nomeada como *emergência*²³, mas também a forma mais adequada de lidar com ela, ou seja, dirigindo-se, assim, ao que é sua *urgência*²⁴, sentido de *demand*²⁵ que norteia a atenção psicológica. Do esclarecimento e da escolha por seguir este segundo aspecto, o outro não é excluído. Pelo contrário, desde o primeiro contato, o processo de aconselhamento pode levar tanto à formulação de um contrato de psicoterapia, quanto a uma informação, orientação ou ao encaminhamento para outro profissional.

21 Diz respeito a apresentar uma questão, com indicação de dúvida e desejo por uma informação ou conselho claro e definitivo de especialista para sua solução.

22 Segundo Houaiss (2007), refere-se à lamentação, canto lamentoso; denunciar o mal ou ofensa que recebeu; fazer exposição (de estado físico ou moral); descrever (sofrimentos e agravos).

23 Referencia-se estritamente ao tempo cronológico; compreendida a partir da temporalidade dos sofrentes, é modo de agir diante do que emerge durante o encontro com aquele que sofre.

24 Distancia-se do sentido daquilo que requer solução imediata, passando a significar aquilo que urge ao sofrente, aproximando-se originalmente da angústia, do ser destinado à morte. É a mais genuína pro-vocação a que somos expostos: pro-vocados para ser, convite desde o nascimento para um movimento contínuo e circular nas esferas da afetabilidade, compreensibilidade e comunicabilidade, inexoravelmente até a morte. Nesse sentido, diz daquilo que urge, precisa, necessita.

25 Diz respeito a *procurar por aquilo que lhe é próprio: clamar por*.

Nessa perspectiva surge o Plantão Psicológico: modalidade da prática de Aconselhamento específica por lei ao psicólogo. Procurando acompanhar a *urgência* apresentada por uma *emergência* pelo sujeito, não no tempo imediato, mas ao longo da sua história, *plantão* refere-se a algo outro do que usualmente tomado da prática médica, sendo mais propriamente pertinente apresentar seu sentido por uma metáfora: implica em uma *planta grande*, ao longo do caminho árido do sujeito peregrino pela vida, oferecendo *sombra* e *abrigo* para que esse andarilho se apoie-se e refaça forças para continuar sua jornada. Refere-se a uma pausa da caminhada para acolhimento de si mesmo junto a outro que se disponibiliza a acompanhá-lo nesse intervalo transitório. Em outros momentos de seu percurso, outras plantas poderão ser encontradas ao longo da travessia pela existência, cruzando-se com outras situações e contextos.

Nesse sentido, o Plantão se inicia para cartografar²⁶ o estar contemporâneo: atentar para a situação que originou o pedido da instituição por uma intervenção, buscando conhecer seus modos de funcionamento através de seus atores sociais, considerando a pluralidade e a singularidade do sujeito no mundo. Sofrimento como mal-estar representa um fenômeno perturbador atual, implicando considerar a *reviravolta subjetiva da realidade*, direcionando foco para os processos de constituição da subjetividade e impasses experienciados na contemporaneidade. Recorre-se a uma cartografia diagnóstica para conhecer espaços possíveis de atuação, clareando a demanda por trabalho psicológico em cada instituição, dada a sua particularidade, ou seja, fora do âmbito clássico da identidade e da representação, mas atenta a múltiplos processos de subjetivação, engendrados nas dimensões sociais, culturais e temporais.

O projeto em ação

A solicitação do DP em 2004, encaminhada ao LEFE, enquadrava-se em Convênio vigente entre a USP, representada pelo laboratório, e a Secretaria de Segurança Pública. Desta forma, é de grande relevância distinguir de um lado, o pedido da Secretaria de Segurança Pública por acompanhamento psicológico para policiais civis e militares da Zona Oeste de São Paulo e, de outro, o pedido do Delegado Titular deste DP, exposto anteriormente. Para além das solicitações explicitadas, provenientes de duas diferentes

26 Cartografar inclui o acompanhamento, em campo, das vibrações/ pulsações, configuradas na práxis cotidiana.

hierarquias, retorna a necessidade por diferenciar entre pedido e demanda. É a isto que se dirige a exposição abaixo.

Pedido é aquele verbalmente expresso, ou até mesmo escrito, que chegou ao laboratório pelo Delegado Titular do DP, vinculado ao Convênio. Porém, considerando que todo pedido inicial dificilmente contempla a real demanda de quem o faz e, principalmente do público alvo da atenção solicitada, seria um erro aderir a ele irrefletidamente. Esta distinção cuidadosa se torna indispensável, cõa fim de realizar uma prática psicológica que se esforça por contemplar os interesses da instituição e dos sujeitos, policiais, que dela fazem parte. Por isso, iniciar o trabalho conhecendo de perto o fazer cotidiano da instituição e de seus atores sociais é característica do LEFE. Parte-se do pressuposto de que o acesso às demandas ocorre, de forma privilegiada, em situações de contato que possibilitem identificar e dar sentido às necessidades de quem se encontra envolvido no trabalho. Na descrição a seguir, apresenta-se a implementação de um serviço de atenção psicológica, após análise de demanda, no marco de uma prática clínica social sob perspectiva fenomenológica existencial, em uma Delegacia de Polícia Civil lotada em Distrito Policial (DP) da Zona Oeste de São Paulo.

Cabe destacar que discussões, reflexões, aportes e contratos surgidos dos contatos com a instituição são compreendidos, pela equipe, como parte do início do trabalho, antes mesmo de qualquer intervenção específica. Pretendia-se estabelecer uma relação de diálogo com os atores da instituição com o intuito de elaborar uma proposta de acordo com suas necessidades. O cuidado no acolhimento da demanda dos atores institucionais é o eixo norteador das ações e intervenções da equipe durante a abordagem da instituição através de cartografia.

A equipe, composta por 7 membros (uma supervisora geral, uma supervisora de campo, dois psicólogos e três estagiários), após contato com a instituição, junto ao Delegado Responsável, às chefias dos escrivães e dos investigadores, iniciou o trabalho com discussões técnicas e operacionais, visando viabilizar a entrada da equipe na Delegacia e convocar os atores institucionais a participar da implantação do serviço. A fase de cartografia correspondeu ao período de tempo em que a equipe do LEFE e a instituição se deram a conhecer mutuamente através do contato com seus atores, tendo como objetivo reconhecer a existência de demanda por atenção psicológica. Esse trabalho cartográfico já se apresentava como interventivo, na medida em que por ele já havia uma disponibilidade dos psicólogos por acolher a demanda dos atores, sem se restringir apenas a pedidos explícitos

por atendimento. Dessa forma, gerou-se um fluxo de atenção psicológica que delineou as características do serviço implementado a seguir.

Para tanto, foram feitas duas visitas semanais, de três horas cada, durante um ano. A equipe foi dividida em dois sub-grupos de três a quatro pessoas, compostos por um supervisor de campo e plantonistas. Além dos atendimentos realizados, o trabalho consistiu na realização de um diário de bordo, no qual eram relatadas as experiências vividas no dia de trabalho, e de uma supervisão geral semanal. São a partir de relatos de diário de bordo e da supervisão que foram sendo depurados os sentidos do que ia sendo narrado, a fim de reconduzir o trabalho no ano seguinte de 2006. Sem essas etapas, cair-se-ia numa captura institucional, da qual os plantonistas não conseguiriam se diferenciar: trata-se do fenômeno, chamado Espelho Mágico²⁷, que ocorre pela reprodução, nos relatos dos plantonistas, dos mesmos modos de falar e agir dos policiais.

Encaminhamentos de usuários da delegacia ao Plantão Psicológico, provenientes de policiais, tornaram-se freqüentes, embora eles mesmos não se dispusessem a conversar com os psicólogos. No entanto, encontros e trocas aconteciam em momentos os mais inesperados, como quando da solicitação de um policial ao psicólogo para *“ver se ele poderia encontrar o que estava causando o mau funcionamento de seu computador”*. Essas aproximações de policiais ocorriam facilitadas pela circulação dos psicólogos nos diferentes espaços do DP, gerando muita angústia aos plantonistas que experimentavam sensações de rejeição e esvaziamento de sentido do próprio trabalho. Contudo, a aparente falta inicial de demanda, não inviabilizou a aceitação progressiva da presença dos psicólogos entre policiais e usuários. Aos poucos, essas sensações puderam ser re-significadas, considerando também, a dificuldade da equipe de se perceber em ação pelo absoluto rompimento dessa intervenção com *settings* tradicionais para atendimento psicológico, dificultando o reconhecimento do papel de psicólogo nesta situação. Durante esta fase, pôde-se perceber demanda por atendimento psicológico individual para policiais civis e comunidade que, diferente do pedido inicial, não se restringia apenas a necessidades e/ou dificuldades enfrentadas no fazer cotidiano em instituição.

Tais experiências permitiram aos plantonistas uma outra forma de aproximação junto aos policiais: disponibilizou-se abrir espaços de questionamentos a partir de assuntos trazidos pelos policiais, inclusive a partir de situações que demandavam abertura de possibilidades quanto à construção de um novo lugar de psicólogo nesta instituição.

27 Idéia desenvolvida por Morato et al (1999).

Posicionar-se de forma diferente daquela que é atribuída ao psicólogo, permitiu a quebra de algumas cristalizações a respeito do fazer desse profissional: os próprios policiais se sentiam mais à vontade para conversar com um psicólogo disposto a ouvir qualquer tipo de problema, abandonando o preconceito de procurá-lo por ser “*louco*”. Experiências podem ser relatadas de atendimentos realizados com policiais nos corredores do DP: sempre conversas longas, ao final das quais era perguntado ao plantonista “*mas o que é que psicólogo faz?*”, ou até mesmo “*o que é que vocês estão fazendo aqui?*”. Tais perguntas remetem diretamente a modelos imaginados de atuação psicológica numa salinha, sentado numa poltrona ou até mesmo deitado num divã, trazendo questionamentos sobre a própria atuação do psicólogo. Fatos como esses relembram a importância da constância no trabalho realizado, pois dessa maneira pode-se firmar a atuação psicológica enquanto uma prática clínica diferenciada do modelo tradicional.

A disponibilidade da equipe para acolher a experiência dos atores institucionais, em seu local de trabalho, configurou-se como atenção psicológica entendida como abertura para além de atendimento clínico nos moldes tradicionais. Foi a partir dessa troca entre psicólogos e atores institucionais que se configurou uma prática psicológica clínica social que acompanha a dinâmica institucional, sofrendo e promovendo mudanças em todos os envolvidos. Assim, o sentido da prática psicológica em instituições orientou-se para o resgate da pessoa atendida como sujeito singular e social, comprometido com escolhas significativas, tanto pessoal como coletivamente.

Abaixo, trechos de entrevistas realizadas com policiais, após um ano de trabalho, com o objetivo de avaliar o trabalho da equipe de Psicologia, apontam a opção pelo Plantão Psicológico, modalidade de prática interventiva em instituição policial, como possível:

“Existem casos que podem ser melhor conduzidos se as pessoas tiverem a oportunidade de colocar para fora seus sentimentos... justamente por isso já encaminhei várias pessoas pra vocês” Quanto à disponibilidade dos plantonistas para atender policiais - *“não sei se funciona muito conosco não... temos muitas outras coisas para fazer... mas se alguém quiser conversar com vocês não acho ruim não... mas... acho que deve ser disponibilizado mais para a comunidade, pois são pessoas que precisam mais do que a gente”*. (Entrevista 2)

“No início foi difícil entender para que vocês estavam aqui... mas o tempo foi passando e parece que ficou mais claro... eu mesmo já fui procurar vocês lá embaixo!... Já pedi atendimento... Também teve aquele encaminhamento que fiz de um dos meus homens... disse que fez muito bem pra ele conversar com vocês... essa semana mesmo ele perguntou o dia que vocês estavam ai... acho que ele vai procurar de novo... Acho que com vocês aqui a gente também aprende a ser um pouco psicólogo... porque querendo ou não o policial também tem que saber como entender o ser humano”. (Entrevista 4)

“O que eu posso dizer do trabalho de vocês... é que toda vez que eu converso com vocês eu sou obrigada a focar em mim... não é a mesma coisa que conversar com um amigo ou mesmo com um colega de trabalho... Não tem juízo de valor envolvido... Vocês não falam o que fazer... mas vão perguntando sobre os caminhos que há frente dos problemas... sabe aqueles meus problemas?... Eu que tenho que escolher o que fazer!... O bom de ter psicóloga aqui é que mesmo tendo uma pilha de inquérito pra dar conta... dá pra fechar a porta da sala e ficar um tempo só resolvendo nossos pepinos... lembra que eu já até briguei por você não concordar em ficar só falando dos outros?... Pra mim foi ótimo!” (Entrevista 5)

A possibilidade de atenção psicológica aos funcionários pode propiciar qualidade de vida por melhores condições de trabalho, administrando o stress da função de prestação de serviço de segurança pública contra a violação de direitos de cidadãos, além de aprimorar serviços tradicionalmente oferecidos pela polícia civil. Acolhimento, via escuta clínica junto ao usuário do Plantão, possibilita redimensionar propriedade e pertinência à sua humanidade em situação de crise de sentido.

A entrada da equipe na instituição configurou-se pela compreensão de que o modo de se disponibilizar para escutar as queixas de policiais, atores institucionais, em seu local de trabalho, caracteriza um modo de Atenção Psicológica, como Plantão Psicológico, para além de um atendimento clínico estrito senso. É a partir da troca entre os psicólogos e atores institucionais que ocorre uma prática psicológica clínica social acompanhando os movimentos institucionais: sofre e promove constantes mudanças nos sujeitos sociais nela envolvidos. Pudemos perceber que, graças ao trabalho cartográfico, interventivo e investigativo ao mesmo tempo, é que os policiais puderam se apropriar de uma nova forma de perceber o psicólogo e quebrar os estereótipos sobre os modos como com ele se relacionar. Além disso, a cartografia permitiu construir, junto a eles, um espaço no qual poderíamos atuar. Se não fosse dessa forma, seria uma imposição de trabalho, o que ficaria sem sentido para eles.

Pode-se dizer que este foi mais um dos méritos da cartografia: distinguir o pedido do Delegado Titular da demanda concreta dos policiais da delegacia. Neste caso particular, houve momentos em que se ouvia pedidos recorrentes de maior disponibilidade de horários para a permanência dos psicólogos no distrito policial. Num primeiro momento, a equipe tentou desdobrar-se para passar mais tempo, porém, a atitude investigativa e clínica e o auxílio da supervisão abriram a reflexão sobre essa urgência. Percebeu-se que as solicitações por um tempo maior da equipe no DP transpareciam uma demanda, também constante, por mais policiais para integrar as equipes que atendem à comunidade. Esse é um exemplo de como, facilmente, adere-se à dinâmica institucional quando se prescinde de questionamentos

frente aos acontecimentos em campo reproduzindo o movimento dos atores institucionais tal qual ondas que vem se sobrepor umas às outras.

Algumas considerações

O Plantão Psicológico, como serviço de atenção e cuidado, visa auxiliar quem o procura na elaboração de sua própria demanda, momentânea ou não, como sujeito social em situação de crise e/ou sofrimento devido a diversos fatores não restritos a sua atividade profissional. Enquanto sujeito social, o policial é atravessado por situações vividas na articulação entre subjetividade e coletividade, constituintes de um modo de subjetivação em co-existência numa determinada organização social. Assim, a presença de interesse de esclarecimento das próprias necessidades no ator institucional é relevante a fim de possibilitar a ocorrência de eficiência e pertinência durante a intervenção psicológica nessa instituição. Contribui para uma melhor qualidade de vida do profissional, dado que dentro de uma delegacia de polícia são realizadas atividades, às vezes, consideradas estressantes e até insalubres. Em longo prazo, dirige-se à possibilidade de humanização dos serviços prestados por servidores de segurança pública à comunidade demandante do distrito policial para serviço público com qualidade.

O projeto engaja-se na perspectiva de serviços à comunidade prestados pela universidade, voltados para órgãos públicos prestadores de serviço à população bem como à formação de futuros profissionais de Psicologia, mais comprometidos com a sua realidade social. Nesse sentido, os espaços de supervisões de campo e de projeto contemplam o cuidado para com o estagiário. Cabe salientar que, por momentos, o presente projeto foi alvo de questionamento na universidade, acerca da legitimidade de uma parceria entre a USP e a Polícia Civil, por esta ter assumido posição autoritária e de contenção durante o regime ditatorial no Brasil na década de 70. No entanto, faz-se necessário assinalar que um convênio foi assinado entre a USP, representada pelo LEFE/IPUSP, e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, revelando abertura a uma leitura crítica no âmbito da Segurança. Nesse sentido, os questionamentos quanto à legitimidade desses projetos de intervenção, tendo sido encampados pela própria USP, instituição essa que teria sofrido a sugerida agressão, cedem lugar a uma ação de solicitude, na medida em que reconhece a necessidade de sua abertura às demandas da sociedade.

Assim, para além de um posicionamento político-ideológico, que limitaria a possibilidade de investigação e reflexão *a priori*, o posicionamento do LEFE é aceitar o

desafio para o conhecimento de uma instituição, aproveitando para isso a brecha por ela mesma aberta no contato direto com seus atores/sujeitos. Afinal, como diz Chauí (1999),

A ação ética só é virtuosa se for livre e só o será se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior do próprio agente e não de uma pressão externa. Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre a autonomia da vontade do agente ético (a decisão emana apenas do interior do sujeito) e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade (os valores são dados externos ao sujeito). Esse conflito só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser o autor desses valores ou das normas morais, pois, nesse caso, ele será autônomo, agindo como se tivesse dado a si mesmo sua própria lei de ação. Enfim, a ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do sujeito e se este respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética é uma intersubjetividade socialmente determinada. (p.1)

O mesmo argumento pode impor-se a questionamentos frente ao posicionamento ético do projeto na formação do psicólogo. Visto que tais projetos oferecem a possibilidade do confronto de estudantes com a realidade social mesma em que irão atuar, o posicionamento do LEFE dirige-se à reflexão do aluno diante da ambigüidade do sentido de ética frente à violência, uma vez que cabe ao sujeito ético²⁸ (no caso, o futuro psicólogo) empenhar-se para encontrar-se ético em suas ações. Este é o norte das intervenções e supervisões oferecidas aos estagiários do LEFE: visando à revisão e escolha de valores éticos, os projetos escancaram a ambigüidade humana transitando entre bem e mal, para encontrar a justa medida da ação e não a dicotomia determinista entre bom ou mau.

Disponibilidade de psicólogos, acolhendo a experiência dos atores institucionais, *in loco*, configura uma atenção psicológica para além de um atendimento clínico estrito: uma prática psicológica clínica social. Fundamentado na perspectiva fenomenológica existencial, pode re-significar essa prática numa outra dimensão: atenção psicológica para atendimento do sujeito social em instituições ou uma ação psicológica ético-política em instituição. Acontecendo no espaço público, contempla a subjetividade não como algo que faz parte apenas da interioridade do indivíduo, mas como modo de ser do humano em situação de convivência entre outros. Abre reflexões sobre questão da cidadania, demandando desafios às situações de crise e sofrimento humano, ensejando outras possibilidades de intervenção e

28Por *sujeito ético*, considera-se Chauí (1999): “Embora ‘*ta ethé*’ e ‘*mores*’ signifiquem o mesmo, ou seja, costumes e modos de agir de uma sociedade, entretanto, no singular ‘*ethos*’ é o caráter ou temperamento individual que deve ser educado para os valores da sociedade, e ‘*ética*’ é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. Sob essa perspectiva geral, a ética procura definir, antes de tudo, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética. O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz e como um ser responsável que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas idéias de bem e mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim, uma ação só será ética se consciente, livre e responsável e será virtuosa se realizada em conformidade com o bom e o justo.” (p. 1)

reflexão sobre o fazer e o saber psicológicos, re-significando aprendizagem diferenciada em Psicologia, formando multiplicadores para uma prática social clínica pertinente ao ofício.

Referências Bibliográficas

ARENDT, H. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991.

CHAUÍ, M. *Uma ideologia perversa*. Folha Editoria: MAIS! 5320 Edição: Mar 14, 1999. p. 5.

ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOUAISS, A. Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em:
<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em: 07/04/07

MERRIAM-WEBSTER. Third New International Dictionary Unabridged. Disponível em:
<http://unabridged.merriam-webster.com>. Acessado em: 07/04/07

MORATO, H.T.P. Aconselhamento Psicológico: uma passagem para a transdisciplinaridade. In: MORATO, H.T.P. (org.). *Aconselhamento Psicológico: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PALMADE, J. Pós-modernidade e fragilidade identitária. In: ARAÚJO, J. N. G. E CARRETEIRO, T. C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. SP: Escuta, 2001 p. 120.

VIEIRA FILHO, N.G. Da crítica ao “aplicativismo” à pesquisa participante. *Interações–Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1997. Vol. IV, 7: 99-116.

_____. *. (1997) *Clínica Psicossocial: terapias, intervenções, questões teóricas*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1997.

CARTOGRAFIA COMO AÇÃO CLÍNICA EM INTERVENÇÃO SOCIAL²⁹

Heloísa Antonelli Aun³⁰

Henriette Tognetti Penha Morato³¹

RESUMO

Através de narrativas dos Diários de Bordos dos plantonistas, o Plantão Psicológico revelou-se como uma investigação fenomenológica. O estudo feito na dissertação “Trágico Avesso no Mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores” interpela essa prática com autores da Psicossociologia Clínica, propondo a reconstituição do Plantão Psicológico a adolescentes e funcionários de quatro unidades de internação da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) do Estado de São Paulo, localizadas em dois complexos da capital. Realizada pelo Laboratório de Estudos e Prática em Fenomenologia Existencial da Universidade de São Paulo (LEFE-IPUSP), esta prática psicológica acontecia como *cartografia clínica*. Descortinavam-se conflitos que dividiam a instituição como em um campo de guerra: inimigos e/ou aliados, olhares ameaçadores. Cada unidade de internação, na tensão de uma explosão sempre iminente, mostrava-se como uma caricatura das relações e conflitos humanos inserida em uma cultura instituída por *inter-ditos* e ampliada, ao avesso, por códigos de honra do trágico cenário, violento e rígido, do mundo do crime. Neste contexto, no pátio das unidades, acontecia o Plantão Psicológico, que revelava um outro modo de clinicar, resgatando a possibilidade da intimidade respeitada no e pelo espaço público.

Care, as a primordial structural totality, lies "before" ["vor"] every factual 'attitude' and 'situation' of Dasein, and it does so existentially a priori; this means that it always lies in them. So this phenomenon by no means expresses a priority of the 'practical' attitude over the theoretical. When we ascertain something present-at-hand by merely beholding it, this activity has the character of care just as much as does a 'political action' or taking a rest and enjoying oneself. (HEIDEGGER, M., 1962, p. 238).

No quadro social atual de desamparo e sofrimento do homem, de reduzido espaço para modos de subjetivação, cuja expressão mais marcante ocorre no espaço público de instituições e organizações (LEVY, 2001), é coerente que um laboratório universitário³² tenha sido procurado para uma intervenção psicológica por instituições relacionadas à Segurança Pública e à Justiça, já que são em seu contexto que esta realidade mostra sua face mais explicitamente perversa. Experiências em Unidades de internação da FEBEM, Batalhões da Polícia Militar e Departamento Jurídico permitiram potencializar este quadro, propiciando um olhar atento e cuidadoso aos modos de subjetivação engendrados pela

29 Este artigo amplia idéias apresentadas, sob orientação de Henriette T. P. Morato, por AUN, H. A. (2005) *Trágico avesso do mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 136p.

30 Membro do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial (LEFE), IPUSP.

31 Docente do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do IPUSP. E-mail hmorato@usp.br

32 LEFE – Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial do IPUSP.

violência, perpetrada pelas organizações sociais ao humano na contemporaneidade, demandando por uma ação clínica.

Dentre as inúmeras vicissitudes de tal cenário, revelou-se a estruturação social estimulando formas malogradas de subjetivação. Percorrer a historicidade de transformações sucessivas do *ethos*³³ pelas mudanças sociais e econômicas da humanidade possibilita reconhecer que os modos de ser e fazer humanos atuais nela não encontram referenciais. Se a ética do liberalismo jamais garantiu uma vida relativamente protegida, embora a apregoasse, as práticas disciplinares são cada vez mais utilizadas pela sociedade, que administra a vida pública impondo modos de ordenação que transcendem para a esfera privada de indivíduos.

No interjogo entre a posição liberal e a disciplinar, entremeado pela axiologia romântica como resposta para restaurar a dignidade do indivíduo, estão situados modos atuais de habitar o mundo: disperso em três possibilidades de morada, o homem não habita realmente nenhuma casa (FIGUEIREDO, 1995). Reduzido o espaço para a manifestação de modos de subjetivação, a constituição do sujeito rende-se ao modo de organização da vida contemporânea para a constituição de indivíduos³⁴, produzindo modos de ser cada vez mais estáticos e estagnados, limitando possibilidades de transformação do social e do coletivo.

O indivíduo contemporâneo diz daquele capaz de adaptar-se, calando aquilo que, em sua interioridade, questiona ou é tocado no contexto de seu existir-em-situação. Atrofiado e agindo na direção da excelência e eficácia, limita a reflexão acerca do agir social, expondo-se à vinculação perversa³⁵ em grupos sociais. Sem uma mediação reflexiva, o indivíduo idealiza seu pertencimento no coletivo, fomentando violência a si mesmo e aos outros já que toda alteridade é ameaçadora e deve ser eliminada: tende a interpretar o sentido da violência fora da real complexidade de relações na organização social, atribuindo-lhe como única possibilidade estar vinculada ao *mal*, à ação de causar dolo e dano. Tal visão totalitária e massificada implica em relação de forças entre submeter-se passivamente à lei, renunciando a toda violência que habita em nós próprios, e abrir-se a refletir outros sentidos que a violência pode expressar acerca da atual

33 O significado da palavra *ethos*, presente nesse momento, é o adotado por Figueiredo, referindo-se a conjunto de valores, posturas e hábitos considerados como uma moradia, parte do mundo na qual é possível ao homem sentir-se relativamente abrigado, levando-se em conta que o significado etimológico de *ethos*, palavra da qual se origina *ética*, refere-se tanto aos costumes quanto à morada. (FIGUEIREDO, 1995).

34A contraposição entre sujeito e indivíduo é tomada no sentido referido por ENRIQUEZ (1997), referindo-se àquele que assimila seu meio social e os modos de ser e fazer nele presentes sem questionamento; já sujeito refere-se àquele que, embora os assimilando, é capaz de refletir e fazer surgir o novo, revelando, assim, aspectos de anormalidade dentro da norma.

35 Refere-se à assimilação direta, pelo indivíduo, dos modos de ser dos grupos sociais a que pertence.

organização social entre homens. A "cultura da organização" ganha cunho da dimensão do *sagrado*, substituindo a religião na tarefa de garantir tanto um sistema de significações quanto de segurança, conduzindo o indivíduo a sacrificar-se pelas metas por elas perseguidas e a adentrar irrefletidamente em um sistema totalitário, ao negar a existência do *chaos*³⁶: o sujeito social, ético e político.

Ação Clínica

Partindo da prática psicológica como experiência clínica, busca-se compreendê-la como ação dirigida ao mal-estar contemporâneo, apontado, insistentemente, como sofrimento num mundo conturbado. O tema se impõe como urgência³⁷, pois essa prática questiona a época de transição de paradigmas científicos, da globalização da economia e de avanços tecnológicos, instigantes para uma aproximação à mestiçagem e pulverização de diferenças. (ANDRADE e MORATO, 2004). Referências que respaldavam a compreensão do sujeito moderno, ancoradas na consciência e racionalidade, são questionadas quanto à construção de representações relativamente estáveis do modo de ser humano, pela noção de ordem ligada ao equilíbrio, pela separação nítida entre interior e exterior: o sujeito é fundamento de sua própria existência.

Tal compreensão, início da experiência clínica, demanda uma re-significação. A prática depare-se, hoje, com contornos subjetivos efêmeros, nos quais a fragmentação ocupa posição fundamental, apresentando-se como contração do espaço-tempo, não é apenas uma nova forma de subjetivação³⁸, mas a matéria-prima por meio da qual outras formas da subjetividade³⁹ são constituídas, implicando descrever o mal-estar contemporâneo pelo qual essa questão se manifesta.

Esse contexto conduziu a repensar tanto a ação quanto a formação de profissionais que atuam no setor da saúde e do desenvolvimento humano e a problematizar a questão do sofrimento humano em diferentes situações, seja em consultório privado, em instituições de saúde, em programas educacionais para populações marginalizadas. É pela dimensão da ética como morada do humano que se faz urgente repensar a própria clínica, redirecionando-lhe o sentido de modo a contemplar o espectro da experiência do ser do homem, plural e singular ao mesmo tempo, atendendo a todas as formas de manifestações e expressões pessoais e de tradição cultural. Diz respeito a uma crença no ato transformador

36 *Chaos*, neste texto, é tomado no sentido etimológico grego, significando "todas as possibilidades".

37 Urgência aqui usada no seu sentido etimológico de precisão, necessidade.

38 Subjetivação aqui compreendida como modos de se constituir o homem no mundo entre outros.

39 Subjetividade aqui empregada no sentido de ser a expressão apresentada de um modo de subjetivação.

que, para além da culpa assistencialista, se torna disponível para cuidar de quem sofre, disponível ao desafio de confronto com o que se apresenta estranhamente diferente, esperando que tais acontecimentos inesperados possibilitem a criação de outras dimensões de compreensão à humanidade do homem.

Tanto a atividade clínica quanto a pedagógica não fogem a um predomínio da técnica, fenômeno essencial da Idade Moderna. A clínica, afastando-se de sua peculiaridade originária, como *debruçar-se sobre o leito do “sofrete”*, passa a, cada vez mais, privilegiar procedimentos técnicos. Hoje, o clínico é entendido e valorizado como especialista. Nessa composição, o momento clínico inicial, com toda sua possibilidade de promover uma confiança terapêutica através da atenção e acolhimento, é reduzido a uma atividade de triagem, a qual encaminhará os pacientes aos respectivos especialistas, que, através da mediação da técnica, tratarão deles.

Por sua vez, no âmbito pedagógico, os currículos dos cursos de ciências humanas e biológicas têm cada vez mais contemplado quesitos técnicos, visando à formação de especialistas. É esperado e apreciado que o psicólogo atue primordialmente enquanto um especialista em sua atividade profissional; em seu consultório ou em instituições, ele deverá manter-se numa neutralidade, que o afaste da condição fundamental da cidadania: de ouvir e ser ouvido *em praça pública*.

No entanto, o modelo técnico-científico mostra sinais de esgotamento. No âmbito da educação, procedimentos pedagógicos alinham-se por modelos disciplinares de conduta, desconsiderando o direito de aprender. Instituições de saúde e educação constituem-se em lugares que não se implicam com uma atenção para resgate de sentido. Nelas, os sujeitos sociais são despejados, destituídos de razão e/ou bem-estar ou de possibilidades de aprendizagem; constituem-se como lugares onde sagra um sofrimento confinado e reverberado, revelando um sujeito e as instituições que deles cuidam como dependentes de um tecido social e cultural, que determina, pela representação e simbolização, modos de ser adequados e ajustados. Enquadrados na des-razão e no des-conhecimento, sujeitos sociais são condenados tanto ao exílio social (pela des-consideração institucional) como ao exílio de si mesmos (pelo des-alojamento existencial).

O contexto social, político, econômico e cultural, da contemporaneidade, clama por mudanças nas abordagens implicadas com concepção e implementação de saúde e educação para formação profissional de seus agentes. Propor alternativas de ação e reflexões teóricas para profissionais, que lidam com uma população resultante de uma nova ordem mundial, apresenta-se como uma tarefa desafiadora para psicólogos.

É nesse sentido que pensamos oferecer subsídios teóricos para uma formação de profissionais de saúde e educação mais pertinente às demandas de seus serviços no contexto social contemporâneo, tomando por base projetos de extensão universitária como pesquisa interventiva participativa. Acompanhar o mal-estar é atentar ao modelo de ciência e suas conjunções, nosologias comunicacionais e cognitivas, nas estruturas clássicas e modernas de verdade, sujeito, história e mundo. Sofrimento como mal-estar é um fenômeno que implica em “reviravoltar” a subjetividade, fora do âmbito da identidade e da representação, percorrendo múltiplos processos de subjetivação, engendrados nas dimensões sociais e culturais. Refere-se a questionar se os instrumentos compreensivos da Psicologia apreendem quem é o “sofrente” nas possíveis modalidades de subjetivação a fim de aproximar a ação clínica pertinentemente aos impasses humanos na modernidade.

O vivido instituindo uma prática psicológica contextualizada

Quando uma unidade de internação da FEBEM procurou o LEFE, em 1999, para um trabalho com os agentes de proteção, a fim de proporcionar um melhor atendimento aos adolescentes internos, foi elaborado um “mega-projeto” de políticas públicas, envolvendo parcerias com outra universidade e institutos da USP. O projeto, no papel, englobava diversas modalidades de prática psicológica para áreas pedagógicas, técnicas, grupos com famílias de adolescentes e a educação através do esporte. Embora reconhecendo que tal proposta estava distante da realidade institucional, a ansiedade de iniciar um novo trabalho não afastou a intenção: entrar na instituição comprometia-se a conhecê-la através de seus atores.

A mesma situação ocorreu quando outras instituições e organizações começaram a procurar o LEFE com pedidos variados, mas que, de certa forma, perpassavam por uma mesma demanda: um espaço de escuta. Tais experiências abriram possibilidades para o exercício de modalidades de prática em instituições que instigam propostas de política pública com respeito ao sofrimento humano na área da segurança pública.

No enredo desta prática psicológica, contextualizada em unidades de internação da FEBEM, Departamento Jurídico, Polícias Civil e Militar, a perplexidade, o mistério e a curiosidade tornam-se fundamentais para se deixar conduzir pelos vestígios apresentados por atores institucionais. Trata-se de vestígios que apontaram o passo a ser dado a seguir, revelando uma prática em constante *destinar-se*. Para Aun (2005), buscar seu desenredo permitiu perceber uma possível articulação entre três modos de leitura dessa inserção: *social, psicologia e clínica*. Num relance inicial, *social* poderia ser compreendido como o

meio que se interpõe entre *psicologia* e *clínica*, constituindo um enredamento que possibilitaria uma prática real, contemplando a condição plural e singular de ser *humano*, já que implicaria *con-viver* entre homens. Atento, o *clínico* considera o *social* ao mesmo tempo plural, como o fundo de um quadro, e singular, na figura que se mostra. Desta forma, olhar o humano como *co-existente*, é poder também *con-figurá-lo*. Uma ação *social* e *clínica* revelar-se-ia como *clínica* pelo modo de convivência, atuando em situação, junto ao ator social e à instituição na qual se insere, pelo modo de se compreender ser a prática psicológica como uma ação em ação.

Segundo Sévigny (2001), a abordagem experimental é de grande acréscimo para a ciência; entretanto, pouco colabora com os sujeitos de quem fala. Desta forma, a abordagem clínica da Psicossociologia⁴⁰, pelo modo de estar *junto ao leito*, teorizando a partir de uma ação contextualizada, contribui para mudança social, na medida em que suas reflexões são compartilhadas e debatidas com atores sociais que vivem as relações acerca das quais pensam os protagonistas da ciência. Isto porque ser clínico implica colocar-se ‘**junto ao leito**’: ele trabalha principalmente **no campo**.” (SÉVIGNY, 2001 p. 17, grifo de AUN, 2005). Seu olhar dirige-se não apenas à compreensão de problemas demandados, mas também à sua compreensão pelos seus interlocutores. Desta forma, **junto e “no campo”**, o clínico constrói e comunica seus conhecimentos.

Na singularidade do campo, as teorias são uma via de reflexão acerca da ação, na qual o fio condutor é a própria situação de intervenção. O conhecimento é construído a partir da ação com o outro. Para Figueiredo (1993), o fazer do ofício do psicólogo é seu próprio conhecimento, no qual as teorias estão impregnando e impregnadas misturadamente na ação. Tal direção, perseguida por algumas reflexões, inspiradas na perspectiva fenomenológica, contribuiu para a compreensão da solicitação apresentada ao psicólogo, inserido ele mesmo na situação que in-vestiga quando de intervenção em instituição: urge ao clínico não apenas um deslocamento de turista, mas um caminhar de viajante-marinheiro, entrelaçando-se nas narrativas dos nativos.

Revelou-se que a abordagem clínica poderia contemplar dois modos de compreensão. Por um lado, pela ótica da Psicossociologia, supõe uma *démarche*, da parte do terapeuta, interventor ou pesquisador, caminhando às cegas, nesse ‘espaço’ que lê conhece pouco ou nada, e esforçando-se para escutar aqueles

40 Em 2001, no VII Colóquio Internacional de Sociologia Clínica e Psicossociologia, em Belo Horizonte, permitiu levar adiante discussões com pesquisadores também debruçados ao entrelaçamento entre clínica e social.

que tenta compreender, especialmente em seus esforços para dar sentido a suas condutas e aos acontecimentos que tecem sua história. (LÉVY (2001, p.20).

Por outro, encontra eco na perspectiva fenomenológica existencial, pois o homem, sendo parte do mundo, ou, para além, sendo mundo com outros, afeta e é afetado, em uma teia mutante de relações, sendo ele invariavelmente mutável. Neste emaranhado, o seu olhar só se constitui enquanto olhar a partir do que olha, e o que ele olha só se constitui enquanto algo olhado a partir do seu olhar. Tal atitude manifesta-se por nunca poder ser neutro no mundo, visto que o *sendo aí* é que torna possível a produção de sentido. O que o humano realiza como sendo sua tarefa de busca de sentido, mostra-se também pelo que ele realiza como trabalho em ação. (CABRAL e MORATO, 2003).

Se o substantivo *démarche*, considerado em português, refere-se a *andar, modo de andar, passo*, o verbo *démarcher* comporta as especificidades deste andar: *dar os primeiros passos* (BURTIN-VINHOLES, 1953). O significado/sentido de *démarche* clínica como “*primeiros passos de uma criança*” diz de um dispor-se para uma ação clínica que solicita o espantar-se, resgatando a atenção curiosa da criança a cada novo espaço que se dá a conhecer. Fala, também, da perplexidade de uma aprendizagem através da experiência e do gozo de cada conquista: passo a passo. *Démarche* clínica seria a ação conduzida pela atitude do clínico, tanto em relação a seus interlocutores, quanto a seu saber e sua elaboração. Por tal reflexão, Aun (2005) compreende que cada protagonista de uma prática psicológica em instituição faz-se marcar, a cada passo, por seu espanto e curiosidade de criança, ou um viajante a terras desconhecidas. Recorre-se a diários de viagens para reconstituir a experiência vivida dessa prática abriria brechas para se mostrarem, em entrelaçamentos espelhados, também os lugares por onde protagonistas/viajantes, deste e de outros tempos, passaram e as aventuras que viveram. (BENJAMIN, 1985; SERRES, 1993)

Mas também diz de um modo fenomenológico de compreender e realizar pesquisa. Implica num fazer e refletir em ação, criando sentido. (CABRAL e MORATO, 2003). Através dos projetos de extensão universitária em instituições públicas, nas quais o desamparo institucional solicitou intervenções a psicólogos, como numa cooperativa de artesãos, o grupo constituído por alunos de graduação, especialização, pós-graduação e professores do LEFE percorre a fonte do conhecimento e dos saberes transmitidos via a experiência que passa de para pessoa. Seja ela experiência contemplativa (teórica) ou prática. Afinal, em uma comunidade de sentido, a fala acaba por tornar-se um idioma singular; guardião do sentido conduzido a diante pelas práticas realizadas por esse grupo.

Visando contemplar a singularidade da experiência de contato com o estranho, ele mesmo e em nós mesmos, uma polifonia de vozes passou a dizer o singular do que foi visto e vivido. A perspectiva fenomenológica encontra, pela tensão, um modo de recuperar o olhar da perplexidade: a irrupção do oculto, do mistério insondável, enigmaticamente provocando o descentramento desse olhar. Olhar de espanto encontrando híbridos, mesclados e mestiços fora e dentro de si mesmo. Segundo Figueiredo (1995), desvela o olhar plural, que toca e é tocado, simultaneamente vê e é visto por todos iguais/diferentes: reflexividade plural-única, expondo toda singularidade como sujeito e captando-se pela diversidade da alteridade.

Holzer (1998) tragedia como a história e geografia terem sido pautadas pela visão arrogantemente etnocêntrica do homem estrangeiro impondo-se frente à voz emudecida dos nativos. Aponta a possibilidade de aproximar-se do outro/diferente também como outro/diferente, com envolvimento, energia e lembranças con-vocados pela prática: dar voz aos nativos, cuidando para não fazer do outro um estrangeiro em seu próprio país. Na trilha de acontecimentos de uma prática, dispostos e disponíveis a debruçar-se para ouvir algo que ali se mostrava, foi sendo possível a *visão*⁴¹ de um panorama pelo resgate da memória elaborando experiência na história narrada de psicólogos/pesquisadores. A narrativa historicizada abriu brechas, por entre as quais pode *transparecer*⁴² o que se apresentou para cada um deles como ação clínica contextualizada.

Praticando a cartografia como uma de suas modalidades de prática psicológica, o LEFE produziu sentido, usando a linguagem de maneira aproximada ao modo que Heidegger a compreende: cria uma linguagem própria, mantendo suas conexões com a linguagem cotidiana (INWOOD, 2002). É da perspectiva da significação da linguagem como criação de sentido que se impôs uma nova palavra, para re-encontrar a atribuição de significado a termos recorrentes na compreensão da condição humana. No percurso histórico de uma língua, termos passaram a aderir-se a significados precisos e determinados, destituindo-os de seu uso originário como utensílio para a comunicação de sentido entre homens.

Cartografia como ação clínica

41 *Visão*: compreensão prévia ou circunvisão da ocupação, consideração da preocupação. “O ente que existe tem a visão de ‘si’, somente na medida em que ele se faz, de modo igualmente originário, transparente em seu ser junto ao mundo, em seu ser-com os outros, momentos constitutivos de sua existência.” (HEIDEGGER, 2001, p.202).

42 *Transparência* diz respeito a uma “captação compreensiva de toda a abertura do ser-no-mundo *através* dos momentos essenciais de sua constituição” (HEIDEGGER, 2001, p.202).

Segundo Webster (1974), cartografar refere-se a algo feito ou efetivado por um agente responsável; diz respeito a *ato* e *ação*. A cartografia é um trabalho pautado num olhar, numa abordagem clínica. Refere-se ao cartografar enquanto método com dupla função: detectar a paisagem, seus acidentes, suas mutações e, ao mesmo tempo, criar vias de passagem através deles (MORATO, 1999). O desenho do cartógrafo desvela simultaneamente o território e a si mesmo, pois ao caminhar pelo relevo e ao olhar para o horizonte descobre formas e contornos pelos quais torna presente uma região. Sua missão é criar língua para os movimentos, dando-lhes condições de passagem e efetuação.

As instituições de segurança pública eram quase que um outro mundo, instigante e ameaçador, que precisaria ser descoberto: dois lados do mesmo mundo. Na busca de algo para sustentar-se e proteger-se, o ato primeiro encontrava a referência do próprio olhar a si mesmo, permanecendo atento a cada uma de suas sensações para poder olhar para fora, caminhar, estranhar, surpreender-se, percorrer cada vestígio, *in-vestigar*. Resgatavam-se aquelas primeiras impressões do entrelaçamento ao primeiro contato com o avesso do instituído pelo impacto produzido nas visitas iniciais às instituições. Um lamento surdo se fazia ouvir por entre ruídos de grades e sirenes, demandando inclinar-se para, por ele, deixar-se impregnar e acontecer uma cartografia: criação co-existente.

A “cartografia se faz ao mesmo tempo em que o território” (ROLNIK, 1989, p.6). Diferente do mapa, que contorna territórios já estabelecidos, a cartografia atravessa o tempo, nasce dos movimentos geográficos da terra, acompanha e se faz nas transformações da paisagem, criando história. O cartógrafo não pretende estabelecer verdade; “tem a pele marcada por todos os encontros que faz em seu nomadismo” (p. 10) e vive buscando alimentos para compor cartografias, descobrir afetos e criar linguagem e sentido em redes de expressões mescladas, que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender. O “cartógrafo participa e constitui realidade. Seu movimento é de entrega para descobrir e inventar. Seu corpo é deixado vibrar nas várias frequências possíveis para encontrar sons, canais de passagem, carona para viver a existência”. (MORATO, 1999, p. 63). No trançar de corpos, cartografar é dar voz, aquela que parte da reflexividade de nosso olhar com muitos outros. Num tear constante, as instituições e seus atores iam se desvelando em cada gesto, em cada palavra, em cada sensação de incômodo ou constrangimento. Cartografar diz de um acompanhar as vibrações/pulsações, *acidentes* configurados na práxis cotidiana mestiçando o pesquisador em campo. (HOODASHTIAN, 2005).

A prática psicológica em instituições demanda iniciar-se por cartografia: ao mesmo tempo em que inventa territórios, implica olhar e intervir para além do pedido inicial de ajuda, abrindo brechas para que essa queixa primeira emerja por entre todos que constituem e são constituídos pela organização social, fazendo-se urgência em cada sujeito social. Cartógrafos, deixando-se tatuar pelos territórios rumo a instituições, portando disponibilidade para assombrar-se, refletem o que vêem e ouviram das instituições e seus atores. A cartografia diz do olhar e do cuidar ao outro e ao pesquisador mesmo, fazendo-se possível via de acesso à compreensão da atitude social clínica. Investigar em ciências humanas revela uma relação especular; por ela, o clínico busca compreender si mesmo enquanto pensa estar à procura do que supõe diferente: sujeito e ator social, faz-se interlocutor estrangeiro a ser afetado pelo campo e também dizer do clamor das próprias emergências e urgência, através das relações inaugurais em sua intervenção.

Só o homem é capaz de chegar ao outro pela palavra, vale dizer, da cultura; nesse âmbito, encontram-se sempre usos, costumes, preceitos e normas, ou seja, todo um corpo moral normativo. O comprometimento social implicado na perspectiva fenomenológica existencial é uma dimensão que não pode ser negada nem recusada por profissionais que cuidam do humano do homem. Práticas sob essa ótica podem abrir brechas, pelas quais a ação clínica possa lidar responsabilmente com a pluralidade da condição pós-moderna da vida do homem e seu sofrimento: mestiçagem cartografada.

Tal ação aproxima ética ao trato do político. Do grego *ethos*, ética significa modo de ser, ou maneira pela qual a pessoa e a sociedade se mostram; essa manifestação dá-se de formas variadas, fundando a habitação quer do lar, quer da *polis*, (em grego, cidade, país, lugar). Encontra-se uma articulação entre ética e política, comportando-lhe a mesma ambigüidade de sanção (dever) e expressão (direito) com prudência e serenidade (ARENDETT, 1991). Tal ótica impõe uma reflexão acerca da ética em práticas psicológicas em instituições, via a cartografia. Entre seus significados, a dimensão ética da existência humana diz respeito ao campo de relação entre homens, pela antropologia filosófica. Nessa ação, o que importa *“não é só e principalmente a sobrevivência do agente, mas também sua imagem e sua estima perante os outros e perante si mesmo. Efetivamente, há sempre uma reflexividade, uma relação de um para consigo mesmo, implicada numa conduta ética”* (FIGUEIREDO 1995, p.28). Ética e política referem-se a privado e público, intimidade e exposição, cuidado e segurança, identidade e cidadania, saúde e normas, direitos e deveres, interior e exterior.

Compreendida pela ética entre homens, é possível discutir uma prática psicológica que se direcione a partir da tensão originária própria no sujeito. Mais ainda, tal reflexão possibilita encontrar sentido para uma prática que contemple esse sujeito/agente e seu conflito diante de pressões inevitáveis e próprias de sua humanidade e de *negócios entre homens*. Enfim, busca-se re-configurar a ação de cartografar (*cartografia*) como ação clínica em intervenção social, por privilegiar atenção ao sofrimento do sujeito social situado conflitantemente em suas formas de organização; ou seja, cartografia como uma *práxis* política.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1991.

AUN, H. A. *Trágico avesso do mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005 136p.

ANDRADE, A. N. e MORATO, H. T. P. A dimensão ética (e moral) das práticas institucionais. *Estudos de Psicologia*. Natal: UFRN, v. 09, n. 02, 2004. p. 345-353.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. *In: Obras escolhidas, V. I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURTIN-VINHOLES, G. *Dicionário: francês-português; português-francês*. 13ª Ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1953.

CABRAL, B. E. B. e MORATO, H. T. P. Considerações metodológicas a partir da formulação de uma questão para pesquisa. *Interlocuções - Revista de Psicologia da UNICAP*. Recife: ano 3, n.1-2, 2003. p.155 – 176.

ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIGUEIREDO, L. C. Sob o Signo da Multiplicidade. *In: Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, PUCSP, n1, 1993. p 86-95.

_____. **. Revisitando as Psicologias: da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos da psicologia*. Petrópolis, Vozes, São Paulo: EDUC, 1995.

HEIDEGGER, M. *Being and time*. NY: Harper & Row, 1962 (Original work published 1927).

HOLZER, W. *Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. 233p.

HOODASHTIAN, A. *Reflexions sur le 'metissage structurel'*. Université Paris 8. Département Science de l'Education. Groupe de Recherche CRISE-GREMA. (Mimeo), 2005.

INWOOD, M. *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LÉVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais*. B.H.: Autêntica; FUMEG, 2001.

LÉVY, A. Violência, mudança e desconstrução. *In: ARAÚJO, J. N. G. e CARRETEIRO, T. C. (Orgs.) Cenários Sociais e Abordagem Clínica*. Belo Horizonte: Autêntica; FUMEG, 2001.

ROLNIK, S. B. *Cartografia Sentimental da América: produção do desejo na era da cultura industrial*. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987. 188 f.

SERRES, M. *Filosofia Mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SÉVIGNY, R. Abordagem clínica nas ciências humanas. *In: ARAÚJO, J. N. G. e CARRETEIRO, T. C. (Orgs.) Cenários sociais e abordagem clínica*. Belo Horizonte: Autêntica; FUMEC, 2001.

WEBSTER'S *New Collegiate Dictionary*. Massachusetts: C. & C. Merriam Co, 1974.

**A EXPERIÊNCIA DE PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CURSINHO DA POLI:
ALGUMAS REFLEXÕES**

Ana Carolina Bastides
André Meller Ordonez de Souza
André Ricardo Nader
Bárbara Nanci de Souza
Felipe Evaristo Scatambulo
Kátia Cherix

RESUMO

O Serviço de Psicologia do Cursinho da Poli foi criado em 1999 com o intuito de atender as diferentes demandas dos alunos em período pré-vestibular. A principal estratégia de atendimento que temos usado desde então tem sido a de plantão psicológico, oferecido atualmente nas três unidades do cursinho. Os principais motivos que levam os alunos a buscarem esse atendimento são: dúvidas sobre escolha profissional, dificuldades de estudo e problemas pessoais ou familiares de diferentes ordens. Além do plantão, também são realizados grupos e palestras de orientação profissional, oficinas temáticas e debates com os alunos. Essas experiências de atendimentos têm trazido para a equipe do setor reflexões acerca das possibilidades de trabalho do psicólogo em instituições educacionais, nas quais o plantão surge como modelo importante, principalmente

pelas suas possibilidades de adaptação a diferentes funcionamentos institucionais. Ao mesmo tempo, temos discutido os limites de atendimento no cursinho e as dificuldades de fazer encaminhamentos externos para serviços públicos de saúde quando necessário.

Introdução

Fundado em 1987 pelo Grêmio Politécnico, o Cursinho da Poli é um projeto de educação que vem buscando incluir o maior número de pessoas na universidade pública e no universo da cultura. Como parte da proposta pedagógica, o Cursinho se propõe a oferecer aos seus alunos diferentes experiências de formação que ultrapassem a preparação para os vestibulares. Para isso, diversos setores da instituição desenvolvem projetos na área cultural, da cidadania e da orientação estudantil.

O Serviço de Psicologia do Cursinho da Poli existe desde 1999, e teve como objetivo inicial atender as demandas dos alunos referentes ao campo da orientação profissional. Porém, desde o início outras demandas surgiram, o que levou o Serviço a estruturar-se para atendê-las.

Atividades do Serviço de Psicologia

Atualmente são realizadas as seguintes atividades:

- **Plantão Psicológico:** ocorre nas três unidades do Cursinho. Não é necessária nenhuma triagem ou inscrição, basta ao interessado comparecer nos horários disponíveis. O Plantão é aberto para os alunos, funcionários e professores do Cursinho;
- **Grupos e Palestras de Orientação Profissional:** atividades que ocorrem durante o ano e que tem como objetivo auxiliar os alunos no seu processo de escolha profissional;
- **Produção de Material de Orientação Profissional** para o site do Cursinho;
- **Estágio para alunos de graduação em Psicologia:** os estagiários participam das atividades do setor durante um ano e desenvolvem um projeto pessoal de pesquisa ou intervenção no espaço do Cursinho.

O Plantão Psicológico no Cursinho da Poli

Desde o início das atividades do Setor de Psicologia o Plantão vem sendo usado como estratégia e modelo de atendimento. Nesse sentido, o Plantão tem uma característica fundamental que é a possibilidade de ser adaptado a diferentes condições e organizações institucionais. No caso do Cursinho, o Plantão acontece em três horários semanais em cada

uma das três unidades, sendo que cada Plantão tem duração aproximada de três horas. Esse espaço se caracteriza principalmente como um momento de escuta e de problematização das questões que ali são apresentadas. Os casos atendidos são discutidos em uma supervisão semanal, que reúne toda a equipe do setor.

Principais Temas Levados ao Plantão

Ao longo deste tempo em que realizamos o Plantão, viemos tentando caracterizar quais as principais questões que são levadas para esse espaço pelos alunos. Para uma divisão de cunho didático, notamos a presença de três grandes temas, muitas vezes relacionados entre si, mas que permitem uma divisão para uma melhor discussão, que nomeamos como: orientação profissional, orientação de estudos e questões pessoais. Vejamos a seguir como se caracterizam essas demandas.

A - Orientação Profissional

- *Thais descobriu só agora que o curso de odontologia na USP é integral. Como ela precisará trabalhar durante a faculdade, está perdida e não sabe mais o que escolher.*
- *Paulo conta no Plantão que tem muito medo de fazer uma escolha errada, pois para ele a escolha do curso superior é uma escolha para toda a vida.*

A maior parte dos atendimentos realizados no Plantão se relaciona a questões de escolha profissional. Alguns alunos nos procuram por não saberem ao certo do que gostam ou não gostam. Outros sabem o que querem, mas têm medo de errar na escolha, pois imaginam que é uma decisão para a vida inteira. Muitos se perguntam se devem fazer o que gostam ou que dá dinheiro. A maioria tem pouca informação sobre os cursos que lhes interessam e não sabem como pesquisar o que desejam saber.

Nas demandas de orientação profissional, procuramos suscitar uma reflexão acerca dos interesses e projetos do aluno, levando-o a refletir sobre os diversos aspectos implicados nessa escolha. A partir dos temas que surgem, buscamos problematizar as dificuldades e ajudar os alunos a pensarem diversos critérios envolvidos nessa de escolha. Investigamos ainda como eles imaginam que seja estar em uma faculdade, e como se vêem trabalhando em determinada área. Nossas intervenções visam ajudar a elaborar um projeto de vida e de futuro, e a pensar em como o projeto profissional se relaciona com isto. Outra parte fundamental é a discussão e orientação acerca da informação profissional: investigamos o que o aluno sabe sobre o curso, o currículo, a estrutura da faculdade, a grade horária e as áreas de atuação.

Muitas vezes as dúvidas não são sobre um determinado curso, mas sobre o que é possível fazer dadas às condições financeiras do aluno e de família, uma vez que muitos dos alunos pertencem a camadas da população de baixa condição econômica. Frente a estas situações, nosso trabalho visa acolher essas experiências de (im)possibilidades e sofrimento, e problematizar os discursos sociais que apontam o ensino universitário como o único e garantido caminho de formação profissional. Nesse sentido, um dos objetivos é ajudar o aluno a reconhecer em quais condições sociais acontece a sua escolha e em que medida essas condições afetam os seus projetos pessoais.

B - Orientação de Estudos

- *Roberta está muito cansada. Não consegue estudar, suas notas estão caindo. Tem 19 anos e trabalha 8 horas por dia num emprego em um banco que requer alta atenção. Acorda às 5 horas da manhã porque o emprego é longe de sua casa. Faz colégio à noite e cursinho de sábado; era boa aluna, mas desde que começou a trabalhar decaiu.*
- *Marcelo diz estar preocupado com um problema de memória. Não consegue se concentrar e nem ler, ele já esquece as frases que leu no começo da página.*

É comum recebermos alunos com dificuldades de estudo no Plantão. Elas acontecem por motivos como:

- O aluno estar retomando os estudos após muito tempo sem freqüentar a escola;
- O aluno não ter consolidado um modo próprio de organizar o seu estudo;
- O aluno ter tido uma experiência escolar anterior que deixou lacunas em termos de conteúdos ou aprendizado de procedimentos em determinadas disciplinas.

Em casos como esses, discutimos com os alunos como é a sua vida de estudante e a sua organização de estudos. Outra tentativa que fazemos é a de ajudar o aluno a formular qual é a sua dificuldade, para com isso poder buscar os auxílios necessários, seja com os seus professores ou nos plantões de dúvida. Um foco importante destes atendimentos também tem sido o de ajudar o aluno a compreender o que dificulta a sua vida de estudante, que em muitos casos é atravessada por dificuldades concretas como falta de tempo e de espaços adequados para o estudo e excesso de trabalho, entre outras. Nesse sentido, muitas vezes o Plantão tem uma função de legitimar para o aluno as suas dificuldades, o que permite problematizar a culpa e o mal estar que muitos sentem por não conseguirem estudar como gostariam.

C - Questões Pessoais

- *Ricardo conta que seu pai bebe demais e muitas vezes é violento com a família. Tem muita raiva da situação, mas também quer pensar sobre como pode ajudar o pai.*
- *Michel fala que é ansioso e não consegue dormir. Perdeu o emprego e sua mãe ficou doente. Teve uma depressão há seis anos atrás.*

O Plantão Psicológico, além de receber casos voltados para a orientação profissional ou de estudos, também é procurando por motivos considerados como questões "pessoais". Esta designação - "pessoais" - pode soar um pouco estranha, afinal, o que não é pessoal em um atendimento psicológico? No entanto, ela é utilizada para falar de tudo aquilo que não está circunscrito pelas outras duas "categorias", e isso abrange todo tipo de questões como:

- problemas profissionais;
- relacionamento com colegas (dentro e fora do Cursinho);
- sexualidade;
- questões familiares;
- drogas;
- adoecimento psíquico.

É interessante perceber como, apesar de inserido em uma instituição pedagógica, o serviço é utilizado pelos alunos em diversos outros âmbitos. É importante marcar que isso só é possível graças ao modelo de atendimento psicológico implantado, na forma de Plantão que, por estar aberto para receber o aluno sem qualquer tipo de seleção ou indicação (de alguma outra instância do Cursinho), possibilita que surja nesse contexto qualquer tipo de demanda.

Por outro lado, o fato do Plantão estar inserido num Cursinho pré-vestibular faz com que existam especificidades (além do grande número de queixas voltadas para questões educacionais). A forma como o aluno procura o serviço é uma delas. Muitas vezes os atendimentos que chamamos de "questões pessoais" iniciam-se com alguma queixa relacionada à orientação profissional ou de estudos. Esta parece ter sido uma forma que alguns alunos encontraram de chegar ao serviço: muitos chegam queixando-se da dificuldade de escolher entre dois cursos superiores, mas ao longo do atendimento, surgem outras questões que se mostram mais significativas para o sujeito, cabendo ao plantonista estar atento a esse movimento do aluno durante o Plantão.

Perguntas que Temos Feito

Ao longo dessa experiência de constituir um Serviço de Psicologia dentro de um Cursinho, e do uso intenso do Plantão como estratégia de atendimento, levantamos alguns aspectos sobre o modelo e sobre as suas características dentro do Cursinho da Poli:

- Em que medida o trabalho de escuta do Plantão, em uma instituição escolar, se aproxima do trabalho de orientação educacional? Quais as semelhanças e diferenças? Em que medida o Plantão pode ou deve ser orientador e/ou diretivo?
- Dentro do Cursinho, em nenhum momento é feito um contrato de terapia com o aluno, mesmo quando há essa demanda anunciada. Por outro lado, a princípio não estabelecemos um número máximo de vezes que o aluno pode ser atendido. Quais os limites dessa situação?
- Para onde encaminhar as pessoas que precisariam de um atendimento sistemático, mas que não têm condições de pagar por terapia?
- Qual o tipo de ajuda e problematização é possível construir com os alunos que têm dificuldades objetivas, como problemas financeiros, formação escolar deficiente e outras?
- Como formar e capacitar profissionais que possam ter uma escuta qualificada dos alunos, mas que não percam a dimensão da inserção do trabalho em uma instituição pedagógico-escolar?

PLANTÃO PSICOLÓGICO E TRANSFORMAÇÃO: A AÇÃO FOCAL SOBRE O CARÁTER ARBITRÁRIO DA PROJEÇÃO

Regina Célia Paganini Lourenço Furigo⁴³

Karina Menossi Sampedro⁴⁴

RESUMO

O presente estudo trata-se de um relato clínico desenvolvido na Clínica de Psicologia Aplicada e Fonoaudióloga da Universidade do Sagrado Coração (Bauru-SP), através do Estágio Supervisionado de Plantão Psicológico. A paciente atendida tem 37 anos e queixa trazida é referente à filha, de 8 anos, a qual havia adquirido um grande temor sobre o tema morte, quando a mãe de uma colega de classe veio a falecer. Os objetivos deste estudo são: realizar a narração do caso clínico por meio do qual os conflitos psíquicos projetados na criança foram reconhecidos pela mãe, e conseqüentemente, tanto a filha quanto a mãe puderam retomar seu processo de individuação e analisar a efetividade da ajuda psicológica oferecida pelo Serviço de Plantão. A paciente autorizou previamente a apresentação do caso clínico mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido. Os instrumentos utilizados foram basicamente a intervenção verbal através de esclarecimentos, confrontação e também através de uma escuta empática. Os resultados obtidos após os três atendimentos do Plantão foram uma melhora significativa no comportamento da filha da paciente. Na entrevista de *follow-up*, a paciente relatou que o Plantão a ajudou bastante, principalmente na orientação de como lidar com o problema, havendo melhora em relação à queixa trazida. Palavras-chave: Plantão Psicológico; morte; psiquismo parental; projeção.

O presente trabalho refere-se a um estudo de caso desenvolvido na Clínica de Psicologia Aplicada e Fonoaudiologia da Universidade do Sagrado Coração, dentro do Estágio Supervisionado de Plantão Psicológico.

Participou desta pesquisa uma mulher casada, de 37 anos, cuja queixa trazida ao Serviço de Plantão Psicológico é referente à filha de 8 anos que havia adquirido um grande temor sobre o tema Morte após o falecimento da mãe de uma amiga de classe (2ª série do Ensino Fundamental).

Este estudo tem como objetivo realizar a narração do caso clínico por meio do qual os conflitos psíquicos projetados na criança foram reconhecidos pela mãe, e conseqüentemente, tanto a filha quanto a mãe puderam retomar seu processo de individuação. Além deste, o outro objetivo é analisar a efetividade da ajuda psicológica oferecida pelo serviço de Plantão Psicológico no contexto de uma Clínica Escola de Psicologia, como modalidade de intervenção, a partir da vivência do próprio plantonista e de seu paciente.

43 Doutoranda em Psicologia Ciência e Profissão PUC-Campinas; Psicóloga Supervisora.

44 Estagiária Plantonista de 2004.

A paciente autorizou previamente a apresentação do caso clínico mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido.

Para a realização desta pesquisa optou-se pelo método qualitativo, respaldado na Abordagem Analítica de Carl Gustav Jung.

Adotou-se, como procedimento do Plantão Psicológico, um atendimento clínico com a possibilidade de até dois retornos; quando houve necessidade, realizaram-se encaminhamentos a outros serviços disponíveis na comunidade (FURIGO et al, 2006). Neste caso atendido e narrado a seguir não houve necessidade de encaminhamento.

Os instrumentos utilizados para os atendimentos foram, basicamente, a intervenção verbal utilizando-se de esclarecimentos e confrontação, além de uma escuta empática.

Para uma maior compreensão deste Serviço em relação à amplitude de sua atuação foi implantado um quarto atendimento, denominado *follow-up*, com um intervalo de três semanas marcado após o último retorno. Esta entrevista de *follow-up* consta de três questões básicas: “O Plantão Psicológico ajudou?”, “Em quê?” e “Como?” (FURIGO et al, 2006).

Plantão Psicológico

O Plantão Psicológico atualmente é reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia, constituindo-se como uma nova modalidade clínica (FREIRE, 2004).

Esse Serviço constitui uma maneira de acolher e responder à diversidade de demandas psicológicas da comunidade que procura por este tipo de ajuda em momentos de crise. Além disso, o Plantão Psicológico caracteriza-se por uma busca espontânea de sua “*clientela*”, não necessitando de um agendamento prévio para as sessões (SCHMIDT, 2004; CURY, 1999).

Esses atendimentos não visam somente um alívio imediato das tensões, mas buscam, utilizando-se de uma ampla intervenção clínica, facilitar uma maior compreensão da pessoa e de sua situação atual.

Segundo Schmidt (1999 *apud* YEHIA, 2004), a atenção psicológica proporcionada pelo Serviço de Plantão Psicológico auxilia a pessoa que o procura na clarificação da natureza de seu sofrimento e de sua demanda por ajuda.

Complementando os autores acima, Oliveira (2005) afirma:

O Plantão Psicológico se oferece como alternativa à ausência de espaços nos quais o sujeito possa expressar-se e refletir sobre sua vida. Não se trata de uma relação de ajuda. O terapeuta-plantonista não faz algo “para” ou “pelo” seu cliente, nem está numa situação de superioridade com relação a ele, mas oferece

atenção e cuidado àquilo que este sujeito traz, ou seja, “faz algo junto” dele (p.57).

Além disso, é importante também salientar a postura do psicólogo plantonista, que conforme Freire (2004) e Oliveira (2005) deve ser voltada para ajudar genuinamente àqueles que procuram pelo Plantão, pois somente desta forma poderá ocorrer o efeito terapêutico desejado.

Oliveira (2005), ainda relata que o Plantão Psicológico teve suas bases na Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl Rogers, mas que não deve se limitar a técnicas e teorias, mas sim se basear na atitude de alteridade, pois nesse Serviço o plantonista depara-se com o desconhecido e o imprevisível.

Apresentação do caso

O atendimento de Plantão Psicológico aconteceu no momento em que a paciente (S) entrou em crise (começou a chorar, desesperadamente) enquanto estava na sessão de Fonoaudiologia da filha (V), na Clínica de Fonoaudiologia e Psicologia Aplicada da USC. Naquele momento, a fonoaudióloga deixou V na sala e levou S até a plantonista, na sala de estagiários; apresentou-a e solicitou um atendimento. Prontamente, a plantonista a direcionou a uma sala e a atendeu.

Ao todo, realizaram-se três atendimentos de Plantão Psicológico e uma entrevista de *follow-up*.

A paciente atendida era casada, 37 anos, tinha uma filha de 8 anos e trabalhava em casa (do lar). A queixa trazida era referente à filha, a qual havia adquirido um grande temor sobre o tema Morte, não querendo mais sair de casa, inclusive para brincar, com medo de que seus pais e, principalmente a mãe, fossem mortos quando não estivesse por perto.

Devido a esta situação, S apresentava-se abatida e com constantes crises de choro por não saber lidar com tal situação.

Compreendendo melhor a queixa, observou-se que o comportamento da filha em relação aos pais vinha sendo apresentado há aproximadamente 5 meses, quando a mãe de uma colega de classe (2ª série do Ensino Fundamental) veio a falecer. Mesmo não sendo apegada à colega, aparentemente, veio a sofrer profundamente (sic). A partir desta data, não quis mais sair de casa sem a presença da mãe, chorava e rezava várias vezes ao dia pedindo para que seus pais não morressem. Ela também não viajava mais para visitar as primas, o que era um costume freqüente.

A plantonista tentou investigar um pouco melhor a questão familiar, se havia alguma morte recente na família, ou se alguma pessoa querida pela criança havia morrido, mas a mãe relatou que não havia nada que justificasse o medo da filha. Inclusive, V já havia vivenciado uma situação de perda de um animal de estimação há, aproximadamente, um ano atrás e nunca apresentou problemas relacionados à situação; porém, nunca foi conversado com a criança a respeito do assunto.

Então foi verificado que não havia sido feito um acolhimento dos sentimentos constelados com a morte da genitora da amiga, bem como a constatação da impotência humana diante da inexorável Morte, tanto na escola quanto na família. E sobre isso a mãe relatou sentir-se totalmente despreparada para ajudar a filha.

Desta forma, a hipótese diagnóstica inicial foi a de um desconhecimento sobre o tema Morte por parte da criança. Não tendo sido feito um esclarecimento a respeito do assunto, a criança poderia estar confusa e fantasiando sobre os acontecimentos, necessitando de uma orientação. Porém, a mãe negou-se a trazer a filha para atendimento, relatando que esta não viria. Sendo assim, solicitou à plantonista que lhe fornecesse instruções para trabalhar com a filha em casa, no que foi atendido.

Durante os dois primeiros atendimentos, a plantonista orientou a paciente a respeito do que e como trabalhar com a criança, considerando que esta última necessitaria de esclarecimentos básicos sobre a morte (o que acontece quando alguém morre; para onde vai; as leis da natureza de vida e morte; sentimentos de medo e tristeza; que morte não é causada por pensamentos destrutivos de outros,...).

Apesar de esta ser a proposta de intervenção, percebeu-se também que houve situações de elaboração (*insight*) por parte da paciente relacionadas à morte de sua própria mãe (avó materna da criança). Houve uma situação específica narrada a seguir, durante o segundo atendimento, quando a plantonista fez a seguinte afirmação:

“Sabemos que várias coisas diferentes podem fazer as pessoas morrerem. Porém, as pessoas não morrem por causa de algo que pensamos ou até mesmo dizemos” (sic).

Quando a plantonista acabou de verbalizar esta frase, S, aparentemente, teve um *insight* emocional, sendo perceptível uma mudança em sua fisionomia. Estava triste, com os olhos cheios de lágrimas, quando, de repente, riu e falou: *“É verdade, né? Às vezes eu desejava que minha mãe morresse, mas até hoje ela nunca morreu! É verdade, acho que é isso que minha filha tem!”* (sic).

Neste momento plantonista esclareceu que esse tipo de pensamento é comum frente a frustrações, principalmente se tratando de criança ou até mesmo de adolescentes, e alguns

adultos. Mas que nada disso acontece realmente, na maioria dos casos. Todo mundo, em algum momento, passa por situações desagradáveis, frustrantes, e quer eliminar a fonte desse sofrimento, por isso deseja a morte do outro.

A paciente solicitou quatro semanas para dedicar-se a explicações e para buscar um contato com o mundo subjetivo da filha em relação aos seus sentimentos sobre a questão da morte.

No terceiro atendimento, a paciente já se apresentava mais calma, mais tranqüila e não chorou durante a sessão. Entrou na sala e logo disse que a filha havia melhorado bastante.

A plantonista perguntou como a filha reagiu às orientações, e a paciente respondeu que ela não falou nada, que apenas escutou e não perguntou nada sobre o assunto. Porém, a paciente relatou considerar válida a orientação, pois apesar de não questionar, o temor da menina passou, de repente. Disse que a filha havia parado de chorar, que tinha saído para brincar várias vezes e que já havia passado sozinha uma semana na casa das primas (em outra cidade), tendo se divertido e não se preocupado mais em relação à morte dos pais.

Esse *insight* parece ter facilitado a retomada de um equilíbrio psíquico de ambas, S e V, pois a paciente encontrava-se bastante abalada psiquicamente devido ao medo da filha.

Na entrevista de *follow-up*, a paciente relatou que o Plantão a ajudou bastante, principalmente na orientação de como lidar com o problema, havendo melhora em relação à queixa trazida. Era visível uma mudança na aparência, no olhar, estava sorridente e fazia tricô na sala de espera antes de ser chamada, mostrando-se bem mais calma em relação aos atendimentos anteriores.

Discussão do caso

Num primeiro momento, durante o atendimento de Plantão Psicológico, foi feito um acolhimento da paciente que se mostrava em crise devido ao problema da filha. Contudo, ela deixou claro para a plantonista que o único motivo pelo qual estava lá era pela filha, mostrando resistência em falar de seus sentimentos. Sendo assim, o foco foi a criança, filha da paciente.

Como já citado acima, a partir das informações obtidas, constatou-se que a hipótese diagnóstica inicial era a de um desconhecimento sobre o tema morte por parte da criança, podendo gerar, nesta, fantasias a respeito do assunto.

De acordo com Torres (2002), o encontro da criança com a idéia da morte desempenha um papel importante no desenvolvimento intelectual, pondo em movimento a

curiosidade da mesma. Como a morte exige uma explicação complicada, o assunto pode ser introduzido através de exemplificações com plantas e animais, o que foi orientado pela plantonista à mãe.

Sabe-se que diante da morte de uma pessoa querida, as crianças freqüentemente são afastadas e, algumas vezes, inventam-se inverdades a respeito do acontecimento, devido ao fato de muitos adultos acharem que as crianças não têm a capacidade de compreender o assunto. A morte, desta forma, é vista como algo ruim do qual as crianças devem ser poupadas (BORGES, 2006).

Guarnieri (1999) afirma que quando as primeiras perdas começam a ser experimentadas, surgem os impulsos agressivos, que se manifestam frente às frustrações com o sentimento de raiva, podendo até estar presente o desejo de morte do outro (pais), desejando que a fonte provocadora de sua emoção seja destruída.

Durante os atendimentos em que a plantonista orientava à mãe em relação a como trabalhar com a filha em casa ficou claro que esse desejo de destruição e morte dos pais devido às frustrações, citado acima por Guarnieri (1999), estava presente na relação da paciente com sua mãe (avó materna da criança). Isso transpareceu no momento de *insight* de S, no segundo atendimento, e pode significar que a mesma também apresentava conflitos nessa área.

Já em relação a esse desejo de destruição ou fúria destruidora (desejo de morte dos pais), como relata Kast (1997), isso pode ser um mecanismo de compensação psíquico, ou seja, quando um indivíduo sente-se muito impotente, pode ser tomado por uma fúria também impotente e acompanhada por fantasias de destruição. Elas permitem ao complexo do “*eu*” sentir-se numa fase de ativação quase onipotente, e por essa razão, é muito difícil de controlar a fúria destruidora. É a única possibilidade desse indivíduo sentir-se forte e vivo nesta situação.

Complementando o que Kast (1997) relata e fazendo relação com o caso descrito, Jung (2006) coloca que a morte da mãe pode simbolizar uma reação frente à morte da própria individualidade sentida pela filha, ou seja, uma compensação pelo sentimento de impotência frente à figura da mãe.

De acordo com Jung (2006), a criança encontra-se ligada e unida à atitude psíquica dos pais, por isso, é possível afirmar que a maioria das perturbações nervosas verificadas no período da infância deve sua origem a algo perturbado na atmosfera psíquica dos pais.

A criança é carente de consciência, sendo assim, ocorre uma indiferenciação com a psique dos pais, não existindo ainda um “*eu*” claramente diferenciado do resto das coisas.

Assim, as reações mais fortes sobre as crianças não provêm do estado de consciência dos pais, mas do inconsciente dos mesmos. No estágio infantil da consciência, a criança vive inteiramente em função dos pais, dentro da atmosfera psíquica deles, estando ligada a eles por um cordão umbilical psíquico invisível, mas bem real. O nascimento psíquico que corresponde à separação consciente dos pais, normalmente, sucede a aparição da sexualidade na puberdade, sendo que, até esta época, a psicologia infantil é instintiva (JUNG, 2006).

A criança pode ser comparada a um homem primitivo, ou seja, ela é tão carente de consciência quanto este homem, originando, desta forma, uma indiferenciação com a psique dos pais, não existindo ainda um “*eu*” claramente diferenciado do resto das coisas. Desta forma, as reações mais fortes sobre as crianças não provêm do estado de consciência dos pais, mas de seu inconsciente (JUNG, 2006; GRINBERG, 2003).

Desta forma, pode-se dizer que, devido a algo perturbado na atmosfera psíquica da paciente, somado a uma incompreensão do tema da Morte e ao fato real da morte da mãe da amiga resultou nessa crise da filha.

Ainda concordando com Jung (2006), a infância oferece mais que a condição adulta, uma imagem da totalidade e, conseqüentemente, desperta no adulto saudades relacionadas com os desejos irrealizados e com as necessidades das partes da personalidade recalcadas em favor da adaptação à vida. Quantas vezes os pais apenas estão projetando sobre os filhos ideais e ambições que eles não conseguiram realizar, ou até mesmo projetando conflitos mal resolvidos (complexos), despertando, na criança, essa mesma energia arquetípica, devido à sua condição psíquica. Para este autor, as neuroses e conflitos infantis deveriam ser considerados a partir de um olhar sobre os pais.

Algo importante para o conhecimento de si próprio e para a elaboração de conflitos psíquicos, segundo Silveira (2001), é trazer à consciência os complexos inconscientes. Porém, a tomada de consciência do complexo apenas no plano intelectual muito pouco modificará sua influência nociva. Desta forma, é necessário, junto à sua compreensão em termos intelectuais, que os afetos neles condensados sejam exteriorizados, tomados à consciência.

Foi exatamente a tomada de consciência da mãe e a exteriorização de afetos que permitiram a elaboração do conflito da mesma, possibilitando a melhora da filha, que encontrava-se ligada ao seu psiquismo, devido à sua fase de desenvolvimento.

É de grande importância e também de grande utilidade os pais estarem cientes de que os sintomas de seus filhos, muitas vezes, devem ser olhados sob a luz de seus próprios

problemas e conflitos. O fator que atua psiquicamente de forma mais intensa sobre a criança é a vida que os pais ou antepassados não viveram. Apesar disso, não se deve incorrer ao erro de culpar exclusivamente os pais pelos problemas apresentados pelos filhos (JUNG, 2006).

Considerações Finais

Observou-se, neste estudo, que o Serviço de Plantão Psicológico contribuiu com uma ajuda imediata no momento da crise, proporcionando uma maior compreensão do conteúdo do conflito vivenciado pela paciente e sua filha.

Os resultados obtidos após os três atendimentos do Plantão e confirmados pela entrevistas de *follow-up* foram uma melhora significativa no comportamento da filha da paciente, cessando o medo em relação à morte de seus pais comprovada pelas atitudes e comportamentos de sair para brincar e viajar sozinha para a casa das tias.

Desta forma, observa-se que ocorreu um processo de transformação, pois a paciente projetava seus complexos (inconscientes) em sua filha, que devido a sua fase do desenvolvimento e por passar por uma situação relativamente desconhecida, “*absorvia*” esses conteúdos maternos. Mas, após uma compreensão maior da situação envolvida tanto pela paciente como pela sua filha, esses complexos foram integrados ao ego materno e o conflito pôde ser re-significado por ambas.

De acordo com Hall (2003), um processo psicoterapêutico, para ser considerado benéfico, tanto pelo paciente como pelo terapeuta, não precisa ser necessariamente longo, podendo encerrar-se quando houver a “*resolução*” dos conflitos. Este autor ainda complementa que esta “*resolução*” por ele referida pode não significar uma total compreensão de um problema, mas que pelo menos este seja re-significado de uma maneira mais saudável pelo paciente. E isso vem de encontro com a proposta do Plantão Psicológico e com o caso acima narrado.

Assim como essa pesquisa mostrou um efeito positivo dos atendimentos de Plantão no funcionamento psíquico da paciente atendida, Freire (2004) também destaca essa mesma efetividade em seu estudo, igualmente respaldado pela Abordagem Analítica. Contudo, é importante enfatizar a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto.

Referências Bibliográficas

BORGES, A. D. V. S.; SILVA, E. F.; MAZER, S. M.; TONIOLLO, P. B.; VALLE, E. R. M.; SANTOS, M. A. Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. *Psicologia em estudo*, vol.11, n.2, p.361-369, agosto, 2006.

CURY, V. Plantão psicológico em clínica-escola. In: MAFHOUD, M. (et. al.). *Plantão Psicológico: Novos horizontes*. São Paulo: C.I., 1999.

FREIRE, P. S. G. L. *Pronto Atendimento Psicológico em um serviço universitário: compreendendo os processos sob o olhar da Psicologia Analítica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2004, 124 f.

FURIGO, R. C. P. L.; ALMENDRO, G. W.; SAMPEDRO, K. M.; ZANELATO, L. S.; BALLALAI, R. C. Plantão psicológico: buscando romper com os parâmetros clássicos da prática psicoterápica. In: RAMOS, C.; SILVA; G. G.; SOUZA; S. (org). *Práticas Psicológicas em Instituições: uma reflexão sobre os Serviços-Escola*. São Paulo: Editora Vetor, 2006, p.80-98.

GRINBERG, L. P. *Jung: o homem criativo*. 2ª edição. São Paulo: FTD, 2003.

GUARNIERI, M. C. M. *Pediatria Moderna*, vol. 35, n. 10, p.837-839, outubro, 1999.

HALL, J. A. *A experiência junguiana*. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 2003.

JUNG, C. G. *O desenvolvimento da personalidade*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

KAST, V. *A dinâmica dos Símbolos*. São Paulo: Loyola, 1997.

OLIVEIRA, R. G. *Uma experiência de Plantão Psicológico na Polícia Militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2005, 135f.

SCHMIDT, M.L.S. Plantão Psicológico, universidade pública e política de saúde mental. *Estudos de Psicologia (PUC- Campinas)*, vol. 21, n. 3, p.173-192, set-dez, 2004.

SILVEIRA, N. *Jung: vida e obra*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

TORRES, W. C. *A criança diante da morte*. 2ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

YEHIA, Y. G. Interloquções entre o Plantão Psicológico e o Psicodiagnóstico colaborativo. *Estudos de Psicologia*, vol. 21, n. 1, p. 65-72, jan-abril, 2004.

**ENTRE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E METODOLOGIA
INTERVENTIVA: PRÁXIS CLÍNICA DE UM LABORATÓRIO UNIVERSITÁRIO
COMO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO⁴⁵**

André Prado Nunes⁴⁶

Henriette T. P. Morato⁴⁷

RESUMO

O presente trabalho investiga o modo como um laboratório universitário construiu e efetuou Projetos de Atenção Psicológica clínica em instituição, no campo de Aconselhamento Psicológico. Para contextualizar esse laboratório e sua prática psicológica, parte-se de uma análise de aproximação fenomenológica existencial, na qual o pesquisador percorre o campo da constituição das ciências, a partir do século XVII até os dias atuais. Neste campo em particular, percorre-se a constituição do campo de Aconselhamento Psicológico, sua inserção em nível nacional e seus desdobramentos em uma universidade pública, como possibilidade de engendrar esses campos aos movimentos sócio-econômico-culturais. Desse modo, tais campos se revelam no interior dos assuntos humanos, passíveis de historicização, orientação de sentido e descoberta de significados. Tal análise visa a considerar uma pertinência da aplicação do conhecimento e seus estudos no coletivo humano, como assumidamente vinculados a um compromisso ético, rumo ao exercício de bem estar. Por essa mesma via, o laboratório é apresentado a partir de depoimentos e entrevistas com a coordenadora do laboratório e alguns de seus integrantes, construindo uma narrativa que percorre os caminhos trilhados pela equipe quando solicitados a intervir em instituições. A partir desse trabalho, pode-se consolidar a compreensão do campo de Aconselhamento Psicológico como espaço clínico de cuidado e atenção ao sujeito em instituição. As modalidades de prática psicológica, constituintes desse espaço clínico, efetivaram ações de cuidado ao desamparo e sofrimento, como ausência de sentido, criando vias de formação, atuação e pesquisa profissionais distintas do contexto de psicoterapia processual. Nesse sentido, tal campo, apresentado a partir do laboratório universitário, se aproximou da vertente da Psicologia Social Clínica como possibilidade de escuta do sujeito *na* instituição, afastando-se de uma perspectiva institucional. Por outro lado, o laboratório também encontrou pertinência para suas reflexões e prática em uma aproximação com o modo fenomenológico existencial, possibilitando a compreensão de um modo de subjetivação intimamente vinculado com os aspectos sociais, culturais e institucionais, além de uma temporalidade como ocorrência. Uma outra consideração possível é a conceitualização de uma atitude cartográfica como via para ações clínicas pertinentemente engendradas no contexto das instituições. Essa atitude cartográfica configura-se como possibilidade recíproca de conhecer e dar-se a conhecer, passando pela experiência e sendo por ela marcado.

Palavras-chave: plantão psicológico, fenomenologia existencial, psicossociologia.

O presente artigo discute o modo como um laboratório universitário construiu e efetuou Projetos de Atenção Psicológica clínica em instituição, no campo de Aconselhamento Psicológico.

45 O presente artigo é uma condensação das reflexões apresentadas na seguinte dissertação: NUNES, A. P. *Entre aprendizagem significativa metodologia interventiva: cartografia de um laboratório universitário como Aconselhamento Psicológico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP. 2006. Artigo submetido e aprovado para publicação no Boletim de Psicologia, ainda sem referência.

46 Membro do LEFE-IPUSP. Mestre em Psicologia Escolar e da Aprendizagem pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Camilo Castelo Branco. Endereço eletrônico: andrepn@usp.br.

47 Professora Doutora e coordenadora do Laboratório de Estudos e Prática em Fenomenologia Existencial do Departamento de Psicologia Escolar e da Aprendizagem do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LEFE-IPUSP). Endereço eletrônico: lefe@usp.br.

O Laboratório para Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial (LEFE) é um laboratório universitário que presta serviços no campo de Psicologia a instituições e organizações com atuação nas áreas de saúde e educação. Atualmente há projetos voltados à segurança pública e à justiça⁴⁸. Em sua organização, ele conta com uma coordenadora, responsável pelo grupo de estudos, publicações, organização e participação em eventos, orientação de trabalhos e supervisão clínica da equipe de seniores⁴⁹, além de ser co-responsável por dois grupos nacionais de pesquisa. A equipe de seniores é, atualmente, constituída por psicólogos formados, co-responsáveis pelo grupo de estudos e ocupando as funções de supervisores clínicos e supervisores de campo nos Projetos de Atenção Psicológica em Instituição. Cada projeto possui um supervisor clínico geral e há, pelo menos, um supervisor de campo em cada Projeto, que intervém no espaço mesmo do Plantão Psicológico.

A equipe de seniores trabalha com o estágio supervisionado da equipe de juniores, estudantes de graduação em Psicologia⁵⁰ e de psicólogos formados sem experiência nos projetos. Desse modo, o estágio desses integrantes constitui-se em Plantão Psicológico na Instituição, Supervisão no momento do Plantão e, posteriormente, no grupo de supervisão do projeto, além de participação em grupos de estudo e atividades de pesquisa.

Além da modalidade de prática denominada Plantão Psicológico, o laboratório também intervém via modalidades de Supervisão de Apoio Psicológico, para profissionais na área de saúde e educação, e Oficinas de Recursos Expressivos, com atividades lúdicas e educativas propiciando situações de aprendizagem, promotoras de saúde e educação para o desenvolvimento pessoal e social.

Após essa breve apresentação da organização formal do laboratório é pertinente delimitar o contexto onde esse laboratório se insere no supracitado campo de prática, pesquisa e estudos: o Aconselhamento Psicológico.

48 Um desses projetos, especificamente aquele dirigido à segurança pública, foi apresentado em dois Simpósios Internacionais de Iniciação Científica, promovido pela USP e CNPq, sendo agraciado em ambos com o título de Menção Honrosa.

49 A equipe de *seniores* instituiu-se de um grupo de estudos entre a coordenadora e seus orientandos de doutorado, mestrado e iniciação científica, mais ou menos constante desde a criação do LEFE, mas consolidado em 2002. Daí o nome *seniores*: os mais antigos no que diz respeito à experiência em questão, cumplicemente pactuados a levar adiante essa proposta e colaborar para a formação de *juniores* da graduação, especialização e pós. Constituiu-se essa equipe como o primeiro grupo de multiplicadores formado pelo LEFE (AUN, 2005).

50 Esses alunos são, na sua maioria, contemplados com bolsas-trabalho pelo COSEAS/USP, através de projetos do LEFE. Sistemáticamente desde 2000, eles têm sido aprovados em seleção de toda a universidade. Outros desses alunos, assim como alguns da pós-graduação, são contemplados com bolsas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Por sua vez, através do oferecimento de uma disciplina de graduação (Prática de Pesquisa em Psicologia), alunos dos primeiros anos da graduação em Psicologia da USP participam dos projetos para iniciação em pesquisa numa perspectiva fenomenológica existencial.

No Brasil, a constituição do campo de Aconselhamento Psicológico trilhou uma trajetória diferenciada dos contextos norte-americano e europeu. Assim como nesses outros contextos, tal campo de prática psicológica teve seu início a partir da prática de orientação em 1924. É importante frisar que a profissão de psicólogo ainda não era regulamentada por lei e a prática de orientação era exercida por outros profissionais.

Em 1962, o Curso de Graduação em Psicologia foi regulamentado pelo Conselho Federal de Educação. Em 1968, teve início o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), no então recente Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Assumiu-se formalmente a vertente da Terapia Centrada no Cliente como norteadora da compreensão de A.P. na Universidade de São Paulo. O objetivo principal do estágio era a relação *psicólogo-cliente*, tomada como básica a qualquer atendimento e daí a equivalência à clínica geral médica. Em acordo com tal abordagem, o grupo do SAP afirmava que um “*aprofundamento vivenciado desta relação pessoal*” e distinta forneceria uma formação consistente e um atendimento de qualidade (ROSENBERG, 1987, p.2). A proposta de Rogers era mais compreendida como uma plataforma para o pensar do que uma técnica ou uma teoria à disposição do psicólogo. Portanto não havia um “*modelo*” pronto de serviço de Aconselhamento Psicológico, aplicável independentemente da instituição e do contexto.

A partir de reflexões constante da prática e de pesquisas acerca da população atendida (ROSENBERG, 1987; EISENLOHR, 1997; MORATO, 1999), foi configurado um esquema de “*Plantão Psicológico*”, inicialmente apresentado como um desafio do SAP para responder às demandas individuais no momento de seu surgimento como queixa aos profissionais do serviço. Nesse sentido, o cuidado já era oferecido sem a necessidade da elaboração de um diagnóstico tradicional e de um encaminhamento atrelado ao Plantão. Na perspectiva de uma intervenção norteada pelos referenciais do cliente, radicalizou-se a questão do poder do especialista no atendimento⁵¹, assumindo, como ação efetiva do psicólogo, a responsabilidade do cliente para cuidar do seu sofrimento, implicando na busca por ajuda a sua efetiva participação no processo.

Entretanto como serviço em instituição, aos poucos a sua capacidade dinâmica e criativa foi se perdendo na institucionalização de modos inicialmente contestadores. A isso também se relacionou um aumento expressivo no contingente populacional atendido, o que

51 Informação impressa fornecida por Schmidt na Mesa Redonda: “Aspectos Teóricos implicados nas práticas da Abordagem Centrada na Pessoa” sob título: “Utopia, Teoria e Ação: Uma leitura da ACP”. Evento: SAP-IPUSP-30 anos em 1999.

levou a uma regionalização do serviço para melhor qualidade do serviço (EISENLOHR, 1997).

Diante dessa perspectiva, na década de 90, a equipe do SAP, coordenada por Henriette Morato, buscou efetuar uma retomada dos elementos instituintes do SAP desde a sua formação. Nesse contexto, surgiu o Laboratório para Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial. Diferentemente do SAP-IPUSP, este laboratório construiu outros modos de interlocução com sua prática no Campo de Aconselhamento Psicológico.

Após essa contextualização do campo de Aconselhamento Psicológico, essa outra via construída pelo laboratório pode ser pertinentemente revelada. Entretanto, será discutido primeiramente a metodologia de pesquisa trabalhada para a (re)construção dessa via em suas rupturas e continuidades com a trajetória até então apresentada.

Metodologia

Em um modo de pesquisa no qual o próprio pesquisador também se insere como um interlocutor de experiências, a abordagem ou *démarche* clínica de pesquisa, conforme compreendida pelo psicossociólogo André Levy (2001), pode ser de grande auxílio. Para este autor, o clínico nas ciências humanas trabalharia principalmente no campo, buscando teorizações a partir de uma ação situada, pautada não somente numa compreensão de problemas demandados, mas também em sua compreensão pelos seus interlocutores. Desse modo, o conhecimento é construído a partir da ação com o outro, que, por sua vez, se apresenta como sujeito em posição⁵² e pela autenticidade de palavra. (AUN 2005).

Para um trabalho no campo, junto aos interlocutores, é preciso que o pesquisador se desloque do já conhecido e formalizado como conhecimento, possibilitando abertura para aquilo que é imprevisto e inesperado (LÉVY, 2001).

A partir dessa delimitação inicial de *démarche* clínica pode-se revelar também um outro aspecto dessa abordagem de pesquisa: diz respeito ao conduzir-se ao longo de uma trajetória. O deslocar-se do pesquisador não ocorre apenas na explicitação de seu espaço de pertencimento, assumindo-se como participante, mas se desenvolve, simultaneamente, numa temporalidade. Atentar para a construção do conhecimento em situação é privilegiar como ocorreu o *como* investigativo. Por sua vez, esse *como* segue uma temporalidade marcada

52 O posicionamento do sujeito refere-se aqui a uma atitude em relação a si mesmo e ao outro no contato estabelecido e não a uma postura rígida e reificante, aprisionando as possibilidades de dispor-se em situação, o que geralmente também pode ser designado por posição.

pela busca de sentido, como possibilidade de orientar uma compreensão. Desse modo, o sentido de algo está na ação que o reitera enquanto passado, ou seja, no movimento do pensamento que busca repetir o caminho trilhado.

A idéia de percorrer um caminho por entre vestígios, no qual o pesquisador esteja presente e implicado, pode se aproximar da concepção de um trabalho cartográfico (ROLNIK, 1987). Numa tal compreensão, o próprio pesquisador, buscando investigar trilhas no terreno do vivido, faz uma trilha com suas pegadas e olhares, constituindo também a paisagem que busca observar, descrever e compreender. Observar aqui é um modo de compreender no qual a própria percepção do pesquisador é considerada. Assim disposto, o trabalho cartográfico encontra-se em sintonia com a démarche clínica de pesquisa de orientação fenomenológica existencial.

Assim, para refazer uma trajetória que se pretende, ao mesmo tempo, singular e coletiva, procurou-se realizar uma cartografia do laboratório a partir de seus integrantes.

A opção por se colher um depoimento da coordenadora do LEFE visa apresentar uma narrativa da constituição desse laboratório. A narrativa se apresenta como registro da experiência, sendo, por excelência, a forma de sua construção e da construção da memória. Ela se desenvolve numa temporalidade, enquanto articulação tempo-espaço, oferecendo-se como objeto de um movimento histórico de sedimentação e reconstrução, capaz de dar significado e contextualização ao vivido. Nesse sentido, o trabalho com a narrativa encontra-se em sintonia com a proposta cartográfica de investigação numa abordagem clínica de orientação fenomenológica existencial.

Após a elaboração dessa narrativa, o pesquisador se dirigiu aos estagiários dos projetos de atenção psicológica do LEFE, com o intuito de descobrir as contribuições possíveis que esse laboratório possibilitou à formação de seus alunos. Dentro desse universo de possibilidades, a intenção do pesquisador foi revelar um modo de prática clínica em instituição que vem se realizando pelos integrantes desse laboratório. Ou seja, a partir dos relatos de experiências singulares e coletivo, abre-se a possibilidade de se organizar uma metodologia própria da ação clínica em instituição.

Por essa via, a interlocução se apresentou como modo mais pertinente de se colher os relatos de experiência. A interlocução possuiria um foco clínico, pois visa um aprofundamento reflexivo a partir da questão inicial disparadora, que o pesquisado poderia nunca ter tido, não fosse pela situação de interlocução, revelando, desse modo, essa situação como também uma construção de conhecimento (BOURDIEU, 1997).

Posto isso, a estratégia, entendida como uma provocação ao outro para despertar seu depoimento, foi lançar a seguinte pergunta disparadora aos estagiários:

Como você percebe que o LEFE contribuiu, ou não, para você organizar uma compreensão de uma prática clínica em instituição?

Apresentado o modo de colheita de interlocuções com da construção da narrativa da coordenadora do laboratório, o pesquisador partiu para a construção de um mosaico de experiências como possibilidade de análise, tendo como fio condutor a busca de sentido. Desse modo, a análise pode ser compreendida como uma interpretação possível a partir das compreensões prévias e atualizadas na situação de pesquisa.

Embora marcada por uma originalidade e uma ousadia, esta construção metodológica, apesar de recorrer a autores e reflexões de áreas como a filosofia e a psicossociologia como perspectivas pertinentes para o pensar e construir conhecimento, fundamenta-se basicamente no fenômeno da aprendizagem significativa como experiência propriamente humana, a partir de Gendlin (1976). Refletindo acerca desse fenômeno, esse autor resgata a relevância do sentido experiencial para a formulação de significados articulados, ao mesmo tempo em que explicita a significância da linguagem em nosso *experienciando*, ou seja, o fluxo sensível e concreto para o qual se pode atentar a cada momento.

Por essa perspectiva, um contexto metodológico, como o aqui discutido, possibilita a construção de conhecimentos e teorizações que não se apresentam como idéias *fora-do-lugar*⁵³, ou seja, desvinculadas de uma experiência contextualizada, prestando-se, apenas, a servirem para posições e reconhecimento sociais e não, efetivamente, como metodologia para o pensar acerca do que é propriamente o modo humano de ser (FIGUEIREDO, 1995).

Considerações Possíveis

O laboratório trilhou um outro caminho possível no campo de Aconselhamento Psicológico, marcando continuidades e rupturas. Uma das continuidades percorridas está relacionada à compreensão de uma práxis psicológica em instituição, revelando a pertinência e a possibilidade de constituição de modalidades de prática psicológica que renunciam à necessidade de conceber um modo de subjetivação destacada e desvinculada dos aspectos institucionais, culturais e sociais, inclusive, do contexto concreto e real no qual

53 *Fora-do-lugar* refere-se aquilo que não contempla o que se pretende pesquisar para conhecer: o humano.

ela se presentifica. Isso se encontra presente nas experiências vividas de não-dualidade entre sujeito e instituição, nos atravessamentos revelados pelo sujeito em suas ações.

Se, por um lado, essa perspectiva produz uma fragilidade na autonomia do sujeito, ao apresentá-lo constituído por outros atravessamentos, por outro lado não nega a possibilidade de um situar-se desse sujeito nessa condição e da realização de ações reflexivas e apropriadas⁵⁴.

Desse modo, o laboratório busca romper com uma visão romântica do sujeito, no sentido de que sua constituição e destinar-se independeriam do contexto e dos atravessamentos que o constituem. Por outro lado, também busca se afastar de um pólo disciplinar de compreensão do sujeito. Mesmo atravessado e constituído por aspectos, em grande parte, anteriores e externos à sua existência, dos quais os conhecimentos não lhe são pronta e integralmente dados, a questão do sentido lhe é apresentada como tarefa para realização, sendo esse um constante movimento de destinar-se que demanda um responder autêntico e singular (CRITELLI, 1996).

Dispõe-se, assim, uma compreensão do sujeito com aproximação da filosofia fenomenológica existencial. Aproximação essa que foi um ancoradouro possível para reflexões já em andamento pela equipe do laboratório, que nela encontraram uma fundamentação possível para a compreensão de ser. Essa possibilidade de compreensão do sujeito encontra-se intimamente vinculada com o espaço no qual foi possível o seu surgimento e elaboração: as modalidades de prática psicológica em instituição, denominadas por Plantão Psicológico e Supervisão de Apoio Psicológico.

Embora as modalidades de prática psicológica possam se revelar como serviços às instituições, o que fundamentalmente as constitui é uma ação clínica que configura um espaço clínico na relação com os sujeitos dentro da instituição. O termo “Serviço de Plantão Psicológico”, por exemplo, é utilizado para marcar um espaço de reconhecimento e legitimação desse lócus dentro da instituição, referente ao atravessamento dos projetos por pertencerem a uma instituição universitária. Ou seja, uma instituição dentro de outra instituição. Entretanto, foi se percebendo, que para preservar e cuidar do espaço clínico nessas modalidades, elas não poderiam se dispor somente como serviços: tal termo implica uma série de burocratizações e institucionalizações que dificultam o olhar e a escuta que circulam, questionam e intervêm. Ou seja, o termo marca um determinado atravessamento, mas é imprescindível que o psicólogo tenha esclarecido como aquilo que fundamenta a sua

54 O termo apropriação se refere a ações que se tornam próprias e legítimas para o sujeito no responder aos seus anseios e não no sentido de uma adequação irrefletida ao que se revela “*at*” disposto.

ação, ali, está marcado por uma imprevisibilidade e pode assumir diversas formas, que em nada se aproximam à configuração de um serviço.

Constituídas fundamentalmente por essa ação clínica, as modalidades de prática psicológica não se atém somente à perspectiva do atendimento individual, embora ele possa, também, ocorrer. A ação clínica que as fundamenta é marcada, sobretudo, por uma prontidão de sentidos do psicólogo, que pode ou não intervir naquele momento.

As conversas informais, os olhares, o silêncio e o não-dito são constitutivos dessa ação clínica em situação, e não somente o atendimento individual com o cliente. As intervenções podem ser pertinentemente feitas nessas diversas formas que o Plantão assume. Por outro lado, o atendimento individual pode encontrar-se desvinculado de um esquema processual, sem, contudo, perder a sua efetividade terapêutica, visto que o sujeito a quem esse atendimento se dirige pode ser compreendido como não-processual: ele pode se desvelar na emergência da situação, na ocorrência de um acontecimento tendo o presente como trânsito desses acontecimentos.

Desse modo, o espaço do Plantão passa a ser a referência para o sujeito: referência que é dada pelo Plantão, mas também é construída pelo cliente e, destarte, móvel e provisória. O atendimento psicoterapêutico processual não é descartado, mas também não é dado como condição única de cuidado para o sujeito: ele pode ser fruto dos encaminhamentos possíveis, construídos a partir da relação no espaço clínico e da construção de uma demanda específica para tal fim.

Aqui se pode atentar, mais particularmente, para a compreensão dessa ação clínica, proposta e efetivada nos projetos, como revelada pela narrativa: partindo de uma compreensão presente na etimologia grega da palavra clínica (*klinein*), surge a ação de ‘inclinarse para’ disponibilizando atenção e cuidado para o sujeito em situação. A atenção encontra-se contemplada na prontidão do olhar e da escuta que, situando o psicólogo, possibilita que ele situe o sujeito demandante por cuidado. Por sua vez, o cuidado contempla o encaminhar uma comunicação rumo a sentido, orientando significados que possibilitam o questionamento, a reflexão e o situar-se do sujeito na direção do *bem estar*. O bem estar aqui, estaria intimamente relacionado à saúde, no sentido de propiciar meios para que o sujeito trace um caminho pessoal e original em sua existência (ALMEIDA, 1999). Desse modo, bem estar não é compreendido como um ponto de chegada estático e definido, mas se refere à possibilidade de trânsito, movimentação e deslocamento do ser nas suas condições delimitadas concretamente.

Revela-se também a questão do pedido, queixa e demanda apresentados por esse sujeito. O pedido é o enunciado que abre espaço para uma intervenção do psicólogo. Nesse pedido, o cliente revela um lugar pré-determinado para esse profissional, a partir do qual este pode revelar outras possibilidades de intervenção para o cliente.

A queixa é aquilo de que, no enunciado, se reclama e se apresenta, inicialmente, como foco de sofrimento ou interrogação. Vale lembrar, aqui, que, por essa flexibilidade do Plantão Psicológico, o sofrimento presente nos pedidos ou queixas muitas vezes não é aquele encontrado na clínica tradicional. Ele pode ser um questionamento, uma curiosidade, uma aproximação e não, necessariamente, estar vinculado à dor, mas vincular-se-ia à possibilidade de interlocução e diálogo para a condução de uma experiência vivida significativamente, no sentido de um olhar dentro da instituição que singulariza o sujeito, legitimando um cuidar de si.

Já a demanda é algo que não se encontra presente nesses enunciados iniciais. Tampouco ela se encontra “escondida” em algum sítio inconsciente. Ela é construída no diálogo com o psicólogo e pode assumir diversas expressões, pois se vincula ao olhar e à escuta que singulariza o sujeito. Pode-se considerar que a *queixa* seria compreendida como a *emergência* de um sinal de crise, na formulação pré-concebida tanto de um problema quanto do “espaço psicológico” a ele reservado. Por sua vez, a *demanda* seria compreendida como a *urgência* por uma atenção psicológica, não concebida *a priori*, para construção de sentido possível, através da investigação cuidadosa da situação de crise (MORATO, 1999).

Contextualizando a relação entre queixa e demanda, embora houvesse uma compreensão da instituição como o lugar⁵⁵ das relações institucionalizadas e, desse modo, desvinculadas de um sentido presente para os sujeitos na instituição, o mosaico narrativo revela um outro atravessamento da instituição para além dessa compreensão: houve uma demanda presente na instituição para que os psicólogos melhorassem a visão da instituição perante outros órgãos, representantes da comunidade e da sociedade. Essa demanda estaria vinculada aos altos escalões que compõem e coordenam a instituição e não se revelaria nas relações institucionalizadas. Algumas experiências apresentadas revelam que, quando essa demanda é descoberta e apresentada aos seus destinatários, o pretense interesse pela ajuda psicológica se esvai e o projeto finda. O que não impede que um conhecimento e um registro dessa comunicação possam ser elaborados e discutidos, visando intervenções posteriores e compreensão da prática.

55 O termo “*lugar*” aqui, assim como na narrativa apresentada, não se refere necessariamente ao espaço físico da instituição.

Marca-se, aqui, justamente, um limite e uma pertinência para essa ação clínica dos projetos de Atenção Psicológica: atenção psicológica para o sujeito em instituição como possibilidade de bem estar contextualizado, por meio de um cuidado a um sujeito atravessado por aspectos culturais e institucionais, que se revelam pela escuta e olhar do profissional. A instituição ou organização, que não possibilitar uma atenção, mesmo que mínima, às singularidades presentes em seu contexto, não leva adiante a condução do pedido de ajuda nessa perspectiva.

Desse modo, o posicionamento clínico em instituição não se refere a promoções de espaços de mudança social e nem a trabalhos de fortalecimento do ego ou centramento do sujeito (MACHADO, 2001). As mudanças ocorrem, mas não são controláveis, uma vez que o imprevisto é fundamental na ação clínica. Tal imprevisto se remete a situação de crise e, embora “escape” dos mecanismos de controle e predição, pode ser cuidado como construção de sentido na ação clínica. Controle e cuidado não se encontram necessariamente interligados. Priorizar o cuidado implica, na abordagem clínica proposta, em uma atitude ética básica perante o outro, norteando a ação do psicólogo.

Essas considerações possibilitam uma compreensão da *cartografia* nesses projetos. Como revelado na narrativa, a cartografia se configura como um conhecer e um dar-se a conhecer, como possibilidade de passar pela experiência e sendo por ela marcado. Embora ela possa se constituir como uma etapa inicial de intervenção em cada projeto, ela não se encerra nessa etapa, configurando-se para o psicólogo como uma atitude cartográfica constante e presente, que ele carrega desde que entra no contexto da instituição. Atitude esta que possibilita e engendra ações clínicas pertinentes, contextualizadas e reflexivamente refletidas.

Por outro lado, a metodologia interventiva como pesquisa se refere à possibilidade de pesquisar essa alternativa de prática psicológica em instituição. Ela surge das reflexões produzidas no espaço de supervisão e possui a intenção de comunicar uma experiência vivida, revelando-se como intervenção ao possibilitar novas reflexões na clínica em construção.

Nesse sentido, o laboratório, assim como a universidade pública na qual se insere, colocam-se como local privilegiado para contribuições efetivas visando o exercício do bem estar em comunidade numa ação ética reflexiva e contextualizada através de projetos de extensão universitária (MORATO, 1999; SANTOS, 1999).

Desse modo, opta-se pelo termo práxis psicológica e não prática, pois se visa marcar o caráter eminentemente ético desse trabalho na comunidade. Ético porque diz respeito a um

posicionamento, perante esse sujeito ou instituição demandante, que visa um cuidado efetivo e responsável das singularidades ali presentes, no sentido do bem estar. Parte desse posicionamento revela-se na consideração de que esses projetos de extensão universitária implantam serviços, marcando-se como presença: uma constância e uma permanência nessas instituições, e não intervenções pontuais, pré-determinadas e, enfim, distantes da realidade vivida pelos sujeitos nesse contexto.

Desse modo, mais do que a construção de uma alternativa, por meio de uma criação, o que marca uma pertinência para essa *invenção* no campo de Aconselhamento Psicológico é o ânimo para ousar e bancar o conflito entre diferenças quaisquer.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. M. Aconselhamento Psicológico numa visão fenomenológico-existencial: cuidar de ser. *In*: MORATO, H. T. P. *Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 442p.

AUN, H. A. *Trágico Averso do Mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2005. 136 f.

BOURDIEU, P. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CRITELLI, D. M. *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC: Brasiliense, 1996. 142p.

EISENLOHR, M. G. V. *Formação de alunos em psicologia: uma possibilidade para educadores*. 1997. Dissertação (Mestrado Em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 1997. 225f.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Modos de Subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

GENDLIN, E. T. *Experiencing and the creation of meaning: a philosophical and psychological approach*. New York: Free Press, 1976. 271p.

LÉVY, A. *Ciências Clínicas e Organizações Sociais: sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001. 225p.

MACHADO, M. N. da M. Três cenários da prática psicossociológica. *In*: ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. *Cenários Sociais e Abordagem Clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte, Fumec, 2001. 268p.

MORATO, H. T. P. *Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 442p.

ROLNIK, S. B. *Cartografia Sentimental da América: produção do desejo na era da cultura industrial*. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987. 188 f.

ROSENBERG, R. *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa*. São Paulo: EPU, 1987. 94p.

SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 1999. 348p.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA PRÁTICA QUE SE CONSOLIDA

Regina Célia Lourenço P. Furigo

Karina Menossi Sampedro

Luciana Silva Zanelato

Renata Febraio Foloni

Rodrigo Clemente Ballalai

Thomaz Ormrod

RESUMO

O projeto de Plantão Psicológico realizado na clínica-escola da Universidade do Sagrado Coração (USC/Bauru-SP) desenvolve atendimentos psicológicos de caráter emergencial destinado à comunidade que a ele recorre espontaneamente, sem a necessidade de agendamento prévio. Durante o ano de 2005 foram atendidos 128 casos ao longo de 428 sessões. O presente trabalho visa caracterizar a população atendida pelo Serviço de Plantão Psicológico. Os relatos apresentados advêm dos procedimentos adotados neste Serviço que são constituídos de uma entrevista psicológica e até dois retornos, seguidos de acompanhamentos posteriores intitulados “*follow-up*”. Dentre os dados obtidos destacamos a variabilidade das queixas trazidas pelos pacientes, que subdividimos nas seguintes categorias: problemas familiares, relacionamentos afetivos, orientações aos pais, problemas de aprendizagem, transtornos psiquiátricos, drogadicções, alcoolismo, agressividade, transtornos psicossomáticos, culpa relacionada ao aborto, problemas na esfera sexual e outros tipos de orientações. Nas intervenções realizadas pelos plantonistas as técnicas mais utilizadas foram as verbais, lúdicas, de relaxamentos e vivenciais. Tendo em vista, a experiência adquirida nos atendimentos e supervisões, podemos confirmar que a prática do Plantão proporciona uma atenção psicológica ao sofrimento e a urgência do homem contemporâneo.

Palavras-chave: Plantão Psicológico, crise, atenção psicológica, prática clínica.

Neste estudo pretende-se abordar alguns aspectos pertinentes à implantação do Serviço de Plantão Psicológico na Clínica-Escola da Universidade do Sagrado Coração, Bauru/SP.

Por Plantão Psicológico, entende-se como nova modalidade de atendimento clínico reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (FREIRE, 2004), diferente dos modelos tradicionais de psicoterapia, devido ao seu caráter focal em emergências e urgências psíquica. Distancia-se dos modelos psicoterápicos por pretender oferecer, a quem a ele recorre, Atenção Psicológica em forma de Pronto Atendimento que consiste num espaço de escuta, acolhimento e intervenção clínica perante situações de crise, o que torna um fator que mobiliza e agiliza o tempo de reação e adesão à ajuda psicoterápica, já que este Serviço recebe a pessoa no momento exato de sua necessidade.

Sobre Atenção Psicológica, concorda-se com Furigo (2006, p.81), que a descreve como uma das instâncias mobilizadoras próprias ao Plantão Psicológico, compreendendo-a

como a formação de uma aliança, um vínculo, um ir junto, acompanhar o percurso do paciente. “*Em sessões de Plantão podem aparecer dúvidas a respeito de tratamentos médicos ou psicológicos que podem ser mais bem elaborados com ajuda do plantonista*”.

Assim, refere-se a um Serviço Psicológico de intervenção rápida em situações de crise, sendo importante o entendimento pormenorizado em relação ao conceito de crise e demanda emergencial de urgência.

Acerca da crise, entende-se como:

Alto nível de ansiedade, de dificuldade para pensar, objetivar e discriminar problemas, alterações na auto-estima, distúrbios nas relações com ou outros, déficits na produtividade pessoal, falta de um projeto positivo de futuro, se conjugam e se potencializam, criando uma escalada de efeitos negativos. Tem um tempo certo de duração” (FIORINI, 1983, p. 125).

Já em relação à demanda emergencial de urgência, referendou-se em Cury (1999) citada por Furigo (2006, p.86) que a descreve como:

acontecimentos psíquicos que ocorrem ao usuário, que não se encaixam na definição de crise acima, mas que, dada a subjetividade da pessoa, para ele, determinado confronto torna-se uma crise, passando a ter quase que a mesma gravidade de uma Crise.

O Plantão teve seu início no Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP, por volta de 1960, criado pela professora Rachel Lia Rosenberg, onde foi desenvolvido um Pronto Atendimento Psicológico inspirado em experiências norte-americanas vividas nas *walk-in clinics* (BARTZ, 1997; ROSENTHAL, 1999).

Desde então, este Serviço vem se desenvolvendo e se consolidando em uma nova modalidade de atendimento, por meio de estudos, pesquisas, projetos de extensão e práticas. Outro ponto importante é que o Plantão surgiu para atender à grande demanda de sofrimento advinda da atual situação econômica, social, política e cultural em que se encontra a população brasileira, a qual muitas vezes, não tem recursos ou acesso a atendimento nos consultórios particulares.

E, além disso, como relata Rabelo e Santos (2006), muitas vezes, o modelo tradicional da psicoterapia clássica simplesmente não “*serve*” para determinadas pessoas, que buscam por uma atenção psicológica somente no momento da crise e depois são capazes de retomar sua vida a partir da ajuda recebida. Muitas dessas pessoas não procuram por uma análise profunda de sua personalidade e muito menos possuem recursos financeiros para manter um tratamento desses.

Sendo assim, o Serviço de Plantão Psicológico mostra-se apropriado para lidar com as reais necessidades da sociedade atual brasileira, oferecendo ajuda psicológica para momentos de crise, sem necessidade de agendamento prévio, pois essa ajuda é procurada espontaneamente (CURY, 1999; ARAÚJO, 2002; FURIGO et al., 2006).

Porém, sabe-se que essa responsabilidade social e habilidade para manejo técnico da profissão são aprendidas desde a formação. Por isso, Peres et al., (2003; 2004), relata que as Clínicas-Escola de Psicologia, através dos conteúdos teóricos e práticos oferecidos aos alunos, contribuem para que se formem bons profissionais, habilitados e também capazes de expandir as práticas psicológicas, de acordo com a realidade da demanda social, política, econômica e cultural da sociedade.

Dutra (2004, p. 384) salienta que a prática clínica da psicologia tem *“lugar sempre que o sofrimento do sujeito cria uma demanda, mas não necessariamente quando se instala uma patologia”*. O autor completa seu raciocínio afirmando que a prática da Psicologia não pode se restringir ao consultório particular, a um determinado número de pessoas, a uma determinada classe econômica, a uma técnica utilizada e muito menos a uma patologia diagnosticada.

Histórico do Plantão Psicológico na USC

A implantação do Serviço de Plantão Psicológico na Universidade do Sagrado Coração pode ser caracterizada pelo encontro entre diversas inquietações da trajetória profissional e acadêmica, da então supervisora do estágio de Psicologia Clínica, professora Regina Célia Paganini Lourenço Furigo.

A preocupação a respeito da formação clínica do graduando em Psicologia conjuntamente com o repensar crítico da Psicologia no cenário brasileiro contemporâneo, somado a possibilidade de um serviço que privilegiasse a grande demanda da Clínica-Escola, da referida Universidade, foram poderosos disparadores para a concretização desse espaço.

Furigo (2006) relata que tais eventos podem ser entendidos como sincronísticos, terminologia pertinente a sua orientação teórica junguiana, pois congregaram eventos e disposições que favoreceram a descoberta e posterior introdução desse modelo de atendimento.

Na sua preparação para a dissertação de mestrado, sobre a formação clínica do aluno de Psicologia, tem o primeiro contato com a proposta de Plantão Psicológico. Simultaneamente a um pedido da administração da Clínica-Escola para supervisionar um

aluno que dispunha de grande disponibilidade de horários de estágio, que sugere realizar um atendimento de acolhimento psicológico para as pessoas que recorressem a clínica e que comumente esbarravam nas longas filas de espera para o atendimento psicoterápico tradicional.

Vale mencionar que, neste estudo o termo acolhimento é entendido como uma profunda crença na capacidade do indivíduo enfrentar e superar suas próprias crises ainda que no momento da busca de atenção isso pareça longínquo e inexistente. O Plantonista CRÊ que a saída, está no INDIVÍDUO.

A partir da solicitação, é implantado, em caráter experimental, o Plantão Psicológico no ano de 2000 com apenas um estagiário e todas as intempéries da falta de *know how* de um serviço de Pronto Atendimento Psicológico.

Ainda assim, entusiasticamente, nas férias escolares desse mesmo ano, tanto supervisora quanto estagiário se “*debruçaram largamente*” nos estudos no que havia na época sobre Plantão Psicológico, Intervenções em Crise, Psicoterapia Breve e Aconselhamento Psicológico podendo iniciar uma sistematização dos casos já atendidos, como também uma primeira ficha de coleta de dados. O primeiro plantonista estagiário elaborou um treinamento com as atendentes da clínica, promovendo a divulgação daquele Serviço que ali nascia.

Os “*efeitos colaterais*” da implantação desse Serviço na instituição, visivelmente traziam consigo, a percepção de um atendimento subversivo às regras clássicas, a estranheza em relação à postura não convencional do plantonista, as desconfianças com seus possíveis resultados, e a desordem que de alguma maneira, ocasionava devido aos atendimentos não agendados e o lidar com as situações de crise, dentre outros.

Furigo (2006, p. 17) ressalta que “*o Plantão havia tirado da fila de espera, aproximadamente 30% das pessoas que procuravam auxílio psicoterápico, embora diminuir a fila de espera não fosse o objetivo maior do Projeto*”.

Devido a prerrogativas institucionais, o projeto de Plantão Psicológico não se oficializa no ano seguinte, conquistando-se no ano de 2002, o caráter de Estágio Supervisionado optativo aos alunos do quinto ano da formação em Psicologia.

Com a formalização, inicia-se paulatinamente o crescimento e principalmente a consolidação do projeto, perante o curso de Psicologia e a todos os demais cursos da universidade, como para a população, notadamente pelo aumento anual do número de atendimentos realizados nesse Serviço Psicológico.

Assim, buscaram-se parcerias com iniciativas assistenciais da cidade, como as Organizações não governamentais e os serviços públicos das áreas de saúde, saúde mental, assistência jurídica e assistência social, agregando serviços possíveis para os encaminhamentos realizados.

Em 2004, no intento de sistematizar os dados coletados nos atendimentos e discutidos nas supervisões coletivas do grupo de plantonistas, estabelece-se o procedimento de *follow up*, em que se trabalharam nessas “*avaliações*” posteriores, o grau de ajuda oferecida e elementos para o aprofundamento das discussões acadêmicas e clínicas sobre o Serviço e os casos especificamente.

Soma-se a gradativa divulgação científica, na medida em que todo grupo de Plantão Psicológico participa de grupos de estudos e variados eventos acadêmicos, trocando informações e disponibilizando dados, igualmente na produção de pesquisas, como o primeiro doutorado acerca do Plantão Psicológico, defendido pela supervisora desse Serviço no ano de 2006 na PUC de Campinas, e as demais monografias, comunicações orais, painéis e relatos de experiências.

Outro exemplo de produção acadêmica do grupo de Plantão Psicológico da USC fora o capítulo “*Plantão Psicológico: Buscando romper com os parâmetros clássicos da prática psicoterápica*”, publicado no livro *Práticas Psicológicas em Instituições: uma reflexão sobre os Serviços-Escola*, que demarca quali/quantitativamente os dados mais recentes deste Plantão Psicológico.

Como funciona o Plantão Psicológico na USC

Todo ano, o Serviço de Plantão Psicológico é divulgado no município de Bauru e região por meio de cartazes, panfletos, anúncio em rádio e comunicados internos nos setores da USC.

A procura pelo Plantão se dá de forma espontânea, sem necessidade de agendamento e sem nenhum custo para a população, sendo este Serviço custeado pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

O principal objetivo é “*auxiliar na resolução de conflitos psicológicos, focando em questões emergentes/urgentes, as quais nem sempre precisam de acompanhamento prolongado*” (FURIGO et al., 2006, p. 87).

Os procedimentos adotados na Clínica-Escola da USC são constituídos de uma entrevista psicológica e até dois possíveis retornos, não tendo uma demarcação fixa de distanciamento/proximidade entre um atendimento e outro, podendo tanto ter o espaçamento

de uma semana, quanto ser marcado para o dia seguinte ou até mesmo para a segunda ou terceira semana após a entrevista. Geralmente, os retornos são “combinados” entre o plantonista-estagiário e o cliente de acordo com a possibilidade e necessidade deste último.

Após três semanas do término dos retornos é marcada uma entrevista de *follow-up*, que consta de três questões básicas: “O *Plantão* ajudou?”, “*Em que*?”, “*Como*?”. O propósito desta entrevista é verificar a efetividade do Serviço do *Plantão*, se o mesmo possibilitou melhorias ou não no que se refere a demanda emocional trazida pelo cliente. Em casos de insucessos, estudam-se igualmente os fatores ocorridos (FURIGO, et al., 2006).

As principais técnicas utilizadas para a condução do processo psicoterápico são: técnicas verbais, ludoterápicas, psicométricas, vivenciais e relaxamento. Os atendimentos podem ser individuais ou grupais de acordo com a necessidade.

O *Plantão* Psicológico constitui-se, basicamente, como um espaço de escuta e acolhimento. Dependendo do caso, ele também pode desempenhar o papel que compete a um serviço de triagem e encaminhamento para outros serviços disponíveis na comunidade como: médicos principalmente psiquiátricos, neurologistas ou clínicos gerais; instituições; grupos de auto-ajuda; psicoterapia clássica e outros serviços internos da USC.

Desta forma, tem-se que os procedimentos adotados nesse serviço são variáveis, porém, independente se o caso for encaminhado ou não, o acolhimento inicial, por si só, já é considerado uma intervenção (PERES et al., 2003/2004; YAMAMOTO et al., 2006).

As supervisões de estágios são feitas semanalmente e com todo o grupo de plantonista, tendo como objetivo: proporcionar ao plantonista experiência e agilidade cada vez maior de investigação focal e de diagnóstico num espaço relativamente curto, preparando-o para lidar com situações de crise; bem como aprende a estabelecer um contato empático e maior autonomia na prática clínica. O supervisor é possibilitado a rever de modo crítico as atitudes e procedimentos dos plantonistas-estagiários, incentivando a autocrítica, o desenvolvimento pessoal e o estudo teórico (BARTZ, 1997, CURY, 1999).

Dados sobre o percurso do Plantão

Tabela 1 – Distribuição dos participantes e médias de atendimentos segundo o ano de estágio.

Variável			
Ano de Estágio			
	Casos Atendidos	Plantonistas	Média por Plantonista
2000	52	01	52
2001	-----	-----	-----
2002	114	07	19
2003	209	10	20
2004	213	15	14
2005	148	07	21
2006	203	11	18
Total	939	51	144

De acordo com a tabela acima, verifica-se um total de 939 casos atendidos no Plantão Psicológico desde que ele foi implantado, bem como a formação técnica de 51 plantonistas, dando possibilidade ao aluno em formação em Psicologia Clínica atuar em casos diversificados, dentro de uma proposta inovadora de atendimento psicoterápico, facilitando-lhe assim a absorção maior dos procedimentos clínicos.

Nota-se também que o número de casos atendidos é relativo e que também pode estar relacionado ao número de plantonista disponível.

Em relação às queixas mais freqüentes relatadas pelos clientes no Plantão, destaca-se: problemas familiares, problemas de relacionamentos afetivos, sintomas depressivos, problemas de aprendizagem, agressividade infantil, hiperatividade, problemas sexuais, estresse, dependência de substâncias psicoativas e transtornos fóbicos.

A maioria dos casos atendidos é resolvido no Plantão, porém, verifica-se que há desistências por parte do cliente, embora isto ocorra com menor freqüência quando comparados aos que chegam até ao final.

Neste sentido, Tassinari (1999), alerta que o abandono do processo psicoterápico, pode ser desvelado à medida que pesquisadores relataram, em entrevistas com clientes que interromperam a terapia que a maioria deles não havia, de fato, abandonado a terapia, porém, não retornaram porque já se sentiam satisfeitos com os resultados da(s) primeira(s) consulta(s).

Para Small (1974, p. 14) nos momentos de crise “*uma ajuda rápida e eficaz pode resultar numa diminuição do sofrimento, no encurtamento do período de perturbação e numa maior realização para a vida do indivíduo*”.

Desta forma, é possível entender que os clientes que não retornaram ao Plantão tenham obtido uma melhora ou até mesmo conseguido encontrar uma solução para seu problema, devido ao atendimento no momento da crise.

É importante destacar que o Plantão Psicológico está gerando transformações e estimulando novas pesquisas, o que pode contribuir para o redimensionando das rotinas presentes nas Clínicas-Escola.

Considerações Finais

Tendo em vista, os dados apresentados, podemos inferir que o projeto de Plantão Psicológico para a comunidade de Bauru e região se consolida, à medida que as estatísticas nos apontam um número significativo de atendimentos clínicos, variabilidade de queixas, diversificadas faixas etárias solicitando o Serviço e os resultados positivos das entrevistas de *follow-up*, destacados em outros trabalhos.

Cabe relacionar, o fortalecimento da produção de novos saberes às demandas da comunidade, inserindo novas e adequadas técnicas e entendimentos teóricos aos encontros de Plantão, procurando estabelecer uma relação psicológica com as idéias e vivências presentes no mundo e nos indivíduos.

A experiência adquirida nos atendimentos e supervisões nos atesta que a prática do Plantão proporciona uma atenção psicológica ao sofrimento e a urgência do homem contemporâneo.

De acordo com Araújo (2002), uma nova prática clínica como o Plantão Psicológico possibilita um maior desenvolvimento profissional do psicólogo, amplia o interesse na área de pesquisa e proporciona uma vivência direcionada para o espaço público, principalmente nos momentos de crise.

Portanto, conclui-se que este estudo não esgota o assunto, apenas levanta alguns dados sobre a prática do Plantão Psicológico na USC no contexto da clínica-escola, que a cada dia busca se consolidar.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, A. T. S. Redes em psicologia clínica. *Psikhê*, v. 7, n. 2, p. 33-37; jul./dez. de 2002.

BARTZ, S. S. Plantão Psicológico: atendimento criativo à demanda de emergência. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 1, n. 3, jan./jun., 1997.

CURY, V. Plantão psicológico em clínica-escola. In: MAFHOUD, M. (et al). *Plantão Psicológico: Novos horizontes*. São Paulo: C.I., 1999.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)*, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

FIORINI, H.J. *Teoria e Técnicas de Psicoterapias*. Tradução de Carlos Sussekind. 5ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

FREIRE, P. S. G. L. *Pronto Atendimento Psicológico em um serviço universitário: compreendendo os processos sob o olhar da Psicologia Analítica*. Dissertação (Mestrado). Campinas: PUC-Campinas, 2004. 124 f.

FURIGO, R. C. P. L.; ALMENDRO, G. W.; SAMPEDRO, K. M.; ZANELATO, L. S.; BALLALAI, R. C. Plantão psicológico: buscando romper com os parâmetros clássicos da prática psicoterápica. In: RAMOS, C.; SILVA; G. G.; SOUZA; S. (org). *Práticas Psicológicas em Instituições: uma reflexão sobre os Serviços-Escola*. São Paulo: Editora Vetor, 2006.

FURIGO, R.C.P.L. *Plantão Psicológico: uma contribuição da clínica junguiana para a Atenção Psicológica na área da Saúde*. Tese (Doutorado em Psicologia). Campinas: PUC-Campinas, 2006. 298 f.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. B. Atendimento psicológico a estudantes universitários: considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. *Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)*, v. 20, n. 3, p. 47-57, set-dez. 2003.

_____. *. Perfil da clientela de um programa de pronto-atendimento psicológico a estudantes universitários. *Psicologia em estudo*, v. 9, n. 1, p. 47-54, abril de 2004.

RABELO, I. S.; SANTOS, L. M. S. P. O desafio do Plantão Psicológico para o plantonista. In: RAMOS, C.; SILVA; G. G.; SOUZA; S. (org). *Práticas Psicológicas em Instituições: uma reflexão sobre os Serviços-Escola*. São Paulo: Editora Vetor, 2006.

ROSENTHAL, R. W. Plantão de Psicólogos no Instituto Sedes Sapientiae: uma proposta de atendimento aberto á comunidade. In: MAFHOUD, M. (et al). *Plantão Psicológico: Novos horizontes*. São Paulo: C.I., 1999, p. 15-28.

SMALL, L. *As psicoterapias breves*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

TASSINARI, M. A. *Plantão Psicológico centrado na pessoa no contexto escolar e a promoção da saúde*. Dissertação (Mestrado). Rio De Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. 120f.

YAMAMOTO, B. S.; KAMINAGAKURA, I. E.; SILVA, J. C. B.; ACKERMAN, K.; CARVALHO, L. S.; KOHARA, P. K. I.; EISENLOHR, M. G.; KOVÁCS, M. J. Plantão Psicológico no curso pré-vestibular Psico-USP: uma intervenção possível em um cursinho popular. In: RAMOS, C.; SILVA; G. G.; SOUZA; S. (org). *Práticas Psicológicas em Instituições: uma reflexão sobre os Serviços-Escola*. São Paulo: Editora Vetor, 2006.

SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO À POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO: FAZENDO DIFERENÇA PELA CONSTÂNCIA

Rodrigo Giannangelo de Oliveira⁵⁶

Cássia Gimenes Pereira

Kátia Miyuki Tsuji

Henriette Tognetti Penha Morato⁵⁷

RESUMO

No ano de 2000 houve um pedido encaminhado pela instituição militar: avaliação do nível de estresse. Surgiu uma reflexão sobre a demanda e um trabalho de cartografia. O resultado foi a proposta de implantação do serviço de Plantão Psicológico de orientação fenomenológica existencial. O sentido de Plantão Psicológico é esclarecimento da “demanda”: permitir a assunção, por parte do sujeito, de sua responsabilidade perante a própria existência e perante as escolhas que efetiva, por meio da comunicação da afetabilidade do plantonista. O compartilhamento de uma experiência de sofrimento, que caracteriza a situação de plantão psicológico, implica uma relação de confiança que não pode ocorrer pelo simples fato de que os policiais sabem que os plantonistas são profissionais ou estudantes aptos a realizar um atendimento deste tipo. A relação que se estabelece no plantão é, primordialmente, uma relação humana, e como tal deve ser considerada. Além disso, a disponibilidade requerida dos plantonistas também não é dada de antemão, pela simples implantação do serviço. Apenas o cuidado com o tácito implicado na situação clínica, via supervisão, pode permitir o constante exercício do “colocar-se disponível” representado pelo plantão.

Palavras-chave: Plantão Psicológico, atenção psicológica, instituição.

Apresentação

O presente trabalho parte de uma experiência em plantão psicológico para realizar algumas reflexões possíveis sobre o campo da prática psicológica em instituição e sobre o próprio plantão psicológico como forma de acolhimento ao sofrimento dos sujeitos institucionais. Mais especificamente, busca-se, neste artigo, estudar alguns possíveis reflexos da constância deste projeto, já implementado há cerca de seis anos, no cotidiano institucional.

Valendo-se da perspectiva fenomenológica existencial, como possibilidade de compreensão da ação clínica, a intenção inicial é explicitar algumas questões que têm se mostrado pertinentes como possíveis ‘efeitos da constância’ deste trabalho, que vem sendo implementado desde o ano 2000, para, então, expor as impressões e reflexões suscitadas pela equipe de trabalho deste projeto.

56 Membro do LEFE-IPUSP. Mestre em Psicologia Escolar e da Aprendizagem pela Universidade de São Paulo.

57 Professora Doutora e coordenadora do Laboratório de Estudos e Prática em Fenomenologia Existencial do Departamento de Psicologia Escolar e da Aprendizagem do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LEFE-IPUSP). Endereço eletrônico: lefe@usp.br.

Com efeito, para que se possa oferecer uma breve descrição do projeto, útil para uma contextualização de questões que serão discutidas a seguir, este texto será iniciado por um pequeno histórico.

Histórico

Em meados do ano 2000, chegou até a coordenação do LEFE (Laboratório de estudos e prática em psicologia fenomenológica existencial) um pedido, encaminhado pelo CONSEG local (Conselho Comunitário de Segurança). Os membros do Conselho, entendendo ser crítica a situação de estresse dos policiais que trabalhavam na área, propuseram-se a procurar alguma forma de auxílio psicológico que pudesse ser oferecido para os efetivos das instituições militar e civil responsáveis.

Neste momento, o pedido foi acolhido pela coordenação do LEFE, e alguns movimentos de aproximação recíprocos foram iniciados. No que diz respeito especificamente às primeiras conversas efetivadas com representantes da instituição militar, cujo desenvolvimento interessará a este trabalho, pode-se dizer que o pedido inicial explicitou-se como requisição por uma avaliação do nível de estresse da corporação.

Embora condizente com o motivo exposto pelo CONSEG para a busca por ‘auxílio psicológico’, o pedido explicitado não podia ter sido efetivado sem qualquer reflexão anterior. Como apontado por Oliveira (2005),

O pedido já fora apresentado, e partia da observação de que havia, nos policiais, um mal-estar. Mas, de quem era esta observação? Daqueles que elaboraram o pedido, ou seja, do representante do CONSEG e do comandante da Companhia. E os policiais (que supostamente sofrem este mal-estar e a quem, em última análise, seria dirigida qualquer intervenção), onde estão? O que eles acham disso? Concordam com esta observação a respeito deles? Elaborariam um pedido nos mesmos termos, caso lhes fosse concedida a possibilidade de fazê-lo? (p. 26)

Assim, partiu-se, com a anuência dos requisitantes, para uma busca por compreensão de uma demanda, possivelmente tácita ao pedido formulado. Este momento pode ser chamado de cartografia, pois implica que uma equipe de trabalho percorra os espaços institucionais, não apenas fisicamente, mas disposta a se deixar afetar pelos sujeitos sociais da instituição, na multiplicidade de seu mostrar-se, acolhendo as compreensões possibilitadas por esta afetação.

Talvez valha ressaltar que o termo ‘sujeito social’ já explicita uma determinada compreensão sobre o sujeito em sua inserção institucional, assinalando a impossibilidade de

pensá-lo como ente em-si, alheio à teia de relações de significado implicada num contexto institucional (LÉVY, 2001).

Neste sentido, o contato ‘cartográfico’ possibilitou a compreensão de que o sofrimento, nomeado estresse, não comparecia como algo a ser avaliado, mas acolhido, uma vez que características da instituição e da própria vida militar emudeciam a voz dos sujeitos sociais, tornando-os “*meros indivíduos*” (FIGUEIREDO, 1995).

A proposta de um serviço de plantão psicológico veio afluir a esta compreensão. Novamente, com a concordância dos requisitantes, efetivou-se a implantação do plantão, desde este primeiro momento como projeto que buscava, além de oferecer acolhimento aos policiais enquanto sujeitos sociais, articular a prática psicológica clínica em contexto institucional à pesquisa de orientação fenomenológica existencial.

Sentido de Plantão Psicológico

A realização deste projeto implica uma determinada compreensão sobre o plantão psicológico.

Fazendo uma leitura possível da condição humana, a partir da orientação fenomenológica existencial, é possível refletir que o plantonista, enquanto ser da ordem da “*afetabilidade*”, se dispõe, a partir do que se apresenta na situação de plantão, com determinados humores, afetos. Desta disposição, ou seja, do modo como o plantonista se encontra (seu “*encontrar-se*”), ao plantonista já é possível uma compreensão, tácita, de si mesmo e de sua situação. A comunicação desta compreensão, já reveladora de algo do próprio plantonista, ao mesmo tempo em que da situação que lhe faz frente, se constitui como ação clínica efetiva na medida em que oferece a expressão autêntica do ponto de vista do plantonista para a questão que emergente no plantão. Assim, pode-se dizer que o plantonista reflete aquilo que recebeu, tal como lhe foi possível receber.

Neste sentido, é possível sugerir que a atitude clínica, enquanto compreensão do tácito implicado, acolhe aquilo que subjaz ao emergente no sujeito que busca atendimento, e, dessa maneira, pode propiciar um esclarecimento de sua demanda, ao mesmo tempo em que dá voz a sua responsabilidade perante a própria existência e perante as escolhas que tem efetivado.

Algumas Compreensões Colhidas

Ao longo dos anos em que o plantão psicológico tem sido oferecido a uma Companhia da Polícia Militar do Estado de São Paulo, algumas questões puderam ser acolhidas pelas diferentes equipes de trabalho que o LEFE mobilizou para o trabalho. A

despeito de injunções específicas de momento, como mudanças na composição da equipe de plantonistas, situação que provocava um período subsequente de retraimento, ou alterações nas políticas de segurança pública em nível estadual, que geravam conseqüências para o cotidiano dos policiais militares, e também afetavam a dinâmica da relação plantão - sujeitos institucionais, certas questões permearam todo este trabalho, dando a ele um “*rostro*” que pode ser descrito neste momento de reflexão.

Em primeiro lugar, é possível compreender que, mesmo sendo oferecido no pátio da Companhia, e, portanto, num espaço institucional comum a seus atores, o plantão psicológico sempre se manteve (e foi mantido) a certa distância da Polícia Militar. Neste sentido, dois aspectos da experiência podem ser trazidos a guisa de ilustração: a entrada na instituição e o lugar na instituição.

Para entrar na Companhia em questão, é necessário que “pessoas estranhas” se identifiquem. Os policiais que ali trabalham, bem como outras pessoas frequentes ao serviço, por outro lado, entram livremente, assim que reconhecidos. Em relação à entrada dos plantonistas, porém, dava-se algo diferente: alguns dias, eram barrados na cancela para que se identificassem; outras vezes, tinham sua entrada simplesmente liberada, após um simples aceno. Vale dizer que as pessoas responsáveis pela fiscalização da entrada eram, quase sempre, as mesmas.

Outra questão relevante diz respeito ao lugar dos plantonistas na instituição. Desde as primeiras visitas de cartografia, ainda no ano 2000, uma sala de atendimento foi requisitada. A equipe do LEFE argumentava que uma sala seria importante em situações nas quais a exposição do pátio se oferecesse como obstáculo a determinados atendimentos, e parecia encontrar concordância por parte do comando da instituição. Ainda assim, exceção feita a uma breve época em que a sala do subcomandante podia ser utilizada pelo plantão quando não estivesse em uso, a desejada sala nunca foi de fato disponibilizada.

Desta forma, embora a inserção do LEFE tenha se dado a partir de um pedido por “*auxílio psicológico*” vindo da própria instituição, pode-se dizer que, em relação à equipe de plantonistas, a PM oscilava entre duas posições: a de aproximação, que expressava uma demanda por acolhimento, e a de total distanciamento, ou, talvez até mais que isso, a de estranhamento. Neste ponto, parece legítimo expressar que o plantão psicológico oferecido à PM não se configura como prática institucional, mas “em instituição”. Em outras palavras, a demanda por atenção psicológica dos policiais militares, permeada pela instituição, se revelava ao mesmo tempo em que se escondia, por vezes apresentando seu oposto, a indiferença.

Talvez valha também ressaltar que muitas vezes os policiais relatavam experiências anteriores com a psicologia, dentro da PM, de cunho estritamente avaliativo-punitivo. Em geral, referiam-se aos testes aplicados quando de seu ingresso na instituição e às restrições impostas ao serviço quando os psicólogos / psiquiatras percebiam que o policial estava muito “*estressado*” ou “*com problemas*”. Assim, na experiência dos sujeitos sociais em questão, a psicologia se apresentava como aparato repressivo a ameaçar, caso detectasse algum “*problema*”, a continuidade de suas funções como policial militar. Ora, embora a inserção dos plantonistas tenha se dado, desde o início, de maneira declaradamente distinta, é possível compreender que estas experiências anteriores tenham dificultado sobremaneira a crença de que o plantão psicológico pudesse oferecer aos policiais alguma “*libertação*”. Assim, o plantão também se mostrava ambivalente a seus potenciais usuários: possibilidade de resgate de si enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que possível ameaça ao status profissional.

A Guisa de Finalização

O presente trabalho se valeu de uma experiência de prática psicológica implantada no contexto de uma Companhia da Polícia Militar do estado de São Paulo para explicitar algumas compreensões colhidas pela equipe de trabalho ao longo dos seis anos em que perdurou o projeto. Vale dizer que as compreensões foram possibilitadas pela reflexão que se dava durante as reuniões de supervisão, que acompanharam atenta e cuidadosamente toda realização deste projeto, aos poucos esboçando para a equipe de trabalho um sentido possível para a prática que realizava. Importantes, também, foram as “*supervisões da supervisão*”, encontros entre os supervisores de projeto e a coordenadora do LEFE, em que se trocavam experiências, se relatavam dificuldades e se buscavam, por meio da reflexão, soluções para os momentos de crise que tantas vezes se apresentavam.

Assim, pode-se configurar um sentido para a “*pesquisa*” na clínica de orientação fenomenológica existencial. Em primeiro lugar, como aponta Lèvy (2001), pesquisar não é um procedimento divorciado da clínica, supostamente ocorrendo em momento e âmbito distintos dela. A pesquisa é apenas uma outra dimensão da própria ação clínica, compreendida como debruçar-se cuidadoso ante aquilo que se busca conhecer, efetivando “*(...) o fundamento fenomenológico de que temos de dar, àquilo que vamos examinar, a oportunidade de se mostrar*” (SAFRANSKI, 2000, p. 160 [grifo do autor]). Atentando ao tácito implicado na situação clínica (o modo como o clínico se encontra afetado, seu “encontrar-se”) é possível colher compreensões. A tematização e a comunicação destas

compreensões, trazidas à luz na própria experiência, bem como a descrição do percurso que as tornou possíveis, pode legitimá-las como conhecimento.

Contudo, ainda que expressem o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa válido do ponto de vista da teoria que orienta este trabalho, tais compreensões não são aqui tomadas como “*resultados*”, uma vez que não são efeitos ou conseqüências, no sentido causal. São, antes, fulgurações, possibilidades que se salientaram, no encontro singular de seus participantes, no contexto específico em que a própria relação se deu. É possível que outras possibilidades tivessem sido efetivadas, fossem diferentes alguns dos aspectos que constituíram e tornaram única a presente experiência, conforme expresso no dito famoso de Michel de Montaigne, que se referia em seus “*Ensaaios*” aos motivos que o levaram à grande amizade com Étienne de la Boétie. Segundo o filósofo, eram amigos, simplesmente, “*Parce qu'était lui, parce qu'était moi*” (porque era ele, porque era eu).

Finalmente, faz sentido expressar que este artigo foi escrito num momento de pausa do projeto, propiciado pelas férias de verão da Universidade em que o LEFE se encontra. Ainda não se sabe se o projeto permanecerá. O rumo do trabalho dependerá de uma avaliação, a ser realizada entre a equipe de trabalho e os responsáveis pela instituição militar, que tentará refletir sobre o sentido da continuidade. Desta forma, efetiva-se a compreensão, esboçada acima, de que os sentidos são sempre provisórios, pois nascidos de experiências específicas que, ao contrário dos conceitos, se esvaem tão logo tenham se configurado. Mesmo que não exista qualquer empecilho aparente para que o projeto permaneça sendo efetivado, e mesmo que, em princípio, se pudesse retomá-lo após as férias “*automaticamente*”, sem esta necessária reflexão, corre-se o risco de esvaziá-lo de sentido. E a permanência do sentido talvez seja a única garantia de que algo continue a valer a pena, para todos os envolvidos.

Referências Bibliográficas

FIGUEIREDO, L.C. *Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos*. São Paulo, Escuta, 1995.

LÉVY, A. *Ciências Clínicas e Organizações Sociais*. Belo Horizonte, Autêntica/FUMEC, 2001.

OLIVEIRA, R. G. *Uma experiência de plantão psicológico à Polícia Militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento e demanda*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IPUSP, 2005. 135f.

SAFRANSKI, R. *Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo, Geração Editorial, 2000.

PLANTÃO PSICOLÓGICO NO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO "XI DE AGOSTO"

André Prado Nunes⁵⁸

Marjorie Khouri

Viviane Ventura

Lucas Antonini

João Vitor Gonçalves

Débora Gaino Albiero

Júlia Baggio

Henriette T. P. Morato⁵⁹

RESUMO

O presente projeto surgiu do pedido feito pela diretoria do departamento jurídico do C. A. "XI de Agosto" por uma parceria com o LEFE para um trabalho voltado à comunidade e aos estagiários de Direito, na área da Psicologia. Como objetivos construídos e desenvolvidos nesses projetos, encontram-se, por um lado, a exploração de possibilidades de atuação da Psicologia Social Clínica em instituição jurídica e a contribuição para uma formação em Psicologia que prioriza a experiência como modo pertinente de construção de teorizações e práticas contextualizadas. Por outro lado, pode-se dizer da construção de um espaço de cuidado para a comunidade e os estagiários de Direito em seus pedidos e queixas, relacionados ou não com o estágio/orientação realizado.

O Departamento Jurídico: estrutura e organização

O Departamento Jurídico "XI de Agosto" – DJ – é um órgão atrelado ao Centro Acadêmico "XI de Agosto", da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo. O D.J. é a maior e mais antiga organização não governamental em atividade na América Latina, visando à prestação de assistência jurídica gratuita à população considerada "pobre na acepção jurídica do termo", isto é, com renda familiar de até 3 salários mínimos. Hoje situado na praça João Mendes, o D.J. foi fundado em 1919 e ocupa dois blocos do Edifício Jurídico, com mais de 200 trabalhadores divididos entre estagiários, advogados orientadores e advogados colaboradores, sendo responsável por mais de 500 atendimentos mensais.

O espaço físico do D.J. é dividido entre a recepção e sala de espera, baias de atendimento, diretoria, sala dos estagiários, cozinha, sala de computadores, banheiros e

58 Membro do LEFE-IPUSP. Mestre em Psicologia Escolar e da Aprendizagem pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Camilo Castelo Branco. Endereço eletrônico: andreprn@usp.br.

59 Professora Doutora e coordenadora do Laboratório de Estudos e Prática em Fenomenologia Existencial do Departamento de Psicologia Escolar e da Aprendizagem do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LEFE-IPUSP). Endereço eletrônico: lefe@usp.br.

biblioteca. Os clientes têm acesso apenas à recepção e sala de espera, baias e banheiros; as outras áreas são exclusivas para os estagiários. Os estagiários de direito do D.J. são alunos da própria Faculdade de Direito do Largo São Francisco, divididos em três categorias diferentes: estagiários administrativos, de campo (vareiros) e plantonistas.

Os primeiros são alunos do primeiro ano encarregados da recepção dos clientes, triagem sócio-econômica, triagem jurídica e encaminhamento ao estagiário plantonista. Os estagiários de campo são alunos do segundo ano, incumbidos do acompanhamento dos processos junto aos fóruns da capital. Após quatro meses nessa função, têm a opção de se submeterem a uma avaliação para tornarem-se estagiários plantonistas. Estes são alunos do terceiro ano em diante, que ainda não obtiveram sua colação de grau, cuja função é prestar assistência jurídica, orientando o cliente sobre seus direitos, esclarecendo dúvidas, participando de audiências e encaminhando o cliente para serviços de Psicologia e Assistência Social, caso este deseje.

O número de atendimentos efetuados pelo D.J. é limitado pela estrutura física, recursos financeiros e disponibilidade dos estagiários. Assim o departamento não se compromete a acolher todos os casos que lhe são trazidos, exceto os casos advindos do convênio com a Procuradoria Geral do Estado.

O Plantão Psicológico no Departamento Jurídico “XI de Agosto”

Em 2001, houve um pedido da diretoria do D.J. por uma parceria com o LEFE para um trabalho voltado à comunidade atendida pelo departamento e aos estagiários de Direito, na área da Psicologia. Esta parceria compreende a exploração de possibilidades de atuação da Psicologia Social Clínica em instituição jurídica e a contribuição para uma formação em Psicologia que prioriza a experiência como modo pertinente de construção de teorizações e práticas contextualizadas.

Esta parceria também pode contribuir para que os estagiários de Direito estejam mais atentos às singularidades que aparecem no espaço de orientação jurídica. Ela possibilita ainda a construção de um espaço de cuidado a esses estagiários e advogados no seu próprio ambiente de trabalho.

Uma compreensão pertinente de Plantão Psicológico pode ser efetivada a partir da metáfora da “árvore grande”: um lugar onde o viajante encontra acolhimento, sombra e repouso. Nessa metáfora, as pessoas seriam viajantes e seguiriam seu caminho de árvore em árvore. Assim, o Plantão Psicológico é um lugar em que aquele que chega pode se apropriar reflexivamente daquilo que carrega, onde pode olhar para si, pensar seu caminho. Esse

“lugar” não se refere apenas ao espaço onde o Plantão é disponibilizado, a saber, no mesmo espaço dos atendimentos jurídicos e nos outros espaços de *circulação* do departamento. Esse “lugar” se refere também a uma situação de “estar junto a” um plantonista disponível para que o usuário “*apropriar-se do que até o momento se apresentava como questão obscura*” (OLIVEIRA, 2006, p.67). Nesse encontro não há pretensão de desvelar todas as possibilidades e interpretações do encontro, mas busca-se dirigir uma comunicação rumo a sentido, ou seja, atentar para aquilo que emerge do encontro para co-apreender o que até então se mostrava sem sentido. Nessa perspectiva, o encaminhamento e o acompanhamento psicológicos são caminhos possíveis, mas não necessários.

Apesar de essa compreensão ser um norteador da ação dos estagiários de Psicologia na instituição, o Plantão Psicológico, por ser marcado, fundamentalmente, por uma ação clínica, não possui um modelo existente *a priori* a sua inserção na instituição. A existência de um modelo se opõe diretamente a possibilidade de contemplar a diversidade de singularidades que podem se beneficiar da ação clínica. Por outro lado, a compreensão de Plantão como ação clínica possibilita uma abertura para o desconhecido e imprevisível, elementos-chave para uma ação clínica que se propõe efetiva.

Se o Plantão Psicológico não se prende a um modelo ou definição, a ação clínica que o sustenta, por sua vez, é bastante rigorosa na sua explanação. Essa ação clínica, proposta e efetivada nos projetos, parte de uma compreensão presente na etimologia grega da palavra clínica (*klinein*), na qual surge a ação de “*inclinarse para*” disponibilizando atenção e cuidado para o sujeito em situação. A atenção encontra-se contemplada na prontidão do olhar e da escuta que, situando o psicólogo, possibilita que ele situe o sujeito demandante por cuidado. Por sua vez, o cuidado contempla o encaminhar uma comunicação rumo a sentido, orientando significados que possibilitam o questionamento, a reflexão e o situar-se do sujeito na direção do *bem estar*. O bem estar não é compreendido como um ponto de chegada estático e definido, mas se refere à possibilidade de trânsito, movimentação e deslocamento do ser nas suas condições delimitadas concretamente (NUNES, 2006).

O Plantão Psicológico se insere no Departamento Jurídico a fim de proporcionar esse acolhimento⁶⁰ a todos aqueles que, naquele espaço da instituição, chegarem até o

60 Ancorado na perspectiva da psicologia fenomenológica existencial, o plantão é uma modalidade de atendimento psicológico que se propõe a acolher as pessoas que o procuram no momento de sua angústia, auxiliando-as no esclarecimento de sua demanda. “*Acolher refere-se, neste caso, a uma peculiar atenção para a experiência do cliente no momento em que procura ajuda, que inclui não apenas o que convencionalmente se entende por queixa, mas o modo como o cliente vive esta queixa, os recursos subjetivos e do entorno sócio-psicológico de que dispõe para cuidar de seu sofrimento, bem como as expectativas e perspectivas que se apresentam a partir da busca de auxílio.*” (SCHMIDT, 2000, p.1).

plantonista, inclusive os estagiários de direito e os funcionários do Departamento. Quando há demanda psicológica, muitas vezes esta não aparece de forma muito clara. É preciso delimitar as queixas jurídicas das psicológicas, pois embora na vivência do cliente esses âmbitos encontram-se muitas vezes indissociáveis, para os plantonistas é fundamental não ocupar o lugar do estagiário de direito. Comumente, é preciso também clarear na relação estagiário-cliente a quem a queixa se refere, pois o pedido inicial orientado para o atendimento do cliente revela, muitas vezes, uma demanda do estagiário de direito para que o plantonista acompanhe-o junto ao cliente⁶¹. Desse modo o plantonista deve estar constantemente atento, principalmente ao modo como as pessoas chegam até ele, muitas vezes de maneira desinteressada, informal: o “saber-fazer” do plantonista é trabalhado a partir das afetações que ocorrem no campo.

Os plantonistas são organizados em duplas que trabalham em dias diferentes de funcionamento do Departamento. Os atendimentos também são realizados em dupla, com exceção de situações em que aparecem mais de um caso no mesmo momento, ou quando alguma conversa “informal” com algum plantonista se estende de modo a caracterizar um plantão. Essa forma de atuação em duplas tem o intuito de propiciar amparo também aos estagiários da psicologia, estudantes principalmente do 2º e 3º anos da graduação. Estes têm a segurança de ter um questionamento ampliado, podem ajudar-se mutuamente no caminho a seguir com o cliente, podem conversar posteriormente sobre os casos atendidos e apoiarem-se no cuidado a suas angústias.

Outro importante suporte aos estagiários é a supervisão semanal de plantão. A supervisão é um espaço de reflexão em que as duplas e o supervisor (membro do LEFE) discutem os casos atendidos, assim como o que eles despertaram nos plantonistas, os sentimentos, as angústias. Muitas vezes os plantonistas vêm-se com uma sensação de impotência frente à condição social e o estado psíquico de grande parte das pessoas que procuram ou a quem é indicado o plantão no DJ: moradores de rua, pessoas de baixíssima renda, psicóticos. A supervisão, assim, é um momento de acolhimento e olhar para o plantonista. Os supervisores, por sua vez, também participam de uma supervisão, que pode ser chamada de supervisão da supervisão, com a coordenadora do LEFE e com supervisores de outros projetos do Laboratório. As supervisões ancoram-se no fenômeno do espelhamento a partir do qual:

61 Pode-se considerar que a queixa seria compreendida como a emergência de um sinal de crise, na formulação pré-concebida tanto de um problema quanto do “espaço psicológico” a ele reservado. Por sua vez, a demanda seria compreendida como a urgência por uma atenção psicológica, não concebida *a priori*, para construção de sentido possível, através da investigação cuidadosa da situação de crise (MORATO, 1999; NUNES, 2006).

nos vemos refletidos e vemos aos outros, ou melhor, em nós e nos outros, nós mesmos. Daí a importância da supervisão coletiva, pois o grupo se constitui uma galeria de espelhos. Sendo o mundo humano essencialmente co-existência, o conhecimento do outro supõe a compreensão ontológica da existência como ser da coexistência. A compreensão de si fundamenta-se no reconhecimento da coexistência e, ao mesmo tempo, constitui-se como ponto de partida para a compreensão do outro. Coexistência é também co-estranheza. (...) a experiência imediata, a descoberta que fazemos da alteridade, apóia-se no encontro com o espelho. O espelho é a porta para a visão do outro mundo. Ao olharmos-nos no espelho podemos não reconhecer a própria imagem, como diante de um enigma: o espelho reflete a imagem que, sendo imagem, não é si mesmo, no entanto, é também si mesmo, pois é o reflexo, a imagem refletida do rosto que se coloca à sua frente. (HENRIQUES, 2005, p.13)

O atendimento no DJ – a experiência dos plantonistas

A partir de trechos destacados de diários de bordo elaborados pelos plantonistas, o Plantão no D.J. continuará ser revelado, só que a partir de relatos escritos de quem o constitui. O diário de bordo é um importante instrumento de pesquisa, no qual o plantonista transcreve descrições e reflexões como um viajante em terras distantes (SCHMIDT, 1999; AUN, 2005). Em suas páginas elementos familiares e estranhos revelando possibilidades de compreensão do trajeto percorrido. O diário de bordo revela-se parte fundamental da cartografia institucional que percorre todo o Projeto de Atenção Psicológica ao Departamento Jurídico “XI de Agosto”. Nesse sentido ele se refere à possibilidade do plantonista situar-se e ir situando o outro à medida que caminha (NUNES, 2006). Esse situar-se possibilita que a ação clínica torne-se mais efetiva.

As queixas jurídicas muitas vezes vêm acompanhadas de questões psicológicas aparentes. Pode-se perceber que ter alguém do Plantão a quem recorrer nesses casos traz apoio ao estagiário de direito. Ou seja, para o estagiário de direito, o plantonista, além de poder dar acolhimento a questões particulares que ele possa trazer, pode também ser um mediador entre ele e o cliente:

Gostei bastante do atendimento e de como ele seguiu apesar de não ter tido um enfoque claramente psicológico. Fiquei um pouco angustiada por imaginar que deveriam ter muitas questões emocionais a serem trabalhadas, mas depois pensei que se a senhora não trouxe muito essas questões talvez não devêssemos nos esforçar muito para resgatá-las mesmo, já que estamos num contexto de plantão. Na verdade achei que, como na semana passada, nossa presença foi bastante importante pra o estagiário e o advogado, talvez até mais do que para a cliente em si.

Não são raros os casos em que o estagiário pede a presença da Psicologia para acompanhar seu atendimento ou aceita prontamente quando esta lhe é oferecida: “Talvez

nosso papel lá – no DJ – seja acolher aquilo que surge”, legitimando um espaço para o cuidado na instituição. Isso porque estar em contato com o sofrimento das pessoas, suas condições sociais e emocionais, muitas vezes faz com que se sinta desamparado, sem saber como lidar, impotente.

O público atendido pelo DJ é particularmente interessante e pode-se dizer que acompanha certo perfil: são pessoas de baixa renda, selecionados a partir de uma triagem sócio-econômica, com alguma queixa jurídica, que muitas vezes encontra-se atrelada a uma demanda psicológica. A maioria dos casos atendidos pelos plantonistas da psicologia refere-se a pessoas extremamente solitárias, algumas vezes moradores de rua, ou pessoas com sintomas psicóticos, que de alguma forma apresentam um grande sofrimento:

O que me chamou muito a atenção foi a total falta de afeto em sua fala; contou-nos acontecimentos horríveis e traumáticos, de sofrimentos seus e de sua família sem alterar o tom emocional em momento algum, somente mais no final quando tentava nos convencer de que tudo o que ela falava era verdade, que a gente não podia acreditar em outras pessoas que falavam que ela é louca porque eles não sabem de nada, ela sabe de tudo o que acontece. (...) Ela saiu como entrou, muito convicta de suas histórias e de seus objetivos; repetia bastante a questão de ser controlada por satélites que vêem tudo, “até no escuro”, “até debaixo da coberta”. Não se mostrou muito satisfeita, já que não foi ajudada no que queria, saiu como que pensando em “outros planos” para conseguir o que quer. O que ficou mais evidente pra mim o tempo todo, foi a questão de uma estrutura psicótica, com delírios de perseguição e grandeza.

Seu Beethoven retornou esta semana dizendo que as coisas estavam cada vez piores, ele diz novamente que suas fotos estão aparecendo na internet e que possivelmente devem estar também aparecendo no rádio e na televisão, ele se mostra claramente irritado com a situação uma vez que na rua continuam a debochar de sua pessoa devido as suas aparições nos diversos meios de comunicação.

Para os estagiários da Psicologia, uma questão que se sobressalta é a da falta de um espaço próprio de atendimento, um dos aspectos que diferenciam o plantão psicológico no DJ de outros atendimentos psicoterapêuticos. À primeira vista, isso gera certo desconforto, certa sensação de desconforto ao plantonista, que não tem um espaço delimitado, privativo; o *setting*, no caso do plantão, é o próprio plantonista, ou seja o plantonista é sua própria referência. Assim, tudo o que acontece a partir do momento em que este entra no local, é abrangido pelo plantão: conversas no corredor, na cozinha, conversas que às vezes começam com um cumprimento e acabam deixando aflorar importantes questões e demandas, tanto por parte dos estagiários quanto por parte de clientes que estejam atendendo.

Ouvi o estagiário falando a um outro sobre o caso de dona Neide. Seu filho havia sido espancado há pouco tempo(...). Percebi ali uma possível demanda e por isso fui falar com o estagiário. Perguntei se ele havia falado para ela sobre o espaço do plantão. Ele disse que não, que não havia notado tal necessidade (...). No entanto, no momento em que perguntou a dona Neide se ela gostaria de conversar com os psicólogos da instituição, ela começou a chorar (...).

Chegamos ao DJ, depois de ficarmos um pouco perdidos na Praça da Sé, por volta das 14h30minh. Fiquei impressionada e um pouco decepcionada com a primeira impressão que tive. Esperava uma instituição um pouco mais formal, organizada, mais privada, onde os espaços de atendimento jurídico fossem mais particulares (privados mesmo).

O Lucas nos levou á cozinha e guardamos as nossas mochilas. Fomos conhecer o pessoal da diretoria e depois a D. Lúcia, que anotou nossos nomes e telefones. Esse primeiro contato foi muito agradável (e os outros também) porque todos disseram ter sentido a "nossa" falta e estavam felizes com a "nossa" volta. Conhecemos também a D. Miriam (assistente social) e o Vitão. Ficamos, os três (eu, o Lucas e a Marjorie) meio que 'perdidos' nos corredores, meio sem saber onde ficar, como nos apresentar...

Nessas conversas pode-se perceber o quanto espaços privados vão surgindo no público: parece haver uma reorganização dos lugares fixos dentro da própria instituição, o que dá ao atendimento uma configuração de privado, como se houvesse um lugar “*privado no público*” (NUNES, 2006, p. 134).

É nessa reconfiguração de lugares já instituídos que atua o plantonista, e é nela que ele adentra a partir de um olhar de desinstitucionalização dos lugares fixos. Nessa dinâmica de não ter um *setting* rígido, mas de ser seu próprio *setting*, dentro de uma instituição permeada de rigidez é que o plantonista pode sentir certos atravessamentos e afetações por determinadas comunicações da ação clínica, que serão, muitas vezes, resgatadas e trabalhadas em supervisão.

É interessante observar que o lugar do plantão psicológico no DJ é um lugar que precisa ser reconstituído o tempo todo devido à rotatividade tanto dos próprios estagiários de direito, da Diretoria do D.J., quanto da própria equipe de plantonistas. E embora haja essa rotatividade, os papéis exercidos por cada um ali dentro encontram-se fortemente instituídos. Assim, é importante que a Psicologia esteja atenta à constante manutenção do “Serviço de Plantão Psicológico”, que possa ser prestado a qualquer um que dele precise, e que seja constante na Instituição, apesar da rotatividade existente na “equipe jurídica” e na “equipe da psicologia”.

O Serviço de Plantão Psicológico pode ser oferecido novamente para seu usuário sob duas formas: a primeira é um retorno ao plantão sempre que ele desejar ou necessitar; a segunda é um retorno de plantão, ou seja, o plantonista solicita ao usuário que retorne ao plantão na semana seguinte, para que outras questões pertinentes sejam trabalhadas ou que

se dê continuidade a questões que, por diversos motivos, não conseguiram um fechamento terapêutico ao cliente. Na maioria das vezes o cliente não retorna, devido à dificuldade de acesso ao D.J., principalmente por condições financeiras (gastos com transporte) ou por questões pessoais que são desconhecidas para o grupo.

Essa sensação de descontinuidade do plantão faz-se presente em diversos atendimentos, principalmente no início dos plantões, talvez por o “saber-fazer” do plantonista ser adquirido a partir de sua própria experiência em campo, e das afetações que dela decorrem. Com o tempo, vai-se percebendo que o plantão é único, singular, particularmente distinto de outros plantões que possam vir ser oferecidos a uma mesma pessoa. Assim, o plantonista vai descobrindo que as questões trazidas pelo cliente devem ser trabalhadas objetivamente naquele momento, que pode se multiplicar, mas que sempre será único e diferente de outros. Desse modo, ele vai percebendo que a sabedoria dele consiste mais do que na ansiedade em oferecer respostas a seus clientes, mas na possibilidade de fazer-lhes questões que os façam refletir e que os ajude a encontrar o caminho a ser seguido (pelo menos até a próxima árvore, segundo a metáfora da ‘árvore grande’).

Entretanto esse processo não é simples e, muitas vezes, acaba por incitar no plantonista um sentimento de frustração e de impotência frente ao que é trazido pelas pessoas que são atendidas. Outro fator que contribui para isso é a condição social de que vem procurar os serviços do D.J., no geral são pessoas de baixa renda (dentre elas moradores de rua) que se mostram geralmente sozinhas, rejeitadas e muitas vezes isoladas do convívio social. Estas questões são trazidas e trabalhadas nas supervisões, contribuindo para a formação do plantonista:

Dona J. chegou a nós por meio da estagiária da triagem que ofereceu o serviço de plantão psicológico. Ela disse que precisava conversar e nos trouxe uma série de assuntos delicados como depressão, estupro, agressões, tentativas de suicídio, insônia entre outras coisas, sendo que tudo era dito num tom de voz brando e com um olhar que parecia não se fixar em nada, foi muito difícil...

Disse morar num terreno baldio e viver da pensão que recebe por conta de uma aposentadoria por uma cegueira em um dos olhos (...), prefere assim mesmo, já se acostumou, se vira bem sozinha. Essa fala me chocou bastante, me passou a imagem de uma pessoa ‘calejada’, acostumada com o sofrimento... Por outro lado, também pensei bastante que as referências que ela tem do que é estar bem, do que é conforto, por exemplo, são outras diferentes das nossas, por isso acho que fiquei mal; de acordo com minhas referências é inconcebível essa situação de vida para uma pessoa.

O trabalho dos plantonistas, assim, consiste em estar junto com cada uma dessas pessoas, algumas vezes apenas ouvindo o cliente, deixando-o desabafar, refletir, contar,

chorar e outras, ajudando-o a clarear suas queixas, seus sofrimentos, suas angústias, pontuando certos aspectos de seu discurso, fazendo-lhe indagações a respeito da queixa apresentada, de modo que ele possa naquele momento olhar para si, refletir, pensar seu caminho.

Um pouco do percurso Trilhado-Construído

Como resultados alcançados perante a instituição, destacam-se o aumento da procura dos estagiários pelo Plantão Psicológico e a ampliação do número de dias em que o estágio ocorre, a pedido da própria diretoria. Surgiu também a possibilidade de um trabalho mais específico com os responsáveis pela triagem da população, porta de entrada do serviço, assim como a abertura de um espaço de trabalho em conjunto com os estagiários frente à população de divergentes que busca a instituição.

Também é possível acrescentar que o Plantão Psicológico no Departamento Jurídico oferece um espaço de formação teórico-prática já a alunos a partir do segundo ano de graduação, o que tem se mostrado um desafio enriquecedor. Mesmo com o serviço bem estabelecido na instituição, a cada ano a direção e grande parte dos estagiários do departamento mudam e o trabalho de investigação e esclarecimento é retomado. Isso possibilita que os plantonistas, e o próprio supervisor, possam descobrir novas demandas por atenção psicológica e amadurecer o nosso lugar na instituição e o sentido do trabalho e da proposta. Desse modo, se revela a pertinência de um serviço que oferece, para os alunos de graduação, a possibilidade de troca com outra disciplina que também se volta à população que é o Direito.

Apesar de esse trecho ter sido percorrido, muitas questões ainda se colocam como possibilidade investigativa. A relação Psicologia-Direito pode produzir discussões interessantes com relação a diversos elementos, entre eles, as diferenças e aproximações da escuta de cada Disciplina, o modo da formação na área de Humanidades a que cada uma delas se propõe e as diferentes concepções de verdade e justiça, que por vezes são temas de conversas no espaço de Plantão. Por esse caminho mostra-se um terreno interessante também os discursos que os usuários de Plantão fazem sobre esses dois temas acima citados e como eles, muitas vezes, configuram o lugar de Direito em Justiça Social ou mesmo Justiça Divina. O atravessamento da loucura com a miséria social também é um aspecto que provoca o grupo a buscar reflexões, assim como as possibilidades e limites de atendimento nessa perspectiva. Mas esse trajeto ficará para uma próxima vez...

Referências Bibliográficas

AUN, H. A. *Trágico Averso do Mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2005. 136 f.

HENRIQUES, W. M. *Supervisão: lugar mestiço para aprendizagem clínica*. Tese (Doutorado). São Paulo: IPUSP, 2005 216p.

MORATO, H. T. P. *Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 442p.

NUNES, A. P. *Entre aprendizagem significativa e metodologia interventiva: a práxis clínica de um laboratório universitário como Aconselhamento Psicológico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2006. 216 f.

OLIVEIRA, M. M. *Clínica, experiência e sentido: narrativas de plantonistas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2006. 124 f.

SCHMIDT, M. L. S. *Aconselhamento Psicológico e Instituição: Algumas considerações sobre o Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP*. In: MORATO, H. T. P. (org.). *Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 442p

_____. *. *Plantão psicológico e política de saúde mental: a crise da universidade pública e a conjuntura neoliberal*. São Paulo, 2000. Apostila.

PLANTÃO PSICOLÓGICO – PP DELEGACIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CIDADE DE SANTOS

Helio Alves

RESUMO

O referido projeto foi idealizado pelo supervisor Prof. Dr. Helio Alves e teve início em 1999. O trabalho é realizado pelos alunos do 7º e 8º semestres do curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos-UNISANTOS. A Delegacia está situada no bairro da Vila Nova. Crianças e jovens são encaminhados à Delegacia pelo fato de terem cometido ato infracional, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Portanto, ao chegar à Delegacia, o jovem ou a criança estão em “crise” pelo fato de terem praticado ato infracional e serem encaminhados ao Distrito. O objetivo deste trabalho é oferecer suporte psicológico a criança, ao jovem e a família em situação de crise. Propiciar aos alunos do curso de Psicologia da UNISANTOS estágio no campo da psicologia comunitária e desenvolver uma visão social-comunitária-crítica e postura ética.

(...) não desprezemos a palavra. Afinal de contas ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outro, nosso método de influenciar outras pessoas. As palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas. Sem dúvida “no começo foi ação” e a palavra veio depois; em certas circunstâncias ela significou um progresso da civilização quando os atos foram amaciados em palavras. (FREUD, 1926, p. 123)

O trabalho Plantão Psicológico – PP surgiu em decorrência de experiências anteriores de atendimento psicológico para a comunidade.

Desenvolvi durante 18 anos atividades nessa área com crianças e adolescentes em regime de semi - internato e internato. O atendimento era extensivo aos seus familiares nas Unidades Educacionais da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM S. P. na Baixada Santista.

Nos últimos 5 anos, o trabalho ocorreu no Fórum da cidade de Santos, no projeto de Liberdade Assistida – L.A. com adolescentes que recebiam acompanhamento técnico em meio aberto após terem se envolvido em ato infracional, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O projeto Plantão Psicológico – PP foi implantado na Delegacia da Infância e Juventude – DIJU, da cidade de Santos em 1999.

Como professor da disciplina Psicologia Preventiva e supervisor de estágio na área de Psicologia Institucional e Comunitária identifiquei a necessidade de desenvolvermos na DIJU (Delegacia da Infância e da Juventude), um projeto junto à população usuária dessa instituição, uma vez que não existia nenhuma atividade na área.

Inicialmente utilizamos a psicoterapia breve, como forma de atender os jovens e seus familiares.

A psicoterapia breve com base psicanalítica implica em acolher o paciente, ouvir a sua queixa, diagnosticar, planejar o processo, intervir e trabalhar o luto (final de processo). Conforme Knobel, (1986), a Psicoterapia breve é caracterizada pelo diagnóstico definido e um planejamento do processo.

Mas na prática encontramos dificuldade.

Após a confecção do Boletim de Ocorrência - B.O.pelo escrivão. O jovem e/ou pais eram informado sobre o serviço de psicologia que havia na delegacia. O serviço podia ser utilizado pelo jovem e/ou pais ou não. O atendimento transcorria com a duração de 50 minutos e ao final era proposto o retorno de no máximo mais 3 vezes (dependendo do caso), sendo uma sessão por semana. Totalizando 4 sessões. Essa foi a proposta inicial de trabalho.

Na maioria dos casos os pacientes encaminhados para o serviço, ocupavam o tempo todo do atendimento, falando dos seus sofrimentos e angústia.

Ao final do atendimento os estagiários marcavam o retorno e os jovens não retornavam mais. Acredito que dois fatores contribuíram para a evasão:

1. o local, sendo a delegacia, penso que eles tinham a fantasia de que poderiam ser “mandados para a FEBEM”, no retorno. Depois do flagrante e do Boletim de Ocorrência e como “estavam livres”, para que retornar ?;
2. depois de 50 ou 80 minutos de catarse, as suas angústias estavam aplacadas. Para que retornar?

Diante dessa realidade ficou evidente que a proposta de trabalho precisava ser revista.

O usuário necessitava ser ouvido, acolhido e depois (dependendo do caso) encaminhado para os recursos da comunidade. O papel do terapeuta era muito mais de ouvir e acolher, do que interpretar o conteúdo apresentado.

Isto não significa que Plantão Psicológico seja mais fácil que utilizar a Psicoterapia breve. Mas, que para aquela realidade o Plantão era muito mais eficaz, considerando o contexto social e as necessidades dos usuários.

Como o local de atuação era a delegacia, foi comum o paciente utilizar de transferência negativa (fantasias persecutórias) de que o estagiário tinha uma função investigatória. O jovem e a família não esperavam encontrar, na delegacia apoio psicológico

oferecido pelos estudantes de psicologia. Ao identificar esse material durante a entrevista, foi recomendado que o estagiário devesse esclarecer a finalidade suportiva do atendimento psicológico, ou seja, uma atividade que busca oferecer ajuda e não uma ameaça a sua estrutura psíquica, física e moral.

Nesse caso o processo terapêutico não teria sucesso, pois o jovem apresentaria muita resistência em se colocar. Acredito que pelo fato de os estagiários serem jovens, isto contribui favoravelmente na relação empática com os usuários.

Partindo do princípio que, quem busca ou é levado à delegacia está emocionalmente alterado, e em crise.

Teoria da crise

Alves (2001) pesquisou sobre as várias formas de se compreender a “crise”, entre autores como Erikson, Caplan, Fiorini, e outros. Simon (1989) apresentou uma visão de crise que refletia bem aquela realidade dos usuários da delegacia:

“as crises são desencadeadas por fatores-circunstâncias (internas ou externas ao sujeito) que sacodem dramaticamente a estabilidade adaptativa, (...) levando a mudanças bruscas e permanentes nos padrões adaptação do sujeito”. (p.69)

A *situação de crise*, para Simon, acontece quando há um “aumento” ou uma “redução significativa” do espaço, no universo pessoal. Ele acrescenta, ainda, que “*significativa*” é uma incógnita, que depende dos valores do indivíduo. “Universo pessoal” é o conjunto formado pela pessoa (psicossomático) mais totalidade de objetos (outras pessoas, bens materiais ou espirituais e situações culturais).

As crises podem ser geradas por:

1. aquisição (ou expectativa);
2. e por perda (ou expectativa).

Os sentimentos predominantes são:

Por aquisição: insegurança, inferioridade, inadequação.

Por perda: depressão e culpa.

Comportamentos esperados, quando a crise é por aquisição (ou expectativa): fuga (direta ou indireta), admitir mais do que pode.

Quando a crise é por perda (ou expectativa): auto-agressão, projeção de culpa.

Para Simon, os objetivos da prevenção na crise são:

Por aquisição (ou expectativa): aceitar (ou renunciar) o ganho realisticamente (conforme capacidade ou condições externas), lidar com os sentimentos predominantes, evitar riscos.

Por perda (ou expectativa): aceitar a perda, reinteressar-se pelo universo pessoal, lidar com os sentimentos predominantes, evitar riscos.

Essa proposta de Simon, pode ser aplicada às situações encontradas nas crianças e jovens quando chegam à delegacia, após ter cometido um ato infracional, ou denunciados como tal. De uma forma geral, eles chegam em crise.

O objetivo do projeto é do oferecer suporte psicológico à criança, ao jovem, segundo o ECA, e a família em situação de crise. Propiciar aos alunos do 7º e 8º semestres do curso de Psicologia da UNISANTOS estágio prático realizado no campo da Psicologia Comunitária e desenvolver uma visão social-comunitária - crítica e postura ética.

Desenvolvimento do projeto

A Delegacia está situada no bairro da Vila Nova, na cidade de Santos-S.P. Crianças e adolescentes são encaminhados à Delegacia pelo fato de terem cometido ato infracional, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Portanto, ao chegar à Delegacia, é feito o Boletim de Ocorrência – BO, e a família é comunicada de imediato. Depois o jovem ou a criança é convidado a dirigir-se à sala do estagiário de Psicologia para o atendimento. Dependendo do usuário o atendimento é feito no banco, localizado no corredor, local mais informal. O paciente escolhe.

O procedimento inicial é o de acolhimento à pessoa que está em sofrimento e depois há a orientação. Oferecemos, também, suporte psicológico à vítima que ali chega para registrar B.O. contra a criança ou adolescente.

Quando identificamos a necessidade de encaminhamento, este é feito para os recursos da comunidade. Utilizamos a Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada – EDAO, com a ênfase para o Setor que está causando o desequilíbrio emocional como hipótese diagnóstica. A família também é orientada. O atendimento, de uma forma geral, é individual. A duração do atendimento é de 50 a 75 minutos.

A supervisão da atividade acontece em grupo semanalmente na Universidade.

O estagiário utiliza a entrevista psicológica, conforme preconiza Bleger (1971):

A entrevista psicológica é uma relação, com características particulares, que se estabelece entre duas pessoas ou mais. O específico ou particular dessa relação reside em que um dos integrantes é um técnico da psicologia que deve atuar nesse papel, e o outro ou outros - necessitam de sua intervenção técnica. (p.12/13)

É fundamental fazer o acolhimento da pessoa que está em sofrimento, independente de julgamento através de valores morais, religiosos, culturais etc. Não podemos nos esquecer que vivemos num país injusto. Nem sempre quem chega à delegacia é o infrator. Mas muitas vezes o jovem relatava que “entrou de laranja”. Não sabia por que estava lá na delegacia. Mas depois acabava falando a verdade e assumia, diante do estagiário, a sua participação no episódio.

Dizem que paciente é aquele que tem paciência (nem sempre). Mas é aquele que espera a intervenção do outro, com conhecimento teórico e técnico, para solucionar ou minimizar o seu desequilíbrio emocional. Em o “Princípio da constância” Freud (1974), aborda o assunto em seus artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos.

A base do projeto desenvolvido é o método clínico, segundo Bleger (1984)

No método clínico procede-se a um estudo detalhado e profundo do processo, baseado na observação direta e com um enfoque global e unitário. O método clínico tem sempre objetivos práticos e se caracteriza, além, disso, por contato direto e pessoal do investigador com a pessoa estudada, contato que pode se estender aos outros membros principais de seu meio (p.168).

É importante diferenciar intervenção em crise, de atendimento emergencial, neste último, existe um desequilíbrio emocional no paciente, colocando-o em risco, bem como as pessoas do seu meio. O atendimento emergencial objetiva à proteção e à recuperação do contato com a realidade, (BELLAK & SMALL, 1980).

Para o aluno de psicologia isto significa uma experiência ímpar. Ele vivencia um processo de aprendizagem riquíssimo e uma visão social e política mais crítica.

Para o paciente significa trabalhar com a sua ansiedade e com a possibilidade de apoio para utilizar os seus recursos pessoais para busca de soluções.

Pesquisa no Plantão Psicológico

O projeto Plantão Psicológico - PP foi objeto de pesquisa desenvolvida no ano de 2004, quando a então a aluna do quarto ano de psicologia, Ana Carolina Princesa Marioti

resolveu pesquisar o papel do pai junto aos jovens infratores, sob a minha orientação (MARIOTI, 2005).

Durante o estágio realizado na delegacia ela observou que a grande maioria dos jovens que cometeram ato infracional e foram levados para a DIJU e aceitaram o atendimento oferecido, não viviam com o pai ou padrasto (ausência da figura masculina).

Ana Carolina cumpriu estágio na DIJU, juntamente com mais cinco alunos. Os atendimentos aconteciam nos períodos da manhã e da tarde, sendo duas vezes na semana, com uma carga horária de 4 horas em cada plantão e 8 horas na semana.

Durante o referido ano, 80 jovens foram atendidos. Destes 90 % foram do sexo masculino e 10 % feminino. As faixas etárias mais presentes foram de 15 anos (21 %), 16 anos (23 %) e 17 anos (24 %). Os jovens naturais de: Santos 53 (61 %), São Vicente, 09 (18 %), Cubatão 04 (5 %), Praia Grande 02 (3 %) outras cidades 14 (13 %). A situação escolar: jovens estudando 43 (54 %) e jovens não estudando 37 (46 %). Infrações cometidas: Roubo 34 (47 %), Porte de droga (maconha) 22 (31 %), furto 13 (18 %), 2 casos de porte de arma de fogo (3 %) e briga 1 caso (1 %). O número e passagens pela delegacia: 40 casos (50 %) 2 vezes, 31 casos (39 %) 1º vez e 09 casos 3º vez (11 %). Situação familiar: jovens que moram com os pais: 24 (30 %), pais separados, moram somente com a mãe 41 (51 %), pai falecido, moram com a mãe ou outros familiares 15 (19 %). 56 jovens vivem sem a figura paterna (70 %). Esse trabalho contribuiu para traçar o perfil do usuário da DIJU – Santos. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi defendido no ano de 2005.

No ano de 2006, dando prosseguimento ao trabalho, a aluna Maria Fernanda contribuiu com o projeto atendendo jovens e familiares na delegacia e fazendo os encaminhamentos para os recursos da comunidade. Apresentamos o pôster sobre o trabalho na 1ª Jornada sobre Plantão Psicológico na USP. Agradeço a todos os alunos que colaboraram na estruturação desse projeto durante esses 5 anos de trabalho ininterruptos. Sem eles, essa atividade não existiria.

Referências Bibliográficas

ALVES, H. *Psicoterapia Breve Operacionalizada - PBO com adolescentes da rede pública escolar da cidade de Santos-SP: uma contribuição à psicologia clínica preventiva*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 168f.

BELLAK, L. & SMALL, L. *Psicoterapia de Emergência e Psicoterapia breve*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

BLEGER, J. *Temas de psicología – Entrevista y grupos*. Bueno Aires, Nueva Visión, 1971.

_____. *Psicologia da conduta*. 2.ed. Porto Alegre:Artes Médicas, 1984.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico. *In: Artigos sobre Metapsicologia*. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974,

KNOBEL, M. *Psicoterapia breve*. São Paulo: E.P.U.,1986.

MARIOTI, A. C. P. *A ausência da figura paterna influência a vida do adolescente a ponto deste cometer um ato infracional?* Monografia. Santos: Universidade Católica de Santos, 2005, 70p.

SIMON, R. *Psicologia clínica preventiva*. Novos fundamentos. São Paulo: EPU, 1989.

PLANTÃO PSICOLÓGICO – CAMINHOS POSSÍVEIS

Christine Luise Degen
Fernando Luiz Cipriano

RESUMO

O artigo apresenta o serviço de Plantão Psicológico realizado na casa de apoio da Granja Viana, que se diferencia dos modelos conhecidos, devido à participação em Plantão, de um médico psiquiatra, assim como o serviço se revela de Saúde pública, custeado por empresas parceiras, que executam as diretrizes da Responsabilidade Social.

A Casa de Apoio Pastoral da Saúde Granja Viana é uma entidade assistencial dedicada à prevenção e reabilitação em saúde de pessoas carentes, residentes no município de Cotia, SP. A Instituição, fundada em 1987, visa atender carentes da região no trabalho de recuperação da saúde física, mental e espiritual, objetivando a reintegração à família e sociedade.

Esta opera utilizando os princípios humanitários básicos, sem distinção de raça, credo, idade ou sexo, proporcionando aos usuários um atendimento digno de sua cidadania. A Casa de Apoio oferece vários serviços, dentre eles o de Psicologia, que tem grande procura por parte da população em situação de crise, requerendo intervenções imediatas.

A comunidade busca a Instituição quando se encontra em uma situação de emergência e espera ser atendida/acolhida neste momento tão difícil, porém os profissionais até então não conseguiam dar conta da grande demanda. Com esta procura, as pessoas se cadastravam esperando serem chamadas pelas psicólogas voluntárias da Casa, no entanto, muitas vezes, a espera se estendia por meses a fio, e quando eram chamadas não eram encontradas e/ou desistiam do atendimento.

Partindo-se da constatação de que a missão da Instituição é acolher e conseguir atender quem procura sua ajuda de forma mais abrangente, fomos em busca de um método de intervenção que vinha de encontro às necessidades da comunidade: o Plantão Psicológico.

O Plantão Psicológico foi pensado através de uma parceria da Casa de Apoio com o Instituto Pró-Psiquê; o Instituto surgiu em 2006, como consequência natural de uma atividade psicológica desenvolvida, há alguns anos, por um grupo de psicólogos: o desafio

em relação a essa atividade constitui-se em expandir as fronteiras da área clínica incluindo os aspectos sociais.

O Plantão Psicológico, portanto, veio de encontro às necessidades levantadas até aqui, pois sua finalidade é, através de poucos encontros terapêuticos, promover o bem estar psíquico e social de todos os que sofrem e buscam auxílio através da palavra especializada. O plantonista se mantém a disposição da comunidade em períodos de tempo previamente determinados e ininterruptos; o que significa, do ponto de vista do cliente, uma referência de auxílio para o momento de necessidade, sem ter de esperar um longo período para isso. E, pensando na Instituição, se consegue atender a grande demanda de pessoas que procuram ajuda, no exato momento desta procura.

O Serviço de Plantão, na Casa de Apoio, em parceria com o Instituto Pró-Psiquê, apresenta o seguinte formato:

Plantão – atendimento ao cliente de primeira consulta, das 8:00 h. às 12:00 h;

Retorno – atendimento ao cliente, previamente agendado, de acordo com a disponibilidade do profissional.

Profissionais – ficam à disposição da comunidade, 06 psicólogos especializados, sendo estes assessorados por um Professor Doutor, além de um Médico Psiquiatra.

O processo terapêutico tem duração variada, depende do cliente e poderá ocorrer em até cinco retornos. Se houver necessidade, ele será orientado e encaminhado, no sentido de continuar seu processo de auto-compreensão, buscando na comunidade, os recursos necessários (psicoterapia individual/grupo; terapia ocupacional; apoio em Instituições como o Narcóticos Anônimos, os Alcoólicos Anônimos, o SOS Mulher, etc.).

A experiência com o Plantão Psicológico iniciou-se no dia 26 de maio, do ano de 2006, tendo sido atendidas, nesse dia, 21 pessoas, dentre elas, 8 familiares e 13 pacientes. (vide quadro abaixo). No total, foram realizados 11 Plantões, tendo sido atendidas 346 pessoas, dentre elas, 226 pacientes e 120 familiares. Segue abaixo um quadro demonstrativo dos Plantões realizados, o número de pacientes atendidos, de familiares e o total de pessoas atendidas no dia, pelo setor de Psicologia.

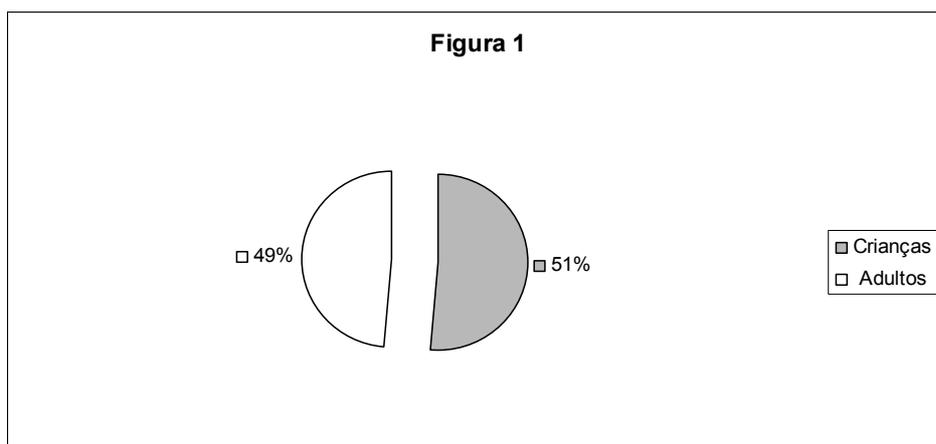
	Datas	Pacientes	Familiares	Total
P	26.mai.	13	8	21
S	09.jun.	27	15	42
I	23.jun.	7	4	11
C	04.ago.	25	17	42
O	18.ago.	13	7	20
L	01.set.	33	17	50
O	15.set.	16	11	27
G	06.out.	21	11	32
I	20.out.	19	13	32
A	10.nov.	28	6	34
	24.nov.	24	11	35
	Total	226	120	346

Além dos atendimentos feitos pelos Psicólogos de Plantão, são realizados atendimentos por um Psiquiatra, no mesmo esquema de Plantão, ou seja, este profissional fica à disposição do paciente que dele necessitar; se houver necessidade, alguns retornos são marcados, e, se o tratamento requerer um prazo longo, o paciente é encaminhado a um ambulatório da região. Segue abaixo um demonstrativo mostrando o número de pacientes e familiares atendidos pela Psiquiatria (Quadro 2).

	Pacientes	Familiares	Total
P	3	0	3
S	2	0	2
I	0	0	0
Q	0	0	0
U	5	0	5
I	6	2	8
A	4	0	5
T	0	0	0
R	0	0	0
I	9	6	15
A	7	1	8
Total	36	9	46

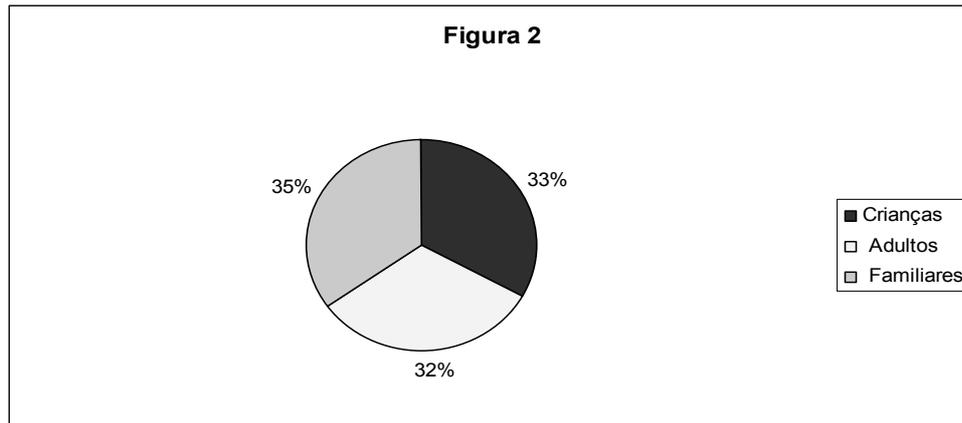
Foi realizado um levantamento do público atendido durante esses 11 Plantões. O número de crianças atendidas supera o número de adultos em 2% (figura1), sendo, essas, em sua maioria, encaminhadas pelas escolas da região. Os adultos, por sua vez, em sua maioria, chegam ao Plantão, encaminhados pelos postos de saúde e/ou médicos da região.

Figura 1



Os familiares que acompanham os pacientes passam também por um processo de orientação e aqui se configuram em 35% da população total atendida, sendo esses familiares tanto acompanhantes de crianças quanto de adultos.

Figura 2

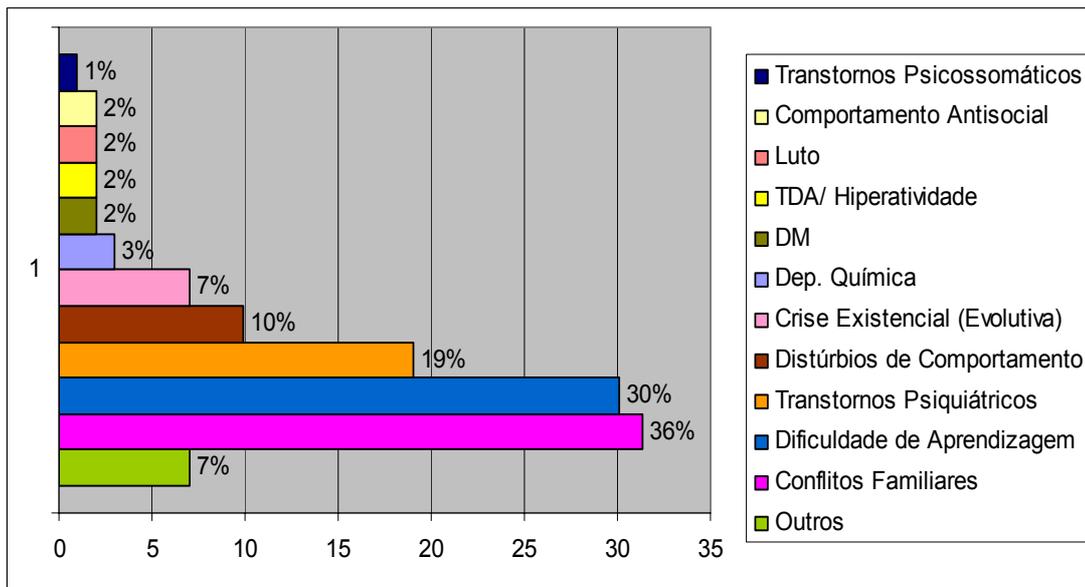


Dos pacientes atendidos, a maior queixa é em relação aos Conflitos Familiares, entendendo aqui os conflitos nas relações que geram angústia e ansiedade e ainda uma paralisação na vida das pessoas envolvidas.

Depois, a segunda maior queixa é em relação às Dificuldades de Aprendizagem, tendo esses pacientes sido encaminhados, em sua maioria, pelas escolas da região e nem sempre a queixa inicial se sustentou após os atendimentos e intervenções; até porque estavam permeados por conflitos emocionais e/ou familiares. Nos casos em que esta queixa se sustentou, foi realizada uma intervenção junto a psicopedagogas.

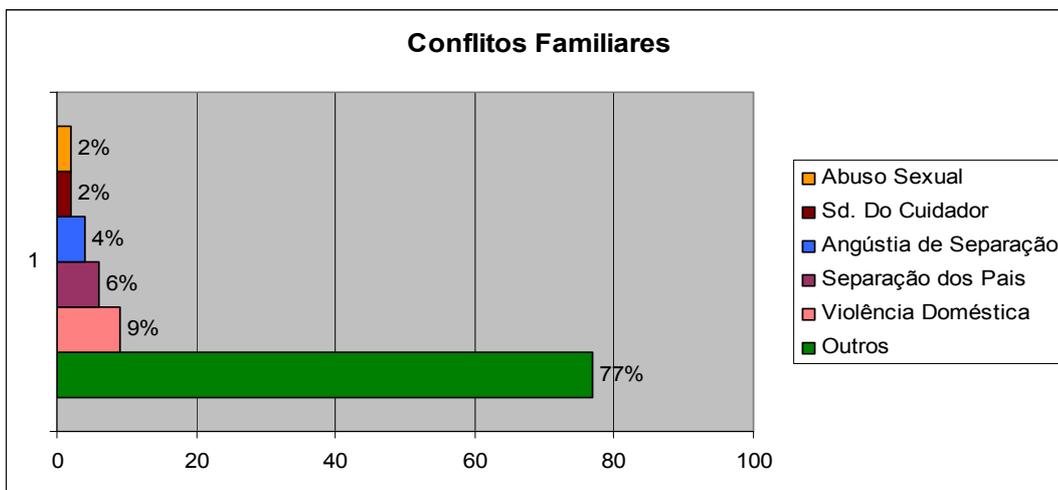
Apareceram queixas e quadros como de Transtornos Psiquiátricos com 19%, Distúrbio de Comportamento com 10%, Crise Existencial (Evolutiva) com 7%, Dependência Química com 3%, DM, TDA/ Hiperatividade, Luto e Comportamento Anti-social com 2% cada, e por fim, Transtornos Psicossomáticos com 1% de incidência.

Tabela 2



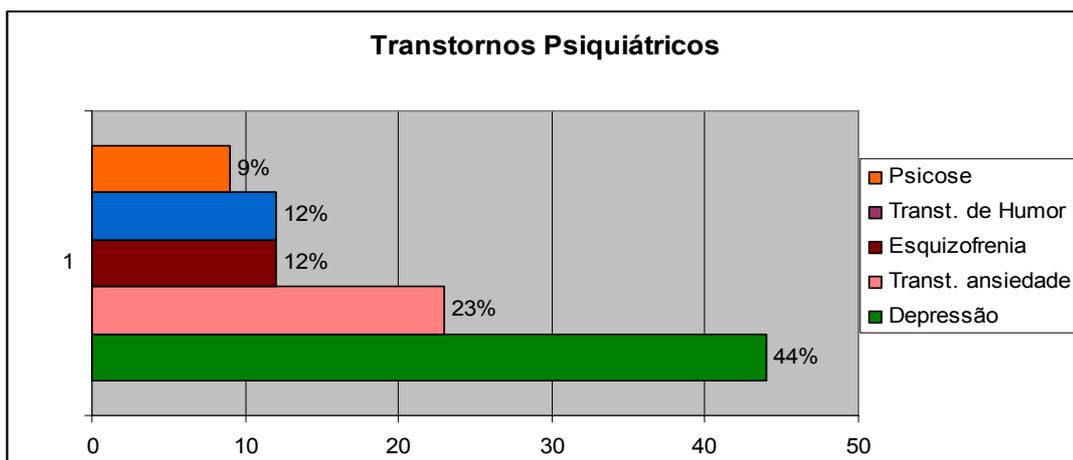
Dentre os Conflitos Familiares, foram encontradas diversas queixas, como a de Violência Doméstica com 9%, de Conflitos pela separação dos pais com 6%, de angústia de separação com 4%, de Síndrome do Cuidador e Abuso sexual com 2% cada.

Tabela 3



Dentre os Transtornos Psiquiátricos, apareceram os diagnósticos de Depressão com 44%, Transtornos de Ansiedade com 23%, Esquizofrenia e Transtornos de Humor com 12% cada e, por fim, Psicose com 9% de incidência.

Tabela 4



Durante as intervenções foram realizados encaminhamentos aos médicos da região, como Psiquiatras, Pediatras, Neurologistas e Clínicos Gerais, e também a outros profissionais da área da saúde. Além de encaminhamentos a grupos como o AMA, o AA e o ALANON. Os encaminhamentos foram realizados durante o processo de Plantão Psicológico e não apenas em seu término.

Com esta experiência, constatou-se a importância do Plantão Psicológico para a comunidade da região em que a Casa de Apoio Pastoral da Saúde Granja Viana está inserida. Por se configurar, principalmente, num método de intervenção que conseguiu dar conta da grande demanda existente como consequência do pouco que é oferecido pela Saúde Pública, e por atender pessoas que não podem arcar com os custos de um tratamento especializado e de longo prazo.

Obs.: Este levantamento de dados levou em consideração a queixa inicial do paciente.

PROJETO PRIMEIRA ATENÇÃO: RE-INVENTANDO O PLANTÃO PSICOLÓGICO NA FEBEM/SP

Heloisa Antonelli Aun
Walter Cautella Junior
Elisa Vieira
Talita Arruda Tavares
Ronaldo Lopes Coelho
Aline Garcia Aveiro
Marcela Rezende Gea
Carolina Cardoso Tiussi
Dailza Pineda
Henriette Tognetti Penha Morato

RESUMO

Há 6 anos, o LEFE/IPUSP desenvolve Plantão Psicológico a unidades de internação da FEBEM/SP, como estágio extracurricular a alunos. Tendo como lócus da sua práxis o pátio da instituição, o plantão propiciava o livre acesso dos jovens aos plantonistas. Em 2005, devido às rebeliões, surgiu nova proposta de atendimento fora das instalações institucionais. A unidade a ser atendida abrigava autores de ato infracional médio, meninos com estórias de situação de rua e/ou abandono familiar: protagonistas de conflito e desamparo existencial. Encaminhados pelo setor técnico e/ou judicial, o LEFE recebe esses adolescentes no Projeto Primeira Atenção, oferecendo-lhes um espaço para o exercício de cidadania, na inclusão de si mesmo no processo de seu encaminhamento, ação facilitadora para reinserção social. Configura-se possibilidade desses jovens vivenciarem escuta clínica, exercitando o dizer de si. O projeto configura-se por atendimentos semanais na universidade. Com supervisores de plantão, visa cuidado e atenção na formação de futuros psicólogos como multiplicadores sociais no desenvolvimento de nova prática e estudo: promoção de responsabilidade no processo de mudança social em políticas públicas. Reforçando o compromisso da USP com projetos de extensão, visa o conhecimento científico como benefício ao alcance da comunidade. Além de fomentar a condição de apropriação de si mesmo aos adolescentes, o projeto proporcionou momentos de reflexão e discussão aos protagonistas. Segundo os coordenadores, oferecer ação psicológica dentro de uma realidade cambiante, distante da prática clássica da Psicologia, pode descobrir um modo de fazer e ser clínico próprio, articulando teoria e prática na aprendizagem acadêmica. Aos alunos, as supervisões foram espaços de formação, cuidado e respeito; experienciaram a Psicologia como intervenção ultrapassando os muros da universidade e inserida na realidade social, favorecendo entendimento além de teorias. Esse universo, antes conhecido pela mídia, ofereceu um novo olhar a pré-concepções, tornando a experiência não apenas acadêmica, mas de vida.

Desde 1999, o Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - LEFE/IPUSP desenvolve Atenção Psicológica aos protagonistas de unidades de internação da Fundação

do Bem Estar do Menor de São Paulo - FEBEM/SP⁶², como práticas psicológicas de extensão universitária e formação extracurricular a alunos de graduação de Psicologia.

Tendo como lócus da sua práxis a própria instituição, a prática psicológica diz de demandas variadas, propiciando o livre acesso de funcionários e adolescentes internos a equipe do laboratório. As diversas ações realizadas pelo LEFE na Febem durante esse período perpassavam por uma atenção psicológica.

O termo *atenção* começou a ser utilizado pelo laboratório por sua amplitude de sentido/significado: concentração, zelo, dedicação, disposição, mostrar, alertar, olhar, ouvir, sentir e, sobre tudo, cuidado. De origem no latim, *atenção* remete à *aplicação do espírito*, compondo-se de *a* (para, em direção a) e *tendere*, com sentido semelhante à palavra clínicar: inclinar-se. (AUN, 2005)

Nesse sentido, Atenção Psicológica configurava-se na postura de inclinar-se ao outro - na atitude clínica. Dentre as ações desenvolvidas na instituição, o Plantão Psicológico era atenção clínica oferecida diretamente aos protagonistas do pátio das unidades de internação da FEBEM. Segundo AUN (2005), o pátio mostrou-se como local acessível e próximo de adolescentes e funcionários, facilitando a aproximação mútua de plantonistas e atores institucionais, onde se desvelavam a prática e as relações institucionais.

Na rivalidade do pátio, o plantão era compreendido, por todos, como o cuidado ao sofrimento humano. Mostrava-se como *interlocutor silencioso* que, por um lado, guarda sigilosamente a estória de cada um, enquanto, por outro, sua presença escancarava a dor de *todos*, asilada em máscaras cuidadosamente criadas para sobreviver. (AUN, 2005. Grifo do autor).

Entretanto, em 2005, devido às violentas rebeliões ocorridas, surgiu nova proposta de atendimento fora das instalações institucionais, na qual os jovens seriam trazidos ao Centro de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – CAP/IPUSP. Tais novos moldes solicitaram também nova forma de compreensão do Plantão Psicológico aos adolescentes. Construimos então uma nova proposta, embora amparada pelos mesmos princípios do plantão: o Projeto Primeira Atenção.

Esse projeto constitui-se como que uma porta de entrada à Atenção Psicológica oferecida pelo LEFE. Havendo a necessidade, outras modalidades interventivas podem ser oferecidas aos meninos, como o Projeto Atendimento Individual, também proposto pelo laboratório. O Projeto Primeira Atenção recebe, no CAP, semanalmente, de 4 a 5

62 Desde 23 de dezembro de 2006 a Lei Estadual 12.469 alterou o nome da Fundação Bem-Estar do menor, a FEBEM, para Fundação Centro de Atendimento Sócio-educativo do Adolescente – Fundação CASA - SP.

adolescentes. Nessa nova proposta, os supervisores permanecem em plantão durante os atendimentos, podendo assistir aos estagiários imediatamente, mediante as necessidades desses. Dessa forma, configura-se aos adolescentes e estagiários como um espaço de cuidado de si.

A equipe de profissionais da FEBEM/SP realiza o encaminhamento pautado no pedido do próprio jovem ou na sugestão do técnico que o assiste. Frente a isto, não existe a certeza que o que promove o encaminhamento é a opção isenta do jovem. Interage neste processo uma complexa rede de fatores que vão de questões pessoais a institucionais, amplamente influenciadas pela condição temporária de privação de liberdade que estes jovens se encontram. Na tentativa manter a isenção dos processos legais que envolvem a internação, ou seja, a não interferência do projeto nos trâmites institucionais para sua soltura, passou-se a encaminhar os jovens com mandato judicial diretamente ao Projeto Atendimento Individual, deixando claro o compromisso do Projeto Primeira Atenção com a livre escolha.

Apesar de tal cuidado, a título de ilustrar a complexidade da questão, criou-se a crença na cultura institucional de que a vinda para o atendimento favorece a saída da instituição. Tal crença é insistentemente desconstruída nos atendimentos para que o jovem tenha total liberdade para falar daquilo que considerar pertinente.

Ao longo do projeto, puderam-se observar certas diferenças nos modos como se dá a apropriação deste espaço. Cada menino entende e aceita o sentido do projeto em seu tempo. Há meninos que no primeiro atendimento já se apropriam do espaço de cuidado de si, viabilizando com facilidade um plantão psicológico. Outros precisam de mais encontros para a apropriação do espaço oferecido. Há ainda aqueles que compreendem o objetivo dos encontros, mas optam por não estabelecer uma relação de solicitude.

Da população a ser atendida

Poder-se-ia estabelecer uma relação com a criança que chega ao psicólogo trazido por uma queixa dos pais. Aparentemente, tanto a criança trazida pelos pais como o adolescente pela FEBEM, chegariam ao atendimento psicológico portando uma “queixa” que não é deles, mas através de um encaminhamento da “queixa” dos pais ou da instituição. Entretanto, deve-se salientar: a constância dos pais na vida de uma criança difere da efemeridade da instituição na vida do jovem.

O Projeto Primeira Atenção atende jovens internos de uma unidade de internação da FEBEM que abriga adolescentes infratores, do sexo masculino, de 14 a 16 anos com

infração média. Diferente dos adolescentes do crime (membro do tráfico ou organizações criminosas da periferia da metrópole), a população atendida por essa unidade é caracterizada em sua maioria como meninos com histórico de abandono familiar e social, que fizeram da rua sua morada; ou ainda filhos da roça, infratores de cidades pequenas do interior de São Paulo.

Em geral, são reincidentes no cumprimento de medidas sócio-educativas, tendo passado por outras medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como: Liberdade Assistida, Serviços a Comunidade ou Semi-Liberdade. Dessa forma, estão, majoritariamente, numa realidade econômico-social marginalizada, na qual a prática psicológica raramente se faz presente.

Tendo na unidade de internação o locus para a possibilidade de cuidar de ser ou ainda o momento de parada para repensar em sua existência, seus gostos, motivações, o jovem retoma seu passado e futuro através do presente convocado pela internação na FEBEM. Nesse sentido, o convênio com o LEFE oferece a esses meninos a possibilidade de um apoio psicológico que, sem o advento da internação em sua vida, talvez nunca buscassem. Tal fato parece ser uma peculiaridade desse projeto. Não se trata de um *cliente* que, mais cedo ou mais tarde, procuraria ajuda psicológica. Trata-se de um adolescente que provavelmente nunca estaria no Instituto de Psicologia, não porque julgasse não precisar, mas por desconhecer ou porque a Psicologia parece distante de sua realidade social.

Dado às características da população atendida, nos faz crer que o fato de estarem institucionalizados é o que abre a possibilidade de terem acesso a esta modalidade de atendimento. Geralmente provenientes de um estrato social que vive restrições severas no que se refere ao acesso a serviços e informações referentes às possibilidades de cuidado, a institucionalização, neste caso, surge como abertura para a experiência do atendimento psicológico. Uma experiência que não faz parte do repertório destes jovens e, portanto, precisa ser desvendada, traduzida e assimilada como espaço e situação potencialmente promotores de bem estar. É nesta complexidade contextual que se insere o Projeto Primeira Atenção.

Da Chegada

A Psicologia, em suas atividades mais gerais, traz consigo muitas mistificações. Para alguns, o psicólogo trata-se de uma espécie de “mago” capaz de ler os pensamentos de seus clientes. Para outros, um “conselheiro” que os ajudará a resolver todos os seus problemas. No entanto, o que muitas vezes sentimos no projeto é um receio de sua clientela: Quem deve

ir ao psicólogo? O louco? O problemático? O delinqüente? É com estas questões tão comuns que, muitas vezes, o adolescente chega à sala de atendimento, com toda razão, afinal não podemos negar a novidade deste espaço e a carga idealizada e mistificada do psicólogo.

O adolescente chega encaminhado pelo técnico da instituição, por vezes distanciado do sentido de sua vinda, não conhecendo ou validando os motivos para estar. O fato do menino não poder optar, acaba por gerar mal estar e fantasias em torno do real motivo do seu encaminhamento. Se alguns vêm sentindo-se como que forçados, outros acham que seu comparecimento ajudará no processo judiciário, acelerando sua liberdade institucional.

Assim, já no primeiro contato, busca-se iniciá-los nessa possibilidade de ação da Psicologia, até então desconhecida pelos adolescentes: um espaço clínico, de cuidado, atenção, respeito e autonomia. Um espaço onde ele pode decidir cuidar ou não de suas questões, neste sentido – uma primeira atenção. Deste modo, o trabalho dos plantonistas inicia-se, na maioria das vezes, desmistificando questões.

Nesse contexto, o projeto é, acima de tudo, um trabalho de desconstrução e descoberta. Pretende-se um espaço de apropriação, iniciando-se com a reflexão do sentido do encontro, independente dos trâmites institucionais, para então pensar na possibilidade de novos retornos. Sendo assim, busca-se um *primeiro* espaço de vivência da escuta clínica, possibilitando, a partir daí, a inclusão do adolescente em seu próprio encaminhamento.

Durante todo o trabalho realizado, busca-se um olhar implicado às questões individuais, que dizem respeito ao mundo no qual o jovem convive, seja no âmbito familiar, de amigos, da própria FEBEM ou mesmo do seu desenvolvimento como ser humano imerso numa determinada cultura e momento de vida. Contudo, para além do falar performático, ou seja, um *falar por falar* sobre seu modo de estar no mundo, o jovem é convidado a se implicar com seu dizer.

Do Encaminhamento

No Projeto Primeira Atenção, como reinvenção do Plantão Psicológico, cada encontro pretende o questionamento das questões trazidas como *queixas* emergentes. Assim, na relação do estagiário/plantonista com o adolescente/cliente, construindo outras possibilidades de compreensão que conduzam o jovem a apropriar-se de si em situação, configura-se a possibilidade de clarificar ou elucidar (trazer à luz) a *demand*a oculta às queixas, propiciando sua expressão e desvelamento (AUN e outros, 2006).

Um atendimento clínico realizado sob tal perspectiva tem, inevitavelmente, caráter temporário, sendo o fim uma presença constante desde o primeiro encontro. Isso porque,

como num plantão psicológico, a demanda revelada e advinda das questões emergentes desvela a vida que, segundo BOSS (1977), surge como tarefa. Desse modo, convida o adolescente a responsabilizar-se, possibilitando uma experiência significativa no que se refere ao cuidado e ao dizer de si.

O Projeto Primeira Atenção caracteriza-se pela brevidade do atendimento, podendo haver apenas um encontro ou uma pequena série deles. O jovem, quando chega até nós, já sabe desta limitação. Isto promove uma reorganização interna nos envolvidos no encontro. O adolescente, vivendo o limite, tende a desenvolver uma hierarquização de suas questões, enquanto que o estagiário é obrigado a aguçar sua escuta clínica, favorecendo uma intervenção mais assertiva (CAUTELLA, 1999).

Entretanto, vale ressaltar a diferença com o plantão psicológico quando tinha a instituição como lócus. No Projeto Primeira Atenção, o adolescente não tem livre acesso aos plantonistas e vice-versa. Distanciado da instituição, o projeto recebe semanalmente adolescentes enviados por uma lista feita pelos técnicos - e não poderia ser diferente, já que, como dito anteriormente, também nós não tínhamos livre acesso aos adolescentes. O contato do projeto com a equipe técnica era essencial para manter os encaminhamentos de forma cuidadosa e não arbitrária. De fato, o encaminhamento, na maioria das vezes, era feito de modo pertinente. Entretanto, a possibilidade do não retorno era dificilmente compreendida pelos técnicos, já que, por vezes, com intenção de convencer o jovem da necessidade de um atendimento, reenviava-o para “tentar mais uma vez”. Nota-se que o projeto era compreendido como a “grande oportunidade” desse adolescente de resolver suas questões, sem perceber que nem sempre as questões vistas pelos técnicos eram de fato a deles ou ainda se estavam mesmo disponíveis a trabalhar tais “questões”.

Todavia, mesmo com a frequência de retornos, a intenção desse projeto era deixar cada encontro único – fato que também era pouco compreendido pelos estagiários/plantonistas que, ao verem retornar o mesmo adolescente atendido na semana anterior, compreendiam o atendimento de maneira processual. Nesse contexto, o encerramento do trabalho com o adolescente era dificultado pelo apego dos estagiários com “seu” atendimento.

A supervisão em plantão, como possibilidade de cuidado ao cuidador, procurava uma outra forma de compreensão desse fechamento. Isso porque o encerramento ou o possível encaminhamento não implica, necessariamente, em um término no movimento de apropriação e autonomia desencadeado pelo atendimento. Após o encontro com o estagiário, que o convida para o olhar sobre si, até mesmo a escolha de não se implicar com o revelado

significa apropriar-se de seu percurso de maneira autônoma. Além disto, tal possibilidade de escolha se contrapõe à forma como normalmente eles vêm encaminhados pela instituição, levando-os ao exercício da cidadania, tal como compreendido por Arendt (2002): o resgate das falas e atos.

Nesse sentido, a opção por não utilizar o encaminhamento para cuidar daquilo que foi revelado encerra o Projeto Primeira Atenção com o desvelamento dessa escolha, mantendo a abertura oferecida por esse laboratório para retornar quando necessário, mesmo após a saída da instituição. Sendo assim, podemos afirmar que o projeto Primeira Atenção tenta promover a inclusão do jovem em seu próprio encaminhamento, possibilitando uma experiência significativa no que se refere ao cuidado e ao dizer de si.

Nesse sentido, o encerramento e provável encaminhamento dos trabalhos do Projeto Primeira Atenção implicam não em um fechamento, mas sim numa abertura de possibilidades para o cuidado do jovem com ele mesmo, mesmo quando este escolhe não continuar os atendimentos em outro projeto, isso porque a escolha de não implicar-se com as questões reveladas significa um ato de apropriação e de autonomia do jovem.

Dos Plantonistas/Supervisão

Por ser um projeto destinado a uma população adolescente, o espaço disponibilizado é, na maioria das vezes, ocupado por questões típicas desta posição. Por definição a adolescência é uma situação de ruptura existencial, que lança o jovem em uma condição de crise caracterizada pela “angústia de não ser⁶³” e perda de sentido. Mediante a falência dos recursos infantis e na ausência de expedientes mais maduros para lidar com o mundo que se apresenta, o adolescente se vê desamparado e inseguro.

Na outra extremidade do projeto foca-se o trabalho com outros jovens: os jovens estagiários de Psicologia. Não pode ser negligenciado o fato de que, para muitos, este é o momento de entrada no universo profissional, visto que o projeto acolhe estagiários desde o segundo ano de graduação. Se o adolescente interno se vê em um momento inusitado na construção de recursos para transitar pelo novo com relativa segurança, não é diferente para o jovem estagiário. Ambos se encontram em um momento de novidade potencialmente desestruturante. Podemos afirmar que a “angústia de não ser” acomete ambos os lados envolvidos no encontro.

63 Termo utilizado por Morato em aula expositiva do curso de especialização Adolescência – Compreensão e Cuidados. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1991.

Assim como muitos adolescentes têm seu *primeiro* momento com a clínica psicológica, o projeto oferece também *primeira atenção* àqueles que têm sua *primeira* experiência em atendimentos e com aquele que procura ajuda na Psicologia, além do *primeiro* contato com uma realidade socialmente negligenciada. Desse modo, todos esses *primeiros* encontros dão ao Projeto Primeira Atenção a possibilidade de inaugurar o trânsito entre a Psicologia, a clínica, o cuidado, os adolescentes, uma outra ordem social, o sofrimento.

Os estagiários chegam ao projeto sem o vício da clínica psicológica clássica, o que os torna mais abertos para a construção de um saber apoiado na experiência vivida. Dessa forma, dá-se a formação de um fazer e ser clínico próprio de cada um, singular na própria vivência pessoal. Assim, a formação clínica do estagiário se constrói apoiada na experiência e no sentido atribuído a ela. O espaço do atendimento é um lugar de encontro com o outro, com a alteridade. Diante de cada garoto da FEBEM, ainda que vários apresentem histórias muito parecidas, o novo surge. O estagiário/plantonista, aberto para tal encontro, abre-se também na sua função de cuidar, clinicar, inclinar-se ao outro.

O projeto propicia aos estagiários um novo olhar através de um outro jeito de intervir na realidade social. O novo surge também no encontro das diferenças culturais entre jovens estagiários e jovens da FEBEM. O contato com adolescentes infratores possibilita uma outra visão divergente da construída, por exemplo, através dos meios de comunicação. Esse novo olhar constitui-se pela maneira clínica de intervir. Advindo de uma realidade social desfavorecida, poder-se-ia compreender o adolescente como uma “vítima social” e, desta forma, tanto o fazer clínico como o próprio modo de vida do adolescente estariam engessados na inexorável sociedade exclusora.

Nesse sentido, a intervenção clínica pretende a responsabilização do adolescente à própria vida, inclusive a seus atos infratores. Apropriando-se da forma como se encontra no mundo com os outros, o plantão psicológico abre ao menino um espaço de existência em si e não apenas através de uma vitimização social. Repensar acerca de seu modo de estar, do caminho trilhado pelas escolhas que exerceram, por mais restritas que tenham sido suas opções, provoca no outro a apropriação da própria vida, tornando-o agente de sua história passada e futura (AUN, 2005).

Ingressando nesse papel de quem, ao refletir sob as questões, acolhe e cuida, o jovem estagiário se vê pela *primeira* vez nessa atitude clínica. A intensidade e brevidade dos atendimentos tendem a mobilizar uma grande carga afetiva aos novos plantonistas, tornando

de extrema importância o espaço da supervisão. É nele que ocorre o cuidado aos cuidadores, que podem refletir sobre as implicações de ser clínico.

No espaço da supervisão nós somos cuidados e cuidamos de nós mesmos. Nós compartilhamos e pensamos nas experiências, muitas vezes dando um novo sentido a elas, um sentido que nos tire da paralisação, que nos permita continuar. (Diário de Bordo)

Segundo MORATO (1999), supervisão, enquanto prática clínica, solicita de seus protagonistas a transformação do olhar cotidiano. Nas relações interpessoais, remete-se ao dilema da polaridade subjetividade/alteridade. Considerando a subjetividade como condição na construção do conhecimento, a prática profissional impõe-se como lugar do questionamento da identidade profissional e articulação de significados, por oferecer-se como situação para a elaboração da experiência vivida. Resgata-se um olhar diferente para o “outro” que é atendido e, ao mesmo tempo, compreende-se o significado do trabalho que exerce. Nesse contexto, a prática de supervisão mostra-se, na formação profissional, como elemento facilitador do processo de compreensão da teia de relações interpessoais, garantindo a possibilidade de ocorrência de *aprendizagem significativa* para o exercício de sua atuação e compreensão de ações que facilitem o desenvolvimento e aprendizagem. Deste modo, a supervisão contempla uma pluralidade de narrativas que têm na experiência a referência direta para construção com significado sentido.

Sempre quando finalizo um atendimento e chego para a supervisão, tenho a sensação de que o projeto cumpre sua proposta (de clarear um espaço de cuidado e apropriação de si), umas vezes mais outras menos, mas sempre instalando ou incitando alguma mudança em todos os atores deste processo – estagiário, cliente e supervisor. (DIÁRIO DE BORDO)

Assim, em meio a interrogações que surgem ao longo do projeto é que o jovem estagiário implica-se com a Psicologia, formando-se clínico. É a partir dessas experiências e do sentido que é dado a elas, que se constrói um arsenal de possibilidades diferentes para ser clínico, mostrando que não existe uma técnica específica, uma forma já preconcebida de fazer plantão e de se encontrar com o outro.

Sendo assim, uma das propostas centrais do projeto constitui-se em ser não somente uma *primeira atenção* aos adolescentes, no sentido do desvelamento e apropriação de si mesmo, mas também aos estagiários, que, ao acompanhar o adolescente, são também acompanhados em cada passo pelos supervisores em plantão. Neste sentido, a cada supervisão o cuidado se reclinava para os que, há poucos instantes, foram os cuidadores. No

encontro com o cuidado, o cuidador também se desvela, contando com um espaço de acolhimento e atenção para que aquilo de si mesmo, que foi trazido à luz no encontro com a alteridade, possa ser elaborado e assimilado - revelando a complexidade de ser clínico.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense–Universitária, 2002.

AUN, H. A. *Trágico avesso do mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2005. 136 f.

AUN, H. A. (et al). Transgressão e juventude encarcerada: outras versões a partir do Plantão Psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. *In: Imaginário / NIME – LABI*, São Paulo, v. 12, p. 35 – 53, 2006.

BOSS, M. *Angústia, culpa e libertação: ensaios de psicanálise existencial*. 2ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.

CAUTELLA JR, W. Plantão psicológico em hospital psiquiátrico. *In: MORATO, H. T. P. (Org.). Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999.

MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

O LÉXICO DO PLANTÃO PSICOLÓGICO – EXERCÍCIO DO DIZER E CRIAÇÃO DE SENTIDO⁶⁴

Matheus Machado Oliveira⁶⁵

Henriette Tognetti Penha Morato⁶⁶

Fernando Milton de Almeida⁶⁷

RESUMO

A partir de pesquisa de *como o Plantão é feito pelos plantonistas*, autentica-se um modo de compreensão de Plantão Psicológico pelo testemunho de outros e pela singularização empreendida pelo pesquisador. Dirige-se ao resgate do que foi o *significado sentido através* de como o *sentido sentido*. Legitima o Plantão como campo teórico-prático da Psicologia, por já apresentá-lo em sua compreensão dentre práticas significativamente reconhecidas na academia. Isso também pode ser considerado legítimo, uma vez que, atualmente, grande parte dos cursos de Psicologia adota o Plantão como uma área de estágio em Psicologia Clínica das clínicas-escola. O Plantão transcendeu as fronteiras do SAP, do LEFE e da USP, para instalar-se como mais uma possibilidade de prática psicológica a ser transmitida oficialmente na formação do psicólogo. Algumas reflexões são apresentadas para ressignificar termos geralmente referidos no âmbito dessa modalidade de prática psicológica: um léxico próprio. Serão percorridas compreensões acerca de: *plantão, triagem, acompanhamento psicoterapêutico, crise, cartografia, pedido, queixa, atitude clínica, demanda, emergência, urgência, atenção, técnica, pro-vocar, pro-cura, sofrentes, cuidado. Plantão Psicológico*: modalidade de prática psicológica que se inaugura num terreno fronteiriço, não podendo se apresentar ao lado de outras práticas usualmente tidas como “porta de entrada” ao atendimento psicológico por sua própria complexidade. Plantonistas trazem o Plantão junto de si de maneira radical, firmando-se como a própria sede do Plantão Psicológico: começa a se configurar um modo clínico de estar junto ao sofrente. A clínica do Plantão ocorre por meio da clínica em ação: falar da prática engendra a articulação entre o *saber fazer* e o *saber saber* pelo *fazer saber*. É um fenômeno de interface constituído pelo ser-com como condição de existência dos seres humanos. Ressonâncias entre plantonista e sofrente acontecem por partilharem a mesma condição existencial: como seres no mundo com outros, as interpretações precisam ressoar, fazendo com que os dizeres do sofrente repercutam no interior da própria fala do plantonista, na fronteira entre o sentido-sentido e o sentido-compreendido para ambos.

Panorama do contexto do texto

Em seu conhecido texto sobre a obra literária do escritor russo Leskov, Benjamin (1994) discorre sobre a origem do modo tradicional de narrar como "*interpelação*" da vocação para contar história, presente tanto nos viajantes (personagens que já percorreram muitas outras terras além das suas), quanto nos anciões (personagens cujo tempo de vida lhes imprimiu a responsabilidade de guardarem consigo histórias e tradições peculiares ao lugar ao qual sempre pertenceram). Esta fusão de modos de narrar foi realizada e aperfeiçoada pelas corporações de ofício da idade média, cujas oficinas abrigavam "mestres sedentários" e "aprendizes viajantes", promovendo a associação "do saber das terras

64 Artigo elaborado a partir de OLIVEIRA, M. M. (2006) *Clínica, experiência e sentido: narrativas de plantonistas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP.

65 Pesquisador Mestre do LEFE/IPUSP.

66 Coordenadora do LEFE/IPUSP e orientadora do trabalho acima citado.

67 Pesquisador Doutor do LEFE/IPUSP.

distantes, trazido para casa pelos imigrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário" (*Ibidem*, p.199). Desta maneira, a narrativa consolidou-se ao longo do tempo, como lócus de elaboração e transmissão de experiência, amparada em comunidades de ouvintes.

Por outro lado, a linguagem é a forma pronunciada do discurso e a palavra, por sua vez, apresenta-se como o pronunciamento das significações. É necessário ressaltar que palavra em si não contém significações, função esta exercida pela língua enquanto ente à mão à linguagem. Como diz Frayze-Pereira (1984), "O poder significativo de um signo é-lhe conferido pelas relações que o unem aos outros signos e que tecem a trama intralingüística." (1984, p.157). Acompanhando Merleau-Ponty, Frayze-Pereira (1984) recorre a uma metáfora para esclarecer essa compreensão: a organização dos elementos presentes na fala sustenta-se pela co-existência, assumindo uma semelhança com a maneira pela qual vigas de concreto de uma abóbada oferecem apoio umas às outras para que se sustentem.

Assim como em uma corporação de ofício estabelecendo redes de significações, no grupo constituído por alunos de graduação, especialização, pós-graduação e pelos docentes do LEFE⁶⁸, a fonte do conhecimento e dos saberes transmitidos é a experiência que passa de pessoa para pessoa, seja ela experiência contemplativa (teórica) ou prática. Nesse sentido, o laboratório apresenta-se como uma oficina onde a prática proporciona o trânsito contínuo entre as experiências dos alunos (aprendizes viajantes) e dos professores (mestres sedentários). Forja-se por esse movimento outra possibilidade de compreensão e significação para modalidades da prática tradicional, como o Plantão Psicológico.

Tal compreensão a respeito da prática do Plantão Psicológico emerge no seio de uma comunidade de narradores e ouvintes atentos, na qual a fala acaba por tornar-se um idioma singular, guardião do sentido que é conduzido adiante pela prática realizada por esse grupo. Em outras palavras, a narrativa daqueles que realizam Plantão Psicológico, compreendida como elaboração de experiência, guarda consigo a *démarche*⁶⁹ clínica do Plantão.

Em face desta potencialidade da linguagem, como guardiã das tradições de um grupo, é que este texto apresentará algumas palavras ou expressões que circulam intensamente entre os integrantes do LEFE. Todavia, vale a pena ressaltar que estas palavras isoladamente não afiançam significações e não visam constituir conceitos, pois é patente que a linguagem humana se ancora numa rede de significação que, ao mesmo tempo, transcende

68 Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial do IPUSP.

69 Muito além do que um repertório técnico, a *démarche* clínica refere-se a um posicionamento global em relação ao outro, mas também em relação ao saber e sua elaboração; colocando em novos termos as relações entre teoria e prática, ou pesquisa e ação (LEVY, 2001, p.19).

as partes e nelas mesmas se encarna. Desta maneira, estas palavras garantem uma significação somente quando apoiadas umas nas outras, ou seja, amalgamadas em um discurso é que poderão expressar o sentido que brota do próprio exercício do dizer (*logos*) daqueles que praticam o Plantão Psicológico.

Enfim, apresentar um Léxico do Plantão Psicológico é simultaneamente veracizar e legitimar o exercício do dizer da comunidade de plantonistas do LEFE. Como viajantes de outras terras trazemos outros sentidos e provocamos brechas na tradição para que o Plantão Psicológico possa colocar-se em movimento e, assim, consolidar-se como uma das maneiras de praticar-se a clínica em Psicologia.

É da perspectiva da significação da linguagem como criação de sentido que se impõe uma retrospectiva, para re-encontrar a atribuição de significado a termos recorrentes na compreensão do sentido Plantão Psicológico. Isso porque, no percurso histórico de uma modalidade de prática, assim como na historicidade da língua, tais termos passaram a aderir-se a significados precisos e determinados, destituindo-os de seu uso originário como utensílio para a comunicação de sentido entre homens (ANDRADE; MORATO, 2004).

Para encaminhar re-significadamente este léxico, começemos por recorrer ao Plantão para desconstruir modos estritos de saber a fim de construir uma compreensão ao próprio sentido de Plantão, para além das fundamentações teóricas implicadas na sua origem. Desconstrução apresenta-se por uma ótica outra daquela usualmente tomada: um terreno está sendo construído, no lugar da desconstrução de uma casa. É compreendida como um novo espaço criado para outras construções possíveis. Surge uma nova paisagem, que reconfigura o ambiente ao redor, a qual, embora vazia, permite deixar ver, em perspectiva, percepções diferentes para situações anteriores. Nesse sentido, desconstrução nada mais é que a busca pelo que é próprio a este trabalho. Desse modo, não trilhamos o caminho correntemente usual, pois não pretendemos **adequar** o Plantão Psicológico a uma teoria ou a um conceito. Recorremos a outras experiências e reflexões, a autores que escrevem, ou escreveram, sobre a condição humana, sobre a clínica, aproximando-se, assim, daquilo que foi realizado como prática clínica em Psicologia. Seguir a trilha da criação de sentido implica ser afetado e comunicar, por essa afetação, fenômenos compreendidos.

Na direção do resgate de *significado sentido através do sentido sentido* do que hoje se apresenta como Plantão Psicológico para o grupo do LEFE, retomemos lembranças dos primeiros contatos com essa prática em cursos de Psicologia. Nesses, o Plantão não é compreendido como uma modalidade da prática clínica. “Fazer Plantão” constitui-se pelo disponibilizar-se a quem aparecer, em um espaço físico durante um determinado espaço de

tempo, sem nenhuma referência ao modo de debruçar sobre a *pro-cura* do sofredor. Mesmo com todo o esforço para apresentar o Plantão de outra maneira, a prática acadêmica parece indicar outra direção: o Plantão configura-se por uma prática clínica burocratizada, ao invés de apresentar-se como uma prática clínica ela mesma.

O Plantão Psicológico, nesse contexto, é utilizado como via de acesso facilitada ao exercício clínico, uma situação construída tanto a partir do uso que a população faz do serviço, quanto da maneira como os alunos o compreendem. Pois, se por um lado, a população sabe que no Plantão pode encontrar atendimento psicológico gratuito e de qualidade, por outro, os alunos sabem que podem encontrar pacientes por meio dos quais exercitem toda a teoria que aprendem durante o curso de graduação. Com isso, cria-se uma situação, na qual alunos e pacientes iniciam o atendimento em Plantão já sabendo qual será o seu desfecho: acompanhamento psicoterapêutico. Se considerada a escassez de serviços públicos em Psicologia, somada aos também escassos estágios práticos durante o curso, tal situação contribui para transformar o Plantão numa *triagem*. Aponta para um possível automatismo de ação, engendrando uma prática com procedimentos previamente determinados: plantonista disponível por um espaço de tempo em um determinado lugar, compreendendo disponibilidade como presença física, ou seja, estar concretamente acessível a quem solicite atendimento. Por esta via de compreensão, o Plantão Psicológico apresenta-se como oferecimento ininterrupto de serviços durante um determinado período de tempo. Melhor dizendo, o Plantão Psicológico refere-se ao **dia** e ao **horário** no qual um Serviço oferece seus serviços à comunidade.

Contudo, importa dizer que, para além de inferências específicas de tal funcionamento institucional, a própria proposta clínica do Plantão gera dificuldades de compreensão. Isto porque o Plantão Psicológico é uma modalidade de prática psicológica que se inaugura num terreno fronteiro, não podendo se apresentar ao lado de outras práticas usualmente tidas como “porta de entrada” ao atendimento psicológico, como triagem, nem tampouco pertencente àquelas dedicadas a processos de psicoterapia.

A complexidade envolvida na prática de Plantão, ainda não muito delineada nem pelos profissionais que o desenvolvem e o apresentam como estágio quando do frescor dos primeiros anos de prática clínica de alunos, contribui para que o Plantão seja “assimilado” como uma *técnica*⁷⁰. Por esse viés, há um parâmetro do que seja um atendimento clínico em Psicologia, supondo a existência de uma técnica que forneça definições, explicações e

70 Técnica em seu uso na modernidade como controle pormenorizado dos procedimentos para produção de um determinado resultado.

conceitos que amparem ações durante os atendimentos. Para o encontro ser caracterizado como "atendimento", o plantonista deve ter insights: caberá a ele a atribuição de significação à falta de sentido expressa pela pessoa que busca atendimento, o que acaba por acarretar, necessariamente, marcar-se “*retornos de plantão*” para poder ser realizado o *encaminhamento a acompanhamento psicoterápico*. Além disso, ao final do atendimento será necessário que a pessoa apresente alguma mudança que aponte novo encaminhamento. Tal situação reflete uma cristalização do modelo clínico tradicional e, nesse sentido, o Plantão faz-se *difícil* como primeira experiência na clínica em Psicologia.

Nas entrelinhas de projetos de Plantão em instituições fora USP, encontra-se a única característica destes serviços que possui alguma familiaridade com o Plantão desenvolvido em clínicas-escola: **a questão da emergência**. Desta forma, esses outros Plantões mantêm o compromisso com o momento de *crise*: situação na qual o sofrente, tocado pelo seu sofrimento, ainda se encontra mobilizado para cuidar daquilo que emergiu e é urgente.

Essa característica foi levada adiante pelo LEFE na FEBEM, marcando seu modo de acolher pedidos vindos de outras instituições que solicitassem intervenções. Nesses Plantões, o plantonista passa a circular em lugares cada vez mais diversos, tornando-se diretamente acessível aos sofrentes em sua situação cotidiana. Assim, solicitações por atendimento vindas da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PM), da Polícia Civil do Estado de São Paulo e do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, passaram a contar com Plantões Psicológicos do LEFE a partir dessa perspectiva. Afinal, na FEBEM ou na PM, o que começava a transformar-se era a compreensão a respeito da prática: mudanças de lugar reposicionavam *posturas* em *atitudes*. Nessa perspectiva, a migração constante do Plantão para contextos fora da clínica-escola alterava a prática do Plantão Psicológico para além de sua estrutura de funcionamento. No Plantão Psicológico realizado na Polícia Militar, por exemplo, o sentido para a prática distanciava-se cada vez mais de aspectos estruturais como tempo e espaço. Apesar de nomear sua disponibilidade por meio de um adjetivo que remete ao sentido de estrutura, a concretude a que se referiam os plantonistas quando narravam os atendimentos em Plantão, surgia da mistura, do contato aproximado entre plantonista e sofrente. A disponibilidade bem mais concreta, ou seja, essa proximidade imposta pela ausência de um *setting clássico*, fazia do Plantão uma *experiência clínica radical*.

Com Plantões acontecendo nos mais variados espaços e dependendo cada vez menos de uma estrutura, os plantonistas inevitavelmente começaram a deixar para trás suas pré-concepções do que seria um *atendimento clínico*. Deste modo, a escuta dentro da instituição

torna-se clínica em todos os momentos: "quando alguém procurava um plantonista e começava a falar, mesmo durante um jogo de xadrez ou numa visita até o quarto, já se configurava o *estar em Plantão*" (Fala de plantonista). Pouco a pouco, tais experiências permitiram o que aqui apresentamos como o *léxico (dizer)* do Plantão Psicológico a partir do que foi recolhido por narrativas de pesquisadores e estagiários do LEFE.

Léxico como pro-vocação para re-significação

Plantão Psicológico – na compreensão de clínicas-escola, o Plantão Psicológico é compreendido como disponibilização de plantonistas em um espaço físico durante um determinado espaço de tempo a quem vier buscar atendimento psicológico. Assim, Plantão Psicológico presta-se a um oferecimento ininterrupto de serviços durante um determinado período de tempo sem nenhuma referência ao modo de debruçar sobre a procura do sofrente, configurando-se por uma prática clínica “assimilada” como uma técnica.

Plantonista – psicólogo ou estudante de Psicologia que realiza Plantão Psicológico.

Acompanhamento psicoterapêutico – um dos desdobramentos mais comuns situação na qual alunos e pacientes iniciavam o atendimento em Plantão já sabendo qual o seu desfecho.

Triagem – conotação adquirida pelo Plantão Psicológico em função da escassez de serviços públicos em Psicologia e precariedade dos estágios práticos oferecidos durante o curso de graduação.

Plantão Psicológico – através das práticas do LEFE, o Plantão Psicológico configura-se a partir da disponibilidade do plantonista colocada a serviço do sofrente, assim, constituindo-se numa instância de solicitude na condução adiante de questões que, em dado momento da vida, se mostraram incontornáveis para sua compreensão. Nesses termos, trata-se de uma modalidade desconstrutora, perfazendo-se como prática clínica, inaugurada num terreno fronteiro, não se apresentando ao lado de outras práticas, usualmente tidas como “porta de entrada” ao atendimento psicológico, por sua própria complexidade. Plantão Psicológico, surgido como uma configuração possível no Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa, pode agora se diferenciar e constituir propriedade de modalidade de prática clínica específico do psicólogo.

Pergunta pro-vocadora – são perguntas que pro-vocam o real e não o circunscrevem. Como modo de ser terminante do humano, a pergunta pro-vocadora renuncia a sua dimensão cognitiva, peculiar às enunciações interrogativas de uma pesquisa nos moldes tradicionais, instituindo-se pela conversa como um convite a uma celebração, na qual a experiência é a convidada de honra da memória.

Pro-vocar – a preposição latina *pro* reveste as noções de: avanço, movimento para frente: progredir, promover, propelir, propender, prosternar; manifestação, publicação: proferir, prolóquio, pronunciar. Já o antepositivo *voc-* vem do latim *voco*: chamar, mandar vir; nomear, pronunciar o nome de alguém; dirigir a palavra a alguém, interpelar; invocar, dirigir súplicas a; convidar, exortar; citar, intimar; provocar; desejar, pedir; anunciar. Desta maneira, *pro-vocar* diz respeito a *chamar, a dizer colocando a fala em movimento*.

Sofrente – termo utilizado para fazer referência às pessoas que buscam o Plantão Psicológico. Há palavras usualmente mais comuns, como *paciente* ou *cliente*, também empregadas por profissionais do ramo da saúde para referirem-se às pessoas que buscam seus serviços. Contudo, ambas possuem sentidos que colocam o clínico e a pessoa que solicita seus préstimos em patamares muito discrepantes. *Paciente* coloca o outro numa posição passiva, à espera de algo do terapeuta, como se o paciente, por "natureza", fosse alguém passivo. *Cliente*, por sua vez, traz consigo o sentido de uma relação de troca, na qual, de um lado, há alguém que detém aquilo que o cliente quer, e, na outra extremidade, algo que falta ao cliente, instituindo uma relação de fato clientelista. Já o termo *sofrente*, longe de expressar estritamente a condição de alguém que sente alguma espécie de dor, refere-se a conhecer algo ou alguma coisa por meio da experiência – *sofrente* é aquele que passa por, que experiencia a vida.

Sofrer – originalmente *sofrer* vem do grego *pathos*, significando *sentir, experienciar, tolerar sem oferecer resistência, ser afetado*, dizendo da condição provocativa dos sentimentos, que coloca os homens diante de um questionamento constante a respeito de sua existência. No latim, o significado de sofrer origina-se de *subferre*, suportar por debaixo; refere-se a sustentar ou tolerar um peso. O sentido do verbo sofrer, no grego ou em latim, diz da dor do existir, ou seja, do desamparo humano diante de sua tarefa existencial, em seu constante tecer de sentido frente aos acontecimentos que presencia.

Cartografia – cartografia refere-se ao cartografar como método com dupla função: detectar a paisagem, seus acidentes, suas mutações e, ao mesmo tempo, criar vias de passagem através deles. O desenho do cartógrafo desvela simultaneamente o território e a ele próprio, pois descobre, ao caminhar pelo relevo e olhar para o horizonte, formas e contornos pelos quais torna presente uma região. É o modo clínico pelo qual o Plantão Psicológico se apresenta a instituições.

Temporalidade – em oposição ao tempo cronológico, a temporalidade, como modo de ser humano, habita a própria relação entre plantonistas e sofredes, apresentando-se pelo dizer em situação.

Lugar existencial – uma das características determinantes dos Plantões Psicológicos do LEFE foi sair da clínica-escola e funcionar em instituições, como FEBEM e Polícia Militar, distanciando-se de aspectos estruturais, como tempo e espaço. Acontecendo nos mais variados espaços, não depende de estrutura física; assim, a ausência de um *setting* tradicional abre a possibilidade para compreender *lugar* no sentido existencial: não mais se referindo apenas ao espaço como categoria física, mas firmando o plantonista como a própria sede do Plantão Psicológico.

Atitude clínica – referência ao *fazer do plantonista*, que para garantirem o compromisso com a questão da emergência passaram a trazer o Plantão junto a si de maneira radical. Independentemente do contexto no qual aconteciam os Plantões (pátio da FEBEM ou Jardim de um batalhão da Polícia Militar), os atendimentos sustentavam-se entre fala/escuta tensional do plantonista e do sofredes, o que se constitui em modo clínico de *estar junto a*.

Acontecimento – por essa ótica, para a ocorrência do Plantão, não é mais necessário um pedido explícito, uma "queixa", ou uma "demanda"; é preciso apenas pro-curar por uma escuta que, não se confundindo com uma estrutura de atendimento tradicional, atende agilmente demandas com caráter emergencial, marcado pela temporalidade estrita.

Quem pro-cura quem? – mantendo-se esse questionamento, evidencia-se a impossibilidade de estabelecimentos de padrões para definir aquilo que merece ou não ser escutado clinicamente: O sofredes *pro-cura* para cuidar de si e o plantonista dispõe-se a *pro-curar* pelo sofredes (*atenção cuidadosa*).

Pro-cura – modo como o sofrente traz uma urgência ao Plantão, geralmente emerge através de uma linguagem característica de situações de crise. Sofrimento, ou aquilo urgente, circula de modo muito sutil e pouco nítido: linguagem da urgência fala daquilo que é familiar e estrangeiro; o que urge ao sofrente é ambíguo. Diz da angústia, medo, sofrimento, insegurança, agonia (a-gonia=sem-origem, sem sentido): vaga percepção provocada por um desconforto, por encontrar-se ainda em incômodo, distanciado do que se poderia ser pedido explícito por cuidados psicológicos. É a incontornabilidade dessa situação que conduz o sofrente à pro-cura pelo plantonista. *Pro-cura* trata-se do *cuidado* implicado entre sofrente e plantonista.

Crise – situação na qual o sofrente, tocado pelo sofrimento, se encontra mobilizado para cuidar daquilo que emergiu e é urgente. Sofrente busca o Plantão como maneira para apropriar-se do que até o momento se apresenta como questão de sentido obscura.

Pedido – diz respeito a apresentar uma questão, indicando dúvida e desejo por uma informação ou conselho claro e definitivo de especialista para sua solução.

Queixa – refere-se à lamentação, canto lamentoso que denuncia mal ou ofensa recebida, através de exposição (de estado físico ou moral) ou descrição (sofrimentos e agravos).

Emergência – referencia-se estritamente ao tempo cronológico; compreendida a partir da temporalidade dos sofrentes, é modo de agir diante do que emerge durante o encontro com aquele que sofre.

Urgência – distancia-se do sentido daquilo que requer solução imediata, passando a significar aquilo que urge ao sofrente, aproximando-se originalmente da angústia, do ser destinado à morte. É a mais genuína pro-vocação a que somos expostos: pro-vocados para ser, convite desde o nascimento para um movimento contínuo e circular nas esferas da afetabilidade, compreensibilidade e comunicabilidade, inexoravelmente até a morte. Nesse sentido, diz daquilo que urge, precisa, necessita.

Demanda – diz respeito a *procurar por aquilo que lhe é próprio: clamar por*.

Fio condutor – modo fundante da atitude clínica do plantonista, diz respeito à disponibilidade e atenção para afetações pro-vocadas pela escuta do sofredente, mobilizando-o, reverberam-se em uma intervenção/cuidado. Afetação cuidada desvela compreensão e comunicação de sentidos que podem colocar em movimento questões que se mostravam obliteradas a sua compreensão: dar voz ao que foi sentido precisa de sentido para configurar-se como intervenção.

Clínica – é sentido em ação: compreensões como norte para interpretações/intervenções, aproximando o que emerge daquilo que é urgente. Relança no próprio discurso do sofredente aquilo que se apresentou a ele como urgência, para conduzi-lo adiante na apropriação de seu sofrimento; na fronteira entre o *sentido-sentido* e o *sentido-compreendido*, pro-voca o sofredente na direção de sua própria fala.

Disponibilidade – abrir-se ao afetar-se como condição existencial, própria à humanidade do homem. Modo possível de dizer como se faz Plantão, pelo dispor-se a fazer Plantão como clínica, implica o plantonista a inclinar-se na direção do sofredente para, nesse movimento, compreendê-lo afetadamente na comunicação estabelecida.

Técnica – como *techné* (*saber fazer*), implica um desabrigar-se do plantonista para poder inclinar-se ao sofredente e, assim, conhecê-lo. Tal atitude revela a impossibilidade de estabelecer previamente como se deve agir diante do sofrimento de outrem. Como levar à frente aquilo que não se mostrou por si mesmo? A *techné*, como um saber fazer do plantonista, apenas lhe revela a própria temporalidade desvelada no encontro com o sofredente, *fazendo-o saber* de si ao acolhê-lo em sua alteridade.

Atenção – diz da disposição para *estar junto a*: atitude que abre a escuta clínica àquilo que se apresenta na fala do sofredente, sustentando o repertório clínico do plantonista pela maneira como se inclinou para a fala do outro; escuta que não encadeia logicamente os fatos comunicados a ele, mas possibilita compreensão da urgência na pro-cura.

Cuidado – apresenta-se como a atenção disponibilizada para a escuta do que alguém tem a dizer, não tratando da racionalização do falado. A disponibilidade pro-voca uma afetação: o plantonista percebe o mal estar vivido pelo sofredente como angústia pela sensação de estar perdido e não se encontrar. Afetar-se com o outro é inerente ao plantonista: ressoa por meio

do cuidado consigo, apoiando-se na própria existência para a realização do trabalho clínico. Inserida nesse interjogo entre emergência e urgência, a escuta do plantonista como cuidado mantém-se radicalmente atenta, desvelando o próprio ato de pro-cura quando alguém se dirige ao Plantão.

Para arrematar...

Neste trabalho, o Plantão Psicológico foi tanto o fenômeno a ser estudado quanto a metodologia de estudo, pois a forma com a qual as reflexões foram conduzidas assemelha-se muito ao próprio modo do atendimento em Plantão Psicológico: uma ação que, em sua matriz, é essencialmente clínico-investigativa, pois busca esclarecer, junto àquele que sofre, uma demanda a partir dele mesmo, na tentativa de abrir possibilidades para que ele se responsabilize⁷¹ pelo seu próprio cuidado. É um proceder que, a todo o momento, se coloca em discussão, avaliando o que ocorre a cada encontro entre plantonista e aquele que sofre, para, através desta avaliação⁷², possibilitar que a demanda apresentada se esclareça como necessidade e urgência.

Tal fazer clínico-investigativo se propõe a, junto ao sofrente, resgatar dimensões da sua condição humana, compreendendo-as como ontológicas e não como obstáculos a serem transpostos ou adaptados a uma norma. Como atitude clínica, refere-se ao modo como o plantonista escuta o *sofrer* que, para Heidegger, é ontológico. Ou seja, faz parte do ser dos homens como algo que lhes é próprio. Isto posto, é somente através desta compreensão que a escuta pode comprometer⁷³ o sujeito em relação ao seu sofrimento, fazendo com que este se torne uma questão para o sujeito mesmo. Para tanto, o fazer do plantonista ancora-se na linguagem, apresentando-se como ação clínica que se propõe a contemplar a necessidade do vivido. Homem-no-mundo-com-outros, contextualizado, é pro-vocado a agir pela situação em que se encontra.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade se apresenta, permitindo um início de compreensão transdisciplinar para a atuação do profissional de Psicologia no contexto da demanda atual por uma consideração histórico-sócio-psicológica nas áreas de Saúde e Educação. Na consecução de tais objetivos, pesquisadores e estudantes de Psicologia da USP levam apoio psicológico aos policiais militares e civis, aos funcionários da FEBEM e a

71 *Responsabilizar como responder a* foi aqui utilizado no sentido de *conduzir-se por*.

72 *Avaliação* em sua acepção de *valorar*.

73 *Comprometer* foi aqui utilizado no sentido de *deixar situar*.

outros profissionais de instituições, que enfrentam de situações de risco, ao passarem por momento de crises, gerados pelo próprio ambiente de trabalho.

Realiza tais ações por pesquisas interventivas participantes. É nessa perspectiva que surgiu o projeto *Atenção Psicológica em Instituições como Metodologia Interventiva*. Visa propiciar, a trabalhadores de instituições, um acolhimento amplo para diferentes pedidos de colaboração, através do Plantão Psicológico, sendo criados subprojetos para atender a especificidades de demanda de cada instituição solicitante.

Por outro lado, o Plantão pode apresentar-se, ainda, como metodologia de pesquisa pela ótica fenomenológica existencial, ao oferecer recursos para que sejam coletadas memórias, através de narrativas de plantonistas e usuários, que deixem transparecer o amálgama formado pelos conteúdos individuais e coletivos referentes à prática clínica em Psicologia. Assim, propõe-se a estender o conhecimento científico, gerado na Universidade, à população, além de oferecer experiência de campo enriquecedora para aprendizagem e possibilidade de pesquisa em questões sociais atuais: relações entre teoria e prática no exercício de atividades humanas como clínica, política e ética.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. M. *Ser clínico como educador: uma leitura fenomenológica existencial de algumas temáticas na prática de profissionais de saúde e educação*. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2005. 304f.

ANDRADE, A. N. & MORATO, H. T. P. M. A dimensão ética (e moral) das práticas institucionais. *Revista Estudos de Psicologia UFRN*. Natal, v. 09, nº. 02, 2004. p. 345-353.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. In: *Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca>. Acessado em: 19/04/2006.

FRAYZE-PEREIRA, J. A. *Tentação do ambíguo*. São Paulo: Ática, 1984.

HEIDEGGER, M. *El camino al habla*. Versão castelhana de Yves Zimmermann. Disponível em http://personales.ciudad.com.ar/M_Heidegger/el_camino_al_habla.htm. Acessado em: 21/02/2006.

_____. *. De camino al habla. Barcelona, Serbal. Disponível em:
http://personales.ciudad.com.ar/M_Heidegger/el_camino_al_habla.htm. Acessado em:
21/02/2006

_____. *. *Ser e Tempo*, v. 1, 2. Petrópolis, Vozes, 2001.

LEVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: Autêntica: FUMEC, 2001

MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

OLIVEIRA, M, M. *Clínica, experiência e sentido: narrativas de plantonistas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 2006.

ATENÇÃO PSICOLÓGICA: DE PLANTÃO A ACOMPANHAMENTO NA FEBEM/SP⁷⁴

Sashenka Meza Mosqueira

Henriette Tognetti Penha Morato

Natália Felix de Carvalho Noguchi

RESUMO

O presente trabalho tem seu ponto de partida em junho de 2002, quando a direção de duas Unidades de Internação da FEBEM/SP solicita ao LEFE “psicoterapia” para adolescentes que recebessem, do juiz responsável pela permanência na medida de internação, encaminhamento para o mencionado atendimento. Encontros com a direção e membros da equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais) da unidade inauguraram a intervenção na instituição. Estes primeiros contatos, hoje compreendidos como *cartografia em instituição*, permitiram, via atitude clínica, identificar a dificuldade de atender à exigência judicial e, ao mesmo tempo, cumprir seu papel educativo/avaliativo junto ao adolescente interno. O pedido tinha como referência o trabalho de Plantão realizado pela equipe em outras unidades: modalidade de atenção psicológica oferecida em instituições, para acolhimento do ser humano quando de sua procura por atenção e cuidado ao sofrimento que emerge em momentos de perda de sentido. Na contramão da FEBEM, que como uma instituição disciplinar padroniza comportamentos e imprime vigilância constante em seus procedimentos, os atendimentos em Plantão, ofereciam a possibilidade de retirada do adolescente da institucionalização, a retomada de sua história e sua apropriação enquanto sujeito das escolhas a fazer.

Breve Histórico

Em junho de 2002, a direção de uma Unidade de Internação (UI) da FEBEM/SP procurou o Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial do Instituto de Psicologia da USP (LEFE/IPUSP), solicitando atendimento psicológico para adolescentes que recebessem determinação judicial, na sentença de internação, para a mencionada modalidade de atendimento. A UI tem capacidade para aproximadamente setenta internos, sendo esses, em sua maioria, adolescentes autores de ato infracional grave. O pedido tinha como referência um serviço de Plantão Psicológico oferecido pelo LEFE em UI's pertencentes a outros complexos.

Com o objetivo de conhecer a dinâmica da instituição e esclarecer o pedido que chegava até o laboratório, em agosto de 2002, nossa equipe⁷⁵ iniciou sua intervenção.

74 FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor. Antecedida pela FUNABEM (Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor), teve seu nome alterado para CASA (Centro de Atendimento Sócio-Educativo a Adolescentes). Dado que o presente artigo tem como base apresentação feita em 2006, manteremos a antiga nomenclatura.

75 De 2003 a 2004, a equipe de duas psicólogas (Natália Felix C. Noguchi e Sashenka M. Mosqueira) foi supervisionada pelo Prof. Rodrigo Giannangelo de Oliveira (LEFE/IPUSP); de 2004 a 2006, três psicólogos (além das mencionadas anteriormente, fez parte do trabalho Lucas S. Carvalho) foram supervisionados pela Profa. Maria Gertrudes V. Eisenlohr (Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP).

Através de encontros com a direção e membros do corpo técnico⁷⁶, revelou-se a dificuldade dos profissionais da instituição em definir uma atuação frente à determinação judicial para atendimento psicológico. Apesar da existência da exigência judicial os psicólogos da Fundação têm a função de avaliar os adolescentes o que torna inviável dispor-se para atendê-los de forma neutra e independente do relatório que também têm como obrigação confeccionar.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em vigor desde 1990, a privação de liberdade só pode ser aplicada em caráter excepcional, em caso de grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento de medida imposta anteriormente. Deve ser respeitada a condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento e que deve permanecer internado em local próximo à residência de seus pais ou responsáveis, ter acesso a atividades de cultura, lazer, educação e profissionalização. A medida não tem prazo pré-determinado e deve ser reavaliada a cada seis meses, não podendo exceder o período de três anos. Cabe à FEBEM cumprir as diretrizes e normas presentes no ECA e inserir os adolescentes em atividades educativas e profissionalizantes específicas.

O contato com uma UI faz saltar aos olhos a semelhança com a arquitetura prisional, esquema físico que inclui paredes altas, portões e cadeados, grades. O contato com o mundo externo é restrito e a contenção é aspecto priorizado. As atividades obedecem a horários pré-determinados, com seqüência imposta por um sistema de regras rigidamente controlado tanto por funcionários, como pelos próprios adolescentes. Trata-se do que Goffman (1961) denominou instituição total: *“local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”* (p. 11).

Nos moldes de uma instituição-prisão (Foucault, 1997), a FEBEM aparece como forma de penalidade que introduz processos de dominação característicos do mecanismo disciplinar, em que se constitui um saber específico sobre os indivíduos através da vigilância e controle. É ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência, onde técnicos da disciplina elaboram processos para a coerção individual e coletiva de sujeitos como corpos – um aparelho disciplinar ou *dispositivo* exaustivo.

76 Psicólogas e assistentes sociais contratadas pela FEBEM, responsáveis pelo acompanhamento de cada adolescente interno.

Foucault remete, em *Vigiar e Punir* (1987/2001), à figura do panóptico de Bentham - um local onde a estrutura arquitetônica permite o controle de tudo e de todos – ampliando-a para um conceito, *panoptismo*, que pode ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento, como forma de poder que implica em vigilância e controle. Assim, a FEBEM, como um exemplo de instituição com características do poder disciplinar, organiza o espaço e o tempo, imprimindo o controle não só pela vigilância constante da movimentação dos adolescentes pelos funcionários. Assim, todas as condutas dos internos são descritas em um relatório – a ser encaminhando ao juiz responsável pela sentença -, confeccionado pela equipe técnica (psicóloga e assistente social), com base em informações coletadas em seus atendimentos, relatos de funcionários e da equipe pedagógica. É a imagem do adolescente objeto de mensuração, alguém sobre quem se pode escrever, constituir um saber, analisar, contabilizar o comportamento. Trata-se, tanto somente de controlar o que fazem, como tentar prever virtualidades de ações e puni-las.

Plantão Psicológico

Nesse contexto, tomando como base a experiência anterior em outras Unidades, e partindo da atenção psicológica como intervenção para acolher o sofrimento em situações de crise, a equipe passou a receber esses adolescentes em plantão psicológico na clínica-escola do IPUSP. O encaminhamento para acompanhamento individual sistemático só seria feito caso esse tipo de demanda ficasse esclarecida.

O Plantão é concebido como modalidade de atenção psicológica em que o profissional dispõe-se a receber, em tempo e espaço determinados, quem procurar atendimento. Sem estipulações prévias a respeito dos desdobramentos do contato com quem o procura, os plantonistas colocavam-se à disposição para, no momento da emergência, construir conjuntamente possibilidades de cuidado a questões que são urgentes. Assim, o plantonista conselheiro⁷⁷ atendia valendo-se de um “*modo do acolhimento que permite explorar, com o cliente, não apenas a chamada queixa, mas também a forma mais adequada de lidar com ela*” (SCHMIDT, 1987, p.17). Ao considerar que o fazer clínico do psicólogo atenta para a demanda de quem se traz como sofrente⁷⁸ pretende-se “*menos*

⁷⁷ *Aconselhar*, do latim *conciliare*, remete-se a *consilium*; diz de *com/unidade, com/reunião*: ação de duas ou mais pessoas voltadas para a consideração de algo, com atenção e olhar respeitoso e cuidadoso, para deliberar com prudência e justiça.

⁷⁸ Do grego *pathos*, significando aquele que *sente, experiência, tolera sem oferecer resistência, é afetado*, dizendo da condição provocativa dos sentimentos, que coloca os homens diante de um questionamento constante a respeito de sua existência

responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1985, p. 200).

Na contramão da atuação da FEBEM, instituição disciplinar com vigilância constante, o Plantão oferecia a possibilidade de retirada do adolescente do cotidiano da institucionalização, para retomar e apropriar-se de sua história enquanto sujeito. No entanto, ao longo do trabalho realizado surgiram novos questionamentos a respeito do pedido inicial da instituição e da real demanda dos adolescentes em relação a este atendimento. Tornava-se inevitável a reconsideração desta proposta dentro das modalidades de atenção clínica em Aconselhamento Psicológico, posto que não só o adolescente **não escolhia procurar** atendimento, como **obedecia a uma determinação** judicial. Por isso, desde o primeiro contato, tentava-se esclarecer a independência do atendimento em relação à internação (técnicas, relatórios, juiz), enfatizando o compromisso de caráter sigiloso dos encontros. Desta forma, priorizava-se a construção de uma relação de confiança à qual o adolescente poderia retornar posteriormente, caso assim o escolhesse, para poder apropriar-se de um espaço de escuta clínica qualquer que fosse a modalidade de atenção psicológica.

Experiências como essas provocavam uma ruptura no ciclo de atuação desprovido de reflexão, característico de uma instituição total como a FEBEM, ou do próprio fazer psicológico, implicando questionamentos às formas de um serviço de atenção psicológica de qualidade em contexto institucional. Para isto ser possível é fundamental estar atento à “*cultura da organização*” de qualquer instituição, cuja tendência é a cristalização de um sistema de significações, que restringem o espaço para expressão da subjetividade dos sujeitos, em favor dos interesses de um sistema totalitário.

Acompanhamento Psicológico

Devido a dificuldades da Fundação em continuar levando os adolescentes para atendimento na USP, a direção propôs que os atendimentos fossem realizados na própria UI, para isso sendo solicitado transporte e salas adequadas, como condição necessária para a realização do trabalho. Assim, os atendimentos passaram a ocorrer semanalmente nas dependências da Unidade. Questionamentos às transformações ocorridas a partir da proposta inicial de Plantão conduziram a revisar a nomeação desta prática⁷⁹ e a refletir sobre sua pertinência nesta instituição. A disponibilidade da equipe de psicólogos, que se estendia para além de, somente, esclarecer a demanda do adolescente, contemplando uma expectativa por

⁷⁹ Do grego *práxis* refere-se à experiência

continuidade, apresentava-se também no adolescente. Destacava-se, ainda, mais uma característica que distinguia o atendimento realizado do Plantão Psicológico: a impossibilidade de uma procura espontânea. A partir destas reflexões, a proposta do projeto de atenção psicológica migrou de *Plantão para Acompanhamento Psicológico* para adolescentes internos com ou sem determinação judicial.

Acompanhar tais adolescentes possibilitou oferecer espaço de escuta e acolhimento em momentos de crise e perda de sentido, constituindo-se também um chamado constante a responsabilizar-se⁸⁰ pelo seu próprio cuidado. Assim, tanto o Acompanhamento quanto o Plantão constituem modalidades de atendimento que permitem abrir ao sujeito possibilidades de, em se narrando com sua história, lançar outro olhar a si mesmo e a seu modo de ser si mesmo.

Antes de prosseguir com as reflexões a respeito do sentido desta prática clínica com adolescentes internos, será apresentado, a seguir, um trecho do depoimento de Alexandre⁸¹, relatando sua experiência de Acompanhamento Psicológico na UI, durante aproximadamente um ano e meio dentre os três que permaneceu internado:

“Tinha medo de falar lá na unidade... pra não acabar me complicando... No começo... você não sai falando tudo... que nem eu mesmo... Eu... no começo... não é que tinha aquela confiança... Depois é que você começa a ver se pode realmente confiar ou não... E... naquela hora que tava tendo o atendimento e tal... eu me sentia mais à vontade para falar o que eu queria e o que tava pensando... Ai... quando eu saía de lá... tipo... eu me sentia melhor... porque não era com todo mundo que você podia falar as coisas que você sente... que você acha... que você pensa... Eu sabia que eram pessoas que estavam preparadas... para aquilo ali... que é profissional mesmo e tal... Então... eu resolvi dar um crédito... tipo: “Ela tá falando isso... então... eu vou falar o que eu penso”... No começo eles [os técnicos] falavam: “É um lugar pra você fazer o que você achar melhor”... “Se você quiser você conversa... Se você não quiser você não conversa... Se você quiser... olhando pra cara da pessoa... você fica”... Foi o que a técnica do Brás falou... porque... desde lá... eu tinha esse encaminhamento... Ai então... eu comecei a fazer lá na unidade... E sempre falava o que sentia... falava: “Então aconteceu isso com tal pessoa... com funcionário”... Coisas que eu não podia falar nem com os outros meninos...

80 O termo *responsabilizar* é utilizado aqui no sentido de *responder a*.

81 Nome fictício.

porque... às vezes... acabava chegando para outros pela boca de outras pessoas... Com funcionário... então!... não dá pra contar... porque ficava aquele clima de inimizade e tal... Então... tinha coisas que só dava pra falar ali... só no atendimento mesmo... E... ai tirava um pouco do peso... né?... pra você se sentir melhor... Eu pelo menos... me sentia melhor, né?... É o seguinte... por exemplo... você está com alguma bronca de alguém... assim... com algum menino... Ai eu vou falando pra outro... ai vai acabar chegando nele... ai vai ficar um clima pior do que já estava... Melhor evitar... É melhor guardar... Só no momento lá... que dava pra falar... Outra coisa: não dava pra falar com o diretor... que o funcionário era assim... assim... assado... Não dava pra questionar!... porque o diretor sempre vai defender o funcionário... nunca ia ficar junto com nós mesmos... porque ia sempre defender a equipe dele: “Que a equipe dele é boa e não sei o quê e tal”... Era difícil ter um funcionário que falasse: “Vamos ver isso ai certinho mesmo...”... Tipo... tinha lá o coordenador... lá mesmo... sempre procurava ouvir as duas partes... Ai ele sempre entrava num acordo... Depois ele saiu... Foi o único que eu vi que procurava ouvir os dois lados... as duas versões... e se o funcionário tivesse errado... falava mesmo: “Você é que está errado”... Agora não... tem aqueles... que às vezes eu ia lá... e eles viam que o funcionário estava errado e falavam: “Vamos zerar isso aqui mesmo... vamos encerrar”... Nunca falavam que o funcionário que tava errado... Fica tudo por ai mesmo... Ai ... como não adiantava ir lá falar com o diretor... às vezes nós até tentava... né?... às vezes era ouvido... mas muitas vezes não... porque... quando o diretor entrava lá no pátio... nós falava: “Ai... seu diretor! Nós pode falar como Sr. e tal?”... Ai ele falava: “Não! Passa aqui pro coordenador que ele passa pra mim”. Já que ele tava aí... ele poderia dar uma palavrinha com nós... mas ele pedia pra passar por coordenador... Ai tipo assim... pra falar o que você pensa o que você acha era só na hora do atendimento mesmo... que dava pra falar tudo... Era bom porque pelo menos alguém ouvia... né? Então eu achava bom por isso... pelo menos alguém me ouvia... Pra mim fazia diferença... Então... tipo... que várias vezes eu falava no atendimento: “Eu quero sair... quero ir pra faculdade... quero trabalhar assim... assim... assado... porque não dava pra conversar com outras pessoas... Mas só que era bom conversar... e... às vezes... até chorar... porque eu não chorava na frente de todo mundo... né? No atendimento... ali eu chorava... e não sentia vergonha nenhuma... Pra mim... eu achava legal... Quando tinha atendimento eu ia... Acho que só teve uma vez... acho que do jogo de futebol... teve só um atendimento rapidinho e

tal... ai eu peguei e sai... por causa do treino para o campeonato... É... é verdade... aquela vez não deu por causa daquela correria... Mas ai dá pra ver que eu não via o atendimento como uma obrigação... Eu via mais como: “Se você quiser ir você vai...”

Alexandre fala sobre o sentido que o acompanhamento psicológico teve para ele durante o período de privação de liberdade. De forma constante, refere-se ao espaço de atendimento como o lugar onde sua possibilidade de falar, revelando-se à psicóloga e a ele mesmo, se fazia real e concreta. Falava de liberdade dentro de uma instituição que se justifica pela privação desta. Falava de poder se expressar sem medo de se prejudicar, sem medo de agressão ou represálias, mas de simplesmente poder falar e ser ouvido.

Devido à infração grave, o tempo de internação de Alexandre se prolongou até o limite máximo de permanência: três anos. Foi convocado a participar, direta e indiretamente, de inúmeras situações de conflito que aconteceram na UI, algumas entre meninos e funcionários, outras somente entre meninos, pois o longo tempo de internação lhe dava um lugar de destaque na instituição: é comum que o interno mais antigo “comande” os mais novos. No entanto, Alexandre relatava, durante os atendimentos, que preferia se abster de participar em qualquer movimento de tumulto ou rebelião, ou, até mesmo de discutir as regras da casa com os funcionários. Questionava-se, incansavelmente, sobre o porquê de sua permanência na UI, as consecutivas negativas aos pedidos de progressão de medida, apesar de seu bom comportamento e seu bom desempenho nos estudos. Ponderava a gravidade da infração cometida, porém sua permanência na UI perdia o sentido ao considerar seu desempenho notável em todas as atividades pedagógicas e cursos profissionalizantes, inclusive já tendo finalizado o terceiro colegial.

No decorrer do trabalho de atendimento realizado nesta unidade da FEBEM, inúmeros casos semelhantes ao de Alexandre foram acompanhados; desafortunadamente, o comportamento dos meninos envereda para uma postura de revolta provocando desde agressões leves até rebeliões e sérios episódios de violência. Assim, frente à falta de sentido da violência que impera dentro desta instituição, e que atinge não só aos internos mas também a seus funcionários, reproduz-se mais e mais violência.

Apesar das dificuldades sofridas durante sua internação, Alexandre se esforçava por achar um espaço de diálogo e negociação com os outros atores institucionais, tanto adolescentes quanto funcionários de diferentes níveis. Conseguiu ingressar em uma universidade particular, ainda interno da FEBEM, embora soubesse que, infelizmente,

depois de sair em liberdade seria impossível freqüentar as aulas: a distância entre sua casa e a universidade era significativa, o que implicaria em alto gasto de transporte. Porém esta seria uma das inúmeras questões que, se não impedissem, no mínimo dificultariam a realização de alguns sonhos de Alexandre. Esclarecido quanto às limitações e dificuldades que teria que enfrentar depois da internação, tentava buscar determinação em si mesmo para encontrar possibilidades de imprimir um novo rumo à sua vida.

Voltando à reflexão sobre o sentido do atendimento na FEBEM, agora considerando o depoimento de Alexandre realizado após a desinternação, é possível pensar o espaço de atendimento oferecido a esses adolescentes como uma possibilidade de liberdade de expressão e, próprio a ela, o acesso à dimensão de ser ele mesmo agente de ação? Seria esse o sentido implicado na situação de atendimento como ser em relação: apontar a responsabilidade de cuidar de si, no sentido de responder pelos próprios atos e assumir que a ele coube viver, no momento de seu adolecer humano, o empenhar-se por si mesmo dentro e fora da institucionalização, participe de uma realidade que favorece precisamente o descuido e abandono de si mesmo?

Algumas considerações

Trabalhar na diferença, considerando as peculiaridades do trabalho desenvolvido junto aos adolescentes, permitiu o trânsito em direção ao Acompanhamento Psicológico como forma de reconhecimento de um lugar deste fazer inaugural realizado em colaboração, entre psicólogos e sofredores. A prática apóia-se em duas atitudes fundamentais: ver e ouvir, que não se expressam através da emissão de juízos nem interpretações; ao contrário, constituem-se como elementos fundantes de reflexão, traduzindo-se por interrogações investigativas visando uma compreensão que se expressa na forma de relatos descritivos da situação experienciada (MORATO, 1999).

Diz respeito a uma atitude atenta à possibilidade de cada encontro ser único, tanto em **plantão** como em **acompanhamento**, como forma de contemplar a possibilidade de escolha de quem participa de uma relação terapêutica, também por ela ser de confiança, pautada na liberdade do sujeito se apropriar do espaço de acordo com suas necessidades. Na medida em que se propõe esse exercício de liberdade por parte do adolescente, em seu lugar de cliente, estabelecemos um contraponto frente à FEBEM/SP que supõe nortear o processo sócio-educativo via institucionalização. A proposta do Acompanhamento Psicológico, zelando pela atenção e cuidado aos adolescentes, oferece um contraponto inverso ao agir disciplinar da instituição e à institucionalização do próprio fazer psicológico. Parte-se para

uma mudança na clínica tradicional, direcionando-a para um agir coletivo e político, próprio ao modo de ser do homem considerado um *quem (sujeito)* em situação, contextualizado em uma cultura, num certo espaço, num determinado tempo: *ser-no-mundo-com-outros*.

No fundamento da proposta de Acompanhamento Psicológico, muito próxima à de Plantão, porém com modos que a tornam *outra*, encontra-se a articulação entre ética, compromisso científico e social do profissional. Assim:

Tal fazer clínico-investigativo se propõe a, junto ao cliente, resgatar dimensões da sua condição humana, compreendendo-as como ontológicas e não como obstáculos a serem transpostos ou adaptados a uma norma. Como atitude clínica, refere-se ao modo como o plantonista escuta o sofrer. Ou seja, faz parte do ser dos homens como algo que lhes é próprio. É através dessa compreensão que a escuta pode comprometer o sujeito em relação ao seu sofrimento, pode fazer com que este se torne uma questão para o sujeito mesmo. (Morato, 2006, p.38)

Parte-se de uma compreensão ainda inaugurante do que seria a ação realizada na concretude da experiência aqui apresentada como Acompanhamento Psicológico. Via atitude clínica torna-se perceptível o desvelamento da experiência na direção de uma outra compreensão de si, além de permitir emergir modos alternativos de cuidar de si. Apoiada na perspectiva fenomenológica existencial, como pressuposto para uma elaboração teórica em Psicologia, tal modalidade de prática clínica pode compreender a tarefa terapêutica como educativa: é lugar para a compreensão, pelo cliente, de sua responsabilidade por si mesmo, considerando que o cuidado é constituinte da dimensão ontológica humana - o homem, como ser, é cuidado. Tal cuidado implica ao psicólogo um fazer específico como cuidador do cuidado do outro: cuidar de ser cuidando de ser. Interrogar a ação clínica realizada pode propiciar uma reflexão criteriosa para encontrar sentido e propriedade para a prática psicológica em instituições via Aconselhamento Psicológico sob perspectiva fenomenológica existencial.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. *In: Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei de Diretrizes e Bases*. São Paulo: FABES & Prefeitura do Município de São Paulo, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 24ª Ed. Tradução de R. Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, M. *Resumos dos cursos do Collège de France*. A. Daher, Tradução de R. Machado, Consultoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

MORATO, H. T. P. Pedido, Queixa e Demanda no Plantão Psicológico: querer, poder ou precisar? *Anais do VI Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituição*: Vitória, 2006.

MORATO, H. T. P. *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicológico, 1999.

SCHMIDT, M. L. S. Aconselhamento Psicológico. *In*: ROSENBERG, R. L. (Org) *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987.

MERRIAM-WEBSTER Third New International Dictionary, Unabridged, 2002. Disponível em: <http://unabridged.merriam-webster.com>. Acessado em: 17/04/2007.

ANAIS DE RESUMOS DE PÔSTERES

“PRÁ TROCAR UMA IDÉIA”: A EXPERIÊNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO JUNTO AOS JOVENS DO PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA, (L.A. FEBEM-SP)

Rodrigo Clemente Ballalai⁸²

Regina Célia Lourenço Paganini Furigo⁸³

Trata-se de um projeto de extensão do Plantão Psicológico da Universidade do Sagrado Coração, Bauru-SP, em parceria com o Programa de Liberdade Assistida (L.A. FEBEM-SP). A Liberdade Assistida coloca-se como uma das alternativas para a abordagem jurídico-social de adolescentes com prática do ato infracional, levando-se em conta a capacidade do adolescente, as circunstâncias e a gravidade da infração (casos de ato infracional menos graves, como medida inicial) além de servir aos casos de egressos das medidas de internação e de semiliberdade, como etapa conclusiva do processo sócio-educativo). Muito embora o Programa L.A. vise o atendimento integral das necessidades dos adolescentes, as crises e as demandas psíquicas emergenciais se sobrepõem, haja visto o contexto sócio-econômico e familiar que os jovens estão inseridos. O que denotam os elevados índices de reincidências na drogadicção, criminalidade e os acentuados casos de psicopatologias encontrados. A preocupação por uma atenção psicológica mais cuidadosa e individualizada dos educadores do Programa L.A., encontra no Plantão Psicológico, uma possibilidade interventiva de acolhimento ao sofrimento humano destes jovens. O Plantão Psicológico desenvolvido há três anos na Clínica de Psicologia Aplicada da Universidade do Sagrado Coração, viabiliza à comunidade “um atendimento do tipo emergencial – compreendido como um serviço que privilegia a demanda emocional imediata do cliente – e que funciona sem a necessidade de agendamento, destinado a pessoas que a ele recorrem, espontaneamente, em busca de ajuda para problemas de natureza emocional”. Consolidando-se a parceria entre Plantão Psicológico e L.A., percebe-se a abertura de um espaço continente para demandas emocionais dos adolescentes, prontamente atendidas e principalmente desvinculada dos trâmites judiciais, conferindo assim um encontro de respeito e sigilo. Conclui-se a

82 Colaborador do Plantão Psicológico da Universidade do Sagrado Coração.

83 Supervisora do projeto de Plantão Psicológico da Universidade do Sagrado Coração.

necessidade premente da atenção pormenorizada destes jovens, possibilitando um espaço de livre expressão, uma escuta empática e o acolhimento imediato de suas dificuldades; objetivando através desse contato legítimo, a resignificação e o cuidado com tais demandas.

**PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO MODALIDADE DE PRÁTICA NA CLÍNICA
COMUNITÁRIA TERCEIRA MARGEM**

Fernanda Ferreira de Mattos Silvaes
Izabel Almeida
Luis Fernando de Oliveira Saraiva⁸⁴
Natália Felix de Carvalho Noguchi⁸⁵
Paula Chieffi⁸⁶
Maria Gertrudes Vasconcellos Eisenlohr

A Clínica Comunitária Terceira Margem constituiu-se em 2003, por iniciativa de psicólogos que, buscando expandir o acesso das pessoas aos serviços de psicologia, passaram a desenvolver serviços com a preocupação de que esses tenham preços acessíveis. Tem como principais objetivos: possibilitar o acesso a serviços de Psicologia à população vinda de diferentes regiões, que enfrenta dificuldades para pagar preços convencionais de psicoterapia e encontra nas clínicas-escola e serviços públicos longas filas de espera; criar serviços a partir da percepção de demandas; respeitar a diversidade de abordagens teóricas em Psicologia; e ser espaço de formação e crescimento profissional a psicólogos (via articulação entre teoria, prática e produção de conhecimento). A partir da percepção de uma demanda excessiva de clientes que a clínica não podia atender em psicoterapia, aliado ao desejo de experimentarmos outras modalidades clínicas, foi criado, em 2005, o Plantão Psicológico da Terceira Margem. Esse serviço consiste em que uma equipe de cinco psicólogos esteja disponível toda segunda-feira, das 17 às 19h, para atender prontamente aqueles que o procura. Percebemos que a potência dessa modalidade de atendimento consiste em que, clareada a demanda, um encaminhamento mais apropriado pode ser discutido entre psicólogo e cliente, potencializando a escolha deste no caminho a seguir. Esta modalidade de atendimento possibilita ainda a criação de uma outra referência de serviço, também diferenciada por não se tratar de algo gratuito, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso de diferentes camadas da população a ele.

PLANTÃO PSICOLÓGICO MODALIDADE DE PRÁTICA INTERVENTIVA EM SITUAÇÃO DE CRISE

84 Psicólogo formado pelo Instituto de Psicologia da USP, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: luisfos@uol.com.br

85 Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: nataliafcnoguchi@hotmail.com

86 Mestranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, terapeuta e plantonista da Clínica Comunitária Terceira Margem. Endereço eletrônico: paulachieffi@yahoo.com

Visando um projeto terapêutico pertinente ao acolhimento de pessoas em momento agudo de crise, a Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, hospital psiquiátrico de curta permanência, tem como horizonte de trabalho a inclusão social do divergente pelo resgate de sua cidadania. Neste contexto, a situação de internação ocorre em um momento emergencial não passível de elaboração e trânsito, impossibilitando o cuidado de si mesmo. Nele, a malha existencial se rompe conduzindo a pessoa a um vazio paralisante, no qual ela pode se encontrar alheia às estruturas de compartilhamento com outros, como o tempo e a cultura. Caracterizando-se por circunstanciar vivências ansiógenas, ameaçadoras, angustiantes, etc., este momento apresenta como possibilidade, também, constituir-se como situação propícia para a ressignificação da experiência e a tecitura de modos mais pertinentes de habitar o mundo. Assim, a situação de crise que contextualiza a internação, ao mesmo tempo em que caracterizada pelo sofrimento proveniente do esvaziamento de sentido, é potencialmente transformadora e geradora de novas possibilidades. Há, dessa forma, a necessidade de se dar uma resposta habilidosa às demandas emergentes na crise, em curto espaço de tempo. Nessa perspectiva, a proposta do Plantão Psicológico apresenta-se como modalidade de prática clínica pertinente ao momento de crise. Caracterizando-se por acolher e atender à busca por ajuda psicológica no momento mesmo da emergência das situações de dificuldade ou crise, favorece a narrativa daquele que a vive. Desse modo, amplia as possibilidades de compreensão e tecitura dos significados e sentidos entrelaçados na situação existencial de crise. O usuário do serviço pode utilizar deste espaço de acordo com sua conveniência e necessidade. A disponibilidade do profissional plantonista estabelece um espaço no qual se tenta privilegiar a ampliação do diálogo do usuário consigo mesmo e com o mundo que o cerca, de maneira que possa desenvolver uma compreensão melhor do seu lugar no mundo e uma resposta mais habilidosa frente a aquilo que é dado. Basicamente, procura-se criar condições para que o usuário possa começar a re-tecer a malha existencial rompida no momento de crise. Desenvolve-se uma relação de ajuda que permite que a pessoa possa transitar por este acontecimento desalojante, na perspectiva de resgatar um novo sentido

87 Psicóloga da Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, Mestre em Psicologia pela USP, Doutoranda em Psicologia na USP, Supervisora do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial do Instituto de Psicologia da USP.

88 Psicólogo, Diretor de Serviços Multidisciplinares da Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, Mestre em Psicologia pela USP, Especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar pelo Conselho Regional de Psicologia, Supervisor do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial do Instituto de Psicologia da USP.

para seu existir e, conseqüentemente, consiga se ver inserido novamente no tempo e na cultura. Merece uma consideração a dimensão que esta modalidade de atendimento psicológico assumiu na rotina do hospital. O Plantão Psicológico acabou ocupando um lugar central dentro da proposta terapêutica do serviço de psicologia. Isso não ocorreu somente pela eficácia em acolher a demanda no momento da situação crítica, abundante no contexto hospitalar, mas também porque se configura como espaço privilegiado para a elucidação da demanda e o seu encaminhamento específico. Acontecendo diariamente, o interno pode procurar o atendimento sem nenhuma burocracia, não sendo obrigatório seu comparecimento. Dessa forma, esse espaço transcende o aspecto terapêutico e pode servir como porta de entrada para outras modalidades de atendimento existentes no hospital, inclusive mesmo aquelas que escapam a alçada do psicólogo, como terapia ocupacional, serviço social, atendimento médico especializado, etc. Acreditamos que o fato de poder procurar o serviço de acordo com sua conveniência e demanda trabalha no sentido do exercício da livre escolha, do resgate da cidadania e do cuidado de si mesmo.

PLANTÃO PSICOLÓGICO EM GRUPO: PRIVILEGIANDO A PLURALIDADE

Izabel Almeida,
Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Maria Cristina Rocha

O Plantão Psicológico em Grupo foi desenvolvido como projeto-piloto no Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP. O atendimento oferecido pelo Plantão se constitui como um espaço de acolhimento ao cliente no momento de sua busca por atendimento psicológico, de forma a proporcionar um encontro que facilite a compreensão das experiências desse momento de vida gerador do pedido de ajuda. A contextualização das questões colocadas pelo cliente e suas relações com o passado (como se cuidou até agora), o presente (como está se cuidando) e o futuro (como projeta seu cuidado) promovem a abertura de olhares, o estranhamento do conhecido e uma aproximação cuidadosa com o estranho, promovendo o questionamento de modos adoecidos de ser e de estar no mundo, na mesma medida em que se criam novas experimentações e novas possibilidades de vida. A utilização do dispositivo grupal no atendimento em Plantão adquire um caráter de ampliação dos espaços coletivos de acolhimento e de trocas; uma contestação à redução da experiência subjetiva aos modos de existência individualista. Apostando no potencial terapêutico do convívio entre as diferenças, procuramos construir um espaço de interlocução nos grupos, entendendo que isso pode promover rupturas em concepções cristalizadas, descortinando, ainda, potencialidades e recursos para lidar com as situações emblemáticas da existência. O potencial terapêutico dos integrantes do grupo é ferramenta essencial no atendimento. Desenvolvendo um encontro solidário, procuramos, a partir da experiência do outro, que todos pudessem reconhecer-se. Este encontro com o outro indaga o que não está indagado, produz novas conexões, possibilita descobertas de outros em nós, afirma devires. A abertura ao inusitado, às singularidades e à pluralidade torna o atendimento em grupo privilegiado para fazer emergir a experiência do múltiplo, do vir a ser, permitindo a ruptura de modos de funcionamento individualizantes e totalizantes.

PLANTÃO PSICOEDUCATIVO NA CRECHE E NA ESCOLA: UM OLHAR PARA A SOLICITUDE NUMA PRÁTICA DIALÓGICA

Renata Capeli S.Andrade

Heloisa Szymanski⁸⁹

89 Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Programa de Estudos Pós-Graduados Em Educação – Psicologia Da Educação. Endereço eletrônico: rcapeli@uol.com.br; hszymanski@pucsp.com.br.

O presente trabalho é um projeto de mestrado em desenvolvimento que tem como objetivo principal conhecer como se desvela a solicitude (preocupação/ cuidado) no cotidiano da vida escolar de educadores de uma creche e de uma escola municipal localizadas na periferia de São Paulo. Um outro objetivo deste projeto é verificar a possibilidade do plantão psicoeducativo, oferecido a estes educadores, fazer parte da formação continuada dos profissionais. O plantão psicoeducativo, que será o lócus deste trabalho é uma modalidade de intervenção reiniciada na creche e implantada na escola. Surgiu como uma vertente das práticas psicoeducativas desenvolvidas e pesquisadas pelo Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Comunidade e Família (ECOFAM) liderado pela Prof^a.dr^a. Heloisa Szymanski. A origem do plantão psicoeducativo é o serviço de plantão psicológico e sua especificidade é o olhar para os educadores, a quem a tarefa socializadora está a cargo. Os referenciais que orientam o trabalho são: a ontologia existencial de Martin Heidegger – para a compreensão da solicitude; a prática dialógica de Paulo Freire – para o entendimento do plantão como espaço do diálogo e do encontro entre homens para uma reflexão; o método fenomenológico – para a escuta no plantão. Os primeiros resultados mostram que a preocupação dos educadores se revela no aprender ou não de seus alunos, nos rumos de sua profissão (como aumento de salário e de jornada de trabalho) com também nas relações mantidas com o sindicato da categoria e sua representatividade junto aos poderes executivo e legislativo do município.

SUPERVISÃO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: UMA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO DO IPUSP

Marcelo Augusto Tonietti

A proposta é relatar alguns elementos significativos da experiência na prática da supervisão em Aconselhamento Psicológico, a partir do no Plantão Psicológico do Serviço de Aconselhamento Psicológico – SAP –, da Universidade de São Paulo. A experiência englobou: participação nas reuniões semanais da equipe de profissionais do SAP; acompanhamento das aulas teóricas nas disciplinas de Aconselhamento Psicológico I e II; colaboração no Plantão Psicológico, no atendimento e na supervisão de alunos; e colaboração na supervisão de Aconselhamento Psicológico em grupo. A equipe de profissionais proporcionou acolhimento e disponibilidade para o desenvolvimento desta experiência realizada a partir do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE. Nessa experiência ficou marcado o comprometimento da equipe do Aconselhamento Psicológico – AP – na formação de profissionais enquanto agentes de transformação social, a partir da experiência vivida na realidade do plantão psicológico, do atendimento comunitário, das oficinas de criatividade, de uma população carente de cuidados, em um contexto social em que a saúde pública se revela precária em todos os sentidos. No tocante à formação de profissionais é valorizada a proposta da aprendizagem significativa que, de acordo com Rogers, “provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe ou nas suas atitudes e na sua personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimentos, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência”⁹⁰. Nessa perspectiva, a supervisão em AP se propõe a contribuir para a formação da pessoa, sendo um espaço em que se privilegia a articulação entre a teoria, a prática, e o desenvolvimento pessoal, considerando-o parte do trabalho que realiza. A supervisão torna-se um espaço possível e privilegiado de aprendizagem a partir do resgate e compreensão do outro, por meio da experiência vivida pelo próprio aluno, potencializando uma formação profissional habilitada para o trabalho nos mais diferentes setores sociais. O plantão psicológico se constitui em um espaço de escuta no mesmo momento que se procura a ajuda, propiciando a elaboração da experiência da pessoa a partir do sofrimento psíquico vivido, e a possibilidade de ajuda.

90 ROGERS, Carl. *Tornar-se pessoa*. [On becoming a person] Tradução de Manuel José do Carmo Ferreira e Alvar Lamparelli. 5ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001. 489p.

Distancia-se, portanto, da idéia da triagem que pressuporia na adequação da clientela aos dispositivos de prestação de serviço da instituição. Desse modo, a supervisão em AP provoca a reflexão sobre questionamentos e dificuldades encontradas no plantão psicológico, privilegiando o *estar junto*, a escuta do outro, o conhecer a história da pessoa valorizando-a na sua singularidade na busca de possibilidades do viver no mundo em relação. O plantão psicológico do AP torna-se um convite à experiência para uma nova possibilidade de *cuidado* e de *atenção*, em um *lugar de fronteira*, marcado por momentos de “transição e transformações fundamentais que se entrelaçam e continuam a entrelaçar-se com várias outras histórias de realizações de pessoas e grupos”. No tocante ao trabalho no cotidiano, dentre os obstáculos enfrentados dentro do serviço para manter a primazia da qualidade da formação dos alunos e dos serviços destaco o reduzido tamanho da equipe de profissionais sobrecarregada diante de uma procura crescente e com graves queixas que chega ao plantão psicológico, acrescido a um número elevado de alunos em formação. Esse quadro gera grupos de supervisão inflados, que podem chegar a até 16 alunos, podendo comprometer a qualidade da sua formação. Em linhas gerais, as marcas deixadas pela experiência dentro do SAP, na participação e colaboração no cotidiano, nos encontros, nas reflexões, nos desencontros, nas invenções, nos redirecionamentos, nas transformações, nos percalços, e no comprometimento com o cuidado e a atenção do humano, favoreceram para que novos sentidos e novos contornos fossem dados a minha experiência como psicólogo, no olhar para o humano, e naquilo que acredito ser meta da psicologia ao comprometimento com a saúde de pessoas, em um enfoque humano, privilegiando a pessoa que se queixa e o significado que essa queixa representa para a sua singularidade. A perspectiva de valorização do humano, do profissional cuidador de se autorizar a *estar junto* com a pessoa, por meio do acolhimento e da escuta ativa, favorecem de forma significativa para que aquele que está sendo cuidado conheça e compreenda os significados da sua experiência e encontre de possibilidades do ser-no-mundo-em-relação. Sentidos e contornos continuam sendo dados a essa experiência...

PLANTÃO PSICOLÓGICO EM DISTRITO POLICIAL

Sáshenka Meza Mosqueira
Gohara Yvette Yehia
Juliana Maria Nogueira Henriques
Henriette Tognetti Penha Morato

O objetivo deste trabalho é apresentar a implementação de um serviço de atenção psicológica, após compreensão de demanda, no marco de uma prática clínica social sob perspectiva Fenomenológica Existencial, em uma Delegacia de Polícia Civil da Zona Oeste de São Paulo. Desenvolvido nos moldes de um Projeto de Extensão Universitária o trabalho recebe respaldo de convênio assinado entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e a Universidade de São Paulo, representada pelo LEFE. Via atitude clínica, iniciamos o trabalho de *cartografia em instituição*, em fevereiro de 2005, acompanhando o fazer cotidiano da instituição e de seus atores sociais, possibilitando que o acesso às demandas próprias ocorresse em situações que permitissem responder atentamente às necessidades de quem se encontra envolvido no trabalho. Podendo dar-lhe voz, abre-se a expressão para busca de cuidado e sentido de ser naquilo em que está envolvido. Após seis meses de trabalho cartográfico, e de acordo com a demanda percebida por meio deste, delineou-se a proposta de implantação de um serviço de atenção psicológica para os policiais e para a comunidade atendida pelo 51º Distrito Policial. O Plantão Psicológico enquanto serviço de atenção e cuidado visa auxiliar quem o procura na elaboração de sua própria demanda, momentânea ou não, como sujeito social em situação de crise e/ou sofrimento devido a diversos fatores não restritos a sua atividade profissional. Enquanto sujeito social, o policial é atravessado por situações vividas na articulação entre subjetividade e coletividade, constituintes de um modo de subjetivação em co-existência numa determinada organização social. Em longo prazo dirige-se à possibilidade de humanização dos serviços prestados por servidores de segurança pública à comunidade demandante do distrito policial para serviço público com qualidade. Nessa medida, este projeto engaja-se na perspectiva de serviços à comunidade prestados pela universidade, voltados para órgãos públicos prestadores de serviço à população bem como à formação de futuros profissionais de Psicologia, mais comprometidos com a sua realidade social.

**PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE CARTOGRAFIA
CLÍNICA: NARRATIVAS DE UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA EM UMA
INSTITUIÇÃO PARA ADOLESCENTES INFRATORES**

Heloisa Antonelli Aun

Henriette T. P. Morato

Através de narrativas dos Diários de Bordos dos plantonistas, o Plantão Psicológico revelou-se como uma investigação fenomenológica. O estudo feito na dissertação “Trágico Averso no Mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores” interpela essa prática com autores da Psicossociologia Clínica, propondo a reconstituição do Plantão Psicológico a adolescentes e funcionários de quatro unidades de internação da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) do Estado de São Paulo, localizadas em dois complexos da capital. Realizada pelo Laboratório de Estudos e Prática em Fenomenologia Existencial da Universidade de São Paulo (LEFE-IPUSP), esta prática psicológica acontecia como *cartografia clínica*. Descortinavam-se conflitos que dividiam a instituição como em um campo de guerra: inimigos e/ou aliados, olhares ameaçadores. Cada unidade de internação, na tensão de uma explosão sempre iminente, mostrava-se como uma caricatura das relações e conflitos humanos inserida em uma cultura instituída por *interditos* e ampliada, ao avesso, por códigos de honra do trágico cenário, violento e rígido, do mundo do crime. Neste contexto, no pátio das unidades, acontecia o Plantão Psicológico, que revelava um outro modo de clinicar, resgatando a possibilidade da intimidade respeitada no e pelo espaço público.

**A EXPERIÊNCIA DE PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CURSINHO DA POLI:
ALGUMAS REFLEXÕES**

Ana Carolina Bastides

André Meller Ordonez de Souza

André Ricardo Nader

Bárbara Nanci de Souza

Felipe Evaristo Scatambulo

Kátia Cherix

O Serviço de Psicologia do Cursinho da Poli foi criado em 1999 com o intuito de atender as diferentes demandas dos alunos em período pré-vestibular. A principal estratégia de atendimento que temos usado desde então tem sido a de plantão psicológico, oferecido atualmente nas três unidades do cursinho. Os principais motivos que levam os alunos a buscarem esse atendimento são: dúvidas sobre escolha profissional, dificuldades de estudo e problemas pessoais ou familiares de diferentes ordens. Além do plantão, também são realizados grupos e palestras de orientação profissional, oficinas temáticas e debates com os alunos. Essas experiências de atendimentos têm trazido para a equipe do setor reflexões acerca das possibilidades de trabalho do psicólogo em instituições educacionais, nas quais o plantão surge como modelo importante, principalmente pelas suas possibilidades de adaptação a diferentes funcionamentos institucionais. Ao mesmo tempo, temos discutido os limites de atendimento no cursinho e as dificuldades de fazer encaminhamentos externos para serviços públicos de saúde quando necessário.

PLANTÃO PSICOLÓGICO E TRANSFORMAÇÃO: A AÇÃO FOCAL SOBRE O CARÁTER ARBITRÁRIO DA PROJEÇÃO

Regina Célia Paganini Lourenço Furigo⁹¹

91 Doutouranda em Psicologia Ciência e Profissão PUC-Campinas; Psicóloga Supervisora.

O presente estudo trata-se de um relato clínico desenvolvido na Clínica de Psicologia Aplicada e Fonoaudióloga da Universidade do Sagrado Coração (Bauru-SP), através do Estágio Supervisionado de Plantão Psicológico. A paciente atendida tem 37 anos e queixa trazida é referente à filha, de 8 anos, a qual havia adquirido um grande temor sobre o tema morte, quando a mãe de uma colega de classe veio a falecer. Mesmo não sendo apegada à colega, aparentemente, veio a sofrer profundamente (sic). A hipótese diagnóstica inicial foi a de um desconhecimento sobre o tema morte por parte da criança. Não tendo sido feito um esclarecimento a respeito do assunto, a criança poderia estar confusa e fantasiando sobre os acontecimentos, necessitando de uma orientação. Porém, a mãe negou-se a trazer a filha, mas solicitou à estagiária que lhe fornecesse instruções para trabalhar com a filha em casa, no que foi atendido. Durante os atendimentos foram passadas informações a respeito do que e como trabalhar com a criança, considerando que esta necessitaria de esclarecimentos básicos sobre a morte. Apesar de esta ser a proposta de intervenção, percebeu-se também que houve situações de elaboração (insight) por parte da paciente relacionadas à morte de sua própria mãe (avó materna da criança), facilitando a retomada de um equilíbrio psíquico de ambas, pois a paciente encontrava-se bastante abalada psiquicamente devido ao medo da filha. Desta forma, pode-se dizer que, devido a algo perturbado na atmosfera psíquica da paciente, somado a uma incompreensão do tema da morte e ao fato real da morte da mãe da amiga resultou nessa crise da filha. Isso se confirma com a teoria de C. G. Jung, que diz que a criança encontra-se ligada e unida à atitude psíquica dos pais, e por isso, é possível afirmar que a maioria das perturbações nervosas verificadas no período da infância deve sua origem a algo perturbado na atmosfera psíquica dos mesmos. Os objetivos deste estudo são: realizar a narração do caso clínico por meio do qual os conflitos psíquicos projetados na criança foram reconhecidos pela mãe, e conseqüentemente, tanto a filha quanto a mãe puderam retomar seu processo de individuação e analisar a efetividade da ajuda psicológica oferecida pelo Serviço de Plantão. A paciente autorizou previamente a apresentação do caso clínico mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido. Os instrumentos utilizados foram basicamente a intervenção verbal através de esclarecimentos, confrontação e também através de uma escuta empática. Os resultados obtidos após os três atendimentos do Plantão foram uma melhora significativa no comportamento da filha da paciente. Na

92 Estagiária Plantonista de 2004.

entrevista de *follow-up*, a paciente relatou que o Plantão a ajudou bastante, principalmente na orientação de como lidar com o problema, havendo melhora em relação à queixa trazida.

Palavras-chave: Plantão Psicológico; morte; psiquismo parental; projeção.

**ENTRE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E METODOLOGIA
INTERVENTIVA: PRÁXIS CLÍNICA DE UM LABORATÓRIO UNIVERSITÁRIO
COMO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO**

André Prado Nunes
Henriette T. P. Morato

O presente trabalho investiga o modo como um laboratório universitário construiu e efetuou Projetos de Atenção Psicológica clínica em instituição, no campo de Aconselhamento Psicológico. Para contextualizar esse laboratório e sua prática psicológica, parte-se de uma análise de aproximação fenomenológica existencial, na qual o pesquisador percorre o campo da constituição das ciências, a partir do século XVII até os dias atuais. Neste campo em particular, percorre-se a constituição do campo de Aconselhamento Psicológico, sua inserção em nível nacional e seus desdobramentos em uma universidade pública, como possibilidade de engendrar esses campos aos movimentos sócio-econômico-culturais. Desse modo, tais campos se revelam no interior dos assuntos humanos, passíveis de historicização, orientação de sentido e descoberta de significados. Tal análise visa a considerar uma pertinência da aplicação do conhecimento e seus estudos no coletivo humano, como assumidamente vinculados a um compromisso ético, rumo ao exercício de bem estar. Por essa mesma via, o laboratório é apresentado a partir de depoimentos e entrevistas com a coordenadora do laboratório e alguns de seus integrantes, construindo uma narrativa que percorre os caminhos trilhados pela equipe quando solicitados a intervir em instituições. A partir desse trabalho, pode se consolidar a compreensão do campo de Aconselhamento Psicológico como espaço clínico de cuidado e atenção ao sujeito em instituição. As modalidades de prática psicológica, constituintes desse espaço clínico, efetivaram ações de cuidado ao desamparo e sofrimento, como ausência de sentido, criando vias de formação, atuação e pesquisa profissionais distintas do contexto de psicoterapia processual. Nesse sentido, tal campo, apresentado a partir do laboratório universitário, se aproximou da vertente da Psicologia Social Clínica como possibilidade de escuta do sujeito *na* instituição, afastando-se de uma perspectiva institucional. Por outro lado, o laboratório também encontrou pertinência para suas reflexões e prática em uma aproximação com o modo fenomenológico existencial, possibilitando a compreensão de um modo de subjetivação intimamente vinculado com os aspectos sociais, culturais e institucionais, além de uma temporalidade como ocorrência. Uma outra consideração possível é a conceitualização de uma atitude cartográfica como via para ações clínicas pertinentemente engendradas no contexto das instituições. Essa atitude cartográfica configura-se como possibilidade recíproca de conhecer e dar-se a conhecer, passando pela experiência e sendo por ela marcado.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA PRÁTICA QUE SE CONSOLIDA

Regina Célia Lourenço P. Furigo

Karina Menossi Sampedro

Luciana Silva Zanelato

Renata Febraio Foloni

Rodrigo Clemente Ballalai

Thomaz Ormrod

O projeto de Plantão Psicológico realizado na clínica-escola da Universidade do Sagrado Coração (USC/ Bauru-SP) desenvolve atendimentos psicológicos de caráter emergencial destinado à comunidade que a ele recorre espontaneamente, sem a necessidade de agendamento prévio. Durante o ano de 2005 foram atendidos 128 casos ao longo de 428 sessões. O presente trabalho visa caracterizar a população atendida pelo Serviço de Plantão Psicológico. Os relatos apresentados advêm dos procedimentos adotados neste Serviço que são constituídos de uma entrevista psicológica e até dois retornos, seguidos de acompanhamentos posteriores intitulados “*follow-up*”. Dentre os dados obtidos destacamos a variabilidade das queixas trazidas pelos pacientes, que subdividimos nas seguintes categorias: problemas familiares, relacionamentos afetivos, orientações aos pais, problemas de aprendizagem, transtornos psiquiátricos, drogadicções, alcoolismo, agressividade, transtornos psicossomáticos, culpa relacionada ao aborto, problemas na esfera sexual e outros tipos de orientações. Nas intervenções realizadas pelos plantonistas as técnicas mais utilizadas foram as verbais, lúdicas, de relaxamentos e vivenciais. Tendo em vista, a experiência adquirida nos atendimentos e supervisões, podemos confirmar que a prática do Plantão proporciona uma atenção psicológica ao sofrimento e a urgência do homem contemporâneo.

Palavras-chave: Plantão Psicológico, crise, atenção psicológica, prática clínica.

**SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO À POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO:
FAZENDO DIFERENÇA PELA CONSTÂNCIA**

Rodrigo Giannangelo de Oliveira

Cássia Gimenes Pereira

Kátia Miyuki Tsuji

Henriette Tognetti Penha Morato

Histórico: Ano 2000 - Pedido encaminhado pela instituição militar: avaliação do nível de estresse. Reflexão sobre a demanda / Cartografia. Proposta de implantação do serviço de Plantão Psicológico. Proposta: Orientação fenomenológica existencial / Articulação entre clínica e pesquisa. Sentido de Plantão Psicológico: Esclarecimento da “Demanda” / Permitir a assunção, por parte do sujeito, de sua responsabilidade perante a própria existência e perante as escolhas que efetiva, por meio da comunicação da afetabilidade do plantonista. Primeiras Impressões: Distanciamento; baixa procura pelo serviço; policiais relatavam experiências anteriores com a psicologia de cunho quase sempre avaliativo-punitivo. Reflexões possíveis: O compartilhamento de uma experiência de sofrimento, que caracteriza a situação de plantão psicológico, implica uma relação de confiança que não pode ocorrer pelo simples fato de que os policiais sabem que os plantonistas são profissionais ou estudantes aptos a realizar um atendimento deste tipo. A relação que se estabelece no plantão é, primordialmente, uma relação humana, e como tal deve ser considerada. Além disso, a disponibilidade requerida dos plantonistas também não é dada de antemão, pela simples implantação do serviço. Apenas o cuidado com o tácito implicado na situação clínica, via supervisão, pode permitir o constante exercício do “colocar-se disponível” representado pelo plantão. Efeitos da Constância: Durante o ano de 2006, diversos policiais, sentindo que podiam confiar nas estagiárias do projeto, procuraram o serviço para encaminhar conversas, dúvidas e questionamentos acerca da vida profissional e pessoal do militar. Alguns sujeitos apontaram modificações na forma de lidar com a vida após terem sido atendidos em plantão, e outros salientaram a importância de continuidade do trabalho, expressando que o plantão psicológico oferecido era pertinente como forma de acolhimento ao sofrimento.

PLANTÃO PSICOLÓGICO NO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO "XI DE AGOSTO"

André Prado Nunes

Marjorie Khouri

Viviane Ventura

Lucas Antonini

Henriette T. P. Morato

O presente projeto surgiu do pedido feito pela diretoria do departamento jurídico do C. A. "XI de Agosto" por uma parceria com o LEFE para um trabalho voltado à comunidade e aos estagiários de Direito, na área da Psicologia. Como objetivos construídos e desenvolvidos nesses projetos, encontram-se, por um lado, a exploração de possibilidades de atuação da Psicologia Social Clínica em instituição jurídica e a contribuição para uma formação em Psicologia que prioriza a experiência como modo pertinente de construção de teorizações e práticas contextualizadas. Por outro lado, pode-se dizer da construção de um espaço de cuidado para a comunidade e os estagiários de Direito em seus pedidos e queixas, relacionados ou não com o estágio/orientação realizado. Pela constância dos plantonistas e a circulação destes na organização criou-se um vínculo que possibilitou a inserção de uma intervenção psicológica pertinente na instituição, cujas atividades são o Plantão Psicológico e a Supervisão, no qual o "saber-fazer" do plantonista é trabalhado a partir das afetações que ocorrem no campo. Como resultados alcançados, destacam-se o aumento da procura dos estagiários pelo Plantão Psicológico e a ampliação do número de dias em que o estágio ocorre, a pedido da própria diretoria. Surgiu também a possibilidade de um trabalho mais específico com os responsáveis pela triagem da população, porta de entrada do serviço, assim como a abertura de um espaço de trabalho em conjunto com os estagiários frente à população de divergentes que busca a instituição.

**PLANTÃO PSICOLÓGICO – PP DELEGACIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA
CIDADE DE SANTOS**

Objetivo: Oferecer suporte psicológico a criança, ao jovem e a família em situação de crise. Propiciar aos alunos do curso de Psicologia da UNISANTOS estágio no campo da psicologia comunitária e desenvolver uma visão social-comunitária-crítica e postura ética. Desenvolvimento: O referido projeto foi idealizado pelo supervisor Prof. Dr. Helio Alves e teve início em 1999. O trabalho é realizado pelos alunos do 7º e 8º semestres do curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos-UNISANTOS. A Delegacia está situada no bairro da Vila Nova. Crianças e jovens são encaminhados à Delegacia pelo fato de terem cometido ato infracional, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Portanto, ao chegar à Delegacia, o jovem ou a criança estão em “crise” pelo fato de terem praticado ato infracional e serem encaminhados ao Distrito. A família é comunicada de imediato e o Boletim de Ocorrência é feito pelo escrivão. Depois o jovem ou a criança é convidado a dirigir-se à sala da estagiária de Psicologia. O procedimento inicial é o de acolhimento ao jovem ou a criança e depois há a orientação. Oferecemos suporte psicológico à vítima que ali chega para registrar B.O. contra a criança ou adolescente. Quando identificamos a necessidade de encaminhamento este é feito para os recursos da comunidade. Utilizamos a Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada - EDAO para hipótese diagnóstica. A família também é orientada. O atendimento, de uma forma geral, é individual. A duração do atendimento é de 50 a 60 minutos. A supervisão da atividade acontece semanalmente na Universidade.

PLANTÃO PSICOLÓGICO – CAMINHOS POSSÍVEIS

Alessandra M. Oliveira

Rosangela Rodrigues Alves Bruno

Marley da Silva Costa S. Ribeiro

Christine Luise Degen

Alessandra Manieri de Oliveira

Ana Paula B. Gomes

Mara Regina Zanfolim

O Pôster apresentará o serviço de Plantão Psicológico realizado na casa de apoio da Granja Viana, que se diferencia dos modelos conhecidos, devido à participação em Plantão, de um médico psiquiatra, para o auxílio e definição de diagnósticos, bem como indicação de medicações quando necessário. Também apresentará a perspectiva do Plantão Psicológico acontecer como um serviço de Saúde pública, custeado por empresas parceiras, que executem as diretrizes da Responsabilidade Social, além de mostrar em números os diagnósticos mais comuns e o perfil da população atendida.

**PROJETO PRIMEIRA ATENÇÃO: RE-INVENTANDO O PLANTÃO
PSICOLÓGICO NA FEBEM/SP**

Heloisa Antonelli Aun
Walter Cautella Junior
Elisa Vieira
Talita Arruda Tavares
Ronaldo Lopes Coelho
Aline Garcia Aveiro
Marcela Rezende Gea
Carolina Cardoso Tiussi
Dailza Pineda
Henriette Tognetti Penha Morato

Há 6 anos, o LEFE/IPUSP desenvolve Plantão Psicológico a unidades de internação da FEBEM/SP, como estágio extracurricular a alunos. Tendo como lócus da sua práxis o pátio da instituição, o plantão propiciava o livre acesso dos jovens aos plantonistas. Em 2005, devido às rebeliões, surgiu nova proposta de atendimento fora das instalações institucionais. A unidade a ser atendida abrigava autores de ato infracional médio, meninos com estórias de situação de rua e/ou abandono familiar: protagonistas de conflito e desamparo existencial. Encaminhados pelo setor técnico e/ou judicial, o LEFE recebe esses adolescentes no Projeto Primeira Atenção, oferecendo-lhes um espaço para o exercício de cidadania, na inclusão de si mesmo no processo de seu encaminhamento, ação facilitadora para reinserção social. Configura-se possibilidade desses jovens vivenciarem escuta clínica, exercitando o dizer de si. O projeto configura-se por atendimentos semanais na universidade. Com supervisores de plantão, visa cuidado e atenção na formação de futuros psicólogos como multiplicadores sociais no desenvolvimento de nova prática e estudo: promoção de responsabilidade no processo de mudança social em políticas públicas. Reforçando o compromisso da USP com projetos de extensão, visa o conhecimento científico como benefício ao alcance da comunidade. Além de fomentar a condição de apropriação de si mesmo aos adolescentes, o projeto proporcionou momentos de reflexão e discussão aos protagonistas. Segundo os coordenadores, oferecer ação psicológica dentro de uma realidade cambiante, distante da prática clássica da Psicologia, pode descobrir um modo de fazer e ser clínico próprio, articulando teoria e prática na aprendizagem acadêmica. Para a instituição, proporcionou um

repensar de seu trabalho técnico e da psicoterapia como reflexão e não de cura ou enquadre dos adolescentes à sociedade. Aos alunos, as supervisões foram espaços de formação, cuidado e respeito. Experienciaram a Psicologia como intervenção ultrapassando os muros da universidade e inserida na realidade social, favorecendo entendimento além de teorias. Esse universo, antes conhecido pela mídia, ofereceu um novo olhar a pré-concepções, tornando a experiência não apenas acadêmica, mas de vida.

Matheus Machado Oliveira
Henriette Tognetti Penha Morato
Fernando Milton de Almeida

A partir de pesquisa de *como o Plantão é feito pelos plantonistas*, autentica-se um modo de compreensão de Plantão Psicológico pelo testemunho de outros e pela singularização empreendida pelo pesquisador. Dirige-se ao resgate do que foi o *significado sentido através* de como o *sentido sentido*. Legitima o Plantão como campo teórico-prático da Psicologia, por já apresentá-lo em sua compreensão dentre práticas significativamente reconhecidas na academia. Isso também pode ser considerado legítimo, uma vez que, atualmente, grande parte dos cursos de Psicologia adota o Plantão como uma área de estágio em Psicologia Clínica das clínicas-escola. O Plantão transcendeu as fronteiras do SAP, do LEFE e da USP, para instalar-se como mais uma possibilidade de prática psicológica a ser transmitida oficialmente na formação do psicólogo. Algumas reflexões são apresentadas para ressignificar termos geralmente referidos no âmbito dessa modalidade de prática psicológica: um léxico próprio. Serão percorridas compreensões acerca de: *plantão, triagem, acompanhamento psicoterapêutico, crise, cartografia, pedido, queixa, atitude clínica, demanda, emergência, urgência, atenção, técnica, pro-vocar, pro-cura, sofrentes, cuidado. Plantão Psicológico*: modalidade de prática psicológica que se inaugura num terreno fronteiriço, não podendo se apresentar ao lado de outras práticas usualmente tidas como “porta de entrada” ao atendimento psicológico por sua própria complexidade. Plantonistas trazem o Plantão junto de si de maneira radical, firmando-se como a própria sede do Plantão Psicológico: começa a se configurar um modo clínico de estar junto ao sofrente. A clínica do Plantão ocorre por meio da clínica em ação: falar da prática engendra a articulação entre o *saber fazer* e o *saber saber* pelo *fazer saber*. É um fenômeno de interface constituído pelo ser-com como condição de existência dos seres humanos. Ressonâncias entre plantonista e sofrente acontecem por partilharem a mesma condição existencial: como seres no mundo com outros, as interpretações precisam ressoar, fazendo com que os dizeres do sofrente repercutam no interior da própria fala do plantonista, na fronteira entre o sentido-sentido e o sentido-compreendido para ambos.

**ATENÇÃO PSICOLÓGICA: DE PLANTÃO A ACOMPANHAMENTO
INDIVIDUAL PARA ADOLESCENTES INTERNOS NA FEBEM/SP**

Sáshenka M. Mosqueira

Natália F. C. Noguchi
Henriette T. P. Morato
Lucas S. de Carvalho
Maria Gertrudes V. Eisenlohr

O presente trabalho tem seu ponto de partida em junho de 2002, quando a direção de duas Unidades de Internação da FEBEM/SP solicita ao LEFE “psicoterapia” para adolescentes que recebessem, do juiz responsável pela permanência na medida de internação, encaminhamento para o mencionado atendimento. As unidades solicitantes abrigam cerca de 90 adolescentes, sendo esses, em sua maioria, adolescentes autores de ato infracional grave passando pela primeira internação. Encontros com a direção e membros da equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais) da unidade inauguraram a intervenção na instituição. Estes primeiros contatos, hoje compreendidos como *cartografia em instituição*, permitiram, via atitude clínica, identificar a dificuldade de atender à exigência judicial e, ao mesmo tempo, cumprir seu papel educativo/avaliativo junto ao adolescente interno. O pedido tinha como referência o trabalho de Plantão realizado pela equipe em outras unidades: modalidade de atenção psicológica oferecida em instituições, para acolhimento do ser humano quando de sua procura por atenção e cuidado ao sofrimento que emerge em momentos de perda de sentido. Na contramão da FEBEM, que como uma instituição disciplinar padroniza comportamentos e imprime vigilância constante em seus procedimentos, os atendimentos em Plantão, ofereciam a possibilidade de retirada do adolescente da institucionalização, a retomada de sua história e sua apropriação enquanto sujeito das escolhas a fazer. No entanto, ao longo do trabalho realizado surgem novos questionamentos a respeito do pedido, da demanda e com eles do caráter da “procura” dos adolescentes. Tornava-se inevitável a reconsideração do nosso trabalho dentro das modalidades de atenção dentro da clínica do Aconselhamento Psicológico.

**PLANTÃO PSICOEDUCATIVO PARA EDUCADORES ESTUDO EM UMA
CRECHE NA PERIFERIA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Cilene de Almeida
Heloisa Szymanski

Este estudo teve por objetivo identificar como o plantão psicoeducativo foi compreendido por educadoras de uma creche comunitária localizada na periferia de São Paulo. Procurou-se, também, investigar os desdobramentos dessa prática no seu cotidiano. A proposta do Plantão Psicoeducativo apresentado por Szymanski, na perspectiva da fenomenologia existencial, tem como propósito cuidar das questões pertinentes à prática educativa de um modo dialógico e reflexivo. A pesquisa realizada caracterizou-se como pesquisa-intervenção, embasada segundo a proposta fenomenológica existencial. O plantão realizou-se na forma de entrevista individual com as educadoras durante um ano, totalizando 54 encontros. Ao final, foi solicitado um depoimento escrito de cada uma das participantes. Observamos que um dos principais motivos da procura estava relacionado com as dificuldades referentes às relações de trabalho. Os depoimentos indicaram que o plantão foi compreendido como um espaço que contribuiu para a constituição de um ambiente acolhedor, uma vez que proporcionou a escuta das profissionais em sua dignidade. Favoreceu o cuidado com o que é calado nas relações do cotidiano. A autocrítica ganhou uma nova conotação, não ocupando a condição de ameaça, mas apresentando-se como oportunidade de transformação e desenvolvimento. O estudo revelou o plantão psicoeducativo como uma prática eficiente para os educadores no sentido de oferecer um espaço para reflexão sobre sua prática profissional e uma oportunidade de compreender o cotidiano de forma criativa e transformadora.

CONSOLIDAÇÃO DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA CLÍNICA ESCOLA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

*... todo artista tem de ir onde o povo está.
Milton Nascimento*

Regina Paganini Furigo
Mônica Trevizani Marques

O presente trabalho pretende destacar o papel do Serviço de Plantão Psicológico na Clínica Escola do Sagrado Coração como espaço de promoção de Saúde Pública e bem estar psicológico para a comunidade de Bauru. Visto que vem a cada ano se tornando referência para a população que busca atendimento nesta área e vem se consolidando como um serviço de acolhimento e intervenção em curto prazo para crises emocionais. Os clientes chegam à clínica de forma espontânea e são encaminhados pela recepção ao plantonista do dia. Os plantonistas realizam um atendimento e até dois retornos sem tempo pré-estabelecido de duração da sessão. Os retornos também são combinados entre paciente e plantonistas, após um mês ao último atendimento o paciente retorna para realização de *follow up*. A comunidade de Bauru e região aderiram ao atendimento do plantão psicológico como mais um serviço de saúde mental. Sendo assim podemos perceber a consolidação deste serviço, pois contamos com a parceria dos CRAS, Febem, Postos de Saúde, etc. Concluimos que no desempenho de seu papel, os plantonistas abrem-se ao inesperado, ao imprevisto, acolhendo aquele que sofre na condição de hóspede.

PLANTÃO PSICOLÓGICO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DA PUC-CAMPINAS

Helen Mozena

Maria Amélia Sette Antonialli

Maria Elisa Gisbert Cury

Mariana Portugal Bonaldo

Mylene Misa Arias Abreu Magalhães

Nicole dos Reis Faria

Rebata Staque
Thais Fernanda Coelho
Vanessa Montoya Gazott
Vera Lucia Pereira Alves

Trata-se do relato da experiência de atendimentos em plantão psicológico do grupo de estágio em clínica III do curso de psicologia da Puc-campinas, no ano de 2006. Os atendimentos são realizados com base nos pressupostos da ACP e não se diferem de quaisquer outros atendimentos no enfoque. No entanto, ressalta-se desta experiência a peculiaridade do encaminhamento externo ao serviço, quando da impossibilidade de inserção do cliente atendido neste plantão.